Gilberto Maringoni
Ismara Izepe de Souza
Bruno Fabrício (Orgs.)

Prefácio: Monica Hirst

AMÉRICA LATINA EM EBULIÇÃO

Reflexões sobre um continente em busca de sentidos

GT de América Latina

Produção editorial
Editores: Gilberto Maringoni, Ismara Izepe de Souza e Bruno Fabrício

Prefácio: Monica Hirst

Capa: Gilberto Maringoni

Diagramação: Bruno Fabrício

Autores: Acauã Alexandre José dos Santos, Aline Herrera Vasco, Ana Beatriz Aquino, Ana Claudia Paes, Audrey Andrade Gomes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spauloncі, Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Felipe Firmino Rocha, Felipe Teixeira da Silva, Francisco Zupanovich, Gabriel de Mello Rodrigues, Gabriel N. Silva, Gabrielly Provenzzano, Giovanna Furquim Moreschi, Geovanna Mirian, Gilberto Maringoni, Gustavo Mendes Almeida, Henrique Mario de Souza, Isabella Tardelli Maio, Ivan Cersosimo Valverde, Juliana Valente Marques, Julia Protes Lamberti, Laura do Espírito Santo Silva, Luiza Martins, Melissa Souza Jorge, Mônica Almeida Peña, Rafaela Castilho Miranda, Tatiane Anju Watanabe

ISSN: 978-65-5966-232-6

Sumário

Prefácio

Monica Hirst 1

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da UFABC constitui uma prova de resiliência na área de RI de nosso país. Tratando-se de uma iniciativa que se instala contra os ventos e tempestades do bolsonarismo, este projeto se autodefine como "uma empreitada coletiva" que, além do mérito de reunir um grupo representativo de discentes e docentes de sua universidade, privilegia o foco interdisciplinar e, o mais importante, tem com norte o compromisso com o sentido público e democrático da vida acadêmica.

Como o quarto e-book do OPEP, esta publicação reforça o sucesso desse empenho. São reunidos aqui textos elaborados em forma coletiva, por alunos de graduação do Grupo de Trabalho da América Latina. Percebe-se um esforço notável de acompanhamento e análise dos principais temas que marcam a agenda regional atual desde uma perspectiva crítica e informada. A proposta editorial organizada valoriza duas articulações desta agenda para melhor contextualizá-la; a dimensão geopolítica e de economia política das transformações globais e as diferentes realidades nacionais que condicionam as possibilidades internacionais dos países latino-americanos e caribenhos. Define-se como ponto de partida o cenário do Brasil e os desafios enfrentados para reerguer seu projeto de inserção externa, após os anos de destruição bolsonarista. Além de ser apresentado como temática disparadora, o país se faz presente nas entrelinhas de textos dedicados a outros casos, seja por suas tensões políticas, suas ramificações ideológicas ou projeção regional. Neste sentido este livro, em todos seus subprodutos, enfeixa o mérito de transmitir uma leitura brasileira das diversas realidades abordadas, em âmbitos regionais ou mundiais. Também são diversos os textos em que se

---

1. Doutora em Estudos Estratégicos, leciona no Programa de Mestrado em Estudos Internacionais da Universidade Torcuato Di Tella (Buenos Aires) e é pesquisadora associada ao NEAPPE/IESP/ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou pesquisas acadêmicas como consultora independente para o PNUD, a Fundação Ford, a Corporação Andina de Desenvolvimento (CAF) e os Ministérios das Relações Exteriores da Argentina, Colômbia e Brasil.

busca incluir o país como ator e o sentido do bilateralismo com o Brasil, na compreensão dos desafios internos enfrentados, como se registra nos casos de Cuba, Venezuela e Argentina.

Os jovens autores desta publicação indicam um conhecimento do amplo e atualizado leque das "aflições" que condicionam os vínculos internacionais latino-americanos, desde os âmbitos governamentais e da multiplicidade de atores sociais que incidem sobre as opções e preferências das políticas externas que se projetam. Vale sublinhar a preocupação sistemática nos textos reunidos de apoiar interpretações e compreensões em bibliografia analítica e empírica, recente e clássica, o que lhes proporciona um genuíno caráter acadêmico. Dito de outra forma, cada tema é matéria de estudo e reflexão pelo grupo que se dedica a esmiuça-lo. Deve-se reconhecer como virtude deste esforço o peso dominante da informação e da fundamentação sobre o da opinião e do proselitismo. Tal resultado se deve ao lugar, até recentemente inexistente, na formação em relações internacionais ocupado pelo estudo da América Latina e do Caribe; hoje em dia uma problemática a gerar conhecimento e troca entre o Brasil e seus vizinhos. Mas, este é um desenvolvimento disciplinar ainda incipiente no país, com o qual, afortunadamente, a UFABC vem mostrando afinco e resultados. Esta publicação representa um belo exemplo nesta direção.

Esta publicação também revela versatilidade no que tange o tipo de material reunido, que tanto podem ser análises breves de conjuntura, relatos históricos, cronologias e entrevistas. Em todos os casos a informação veiculada é precisa e atual. Impressiona o acompanhamento dos cenários políticos internos da região, e a especial preocupação com a fragilidade do estado de direito em vários casos. Destacam-se as realidades domésticas no Peru, Equador e Guatemala, entre outras. Também vale sublinhar a lupa posta na evolução do quadro argentino, no qual são analisados os dilemas econômicos, internos e externos, as turbulências subnacionais, como a crise em Jujuy, e as incertezas eleitorais de curto e médio prazo. Os quatro textos dedicados à Argentina deixam claro a complexidade de sua realidade e a importância das relações com o Brasil, o que envolve um notável espelhismo político na dinâmica bilateral.

No tempo presente, um dos méritos deste livro é a sua atualidade, a capacidade que mostra de expor, com velocidade polaroid, uma foto do momento da agenda regional e da relação desta mesma com a política externa de Lula 3.0. No médio prazo o seu valor estará na possibilidade de sua continuidade, o que lhe outorgará perspectiva e valor de referência. Será fundamentalmente por um lado incorporar um distanciamento crítico dos temas abordados como também conhecer os desdobramentos políticos e econômicos das realidades trabalhadas. Temas centrais como a exploração do lítio na região, o desenlace da nova intervenção no Haiti e a continuidade, certamente dramática, do conflito deflagrado entre o Grupo Hamas e o Estados Israel, são alguns dos inúmeros temas a serem explorados numa próxima edição.

Por último quero destacar o sentido explorador e inovador desta proposta editorial que imprime um sentido de infinitude ao campo de RI. A seção "Para Além do Mapa" que toma emprestada a ideia da canção de Roberto Carlos, interpretada por Erasmo Carlos, "Além do

horizonte" é especialmente bem lograda. A riqueza imaginativa dos textos reunidos, aonde são abordados assuntos tão diversos como futebol, boneca Barbie e maconha, indicam que na produção acadêmica o que importa é a capacidade de reunir foco crítico com boa informação.

Parabéns OPEB! Aguardando as novas desbravadas de 2025.

Saudável pretensão

Gilberto Maringoni [1]
Ismara Izepe de Souza [2]
Bruno Alcebino [3]

ESTE LIVRO É FRUTO DA PRODUÇÃO do Grupo de Trabalho em América Latina do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) entre os meses de março e novembro de 2023. Ele é composto por 53 artigos elaborados por 24 pesquisadores e foram publicados originalmente na newsletter eletrônica e no site do Observatório. São abordadas questões políticas e econômicas, além de temas como direitos sociais, comportamento, cultura e esporte, numa visão ampla, plural e variada de política internacional.

Os artigos estão aglutinados em seis seções, que foram organizadas a partir da associação entre critérios temáticos e regionais. A primeira parte, Desafios Continentais, reúne textos que analisam, entre outros temas, a inflexão da política externa brasileira a partir de 2023. Os artigos nos quais se realizam o balanço dos 100 dias da política externa de Lula e o discurso do presidente na Assembleia Geral da ONU expressam um giro diplomático em relação aos quatro anos do governo Jair Bolsonaro. Sua melhor definição veio do ex-chanceler Ernesto Araújo. Ao comentar as diretrizes de sua gestão, baseadas em anticomunismo anacrônico, negacionismo científico e por filtrar as ligações do país num prisma ideológico que implicava relações preferenciais com governos e grupos de extrema-direita, Araújo saiu-se com a seguinte pérola: se a atuação do governo "faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária".

A mudança de curso também expõe intenções e limitações atuais. O ano se iniciou com demonstrações exuberantes da diplomacia presidencial, com participações de Luiz Inácio Lula da Silva em fóruns e negociações, sintetizadas num bordão: O Brasil voltou. Com isso, o país

---

1. Professor de Relações Internacionais da UFABC, coordenador do OPEB e do GT de América Latina.
2. Professora de Relações Internacionais da UNIFESP e coordenadora do GT de América Latina.
3. Pesquisador e monitor do OPEB

reconquistou posição de destaque na defesa da sustentabilidade ambiental, na apresentação de propostas de paz para a guerra na Ucrânia, nas negociações do tratado Mercosul-União Europeia, na retomada de políticas e instituições de integração continental e em diversas oportunidades no âmbito do BRICS, do G20 e da Organização das Nações Unidas. Contudo, o genocídio em Gaza cometido por Israel, após sofrer ataque militar do Hamas no início de outubro, expôs as limitações internacionais de um país que não resolveu graves e antigos problemas internos. Isso se deu justamente quando o Brasil assumiu a presidência do Conselho de Segurança.

A grande equação a ser resolvida é como ter protagonismo num mundo em conflito sem ter uma política nacional de Defesa, sem uma indústria bélica autônoma, mantendo forças armadas subordinadas às estratégias da potência dominante, apresentando fortes tendências desindustrializantes e dando novamente curso a uma política econômica neoliberal?

Tais dilemas se expressam nas páginas adiante, sendo identificados também nos caminhos trilhados pelos países da América Latina frente aos enormes desafios internacionais

A segunda, terceira e quarta parte do livro, América do Norte, América Central e América do Sul reúnem artigos que versam sobre aspectos diversos da realidade social, política e econômica, incluindo, por exemplo, a participação das mulheres na dinâmica política da região. O grupo se dedicou a acompanhar os processos eleitorais ocorridos em 2023, gerando artigos que abordam as eleições presidenciais na Argentina, Paraguai, Guatemala e Equador, tendo focado também nas tensões políticas internas no Chile, Colômbia, Bolívia e na instabilidade institucional no Peru. O jogo político entre os setores progressistas que estão no poder na maioria desses países e sua respectiva oposição interna não passou despercebido aos pesquisadores do GT sobre a América Latina.

Na quinta parte, Para além do mapa, estão inseridos textos que versam sobre temas pouco recorrentes na academia e no jornalismo quando abordam o continente americano. Pesquisas sobre assuntos tão diversos quanto o status da maconha na região e os ganhadores latino-americanos do prêmio Nobel, ou mesmo o papel da indústria cultural, foram expressas em textos que contribuem para uma visão multifacetada da América Latina. A última parte concentra textos que trazem discussões sobre as perspectivas de futuro político ao continente, tendo em vista a permanência das ameaças da extrema-direita em alguns países da região.

Os artigos se situam em tons intermediários entre o jornalismo de qualidade e produções acadêmicas strictu sensu. Ou seja, apresentam linguagem ágil, tratamento aprofundado dos assuntos e pluralidade de opiniões. Cabe destacar que muitos desses artigos têm sido alvo de atenções da imprensa não hegemônica do país. Pela qualidade do tratamento das fontes e pela linguagem direta e acessível, alguns artigos do GT foram reproduzidos por outras plataformas e meios de comunicação - como A Terra é Redonda, Brasil de Fato, Jornal GGN, DCM, Le Monde Diplomatique e Outras Palavras -, contribuindo para a visibilidade do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do GT.

O OPEB foi criado no final de 2018 com o objetivo de pesquisar e refletir sobre as relações

internacionais no governo Bolsonaro. De lá para cá, em ininterruptos trabalhos coletivos de dez grupos de trabalho que envolveram quase três centenas de pesquisadores, o Observatório se consolidou como referência para interessados em política externa, mesclando rigor acadêmico e abordagens acessíveis ao público amplo.

Os GTs são: América Latina, Comércio Internacional, Direitos Humanos, Diversidade e desigualdade, Inserção econômica internacional do Brasil, Meio ambiente, agricultura e mudança climática, Política de defesa, segurança e questão militar, Relações Brasil-China, Relações Brasil-EUA e Relações com África. Todos contaram com a direção de professores-doutores e participação ativa de alunos-pesquisadores de graduação e de pós-graduação do Bacharelado de Relações Internacionais e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais (PRI) e em Economia Política Mundial (EPM). Nesse período, estabelecemos parcerias com a Fundação Friedrich Ebert (FES), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), o Instituto Diplomacia para Democracia e o Centro Tricontinental, além do apoio para a produção do podcast Mulheres no Mapa em parceria com a Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB) e do Núcleo de Pesquisa em Política Externa Latino-Americana (NUPELA).

A obra é voltada especificamente aos dilemas e desafios enfrentados pela América Latina, mas sem perder de vista as possibilidades de interação com os assuntos abordados pelos demais GTs do OPEB. Nosso continente chega à virada dos anos 2023/24 imerso em imensas dificuldades resultantes de três anos de pandemia, uma pressão inflacionária global resultante da guerra na Ucrânia e do acirrado enfrentamento Leste Oeste. Tais disputas ganharam nos últimos anos novos atores: partidos de extrema direita com base de massas, que venceram eleições no Brasil e em El Salvador e que avançam na Argentina, no Chile, no Paraguai dentre outros da região. Encontram terreno fértil na precarização acentuada das condições de trabalho, moradia, de serviços públicos motivadas por políticas de ajuste fiscal adotadas por governos de direita, de centro e até mesmo de esquerda. Marcadas por infindáveis cortes orçamentários, privatizações e erosão de direitos sociais, elas acabam por concentrar renda, maximizar lucros de grandes conglomerados e favorecer a alta finança. Na base da sociedade, trazem desalento e desesperança na política. E abrem a porta para extremistas de direita, com propostas pretensamente moralistas e salvacionistas.

A superação desse jogo de soma zero entre duas vertentes que não alteram as estruturas geradoras da desigualdade, da exclusão e da falta de perspectivas para as maiorias só será alcançada tendo como ponto de partida o levantamento, a pesquisa e o diagnóstico de nossos problemas seculares.

Este livro tem a saudável pretensão de ajudar nesses estudos.

Desafios continentais

Entre avanços e retrocessos

31 de março de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues, Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

A Europa e a América Latina apresentaram nos últimos anos tendências políticas opostas. Enquanto a direita e a extrema direita avançam na Itália, Suécia, França, Alemanha e outros, do outro lado do Atlântico partidos progressistas vencem eleições em países importantes. No entanto, as diferenças nos resultados eleitorais tem sido estreitas e as sociedades mostram-se divididas diante de um cenário de crise agravado pela guerra na Ucrânia.

OS TEÓRICOS DA ESCOLA DE FRANKFURT, Theodor Adorno e Max Horkheimer, já diziam que: "A transformação da inteligência em estupidez é um aspecto tendencial da evolução histórica"[1]. Diante disso, podemos observar um crescimento tendencial do extremismo de direita no continente europeu, apesar da experiência histórica dos regimes nazista e fascista, na Alemanha e Itália respectivamente. O impacto desses regimes foi brutal na região na primeira metade do século XX. O avanço autoritário vem impactando o mundo nos últimos anos: a extrema direita global conseguiu se impor como força política de massas nos EUA, Europa, Ásia e América Latina, chegando inclusive a compor governos e gabinetes de presidentes e primeiros-ministros.

Podemos observar esse fenômeno com a eleição de Viktor Orbán (2010) na Hungria, Donald Trump (2016) nos EUA, Jair Bolsonaro (2018) no Brasil e Giorgia Meloni (2022) na Itália, dentre vários outros espalhados pelo globo.

Adorno e Horkheimer, ao analisarem o avanço autóritario no século passado já pontuavam que: "Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligen-

te. Quantos não foram os argumentos bem fundamentados com que os judeus negaram as chances de Hitler chegar ao poder, quando sua ascensão já estava clara como o dia?"[1]. É justamente esse movimento de avanço da extrema direita, motivado em grande parte pela incapacidade das democracias realmente existentes de reverterem as consequências de recorrentes crises econômicas na vida das populações. O fenômeno se manifesta agora, diante da Guerra na Ucrânia, que impacta o continente com elevações da inflação a partir da alta do preço do petróleo e da energia.

Por exemplo, na Polônia, o partido Lei e Justiça (PiS) tem sido criticado por minar a independência judicial, limitar a liberdade de imprensa e perseguir minorias. Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán tem sido criticado por minar a independência da mídia e do judiciário, além de restringir a liberdade acadêmica e os direitos das minorias. O avanço autoritário representou o retorno a práticas patrimonialistas, corruptas, preconceituosas e até golpistas. Segundo Schwarcz: "Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e manutenção do poder" (2019, p. 19). À vista disso, há preocupações sobre o surgimento de movimentos nacionalistas e de extrema direita em toda a Europa, que muitas vezes promovem uma retórica anti-imigração e anti-islâmica, além de questionar a integração europeia e a cooperação internacional.

O embate francês

A França, apesar de ser governada por um liberal de centro-direita, é palco da ascensão da extrema direita. Marine Le Pen, ex-candidata à presidência nas últimas eleições, teve impressionantes 41,8% dos votos, contra 58,2% de Emmanuel Macron, atual presidente. Le Pen, apesar de reconhecer a derrota, proferiu que o resultado foi uma vitória para seu partido — já que, nas eleições de 2017, ela obteve oito pontos percentuais a menos do que em 2022. Com esse crescimento, entre uma eleição e outra, percebe-se um claro aumento da popularidade da extrema direita com perspectivas preocupantes para a democracia.

Tal crescimento pode-se dar pela mudança de postura de Le Pen entre os anos eleitorais, que tentou se desvincular de uma imagem radical, apesar de ter sido apenas uma mudança de palavras — e o perigo reside em tal comportamento. Ao maquiar suas ideias radicais, Le Pen tenta mudar sua imagem eleitoral e se somar à crescente e ainda difusa oposição a Macron. Assim como a extrema direita estadunidense, a francesa também descobriu as redes sociais como meio instantâneo para a disputa de opinião pública. O argumento da vez é a reforma da previdência, que define o aumento da idade mínima para a aposentadoria.

Ao contrário da extrema direita brasileira, a francesa é a favor de uma diminuição da idade mínima em uma possível reforma da previdência, em oposição ao modelo imposto pelo governo. Os amplos protestos contra a reforma, pacíficos e que se sucedem desde janeiro, podem ser uma oportunidade para a demagogia da extrema direita, que tenta crescer em meio ao descontentamento popular.

O avanço progressista na América Latina

Vamos ao outro lado do Atlântico. No início do século XXI, a América Latina – em especial a América do Sul – assistiu ao ascenso de governos progressistas em vários países. A maré rosa – como ficou conhecida a situação – foi substituída por governos de direita a partir dos efeitos da crise de 2008. No entanto, após uma década de governos marcados pelo conservadorismo, uma nova onda progressista apresenta seus primeiros sinais claros com a eleição de López Obrador no México em 2018, seguida pelas vitórias de Alberto Fernández, na Argentina (2019), de Luís Arce, na Bolívia (2020), de Pedro Castillo, no Peru, de Xiomara Castro, em Honduras (2021), e de Gabriel Boric, no Chile, e de Gustavo Petro, na Colômbia (2022) e de Lula (2022) no Brasil.

Em contrapartida à expansão autoritária na Europa, observa-se na América Latina a retomada de conjuntos políticos de esquerda e centro-esquerda que buscam realinhar suas agendas. O breve conservadorismo latinoamericano dos últimos anos não mediu esforços em, através de seu projeto neoliberal, agravar desigualdades sociais como o desemprego e o aumento da pobreza. Com a retomada do progressismo latino, é dada também uma nova chance de fortalecer, recuperar, e se integrar, de fato, à América Latina. Há também o desafio dos governos de esquerda de ganhar a confiança e apoio populacional. Tais governos expressam a necessidade de mudança sentida pela população continental. O grande problema para a concretização das agendas sociais encontra obstáculos não de todo presentes há duas décadas, como as independências dos bancos centrais, privatizações de setores de infraestrutura e a defesa, por parte de setores progressistas, das políticas de ajuste fiscal que reduzem os orçamentos públicos.

O alinhamento dos governos progressistas na América Latina pode nortear os esforços para o desenvolvimento e fortalecer as pautas da esquerda de forma geral na região. O Brasil, diante sua dimensão continental e sua influência geopolítica, possui a capacidade de protagonizar essa agenda, assim como observamos no atual mandato Lula, o comprometimento com a sustentabilidade, superação da inflação e alta taxa de juros, atribuída a 13,75%. A recuperação da soberania nacional e multilateral com a América Latina depende do êxito desses desafios.

O avanço com retrocessos

Mesmo na atual conjuntura brasileira com Lula presidente, é necessário ressaltar que o maior número de cadeiras da câmara dos deputados pertence à oposição, tendo 30% de todos os deputados aliados a partidos diretamente associados ao bolsonarismo, sendo 59 deputados eleitos pela União Brasil (UNIÃO) e 99 pelo Partido Liberal (PL)

Em todo o Brasil, seja nas câmaras estaduais ou municipais, os partidos de extrema direita têm ganhado força. Nesse quadro, há preocupante aumento da perseguição e da punição de parlamentares que buscam a defesa de pautas sociais e dos direitos das minorias (políticas), a exemplo do atual deputado estadual pelo Paraná, Renato Freitas (PT). Trata-se de um ho-

mem negro que traz em seu ativismo o combate ao racismo e à violência policial. Renato chegou a ter seu mandato de vereador em Curitiba cassado duas vezes pela câmara municipal, tendo recuperado seu mandato através de decisão proferida pelo STF. Mais recentemente, em seu terceiro mês no mandato de deputado estadual pelo Paraná, Renato já foi alvo de uma representação por quebra de decoro parlamentar advinda do secretário de Segurança Pública, coronel Hudson Teixeira.

No Chile, por sua vez, a tentativa de aprovação de uma nova Constituinte em 2022, que trazia a ampliação do reconhecimento e dos direitos dos povos indígenas, definindo o Chile como um Estado Plurinacional, foi rejeitada em plebiscito nacional em setembro daquele ano por 62,55% a 37,45%, o que reduziu parte das expectativas de avanço progressista.

Já no Peru, forças da direita e extrema direita moveram processo de impeachment contra Pedro Castilho, após o então presidente anunciar a dissolução do Congresso, o que culminou com sua prisão em 7 de dezembro de 2022. Sua vice assumiu o cargo. Integrante do mesmo partido de seu antecessor, o Peru Livre, Dina Boluarte foi apoiada por diversos líderes internacionais, recebendo um telefonema de congratulações de Antony Blinken, o secretário de Estado dos Estados Unidos.

Mesmo após os protestos ocorridos nos meses subsequentes à destituição de Pedro Castilho, Dina Boluarte tem se mantido no poder, mas é acusada pela esquerda de ceder às pressões da direita e se alinhar às forças armadas do país, a fim de se manter no cargo até 2026.

Além disso, no final de março de 2023, a Justiça do Peru ampliou as investigações de corrupção em financiamento de campanha do Partido Livre em 2021, o que implica Dina Boluarte, Pedro Castilho e Henry Shimabukuro, aumentando a pressão sobre o arranjo político institucional peruano.

Tendências distintas

Diante do exposto, não há dúvida de que as tendências políticas na Europa e na América Latina têm se desenvolvido em direções diferentes nos últimos anos. Na Europa, há uma tendência crescente em direção à extrema direita e movimentos nacionalistas, muitos dos quais são caracterizados por uma retórica autoritária e xenófoba. Por outro lado, na América Latina, há um movimento em direção aos partidos políticos mais progressistas, muitos dos quais promovem uma agenda de justiça social, igualdade econômica e reforma democrática. As tendências políticas globais não são uniformes, seja na Europa ou na América Latina e muitos países estão enfrentando desafios políticos complexos e em constante evolução, como podemos observar no caso do Peru e no desenrolar do terceiro governo Lula, assim como na atual situação francesa. Por fim, segundo a visão de Michael Lowy, "o sistema capitalista, sobretudo nos períodos de crise, produz e reproduz fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares. A raiz desses fenômenos é sistêmica e a alternativa tem de ser radical, isto é, antissistêmica". Ou seja, as tendências de avanço mundial, às vezes consideradas revolucionárias, como as propostas da extrema direita, no fim se apresentam

como um eterno movimento dialético em retorno ao autoritarismo.

Referências

[1]ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos; tradução: Guido Antonio de Almeida. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
[2]SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
[3]LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

Cem dias de política externa

18 de abril de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Francisco Zupanovich, Gabrielly Provenzzano da Silva, Geovanna Mirian Raimundo, Gustavo Mendes Almeida, Melissa Souza Jorge e Rafaela Castilho Miranda

A política externa dos primeiros 100 dias do governo Lula III desatou nós e reatou laços diplomáticos na América Latina. A nova gestão busca recuperar a liderança do Brasil na região, após quatro anos de isolamento. A marca maior é a volta da diplomacia presidencial através da viagem à Argentina e ao Uruguai, na qual Lula participou da 7ª Cúpula da CELAC e discutiu o futuro do Mercosul. Em relação aos organismos multilaterais da região, destacam-se ainda a reconstrução da Unasul, os esforços para destravar o acordo Mercosul-UE e a iniciativa brasileira de sediar uma reunião de países amazônicos a partir da OTCA. Na dimensão bilateral, os destaques são a normalização das relações com a Venezuela e a postura questionável do governo frente às crises políticas no Peru e na Nicarágua.

NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil pela terceira vez. É possível afirmar que a política externa caótica do governo Bolsonaro tenha sido um fator importante para sua rejeição frente à população brasileira.

Para compreender melhor esse cenário precisamos retornar um pouco atrás e entender que o Brasil, historicamente, se consolidou como uma referência para a diplomacia mundial e, principalmente, para a diplomacia latinoamericana. Diante dos acontecimentos históricos foi se criando uma reputação sobre a diplomacia brasileira e sob a política externa brasileira (PEB) que levava o Brasil a posição de um importante mediador de resoluções diplomáticas e amistosas. Durante o processo eleitoral de 2018, no entanto, a revista The Economist che-

gou a apontar Jair Bolsonaro como uma ameaça para a América Latina. Na época em questão o medo se pautava em duas grandes frentes: 1. A ameaça que Bolsonaro representava para a "democracia sobrevivente" de um país de dimensões continentais. e 2. A ameaça que seus discursos representavam nas relações já estruturadas com os demais países da América Latina – visto que desde os primeiros momentos da candidatura ele proferia discursos contra os vizinhos do sul global.

Ao longo de seu mandato, a política do governo Bolsonaro no continente apresentou duas iniciativas: a de destruição e a da tentativa de criar alianças com administrações conservadoras. A primeira se traduziu no esvaziamento da União de Nações Sulamericanas (Unasul), na saída da Comunidade de Estados Latinoamericanos e do Caribe (Celac) e na mitigação do Mercosul. As articulações se concentraram na tentativa de criar o ProSul, junto aos governos Sebastián Piñera (Chile) e Iván Duque (Colômbia). Se a destruição teve sucesso, a construção se frustrou. Em síntese, a política externa extremista pode ser resumida como um momento de isolamento diplomático mundial, mas com uma intensidade especial sob o sul global e, consequentemente, sob a América Latina. As especificidades desse isolamento, assim como as políticas detalhadas do mandato de 2019 a 2022 no que tange a política externa podem ser encontradas de forma aprofundada no livro "Política Externa Brasileira em tempos de isolamento diplomático" lançado pelo OPEB em 2022.

A primeira manifestação pública da equipe que assumiria o Itamaraty foi uma nota emitida dez dias após a vitória de Lula, diante da destituição do presidente Pedro Castillo, no Peru. A situação embutia certa dose de confusão. Eleito pela esquerda, Castillo enfrentou ao longo de um ano e meio uma feroz oposição da maioria congressual de direita e de extrema-direita. Em 9 de dezembro de 2022, valeu-se da prerrogativa constitucional de destituir o Congresso e chamar novas eleições, a partir de seguidas derrotas no parlamento. Sem força política, sofreu um impeachment e foi preso. Vitória conservadora. Seguiu-se brutal repressão aos setores populares.

A nota do governo eleito saudava a vice de Castillo, recém empossada, parecendo desconhecer a legalidade da ação presidencial e de onde partiu o golpe. Posições mais cautelosas tomaram os governos do México, Colômbia, Bolívia e Argentina.

Reaproximação com o Mercosul

A escolha da Argentina como primeiro destino exterior do terceiro mandato carrega um peso significativo para a integração regional. A questão do Mercosul e as estratégias políticas para garantir os interesses voltados à América Latina através da participação e representação do Sul Global no sistema internacional evidencia o grande impacto que a relação entre Brasil e Argentina tem para ambos os países e na região.

No dia 23 de janeiro de 2023, Lula reuniu-se com o presidente argentino, Alberto Fernandez e, no dia seguinte, interveio na VII Cúpula da Celac. Em entrevista coletiva na Casa Rosada, junto a Fernández, o presidente traçou pelo menos duas grandes linhas de atuação para a

região: a volta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador de empresas brasileiras no exterior e a defesa da soberania de Venezuela e Cuba. A essas iniciativas se somaram o retorno do Brasil à União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a reconstituição da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), além do reforço ao Mercosul.

Os governos brasileiro e argentino ratificaram acordos nas áreas de defesa, economia, saúde, ciência, tecnologia e inovação, energia e ambiente, integração e outros tanto nas esferas bilaterais quanto regional e multilateral. Não somente é mencionada a relação comercial, mas também a aproximação cultural, política e entre as universidades brasileiras e argentinas.

A primeira viagem internacional de Lula em seu primeiro mandato, em 2003, também foi à Argentina. Em ambas as visitas, o governo demonstrou a a política voltada à América do Sul e à América Latina como uma prioridade.

Lula chega ao Uruguai dois dias depois e realiza duas reuniões: uma com o presidente, Luis Lacalle Pou, e outra com o ex-presidente, Pepe Mujica.

A conversa entre Lula e Lacalle Pou foi marcada por divergência de posicionamentos. Enquanto Argentina, Brasil e Paraguai defendem a necessidade de unanimidade para negociações bilaterais entre membros do Mercosul com outros países, a posição atual do Uruguai é contrária. O país planejava isoladamente um acordo de livre-comércio com a China. O presidente uruguaio alegava que o Mercosul não cumpriu com sua proposta de mercado comum. Por outro lado, o encontro de Lula e de Mujica trouxe o tema da integração do Mercosul como questão central para a política da região.

A trajetória do Mercosul é marcada por uma série de mudanças de viés político. O bloco foi criado no início dos anos 1990, com uma agenda neoliberal, que tinha como objetivo estabelecer a liberação das tarifas entre os países-membros. A partir da década seguinte, a política de integração muda com o estabelecimento de outros compromissos políticos e sociais. Posteriormente, com a ascensão de governos de direita e de extrema-direita na região, o bloco se enfraquece. Brasil e Argentina emergem como pilares fundamentais do Mercosul, diante das hesitações uruguaias e das incertezas colocadas na eleição presidencial paraguaia, em 30 de abril de 2023.

A reconstrução da Unasul

A União das Nações Sul-Americanas é uma organização intergovernamental, fundada em 2008 sob forte liderança do Brasil. A Unasul tinha a integração econômica secundarizada diante da função de se constituir como um fórum de governança regional, priorizando o diálogo político, políticas sociais, educação, energia, infraestrutura, defesa, etc.

Apesar das diferenças políticas, vários programas de cooperação foram realizados, entre os quais se destaca a IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano também foi bem-sucedido. O papel em que a Unasul mais se destacou foi na gestão de diversas crises no continente, o que a tornou a

interlocutora válida para a região, deslocando a OEA desse papel.
A Unasul foi enfraquecida pela chegada de diversos governos de direita ao continente. O fim do boom das commodities e a mudança do ciclo político na América Latina reduziram o alcance da Unasul. Nesse contexto, entende-se a decisão de Bolsonaro de deixar o bloco em março de 2019, no mesmo dia em que o governo boliviano anunciou que lhe dava a presidência interina da entidade.
O Brasil faz fronteira com dez países do continente. Segundo o chanceler Mauro Vieira: "não podemos parar de falar porque este ou aquele governo tem esta ou aquela orientação ideológica".

A volta à CELAC

A CELAC surgiu em 2011 como um mecanismo de articulação para toda a América Latina e o Caribe. O Brasil integra o organismo desde a sua fundação. Em janeiro de 2020, Jair Bolsonaro decide retirar o Brasil da entidade sob a alegação de que "dava destaque a regimes não democráticos".
Lula tem a clara intenção de fortalecer organismos multilaterais regionais, tentando superar as diferenças ideológicas que levaram ao isolamento diplomático do país durante a presidência anterior.

Acordo Mercosul-União Europeia

No dia 30 janeiro, o presidente Lula se reuniu com o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, em Brasília. Após o encontro, o presidente apontou modificações no acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE).
Da forma como está redigido, o acordo se mostrava lesivo aos interesses dos países do Mercosul. A queda de barreiras alfandegárias pode relegar os membros a uma condição desvantajosa em relação à UE, tornando-os permanentes exportadores de commodities e abrindo seus mercados à importação de produtos industrializados e semi-industrializados. Essa situação pode incluir até mesmo compras governamentais. De outra parte, países europeus que contam com forte produção agrícola – caso, entre outros, de França, Irlanda e Polônia – expressam contrariedades com a competição vinda do sul.
O acordo abrange cerca de 25% da economia mundial e prevê a redução para zero as tarifas de importação de mais 90% de produtos de cada lado. E pela estimativa do Itamaraty os ganhos chegarão a quase US $100 bilhões para as exportações brasileiras até 2035.
Apesar de já estar finalizado, ainda precisa ser ratificado por cada país dos blocos econômicos integrantes, o que pode levar anos, pelas resistências existentes. Um dos entraves foi a política ambiental brasileira no governo de Jair Bolsonaro.
No final de março de 2023, novas exigências no âmbito de direitos humanos e meio ambiente por parte da União Europeia foram vistas como descabidas pelos países-membros do Mercosul, o que pode atrasar ainda mais um acordo já complicado.

Meio ambiente: a pauta convergente

Lula busca retomar a liderança do Brasil em temas de governança ambiental. Na América Latina, isso significou a articulação de uma cúpula sobre a Amazônia com os membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organismo esvaziado nos últimos anos.

A proposta não é nova. Ainda no período eleitoral, o atual assessor especial da presidência Celso Amorim, havia comentado a possibilidade de realização da reunião entre os nove chefes de Estados que compõem a OTCA para 2023. A cúpula foi realizada em 8 e 9 de agosto, em Belém. Além do Brasil, deve contar com representantes da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela. O presidente da França, Emmanuel Macron, deve estar presente para representar a Guiana Francesa. John Kerry, enviado especial do clima dos Estados Unidos, também deve participar.

Em seu discurso de posse, o chanceler Mauro Vieira classificou o fortalecimento da OTCA como fundamental para reativar a cooperação dos países amazônicos em temas diversos e coordenar suas posições em foros mundiais. A posição alinhada deve ser destacada no discurso do presidente brasileiro na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro, na qual as mudanças climáticas devem ser uma das principais pautas levantadas.

No dia 10 de abril de 2023, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) iniciou uma série de diálogos internos no âmbito do governo federal como parte da preparação para a organização da cúpula; o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi a primeira das pastas a ser consultada pelo Itamaraty para debater a inserção de agendas para o evento.

No contexto regional, a política ambiental se apresenta como um novo ponto de convergência para a integração. Para Giorgio Romano, coordenador do GT de Inserção Internacional do OPEB, a tendência da pauta ambiental é de se constituir como o carro-chefe da nova tentativa de integração regional, incluindo questões socioeconômicas e tecnológicas.

O chavismo sob nova direção

Bolsonaro rompeu relações diplomáticas com a Venezuela em 2019, criando uma crise artificial, a partir de pressões do governo Trump. Uma das primeiras tarefas do novo governo foi reatar essas relações.

Vale mencionar aqui uma trapalhada governamental, logo de saída. O chanceler Mauro Vieira tem uma carreira de quase meio século no Itamaraty, mas em várias ocasiões demonstra limitada capacidade política e inabilidade surpreendente para o desempenho do cargo. Ainda em janeiro, em entrevista ao Clarín, jornal conservador argentino, afirmou que o presidente venezuelano Nicolás Maduro seria um "ditador". O fato criou sérios embaraços nos canais diplomáticos entre os dois países. A entrevista levou o ex-chanceler e atual assessor presidencial, Celso Amorim, a assumir as tratativas de reaproximação diplomática. No início

de março, Amorim viajou a Caracas e se reuniu com Maduro e com membros da oposição. No início de fevereiro, a embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta após quase três anos de inoperância.

A redução do espaço democrático na Nicarágua

Outro ponto quente da América Latina no início de 2023 foi a Nicarágua, ambiente de arbitrariedades postas em prática por Daniel Ortega. Importante líder sandinista na Revolução contra a ditadura da família Somoza, Ortega passou de libertador e defensor da democracia para um autoritário, que cooptou o legislativo e o judiciário e, dessa forma, vem reduzindo o espaço democrático no país e infringindo os Direitos Humanos em uma série de aspectos. Pode-se dizer que o regime de Ortega é um dos tendões de Aquiles da política externa brasileira. A vitória sandinista, em 1979, foi um movimento anti-imperialista, com o intuito de estabelecer a democracia em um país solapado por uma ditadura apoiada pelos EUA.

A figura de Ortega se desvirtuou ao longo dos anos: eleito presidente da Nicarágua pela primeira vez em 1985, Ortega seria escolhido pelo povo para um segundo mandato quase 20 anos depois, em 2007. De lá para cá, nota-se sua tentativa de se perpetuar no poder, acumulando quatro mandatos consecutivos, que levantam dúvidas acerca da transparência do processo eleitoral.

A imagem que o presidente Lula e o PT possuem sobre Ortega, entretanto, não acompanhou essa mudança de rota do presidente nicaraguense, uma vez que há grande resistência por parte dos petistas em condenar suas práticas atuais.

Nos primeiros meses do governo Lula III, duas situações acerca da Nicarágua no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU chamaram atenção e revelaram certa ambiguidade da política externa brasileira sobre o tema. A priori, o Brasil ficou de fora do grupo de 55 países – entre eles o Chile de Gabriel Boric e a Colômbia de Gustavo Petro – que fizeram uma declaração conjunta na qual denunciaram possíveis crimes cometidos por Daniel Ortega; neste episódio, os representantes brasileiros negociam a redação de um texto final que preservasse espaço para o diálogo, posição que saiu derrotada e fez com que o Brasil considerasse a versão vencedora como inadequada.

Na semana seguinte, o representante brasileiro em Genebra, Tovar Nunes, expressou a preocupação do Brasil com as violações de Direitos Humanos praticadas na Nicarágua. Além disso, o Brasil abriu as portas para opositores que tiveram sua cidadania retirada por Ortega, em um movimento que abarcou outros países da região – coincidência ou não, após estes episódios, a embaixadora da Nicarágua em Brasília foi destituída por Ortega.

Ações promissoras

Como citado no presente artigo, os 100 primeiros dias do governo Lula foram marcados por alguns desafios e relevantes acontecimentos para a participação do Brasil na política externa latino-americana. Para o início do governo, é possível observar promissoras ações referente

às políticas específicas direcionadas à América Latina, até então abandonadas pela antiga gestão.

A política do governo Lula aparenta ter ações favoráveis que podem avançar com acordos do Mercosul e impulsionar a participação e liderança do Brasil na organização. Os temas sobre democracia, pluralidade e presença política, econômica e social se destacam no cenário internacional. É inegável a importância do fortalecimento das relações políticas e econômicas com os países da América Latina e o fim do isolamento anteriormente instaurado. Uma política externa que retorne com uma proposta de integração no plano internacional, abraçando os parâmetros sociais, políticos e econômicos, pode fornecer consideráveis retornos ao decorrer da volta do Brasil ao sistema internacional e a busca de um protagonismo na região latino-americana e nas políticas do Sul Global.

Deste modo, espera-se para o terceiro mandato presidencial de Lula, novas perspectivas do papel do Brasil na política externa, com a recuperação da liderança do país na região e a reaproximação com a América Latina.

O discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU: o Brasil e o multilateralismo

21 de setembro de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues,

Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

"Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo ao nosso redor".
Presidente Lula na ONU

No dia 19 de setembro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu um discurso marcante na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua presença no pódio da ONU representa um momento importante não apenas para o Brasil, mas também para toda a América Latina, destacando a valorização do multilateralismo e a expectativa em torno de sua participação.

O contexto da abertura

A ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU sempre é cercada de expectativas quanto aos temas a serem abordados e os questionamentos que surgirão. Neste ano, não foi diferente. Havia forte expectativa com a volta de Lula, após quatro anos da presença de Jair Bolsonaro no púlpito. Digna de nota foi a ausência de quatro dos cinco líderes dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU no evento. Apenas Joe Biden estava presente. Vladimir Putin e Xi Jinping mandaram representantes, assim como Emmanuel Macron e

Rishi Sunak, demonstrando um esvaziamento do mais importante fórum de lideranças globais, o que pode corroborar a proposta de Lula de um mundo multipolar para além da ONU.
A ausência de líderes de importantes nações no palco da ONU pode suscitar preocupações sobre a coesão e a eficácia da organização internacional, bem como ser vista como sintoma de uma possível crise na ONU, uma vez que a ausência de líderes-chave pode dificultar a tomada de decisões e a busca por consenso em questões globais.
Nesse contexto, a visão de Lula de um mundo multipolar, onde o poder e a influência são compartilhados entre várias nações, pode ganhar destaque. Ele parece buscar uma ONU mais inclusiva e adaptada aos desafios contemporâneos, e sua proposta de reforma na governança internacional pode ganhar apoio em um cenário de ausência de líderes de países importantes.
Durante os anos em que o Brasil esteve sob a liderança do governo Bolsonaro, a política externa enfrentou críticas e controvérsias consideráveis. O Brasil viu-se isolado em muitas questões e a sua imagem global foi afetada negativamente devido a uma postura diferente da sua tradicional em pautas ambientais e de direitos humanos.
A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em janeiro de 2023, representou uma ruptura significativa com a abordagem diplomática brasileira anterior, marcada pelo isolamento diplomático e o pragmatismo irresponsável. Sua intervenção, caracterizada pela leitura perspicaz do contexto internacional, ofereceu uma visão ampla e esclarecedora de questões que afetam a comunidade internacional. O presidente Lula dividiu seu discurso em dois momentos. Primeiramente, comentou a situação interna e fez uma leitura do panorama internacional. Em seguida, direcionou seu olhar para a forma como o Brasil se coloca diante desse cenário.
Lula começou sua intervenção destacando a importância da democracia e como ela foi fundamental para superar momentos de ódio, desinformação e opressão no Brasil. Ressaltou que a vitória da democracia permitiu que a esperança prevalecesse sobre o medo, renovando a confiança na capacidade do país de enfrentar desafios.
A missão delineada foi clara: unir o Brasil e reconstruir um país soberano, justo, sustentável, solidário, generoso e alegre. Ele enfatizou a importância de o Brasil se reencontrar consigo mesmo, com sua região e com o mundo, destacando especialmente o compromisso com o multilateralismo.
A frase "O Brasil está de volta" expressou o desejo de contribuir de maneira significativa para enfrentar os principais desafios globais, demonstrando um compromisso renovado com a cooperação internacional e a busca de soluções conjuntas.
Lula aproveitou a oportunidade para destacar a necessidade da resolução de questões cruciais, como os conflitos armados, a crise climática, a desigualdade global e a crise do multilateralismo. Seu discurso contrastou com as tensões e os confrontos que caracterizaram a política externa anterior.
Como forma de demonstração da estabilidade política interna do país, a delegação presente

na Assembleia incluiu os presidentes das duas câmaras nacionais, Rodrigo Pacheco (PSD), do Senado, e Arthur Lira (PP),da Câmara. Também estiveram presentes representantes de diversos ministérios, como as ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, da Saúde, Nísia Trindade, da Gestão, Esther Dweck, das Mulheres, Cida Gonçalves, além dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, das Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o titular das Relações Exteriores, Mauro Vieira.
A presença de Lula na tribuna representou não apenas uma mudança na liderança política do Brasil, mas também de direção na forma como o país se posiciona e se relaciona com a comunidade internacional. O discurso de Lula marca o início de uma nova era na diplomacia brasileira ao mesmo tempo que recupera elementos da política externa "ativa e altiva" executada durante seus dois primeiros mandatos. Nesse momento, assim como há 20 anos atrás, os princípios de cooperação, solidariedade e busca de soluções conjuntas se constituem como centrais na inserção internacional do Brasil.
O presidente lembrou de seu primeiro pronunciamento na Assembleia Geral, em 2003, quando afirmou sua confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência. No atual discurso o mandatário traz à tona a continuidade e os resquícios de políticas exteriores anteriores. Caracterizado pela leitura do contexto internacional, Lula apresentou o que o Brasil pode fazer nesse cenário global e como pode contribuir para a solução dos desafios que o mundo enfrenta.
Cabe ressaltar uma curiosidade acerca dos motivos que fizeram o Brasil se constituir como o país que abre a Assembleia Geral. Uma das teorias é que isso pode ser visto como um "prêmio de consolação" após a campanha do país para se tornar um dos membros permanentes do Conselho de Segurança nos primórdios da Organização, logo rejeitada. Vale notar que o Brasil começou a abrir a Assembleia Geral em 1949, 1950 e 1951, e depois em 1955, com exceções em 1983 e 1984. Essa peculiaridade está ligada ao contexto da Guerra Fria e à suscetibilidade das nações diante das tensões globais.
O discurso atual pode ser visto como uma tentativa de reforçar o compromisso do Brasil com o multilateralismo e a cooperação internacional, bem como uma reforma da ONU e de outros arranjos multilaterais que envolvam outros fóruns decisórios, num momento em que a governança mundial está em questão.

Pontos-chave do discurso de Lula

Conflitos Armados

Lula destacou a importância de buscar soluções pacíficas para os conflitos armados e promover a estabilidade global. Neste cenário, ele enfatizou a postura do Brasil de resolução pacífica das controvérsias e o valor da negociação como meio de solucionar os conflitos. Mencionou, mas não deu o destaque esperado à guerra na Ucrânia, uma vez que citou diversos outros enfrentamentos que ocorrem pelo mundo

Crise climática

O mandatário trouxe à tona a preocupação com eventos recentes ligados à crise climática, como os desastres no Marrocos, na Líbia e no Rio Grande do Sul, e enfatizou a responsabilidade dos países ricos do G20 nesses problemas. Ele ressaltou a necessidade de ações concretas para combater as mudanças no meio ambiente.

Desigualdade e fome

A desigualdade global foi apontada como problema central, especialmente a fome que afeta milhões em todo o mundo. O presidente apontou que "o mundo está cada vez mais desigual. Os 10 maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade".

Crise do multilateralismo

O chefe do Executivo expressou preocupação com a crise da governança mundial e ressaltou a importância de reformular instituições globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Conselho de Segurança da ONU. Com as críticas ao Fundo, Lula trouxe dados dos investimentos disponíveis para países europeus e africanos em 2022, mostrando que a desigualdade está presente até mesmo nas instituições criadas para seu combate. Por sua vez, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o presidente apontou sua paralisia e ressaltou que a organização privilegia o protecionismo dos países ricos e criticou o atual sistema de solução de controvérsias.

O petista também mencionou a necessidade de fortalecer o BRICS como uma plataforma estratégica para promover a cooperação entre emergentes. O bloco surgiu como resposta ao imobilismo das instituições globais e enfatizou que a recente ampliação do grupo na Cúpula de Joanesburgo fortalece a luta por uma ordem internacional que reflita a pluralidade econômica, geográfica e política do século XXI. As decisões unilaterais, completou Lula, podem prejudicar profundamente nações: "O Brasil seguirá denunciando medidas tomadas sem amparo na Carta da ONU, como o embargo econômico e financeiro imposto a Cuba e a tentativa de classificar esse país como Estado patrocinador de terrorismo", por parte dos Estados Unidos.

Ascensão do fascismo

O presidente enfatizou a necessidade de se reforçar a democracia e combater a ascensão do fascismo em todo o mundo. Defendeu a preservação dos valores democráticos e a promoção do Estado de Direito como pilares essenciais para a paz e a estabilidade global. O mandatário citou a situação guatemalteca e o potencial risco do vencedor das eleições ser impedido de assumir o cargo. Algo semelhante ao que ocorreu no Brasil em 8 de janeiro, com a tentativa de golpe nas sedes dos três poderes.

Apontou ainda que o neoliberalismo traz ameaças às democracias, pois "seu legado é uma massa de deserdados e excluídos" que possibilitam a ascensão de "aventureiros de extrema

direita que negam a política e vendem soluções tão fáceis quanto equivocadas" com alguns "sucumbindo à tentação de substituir um neoliberalismo falido por um nacionalismo primitivo, conservador e autoritário".
Neste contexto, destacou a necessidade do combate à desinformação e crimes cibernéticos, ressaltando a liberdade de imprensa, e criticando de forma direta a prisão do jornalista Julian Assange.

Desenvolvimento sustentável

No que diz respeito à Política Externa Brasileira (PEB), Lula destacou a importância da Amazônia, que fala por si só e é fundamental para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Ele mencionou as contribuições do Brasil em diversas áreas, como igualdade de gênero e combate à fome. Além disso, ressaltou a necessidade de uma reforma trabalhista que promova o "trabalho decente" em detrimento do neoliberalismo e defendeu o resgate das melhores tradições humanistas que inspiraram a criação da ONU.

Reforma das instituições globais

O presidente reforçou a necessidade de reformar as instituições globais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU, para torná-las mais representativas e eficazes, reforçando a posição histórica do Brasil, assim como fez na Cúpula dos BRICS, em agosto. Lula afirmou que o Conselho de Segurança vem perdendo sua credibilidade, principalmente após seus países-membros serem incapazes de trazer uma resolução pacífica para um conflito iniciado por um membro do próprio Conselho – na fala, o presidente menciona os membros permanentes, "que travam guerras não autorizadas em busca de expansão territorial ou de mudança de regime", crítica que transpassa a Guerra Rússia-Ucrânia. Ele também expressou a vontade do Brasil de se tornar um membro permanente deste órgão e contribuir de maneira mais significativa para as decisões que moldam o cenário internacional.

Intervenção sofisticada

Nos três dias em que esteve em Nova York, em setembro de 2023, o presidente realizou diversos encontros bilaterais com líderes mundiais, incluindo doadores do Fundo Amazônico e os presidentes da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e dos EUA, Joe Biden, com o qual Lula realizou cerimônia de lançamento da "Iniciativa Global Lula-Biden para o Avanço dos Direitos Trabalhistas na Economia do Século XXI".
Reflexo de uma política externa altiva e ativa, o discurso de Lula representa uma tentativa de realizar intersecções entre pautas internas e externas, como o combate à desigualdade.
Lula proferiu uma intervenção sofisticada, por tratar de praticamente todos os temas que afetam a agenda internacional. Há agora a expectativa de que o Brasil seja capaz de realizar articulações com outros países visando impulsionar mudanças no cenário global.

Dois povos, um acordo: 50 anos do Tratado Itaipu Binacional

16 de maio de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Francisco Zupanovich, Gabrielly Provenzzano da Silva, Geovanna Mirian Raimundo, Melissa Souza Jorge e Rafaela Castilho Miranda

O Tratado de Itaipu, que estipula a construção e o funcionamento da Usina de Itaipu, completou 50 anos em 26 de abril de 2023. Além de dar base jurídica para um grandioso empreendimento da engenharia, o acordo entre Brasil e Paraguai é um marco na diplomacia latino-americana e um exemplo mundial de cooperação. Na marca dos 50 anos, os debates em torno da renegociação do Tratado giram em torno da revisão de seu Anexo C e colocam em pauta o futuro das relações Brasil-Paraguai, especialmente à luz da vitória de Santiago Peña nas eleições paraguaias de abril de 2023.

Itaipu binacional: uma história de integração regional e cooperação entre países

A ITAIPU BINACIONAL QUE, EM TUPI GUARANI, SIGNIFICA A PEDRA QUE CANTA, é uma obra gigantesca que demorou mais de 10 anos para ficar pronta. Ela contou, durante a construção, com mais de 40 mil operários – conhecidos como barrageiros -, que trabalhavam 24 horas por dia, 7 dias por semana, em turnos para construir uma estrutura que, para muitos, poderia parecer uma idealização irrealizável 50 anos atrás. Por essa dimensão, o projeto da usina ficou conhecido no mundo como uma importante obra de engenharia da época e chama atenção até hoje, atraindo mais de um milhão de turistas todos os anos. No entanto, além de suas dimensões impressionantes, da quantidade de concreto suficiente para erguer 210 estádios do tamanho do Maracanã, da quantidade total de ferro e aço suficientes

para construir 380 torres Eiffel e dos desafios naturais do imponente rio Paraná, a construção ainda tinha um desafio um pouco mais invisível aos olhos humanos, mas tão imponente quanto os outros: as decisões diplomáticas que cercavam o território da barragem. Sem esse primeiro passo, nada do que se sucedeu e do que vemos hoje poderia ter acontecido.

Imagem 1: Itaipu Binacional - Fonte: sites.usp.br

Nos anos 1960, quando o projeto da hidrelétrica começou a ser pensado, três grandes problemas diplomáticos pareciam cercar e limitar as discussões:

1. As relações entre o Brasil e o Paraguai ainda estavam extremamente comprometidas, um século após a Guerra da Tríplice Aliança. Se por um lado o Brasil subestimava seu vizinho, por outro o Paraguai enxergava no Brasil uma espécie de país subimperialista (NETO, 2023);

2. O território da usina estava com um atraso significativo na demarcação pós-guerra e, por isso, não se sabia ao certo se o marco das sete quedas – lugar determinado para a construção -, pertencia ao Brasil ou se era parte território brasileiro e parte paraguaio;

3. Além disso, as dimensões entre os países pareciam desproporcionais para um acordo de determinação equivalente de divisão, já que após a II guerra mundial, o Brasil se pretendia como uma espécie de segundo responsável pela América Latina no continente, abaixo ape-

nas dos EUA. O país estava desenvolvendo sua indústria enquanto o Paraguai ainda tentava se reerguer dos destroços deixados em 1870.
No entanto, as tratativas e discussões que levaram até a construção da usina são, segundo o professor Micael Alvino, um marco histórico para o direito internacional que abriu precedentes por ter saído de discussões intensas entre dois países para gerar um acordo equânime entre dois vizinhos latinoamericanos.
Em suma, o acordo de 1973 que define plenamente o início da construção de Itaipu não foi "apenas" uma decisão de desenvolvimento energético de um país, mas se tratou de longas discussões que levaram a um acordo complexo entre dois países limítrofes que, dentro desse pequeno espaço, abriram mão de sua soberania territorial para juntos gerarem uma cooperação entre os dois Estados. Hoje, a Itaipu é uma das maiores geradoras de energia do mundo e, sozinha, fornece energia elétrica para cerca de 88% da população paraguaia e 12% da população brasileira.

No meio da fronteira

O Tratado de Itaipu é um acordo firmado entre Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973, que estabeleceu as bases para a construção e exploração da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, localizada na fronteira entre os dois países, no rio Paraná. O tratado foi assinado pelos então presidentes Emílio Garrastazu Médici, pelo Brasil, e Alfredo Stroessner, pelo Paraguai. Dois ditadores.
O acordo definiu as condições para a construção da usina, o uso da energia gerada, a distribuição dos custos e benefícios entre os dois países e as questões relacionadas à soberania e à segurança da usina.
No Tratado ficou definido que toda a energia gerada deveria ser dividida em duas partes iguais e se caso uma das partes não utilizasse toda a parte de direito, esta deveria, de preferência, ser comercializada com o sócio a preço de custo. Desse modo, o Paraguai que usa somente 5% do total de 50% que lhe cabe, comercializa com o Brasil os 45% restantes, que paga por essa energia algo em torno de 300 milhões de dólares.
Como integração da binacionalidade em suas diretrizes, o acordo assegura ampliar o conhecimento, a compreensão e o respeito dos valores das culturas dos brasileiros e paraguaios, estimulando a convivência harmônica e a busca de soluções conjuntas, atendendo as necessidades internas e externas à Entidade, para benefício das sociedades de ambos países, constituindo-se em paradigma para a integração latino-americana. Em última instância, a binacionalidade de Itaipu significa que tanto o Brasil, quanto o Paraguai, concordaram em abrir mão de parte de sua soberania em um determinado espaço da fronteira e se comprometeram a administrar esse território conjuntamente.

Potencial hidrelétrico do rio Paraná

O Rio Paraná é o principal formador da Bacia do Prata. Quando considerado em sua ex-

tensão total até a foz do Rio da Prata, na cidade de Buenos Aires, é o oitavo maior rio do mundo em extensão (4.300 km) e o maior da América do Sul depois do Amazonas. É, ainda, o décimo maior do mundo em vazão, drenando boa parte do centro-sul da América do Sul, incluindo parte de cinco estados do Brasil. Sua bacia hidrográfica abrange mais de 10% de todo o território brasileiro.
Em seu percurso, logo após a confluência com o rio Paranapanema, o Paraná passa a banhar também o estado de mesmo nome. Mais a jusante, exatamente onde foi formado o reservatório de Itaipu, passa a demarcar a fronteira entre Brasil e Paraguai, numa extensão de 190 km até a foz do rio Iguaçu.
Desta forma, vale destacar uma sub-bacia de grande interesse para Itaipu, que drena parte da rede hidrográfica do território paranaense diretamente ao seu reservatório: a Bacia do Paraná III. Possui 8.000km2 e envolve, total ou parcialmente, 28 municípios do estado do Paraná e um do Mato Grosso do Sul.
O rio Paraná, a partir da foz do rio Iguaçu, passa a ser o limite natural entre Argentina e Paraguai. Na confluência do rio Paraguai, o curso d'água passa a banhar exclusivamente terras argentinas, desaguando no Prata, que dá nome a esta importante bacia. Ao receber também as águas do rio Uruguai, constitui a quarta bacia do mundo, com 3.190.000 km2.
Neste contexto, é importante ressaltar a relevância do Rio Paraná para o potencial hidrelétrico, que pela sua queda e vazão serem de grande proporção, o qual se destaca a usina binacional de Itaipu. Além disso, apresenta um solo muito rico e, por isso, possui elevada atividade agropecuária, e pode ter grande impacto no potencial hidrelétrico para quem usufrui de seus recursos naturais.

As políticas de integração Brasil-Paraguai
A Tríplice Fronteira é uma região de ocupação relativamente recente. A principal atividade da região entre o século XIX e XX era de extração de erva-mate e madeira, o que não era suficiente para povoar a área. A ocupação do território da Tríplice Fronteira inicia-se em 1970, contando com 7% do total da população atual de 902 mil habitantes entre as três cidades da fronteira, segundo o censo de 2010. Os dados de 1970 indicam que havia uma concentração de 51% no lado paraguaio, 46% no lado brasileiro e 3% no lado argentino.
Segundo o documentário Dois países, um acordo: 50 anos do Tratado de Itaipu, a aproximação Brasil-Paraguai ocorreu nos anos 1940, com a ida do presidente Getúlio Vargas à Assunção, em 1941, e quando o Brasil concedeu um depósito franco no porto de Santos ao Paraguai, em 1943. Essas políticas bilaterais promoveram o início de maior cooperação, integração física e dinâmica territorial-social entre os países.
O objetivo brasileiro era de conseguir o Paraguai como um país aliado, visto que havia uma disputa na América do Sul entre Argentina e Brasil pela influência da região durante grande parte do século XX. A relação entre os países continuou uma questão importante nos governos seguintes, o que se demonstra pela construção da Ponte da Amizade em 1959, no

governo JK, e pelo Tratado de Itaipu, em 1973.

Apesar do Paraguai ter uma política pendular entre Argentina e Brasil durante o regime militar de Alfredo Stroessner (1954-1989), sua tendência era adotar uma postura mais simpática ao lado brasileiro. Antes de uma melhor consolidação das relações bilaterais Brasil-Paraguai, o Paraguai usava os portos argentinos e essa nova relação entre os países possibilitou uma alternativa à política paraguaia pelo uso dos portos brasileiros.

A negociação de uma saída para o mar é um ponto importante da política do Paraguai devido à sua condição como país mediterrâneo. Além disso, o incentivo da exploração de energia elétrica e da imigração brasileira é uma questão importante para o lado do Paraguai, sendo que 86,3% do consumo de energia no Paraguai é gerada por Itaipu e a maior população imigrante no Paraguai é brasileira.

A integração Brasil-Paraguai não se resume ao território específico da fronteira, a aproximação entre os países é baseada em suas políticas de Estado e gera mudanças no território, na economia e na sociedade. As três principais consequências das relações bilaterais entre os dois países são a instalação de Itaipu, a movimentação econômica entre as três fronteiras e a ligação do Paraguai a uma saída para o mar.

Uma delicada engenharia do diálogo

Para a diplomacia, o desafio de Itaipu foi proporcional à grandeza da obra. Por envolver temas centrais para a soberania brasileira e paraguaia, o tratado que deu base jurídica para a construção da usina exigiu uma delicada engenharia do diálogo que antecedeu a própria assinatura do acordo em 1973.

Como dito anteriormente, a aproximação entre Brasil e Paraguai teve início durante o governo Vargas, ainda nos anos 1940, mas é a partir de 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que a questão energética ganha centralidade no Brasil. Na época, o país passava por um intenso processo de urbanização e industrialização, o que demandava grandes quantidades de energia. Segundo Flavio Miguez, da Academia Nacional de Engenharia do Brasil, entretanto, é somente na década de 1960 que estudos acerca dos potenciais hidroenergéticos da região centro-sul levam o governo de Jânio Quadros à Cachoeira de Sete Quedas, no ponto em que o rio Paraná faz fronteira entre os dois países.

Conforme o documentário citado, o contencioso entre Brasil e Paraguai começou em 1962. Marcondes Ferraz, da Escola Politécnica de São Paulo, elaborou um projeto no qual o Brasil aproveitaria o potencial hidrelétrico de Sete Quedas com uma usina, tendo a casa de força na margem esquerda do rio Paraná. Na prática, isso significava que a usina construída seria brasileira, de forma que o aproveitamento energético seria unilateralmente do Brasil. O Paraguai contestou a iniciativa e colocou em questão a demarcação da fronteira naquela região, que havia sido estipulada pouco tempo depois da Guerra da Tríplice Aliança, em 1872, mas que permanecia incompleta. Em A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016, o embaixador e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero (2017) aponta que a instalação de

um pequeno destacamento de vinte soldados brasileiros na região, em 1965, desencadeou oposição no Paraguai.

A questão só ganharia contornos de resolução em 1966. Em março, a embaixada do Brasil em Assunção divulgou a Nota nº 92, por meio da qual buscava dirimir a situação com o Paraguai. Em última instância, a nota é relevante pela posição que o Brasil assume ao declarar que o assunto mais importante a se discutir entre os dois países era a "busca de condições capazes de assegurar o bem estar de seus povos através de uma fraternal colaboração para a solução de problemas comuns", e não apenas as demarcações fronteiriças. O que se desenhava ali era a possibilidade (e oportunidade) de cooperação energética.

Em junho de 1966, Brasil e Paraguai assinaram a Ata de Iguaçu. Segundo Ricupero (2017), o documento previa estudos para o aproveitamento dos recursos hídricos em condomínio entre os dois países. A partir daquele momento, portanto, Brasil e Paraguai concordam que qualquer uso hidrelétrico do rio Paraná deve ser feito em conjunto. Nesse sentido, a Ata foi a base do que viria a ser o Tratado de Itaipu.

Na forma com que foi negociado e executado, o Tratado de Itaipu é um monumento da diplomacia latino-americana. Sua monumentalidade diplomática se deve justamente à superação de divergências através da diplomacia, o que coloca Brasil e Paraguai como um exemplo mundial de cooperação. Para Gisela Padovan, Secretária de América Latina e Caribe no Itamaraty, isso só foi possível graças à vontade política de entendimento, à capacidade técnica e às habilidades diplomáticas dos dois lados para lidar com questões relacionadas à soberania. Tratados internacionais são complexos por natureza, mas no caso de Itaipu, que toca em questões fronteiriças e de aproveitamento hídrico, isso é especialmente verdade.

50 anos: revisão do Anexo C

Recentemente, no âmbito da renegociação do tratado, houve um ponto específico que se destacou e foi protagonista do debate: a revisão do anexo C do texto do tratado.

Na época de sua assinatura, em 1973, o tratado de Itaipu compunha-se de três partes: o Anexo A, que confere ao projeto caráter binacional e estabelece as responsabilidades e direitos específicos do Paraguai e do Brasil; o Anexo B que trata das questões técnicas na descrição das instalações para a produção de energia hidrelétrica e, por fim, o Anexo C no qual são estabelecidos os princípios financeiros para a prestação dos serviços de eletricidade que regulariam a operação do empreendimento.

Em relação à operação financeira do tratado, cabe esclarecer que ele contém uma complexidade inexorável por estar em contato com duas economias substancialmente diferentes, tanto em tamanho quanto em base produtiva, que gerenciam um projeto comum.

Na prática, a assimetria das economias se evidencia se levarmos em conta que o Brasil utiliza 82,1% da energia produzida, deixando o Paraguai com 17,9%. Essa diferença foi devidamente regulamentada por meio do tratado conhecido como "Compensação por Cessão de Energia" no qual são estabelecidos os preços vigentes no mercado regional de energia elétrica

para o Brasil.
Com o cumprimento dos 50 anos da entrada em vigor do tratado de Itaipu, também se encerra o período de revisão do Anexo C. 50 anos depois do grande projeto hidrelétrico, a forma de consumo de energia nos dois países sofreu mudanças. No caso do Brasil, cuja capacidade instalada de geração de energia é modelo no mundo, Itaipu representa apenas 8,72% da energia elétrica demandada.
Do lado brasileiro, o que se espera da revisão do Anexo C é manter o status quo, sem propor nada de novo e respaldar a lógica de financiamento que passou a vigorar com a assinatura do tratado.
Por outro lado, na frente paraguaia existem vários cenários possíveis. A primeira opção é reduzir as tarifas de uso de energia, o que representa um barateamento das tarifas para o setor industrial paraguaio e pode promover o setor industrial e atrair investimentos estrangeiros.
Outro cenário de negociação possível, promovido por organizações sociais e políticas paraguaias, é buscar o escoamento integral da energia que lhe corresponde, podendo vender seu excedente, seja para o Brasil ou para qualquer outro país, a valores de mercado.
A verdade é que 2022 terminou sem uma negociação oficial sobre o Anexo C, que deve ser resolvido em 2023. O assunto, por ser algo tão vital para o desenvolvimento nacional quanto a energia, merece estratégias em ambas as frentes e um minucioso processo de negociação.

Futuro das relações Brasil-Paraguai

No dia 16 de março de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou a Foz do Iguaçu para participar da posse do novo diretor-geral de Itaipu Binacional, Enio Verri. Além disso, se encontrou com o então presidente do Paraguai, Mario Abdo Benitez (que já não ocupa mais o cargo), a fim de dialogar sobre os próximos passos na política de integração.
A distribuição da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu entre os dois países é tema de debate constante por parte dos paraguaios. Um dos principais pontos discutidos foi a divisão da energia gerada pela usina. Atualmente, o acordo estabelece que o Brasil receba 85% da energia gerada, enquanto o Paraguai fica com os 15% restantes. Como o Paraguai consome apenas parte desses 15% para suprir sua demanda interna, o tratado estabelece que o país possa vender o excedente da energia gerada para o Brasil. No entanto, os paraguaios consideram que o preço que o Brasil paga pela energia excedente, que é o preço de produção, é baixo em comparação com os valores praticados no mercado internacional de energia. Portanto, na marca dos 50 anos, em que se discutem possíveis renegociações, ganham destaque as discussões em torno da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu.
Santiago Peña, atual presidente paraguaio, em entrevista durante sua campanha concedida ao Estadão, afirma: "Sou amante da história. O acordo de Itaipu é um grande êxito da diplomacia, que resolveu problemas que duravam décadas. Permitiu empreender um projeto que levou ao desenvolvimento do Brasil e do Paraguai e hoje nos une. Não temos muitos exemplos assim no mundo. Os que desenharam o tratado foram visionários e eu não quero ser

menos do que eles em pensar no papel de Itaipu nos próximos 50 anos. Estou otimista para poder negociar isso com Lula".

É o oposto da posição de Efraín Alegre, o principal candidato que Peña enfrentou nas eleições. Em entrevista para a Folha de S. Paulo, Efraín defendeu uma mudança na política energética paraguaia, que ele afirmou ser desvantajosa. Para ele, o atual modelo rentista, no qual os ganhos paraguaios são baseados na cessão de energia, não convém e deve ser substituído por uma política energética desenvolvimentista, baseada no uso dessa energia. A diferença nas posições de Peña e Alegre mostra como o resultado das eleições paraguaias pode dar o tom das renegociações de Itaipu, principalmente porque Peña parece mais disposto a manter o status quo.

A possibilidade de uma mudança no acordo de Itaipu gerou reações diversas em ambos os países. No Paraguai, a ideia é vista como uma oportunidade de ampliar a participação do país no mercado energético internacional e aumentar sua receita. Já no Brasil, há preocupação com a possibilidade de encarecimento da energia elétrica e com o impacto negativo que isso poderia causar na economia.

A visita de Lula ao Paraguai, em agosto de 2023, foi vista por muitos como uma tentativa de dinamizar as relações diplomáticas entre os dois países, que passaram por momentos de tensão nos últimos anos, principalmente durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O encontro entre os presidentes foi marcado por um clima amistoso, com trocas de elogios e discursos em defesa da integração regional.

Apesar das expectativas positivas em relação à visita de Lula, ainda é preciso aguardar para ver se as propostas discutidas entre os dois países serão colocadas em prática. O fortalecimento das relações entre Brasil e Paraguai é visto como fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social na região, além de ser estratégico para o posicionamento do Brasil no contexto geopolítico da América Latina.

No entanto, ainda não está claro se haverá mudanças significativas na política de integração do país com a região. Enquanto isso, as discussões sobre a divisão da energia de Itaipu continuarão sendo um ponto de tensão entre Brasil e Paraguai. A expectativa é que as negociações para um acordo justo continuem nos próximos meses, com o objetivo de equilibrar a distribuição de energia entre os dois países e fortalecer a cooperação regional.

Referências

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

Milhões em movimento: da sobrevivência à crise humanitária

05 de outubro de 2023

Por Gabrielly Provenzzano da Silva, Geovanna Mirian Raimundo e Rafaela Castilho Miranda

O deslocamento humano maciço ao longo da História apresenta causas diversas, em cada lugar e época. Em comum há o instinto de sobrevivência e a busca de melhores condições de vida. Esse trânsito esbarra usualmente em obstáculos como racismo, preconceitos de classe e xenofobia nos países ricos. Em 2019 o número total de migrantes internacionais alcançou a marca histórica de 272 milhões e adquire o status de crise humanitária em muitos casos. As maiores tensões estão nas fronteiras e portos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Vale a pena examinar suas características principais.

NO INÍCIO DE AGOSTO DE 2023, duas pessoas foram encontradas mortas próximas à barreira de boias instalada no Rio Grande, que divide o estado do Texas, nos Estados Unidos, do México. Uma das vítimas era uma criança hondurenha.

A instalação da barreira na fronteira entre EUA e México é uma medida anti-imigração do governo do Texas, comandado pelo republicano Greg Abbott, crítico da entrada irregular de imigrantes no país. As bóias começaram a ser colocadas em julho, num ponto do rio que costuma ser usado por imigrantes, dificultando a travessia destes. Quem deseja ultrapassá-la precisa passar por baixo dela, correndo o risco de afogamento. Alguns trechos do rio contam ainda com grades e arame farpado nas margens.

A gestão Biden entrou na justiça contra a medida texana, por julgar que o controle da fronteira é atribuição do governo federal. Abbott acusa o presidente de não agir para conter o

alto fluxo de imigrantes na fronteira. O embate vem na esteira da revogação do Título 42, ocorrida em 11 de maio de 2023, que deu fim a regra do governo Trump que permitia que os EUA expulsassem imediatamente todas as pessoas que chegassem ao território do país sem a documentação adequada.

No continente, a barreira flutuante gerou diversas críticas, inclusive por parte do presidente mexicano, Andres Manuel López Obrador, que classificou a iniciativa do Texas como "desumana". Numa coletiva de imprensa no dia 27 de setembro de 2023, ele convocou uma reunião com os ministros de relações exteriores de diversos países da América Latina para discutir as dinâmicas migratórias da região. "Não é um problema que diz respeito apenas ao México, é uma questão estrutural e precisamos enfrentá-la dessa forma" disse, e defendeu a criação de um plano de ação conjunto para proteger os migrantes e combater as causas que forçam as pessoas a migrar.

A história da migração na América

As migrações humanas se iniciaram muito antes da existência de Estados nacionais e divisões dos países. Em sua música "Pangeia", Fabio Brazza nos convida a compreender a espécie humana como naturalmente nômade, isto é, por questões de sobrevivência da espécie os seres humanos migraram mundo afora populando e re-populando os continentes de acordo com as mudanças climáticas e em busca de suprir suas necessidades básicas. Apenas milhares de anos depois iniciou-se um processo de sedentarização no qual grupos foram se estabelecendo em determinados territórios e iniciando o processo de fundamentação dos povos originários de cada região como conhecemos hoje. No entanto, só muitos milhares de anos depois começou efetivamente o processo de divisão territorial e fronteirização dos Estados nacionais e, consequentemente, a migração, que antes era um processo natural da espécie, se tornou um desafio social.

Ao longo da História, esse processo migratório foi marcado e incentivado graças a crises humanitárias, políticas e econômicas nos países de origem. Grande parte – senão todos – migrantes internacionais travam uma batalha em busca de melhores condições de vida para si e para sua família, em busca de um país com mais empregos, políticas públicas, saúde e educação. Além de enfrentarem desafios da ilegalidade e de correrem risco de morte no percurso entre lugares de origem e destino, na maioria dos casos enfrentam tantos problemas no destino quanto no percurso. Há inúmeras dificuldades de sobrevivência, trabalho e obtenção de direitos de permanência e cidadania. Em suma, a partir do momento da "decisão", na qual muitas vezes não há opções de escolha, o migrante enfrenta desafios que colocam diretamente sua vida em risco.

É possível fazer um recorte para compreender a história do processo migratório para as Américas a partir do século XIX. No início daquele século, os processos de independência diante das metrópoles europeias, seguidas da abolição da escravatura e do trabalho servil e da inserção dos novos Estados no mercado global, tornou premente a busca de força de

trabalho barata. No Brasil e nos EUA, os antigos escravizados foram liminarmente dispensados e marginalizados do trabalho assalariado, num cruel processo que tinha como objetivo promover o branqueamento da população. Simultaneamente, muitos países da Europa enfrentavam crónicos problemas econômicos. Começou-se então um intenso processo de incentivo às emigrações europeias que se tornaram uma espécie de política de Estado em alguns países americanos. Entre 1815 e 1920 cerca de 60 milhões de europeus emigraram para as Américas, dos quais 71% rumou para a América do Norte, 21% para América Latina e 7% para a Austrália.

Em suma, pobres europeus que morriam de fome em seus países de origem e sofriam com os problemas econômicos e desemprego, foram incentivados a atravessar o oceano rumo ao continente americano em troca de casa, trabalho e a promessa de uma nova vida. Enquanto isso, os negros que já habitavam esses mesmos territórios se viram libertos da escravidão sem qualquer amparo do Estado, obrigados a recair sobre subempregos e moradias precárias. Os jornais da época dos países de origem foram importantes meios para divulgação dessas políticas. Países como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, divulgavam suas políticas nesses jornais que também publicavam cartas reais dos migrantes incentivando ou denunciando o processo de deslocamento, a depender de seus posicionamentos políticos. Dessa forma, alemães, italianos, franceses e muitos outros chegaram à América sob a promessa de vidas melhores e sob a "missão" de "embranquecer" e "europeizar" os novos países. Podemos dizer, portanto, que esse processo foi incentivado pelo Estado e, muito diferente do que enfrentamos atualmente, havia uma visão – mesmo que racista e higienista – de mútuo benefício entre as partes. Assim, o processo, com muitas ressalvas, mostrou-se benéfico para muitos migrantes.

Olhando para os processos migratórios rumo ao continente americano nos últimos 30 anos, as diferenças saltam à vista. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) a questão migratória é um dos mais intensos problemas sociais do século XXI e o aumento no número de deslocamentos internacionais tem sido exponencial nos últimos anos. Em 2019 o número total de migrantes internacionais alcançou a marca histórica de 272 milhões, o que representa um aumento de 51 milhões em relação a 2010. Esse aumento denuncia a intensificação de problemas conjunturais no mundo, os quais tem levado as pessoas a procurarem uma saída fora de seus países. Entre os motivos dessa movimentação humana, podemos citar problemas socioeconômicos, políticos e climáticos como os maiores destaques. É necessário ressaltar novamente que as pessoas, em sua maioria, não abandonam seu país de origem – e muitas vezes sua família e amigos – se não estiverem sob forte necessidade de buscar uma vida melhor. No entanto, com a intensificação da migração, paradoxalmente, os problemas sociais ligados a esse processo tendem a se intensificar na mesma medida, principalmente nos países-destino, uma vez que o tema divide a opinião pública dos países receptores e, consequentemente, as políticas de cada governo sobre o processo, que em geral são distintas. Isto é, as migrações tendem a ser uma fagulha para despertar grandes embates políticos e so-

ciais nos países-destino através, principalmente, do disfarce do nacionalismo, intensamente utilizado nos últimos anos para "justificar" xenofobias, preconceitos e ideias equivocadas acerca da população migrante. Tais fatores dificultam fortemente a vida de pessoas vulneráveis e sem direitos garantidos. Em suma, trata-se de uma crise humanitária sem precedentes que denuncia problemas estruturais no mundo e que tende a se intensificar ainda mais nos próximos anos.

Políticas migratórias nos Estados Unidos

As políticas de imigração dos Estados Unidos começaram a endurecer no governo de Barack Obama. Em 2014, o ex-presidente norte-americano determinou que os pais seriam criminalizados e que as famílias ficariam detidas em centros de detenção familiar, onde aguardariam juntos as decisões sobre os processos de imigração e pedidos de asilo. Uma das formas mais comuns para estrangeiros legalizarem sua situação é através de pedidos de asilo. Nesses casos, a justiça analisa os riscos que determinada pessoa corre em seu país de origem para decidir sua autorização de permanência. Com a antiga lei chamada Título 42 (medida instituída pelo ex-presidente Donald Trump durante a pandemia da Covid-19), imigrantes eram obrigados a retornar para seu país mesmo sem uma resposta judicial referente ao pedido de asilo. O Título 42 é uma política sanitária que permite aos funcionários da fronteira ignorar as etapas demoradas, que normalmente são necessárias para examinar processos migratório, incluindo o procedimento que admite a um estrangeiro buscar asilo. Agentes da fronteira podem expulsar sumariamente imigrantes que estejam em território americano. O Título 42 remonta a uma lei de 1944, conhecida como Lei de Serviço à Saúde Pública, que concedia às autoridades o direito de aplicar medidas emergenciais para prevenir a propagação de doenças. Em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a Covid-19 como uma pandemia, o então presidente Trump invocou o estatuto com a intenção declarada de impedir que a doença se espalhasse pelo país. Recentemente, o governo dos Estados Unidos anunciou uma política mais restritiva. Todos os dias, centenas de latino-americanos tentam cruzar ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos com o México. Mas ao entrar no país sem permissão, elas podem enfrentar leis cada vez mais rígidas. A partir do mês de maio de 2023, os EUA vão retomar o Título 8, política migratória que vigorava antes da crise sanitária que assolou o planeta. A medida prevê que, antes de entrar no país, os solicitantes de asilo devem usar um aplicativo para marcar um horário com uma autoridade de imigração. Se não tiverem hora marcada, poderão ser deportados rapidamente. O governo espera que a medida substitua a política de emergência de saúde – implementada durante a pandemia – que permite expulsão imediata daqueles que atravessam a fronteira sem documentos. A Casa Branca afirma não desejar impedir que as pessoas busquem asilo, mas pretende colocar ordem na fronteira, segundo alegam. Grupos de direitos civis classificam a medida como inconstitucional e que vão processar o governo de Joe Biden, que prometeu em campanha, uma política migratória mais humana.

Yalidy – cientista política da Rutgers University (Nova Jersey) e especialista em política migratória – apontou que o Título 8, que substitui a norma expirada, se estabelece como proibição de asilo, o que potencializa problemas no México e em outros "países de trânsito". "O verdadeiro caos está nas dificuldades e na violência enfrentada pelos migrantes, enquanto tentam chegar a um lugar seguro apenas para encontrarem uma política que exige acesso a um aplicativo (CBP One) e a uma conexão wifi. A maioria será rejeitada de todas as maneiras", acrescentou Matos.

Apesar das restrições legais enfrentadas, essa população desempenha um papel importante no funcionamento da economia, especialmente em áreas como agricultura, construção civil e hotelaria, nas quais assume tarefas que os trabalhadores americanos muitas vezes não querem fazer, pelo menos pelos salários que os empregadores oferecem.

A imigração para os Estados Unidos exigiu restrições crescentes, resultando em impactos negativos evidentes. Sob políticas mais rigorosas, como a implementação do Título 42 durante a pandemia da Covid-19 e a recente retomada do Título 8, muitos imigrantes têm sido forçados a enfrentar um sistema complexo e desumano. Além disso, a implementação do Título 42 durante a pandemia da Covid-19 permitiu a expulsão imediata de imigrantes, muitas vezes sem a atenção de seus casos de asilo, levantando questões sobre o acesso à proteção e à análise de riscos. A recente reintrodução do Título 8, que exige o uso de um aplicativo para marcar horários com autoridades de imigração, pode criar obstáculos adicionais para aqueles que buscam asilo, exacerbando as dificuldades enfrentadas pelos migrantes em sua busca por segurança. Enquanto isso, grupos de direitos civis argumentam que tais políticas são inconstitucionais, destacando a complexidade e o caos no processo de imigração, que muitas vezes afetam os migrantes, apesar de sua contribuição para setores-chave da economia, revelando assim uma série de questões profundamente problemáticas no sistema de imigração dos EUA.

O Título 42 permitiu a expulsão imediata de imigrantes, sem considerar suas desvantagens de asilo, prejudicando aqueles que buscam proteção de perseguições em seus países de origem. A retomada do Título 8, que exige que os solicitantes de asilo usem um aplicativo para marcar um local com autoridades de imigração, cria obstáculos adicionais e gera caos em países de trânsito, onde os migrantes enfrentam dificuldades e violência. Apesar das restrições legais, muitos imigrantes desempenham funções importantes na economia dos EUA.

A persistência das políticas migratórias ao longo dos anos, incluindo a criminalização dos pais e a detenção de famílias em centros de detenção, gerou preocupações sobre direitos humanos.

Segundo o jornal El País, a imigração é uma força transformadora, que produz mudanças sociais profundas e imprevistas tanto nas sociedades de origem quanto nas de acolhimento, nas relações entre os diversos grupos dentro das sociedades de destino e entre os próprios imigrantes e seus descendentes. A imigração vem acompanhada, não só de processos de aculturação por parte dos que chegam, mas também de medidas políticas dos Estados para

controlar as suas ondas. Ela também embute diferentes tipos de reações dos residentes estabelecidos e de seus políticos, que podem considerar que os recém-chegados representam uma ameaça cultural ou econômica.

A fronteira EUA-México

Em 2016, quando a campanha presidencial de Donald Trump estava a todo vapor, Josh Begley, um artista digital estadunidense, lançou o curta metragem Best of Luck with the Wall ("boa sorte com o muro", em tradução livre), uma sucessão de imagens de satélite da fronteira entre Estados Unidos e México. Para além de mexicanos, a fronteira é rota de migração de pessoas de todas as nacionalidades, em sua maioria da América Central. Segundo Begley, ao persistir na dimensão física de um lugar frequentemente reduzido à metáfora, sua intenção era dar mais dimensão ao que é ser um "sujeito político" desse espaço e significado para a promessa de campanha de Trump de construir um muro na fronteira sul dos Estados Unidos. Ao longo de 6 minutos, o curta passa pelos 3.144 km que compõem a fronteira entre os EUA e o México. A zona de fronteira entre os dois países é dada pelo Convênio de La Paz de 1983, que delimita a união de duas faixas de terra (100 km ao norte e 100 km ao sul) que dividem, de um lado, um país emergente e, do outro, a potência hegemônica do sistema internacional. Apesar do Convênio de La Paz delimitar a zona fronteiriça, a conformação dos territórios da região é mais antiga. Para Beatriz Naddi e Vítor Belucci (2015), a definição da fronteira se deu em função da expansão imperialista dos EUA em direção ao interior do continente americano, ainda no século XIX, processo conhecido como a Conquista do Oeste. Segundo Rodolfo Rincones (2004), antes de 1846, o território mexicano compreendia os atuais estados da Califórnia, Arizona, Novo México e Texas e, em 1847, o México já havia perdido mais da metade de suas terras através de invasões e "compras" por parte dos EUA.

Para além da conformação territorial, Naddi e Belucci (2015) destacam a relevância desse processo para entender as tensões que permeiam a relação entre imigrantes mexicanos e estadunidenses hoje: segundo os autores, a população mexicana que vivia nas áreas dominadas se tornou uma população estrangeira que, sem falar inglês, se tornou vítima de racismo. Posteriormente, constitui-se a figura do mexicano como inferior em relação à pretensa superioridade dos estadunidenses.

No entanto, quando o assunto são as tensões que permeiam os fluxos migratórios nas Américas, o maior símbolo é o muro (já) construído pelos Estados Unidos na fronteira com o México. Como aludido acima, o fortalecimento de barreiras ao sul dos EUA ganhou centralidade na política estadunidense em 2016, mas a discussão é conhecida de outros carnavais. Conforme Patrick Timmons (2017), em 1969, o presidente Richard Nixon (1969-1974) lançou a Operação Intercept, que quase fechou parte da fronteira com o México para impedir a entrada de drogas no país e, desde os anos 1990, no governo de George H. W. Bush (1989-1993), barreiras tem sido construídas e expandidas nos estados fronteiriços com o intuito de controlar a imigração ilegal.

Com o atentado de 11 de setembro, em 2001, a vigilância e fiscalização das fronteiras ganhou uma nova camada de complexidade com a declaração dos EUA de Guerra ao Terror. Conforme Naddi e Belucci (2015), a preocupação com o terrorismo levou não só à ampliação dos muros, como também ao uso de equipamentos militares e ao aumento do número de agentes patrulheiros de fronteira, tornando a região militarizada. Segundo Begley, o Serviço Aduaneiro e de Proteção das Fronteiras dos EUA (Customs and Border Protection, o CBP), responsável pela patrulha, implementou câmeras, radares, drones, sensores e softwares de reconhecimento ao longo do Rio Grande e a oeste da região desértica da fronteira. Nesse sentido, além de barrar a imigração ilegal, a fronteira fortemente controlada serve aos EUA o propósito de barrar atividades ilícitas, como o narcotráfico e o terrorismo.

Para Trump, o muro ideal teria 1000 milhas (1600 km) de extensão e seria feito à base de concreto. Ao deixar a Casa Branca, em 2021, sua administração dizia ter construído o total de 452 milhas (727 km). No entanto, apenas 80 milhas (128 km) de muro foram erguidas do zero; as demais foram reformas em trechos já construídos pelas gestões anteriores.

Apesar do relativo fiasco com a promessa eleitoral, Trump implementou uma política migratória de tolerância zero, que teve efeitos perversos: para desencorajar a entrada de pessoas sem documentos regularizados nos EUA, a política permitia que todos os adultos em situação irregular fossem acusados criminalmente. Se fossem pegos, eram levados a um centro de detenção de imigrantes para aguardar julgamento por tempo indeterminado. Por não serem permitidas nos centros, muitas crianças foram separadas de suas famílias e levadas para abrigos, onde também corriam risco de deportação.

Em 2021, Joe Biden assumiu a presidência dos EUA com o compromisso de dar um tratamento mais humano à questão da migração ilegal. Ao fim do primeiro ano de mandato, entretanto, sua principal proposta no tema – dar nacionalidade a 11 milhões de migrantes em situação irregular – permanecia travada no Congresso. Da política linha dura de Trump, Biden manteve em vigor o Título 42, a medida emergencial que autorizava a rápida deportação de qualquer um que tentasse entrar nos EUA ilegalmente, implementada no contexto da pandemia de Covid-19.

Em 2023, a Organização Internacional para Migrações (OIM) reportou a ocorrência de 686 mortes e desaparecimentos de migrantes na fronteira EUA-México no ano de 2022, número que tornou o trajeto a rota terrestre mais perigosa do mundo. Michele Klein Solomon, diretora regional da OIM para as Américas Central e do Norte e o Caribe, destacou que esse número é um lembrete da necessidade de ação por parte dos Estados do continente – o que inclui, sem dúvidas, os EUA.

Políticas migratórias na América Latina: o caso do Brasil

Por sua formação histórica, o Brasil é, entre outras coisas, um país de imigrantes. Ainda assim, conforme Adriana Capuano de Oliveira e Gilberto Rodrigues (2020), a política migratória com ênfase na proteção dos direitos humanos é mais uma agenda com avanços sig-

nificativos na redemocratização.
Segundo os autores, durante o regime militar, violador de direitos humanos, a agenda migratória brasileira foi securitizada pelos aparatos repressores do governo a nível federal e estadual. Valia, na época, a Lei 6.815/1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que enquadrava o imigrante como ameaça e suspeito de possíveis ações terroristas. Já na redemocratização, a proteção a imigrantes é reconhecida na Constituição Federal de 1988, que inclui a concessão de asilo político com um dos princípios das relações internacionais do Brasil (Art. 4º).
No governo Temer (2016-2018), foi aprovada a nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que substitui a Lei do Estrangeiro (um dos últimos dispositivos legais do regime militar que ainda estava em vigência, como destacam Oliveira e Rodrigues) e incorporou, enfim, diversos aspectos importantes do enfoque de direitos humanos em relação à migração, inclusive o visto humanitário como opção de entrada no país.
Em termos de fluxos migratórios, uma das primeiras respostas da nova legislação brasileira se deu em função do fluxo advindo da Venezuela. Agravada a partir de 2017, a crise política e econômica do país gerou uma onda migratória que atingiu diretamente seus vizinhos fronteiriços, isto é, Brasil e Colômbia. Para lidar com o grande fluxo de migrantes, o Brasil criou a Operação Acolhida em Roraima, gerenciada pelas Forças Armadas com o apoio do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, o ACNUR, e de organizações da sociedade civil. A atuação do Brasil foi reconhecida pela ONU como um trabalho pioneiro e efetivo na prestação de assistência, integração e preservação da dignidade dos imigrantes.
Em 2021, mais de 1,3 milhão de imigrantes residiam no Brasil. De 2011 a 2020, o número de refugiados anualmente reconhecidos pelo país saiu de 86 para 26,5 mil, um salto significativo. No período, os maiores fluxos vieram, além da Venezuela, do Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos.
Mais recentemente, o Brasil também abriu as portas para refugiados do conflito entre Rússia e Ucrânia e, no início do ano, totalizava a concessão de mais de 400 vistos humanitários. Até junho de 2023, o governo também totalizava mais de 11 mil vistos humanitários concedidos para afegãos, que chegam ao Brasil fugindo do regime do Talibã, que retomou o poder no Afeganistão em 2021.

Mercosul-União Europeia: um acordo e várias incertezas

30 de maio de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues, Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

O principal ponto da agenda comercial externa brasileira para os próximos meses, na ótica governamental, é fechar o Acordo de Associação Mercosul – União Europeia. As primeiras iniciativas datam de 1999 e as negociações se prolongaram até junho de 2019, quando foi assinado. O acordo vai muito além de uma série de protocolos de livre-comércio e avança em temas como compras governamentais, propriedade intelectual, proteção ao meio ambiente, marcos regulatórios, normas sanitárias, tarifas alfandegárias, entre outras. Empresas de um bloco poderão participar de concorrências públicas em outro.

PARA O MERCOSUL, APESAR DE VÁRIAS VANTAGENS, há sérias assimetrias em jogo. Exportador de commodities e importador de bens industriais, o bloco sulamericano terá na queda de tarifas de importação mais impulso ao seu processo desindustrializante. O argumento de reciprocidade no mercado europeu pode ser irreal, na prática. Indústrias de alta produtividade sempre levarão vantagem em relação a concorrentes menos competitivos. A abertura de compras governamentais pode eliminar um vasto setor de pequenas e médias empresas que atendem demandas municipais variadas. Os impactos sobre a geração de empregos também podem ser grandes. Do lado europeu, países em que a agricultura responde por parcela significativa da atividade econômica – como França, Alemanha, Itália e Espanha, entre outros – buscam restringir medidas de abertura comercial. Há um argumento mais

geral por parte da União Europeia (UE), que são os danos ambientais das atividades econômicas praticadas pelo Brasil nos anos Bolsonaro.
Em entrevista ao jornal El País, em sua visita à Espanha no final de abril de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que em seu atual estágio, o acordo "ainda é impossível de aceitar" e que o Brasil vai propor mudanças, sem entrar em detalhes.

O que é?

Apesar das controvérsias, o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia é um marco importante na história do comércio internacional, representando um esforço conjunto para fortalecer as relações econômicas e comerciais entre os dois blocos regionais. O Mercosul, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi criado em 1991 com o objetivo de promover a integração econômica na região. A Venezuela, integrada em 2012 encontra-se suspensa desde 2017. A União Europeia, por sua vez, é composta por 27 países. Desde 1999, o Mercosul e a UE buscaram estabelecer um acordo de livre comércio abrangente.
Ao longo dos anos, as discussões enfrentaram desafios significativos devido a diferenças em temas como agricultura, propriedade intelectual e acesso a mercados. Essas divergências prolongaram as negociações, exigindo esforços diplomáticos intensos para alcançar um consenso.

Cronologia dos acontecimentos:

1995-2000: Início das negociações formais entre o Mercosul e a UE.
2000-2010: Várias rodadas de negociações são realizadas, mas sem um acordo concreto.
2010-2016: As tratativas sofrem algumas interrupções, mas são retomadas em 2016, com um novo impulso.
2019: Após duas décadas, o acordo é finalmente alcançado em 28 de junho.
2020: Conclusão das negociações dos pilares políticos e de cooperação do Acordo de Associação.
2020-atualidade: Processo de revisão legal do acordo. O próximo passo será a retificação de seus termos pelos poderes legislativos de cada país dos dois blocos. O Brasil avança com propostas, no governo Lula III, tentando reverter as cláusulas negociadas durante a gestão Bolsonaro.

O acordo, como já mencionado, abrange uma ampla gama de temas, incluindo tarifas, barreiras não tarifárias, serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e desenvolvimento sustentável. Também busca promover a cooperação em áreas como agricultura, indústria, comércio digital e aspectos sanitários e fitossanitários. Em 18 de junho de 2020, as partes concluíram os acertos dos pilares político e de cooperação do Acordo de Associação.

Desafios e controvérsias:

O acordo enfrenta desafios significativos, especialmente em relação ao setor agrícola. A UE é um importante produtor e teme a concorrência dos produtos do Mercosul. Por outro lado, o bloco latinoamericano busca aumentar suas exportações de carne bovina, aves e produtos agrícolas processados. A sustentabilidade também é um tema sensível, pois há preocupações quanto à proteção ambiental, principalmente em relação à Amazônia e a padrões trabalhistas.

O próximo passo seria a ratificação e implementação do acordo pelos países membros. Esse processo envolve a aprovação dos legislativos nacionais e a adoção das medidas necessárias para cumprir as obrigações estabelecidas no texto, além da necessidade de aprovação pelo Parlamento Europeu no que tange a área econômica. A ratificação é um processo complexo que pode levar tempo, considerando as diferentes agendas e interesses de cada país.

Embora enfrente controvérsias, o tratado tem o potencial de impulsionar o comércio, promover a cooperação e estimular o crescimento econômico em ambas as regiões. A implementação bem-sucedida exigirá diálogo contínuo e esforços conjuntos para superar diferenças e alcançar benefícios mútuos. Segundo o Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior), o acordo resultará em uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, integrando um mercado de 780 milhões de habitantes e aproximadamente um quarto do PIB global. Estima-se que trará resultados significativos para a economia brasileira, com um aumento projetado de US$ 87,5 bilhões no PIB em 15 anos, podendo chegar a US$ 125 bilhões considerando a redução das barreiras não-tarifárias e o aumento da produtividade. Também é esperado um aumento de investimentos no Brasil da ordem de US$ 113 bilhões. Além disso, as exportações brasileiras para a UE devem apresentar ganhos de quase US$ 100 bilhões até 2035.

Impacto na indústria

Alguns críticos argumentam que o acordo poderia levar a um desmonte das indústrias do Mercosul, devido à competição desigual com produtos europeus. Há receios de que a abertura do mercado do Mercosul para produtos industriais europeus possa afetar setores específicos da indústria, como a fabricação de automóveis, máquinas, equipamentos e produtos químicos. A solução só será possível através de concessões mútuas e podem incluir cláusulas de proteção e salvaguarda destinadas a proteger setores sensíveis da economia. No entanto, em sua versão atual, cujas negociações foram encabeçadas por Mauricio Macri e Jair Bolsonaro, o acordo demonstra certa subserviência e nanomania [costume de se achar inferior] por parte dos países do Mercosul, como afirmou o ex-ministro Celso Amorim.

O projeto de neoindustrialização proposto por Lula e Alckmin "requer iniciativa, planejamento e gestão. Nossa diversificação precisa ser criteriosa, a partir dos setores em que já temos know-how, na direção daqueles que podem gerar maior valor adicionado e nos quais temos capacidade de ser competitivos", completa Amorim. Conforme as palavras do economista Paulo Nogueira Batista Júnior: "O acordo, invasivo, Mercosul-UE mina a política de

industrialização brasileira". Cabe aos governos e às partes envolvidas garantir que as medidas adequadas sejam tomadas para mitigar possíveis impactos negativos e maximizar os benefícios do acordo para a indústria nacional.
Outra preocupação está relacionada ao setor agrícola. Alguns países da União Europeia apresentam uma produção altamente subsidiada e padrões sanitários e fitossanitários mais rigorosos. Isso poderia resultar em competição desigual para os produtores agrícolas do Mercosul.

O histórico dos entendimentos

As primeiras discussões começaram em 1995, com o acordo de Madri. O objetivo era definir uma zona de livre comércio entre os países dos dois blocos em até dez anos a partir dali. Em junho de 1996, quando ocorreu uma reunião de chanceleres dos países dos dois grupos em Luxemburgo, o entusiasmo era grande, já que, na época, os dois blocos contavam com 500 milhões de consumidores, e se abriria um mercado quase inédito para os países sul-americanos. A ideia parecia ambiciosa para os dois blocos, já que as negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) também estavam sendo discutidas.
As negociações passaram por altos e baixos até a assinatura final. O quadro abaixo busca mostrar o ímpeto de cada lado, em 2019.

QUADRO 1 – INTERESSES NAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO MERCOSUL-UE

Principais pontos para o fechamento do acordo Mercosul-UE	
Tema	**Posicionamento**
Propriedade Intelectual	Interesse ofensivo da UE
Regras de Origem — manufaturados	Interesse ofensivo do Mercosul
Regras de Origem –*drawback*	Interesse ofensivo do Mercosul
Barreiras técnicas ao comércio	Interesse defensivo do Mercosul
Compras Governamentais	Interesse ofensivo da UE
Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Interesse ofensivo da UE
Produtos Agrícolas	Interesse ofensivo do Mercosul
Produtos Industriais	Interesse ofensivo da UE

Fonte: extraído de FERREIRA, F. (2018).

FONTE: Reprodução de SILVA, SILVA e FERREIRA (2019, p. 24).

Problemas e atrasos

Ao longo de mais de vinte anos, as tratativas oscilaram entre debates acalorados e períodos em que as discussões ficaram inertes. A partir de 2010 as negociações voltaram a ser interessantes para os blocos, ainda que de forma lenta. No entanto, os governos do Cone Sul não viam concessões suficientes do lado europeu para um desenlace positivo. Neste perío-

do, a oposição argentina foi marcante, com discrepâncias acentuadas em relação à posição protecionista europeia no setor agropecuário. Sob os novos ares de governos favoráveis aos interesses do mercado – Temer, no Brasil, e Macri, na Argentina -, o acordo voltou a ser um tema importante e outras rodadas de negociações, com novas propostas e concessões, se iniciaram. Finalmente, em 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, o Mercosul e a União Europeia, enfim, selaram o documento final. No entanto, mesmo assim as discussões continuaram inflamadas. Muitos países europeus não se mostraram favoráveis à ratificação do acordo em meio a crise ambiental vista no Brasil. O meio-ambiente é um tópico sensível e de extrema relevância na política europeia. A isso se soma o fato dos agricultores europeus terem organizado diversas manifestações contrárias ao acordo.

As negociações sob Bolsonaro

Os entendimentos entre os dois blocos durante o governo Bolsonaro se caracterizam pela restrita participação da sociedade civil nos debates, pelo entrave da pauta do meio ambiente e pela crise interna do Mercosul.

Segundo a análise do assessor especial da presidência, Celso Amorim, e do ex-ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, a urgência de se anunciar o selamento do acordo em 2019 se deu por razões políticas específicas da conjuntura. Segundo ambos, o anúncio seria uma estratégia do então presidente Macri para aumentar suas chances de sucesso no processo eleitoral argentino.

A visão crítica a conclusão do acordo no governo Bolsonaro se baseia em algumas questões específicas:

1. Concessões excessivas: Alguns críticos alegam que o Brasil fez concessões excessivas aos europeus durante as negociações. Os argumentos são de que o governo Bolsonaro aceitou reduzir tarifas de importação em setores estratégicos, como agrícola e industrial, sem obter contrapartidas significativas. Essas concessões poderiam prejudicar a indústria nacional e a produção agrícola brasileira, uma vez que os produtos europeus, que são altamente competitivos, poderiam inundar o mercado brasileiro.

2. Proteção ambiental e indígena: Outra crítica levantada é a falta de compromisso do acordo com a proteção ambiental e dos direitos indígenas. O governo Bolsonaro foi alvo de críticas por suas políticas ambientais controversas, incluindo a flexibilização das leis de proteção ambiental e a expansão da exploração agrícola e pecuária na Amazônia. Alguns alegam que o acordo não impõe restrições suficientes ao Brasil em relação a essas questões, o que poderia comprometer o meio ambiente e os direitos das comunidades indígenas.

3. Impacto econômico assimétrico: Há preocupações de que o acordo possa favorecer desproporcionalmente os países europeus em detrimento dos países do Mercosul. Alguns críticos afirmam que a indústria e a agricultura europeias estariam mais avançadas e competitivas

do que as do Mercosul, e que isso pode resultar em um desequilíbrio comercial prejudicial para os países sul-americanos. Além disso, a falta de políticas de apoio e incentivo aos setores vulneráveis pode acentuar as desigualdades socioeconômicas internas.
No entanto, é importante ressaltar que tais críticas não são consenso e existem opiniões divergentes sobre o acordo. É fundamental um debate aberto e aprofundado, considerando as implicações econômicas, ambientais e sociais, bem como a necessidade de garantir um equilíbrio justo de interesses entre os países envolvidos.

A economia verde é um tema muito caro para a União Europeia nas negociações. Em 2019, foi lançado o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) com a finalidade de tornar a economia do bloco mais sustentável e de impacto neutro no clima. Entre as diretrizes do pacto estavam a construção de uma Diplomacia do Pacto Ecológico, na qual princípios ambientais se tornariam centrais em relações diplomáticas e comerciais. Desta forma, foram evidentes as tensões entre a União Europeia e o governo Bolsonaro. Houve entraves nas negociações, com países como Holanda, Áustria e a região da Valônia, na Bélgica, votando contra a ratificação e outros países como França, Irlanda e Luxemburgo vocalizando suas resistências.
Em visita ao Brasil em 2020, o Comissário Europeu para o Meio ambiente, Virginijus Sinkevicius, demonstrou abertamente suas preocupações com o aumento do desmatamento no país e com as políticas antiambientais do presidente Bolsonaro, em especial com o projeto de lei 191/20, o qual permitia a mineração e a criação de usinas hidrelétricas em terras indígenas. Outro projeto de lei que gerou protestos em 2021 foi o PL 2633/20, chamado de "PL da Grilagem", o qual facilitava o desmatamento ambiental e regularizava a ocupação indevida de terras públicas.
A rejeição do protecionismo econômico por Bolsonaro também levou a uma crise interna no Mercosul. Por um lado, a Argentina desejava maiores proteções e distribuições mais equitativas das vantagens do acordo, resultando em uma posição mais crítica ao próprio acordo que Macri havia anunciado em 2019. Por outro lado, a posição do Brasil era fortemente neoliberal e flexibilizadora. O resultado foi uma série de discordâncias em relação a taxas, como a Tarifa Externa Comum, e outros artigos tanto do acordo Mercosul-União Europeia, quanto do próprio Mercosul. Diante desta crise e desses temas, a União Europeia apenas podia esperar por uma estabilização da situação.
Procurando avançar na ratificação, a União Europeia propôs em 2020 o anexo ambiental, inserindo no acordo normas restritivas sobre a pauta ambiental. Críticos apontam que o anexo produz pouco efeito prático para garantir o respeito aos princípios ambientais e sustentáveis. Porém, essa proposta deixa clara a situação contraditória em que se encontra a União Europeia. Por um lado, a pressão da pauta ambiental na opinião pública e a pressão contra o acordo são grandes. Por outro lado, os representantes do bloco não querem abandonar a mesa de negociações e a possibilidade de efetivar o acordo um dia.

Novos ares para as negociações

O governo Lula trouxe novos ares para as negociações. Desde que assumiu o mandato, em janeiro de 2023, o presidente brasileiro já se reuniu com os principais líderes da União Europeia. Durante as viagens, Lula comprometeu-se com a erradicação do desmatamento e do garimpo ilegal e focou em discursos sobre a importância da sustentabilidade e do patrimônio ambiental do país dentro de seu governo. Além de posicionar-se em linha com as posições europeias nesse tema, o governo mantém-se ocupado para garantir que os interesses do Mercosul também sejam atendidos. Em 24 de maio de 2023, o chanceler Mauro Vieira reiterou o desejo de se chegar a um acordo equilibrado entre os dois blocos, mas que "ao mesmo tempo, não aceitamos que o meio ambiente – preocupação legítima e que compartilhamos – seja utilizado como pretexto para exigências despropositadas, para a adoção de medidas de viés protecionista ou, no limite, para retaliações descabidas".

A União Europeia produziu, em março de 2023, uma side letter (carta lateral) – complemento contratual. O documento sobre medidas que deverão ser adotadas pelos países do Mercosul exibe o objetivo de não incentivar a degradação ambiental e/ou de ferir direitos humanos dos povos originários, sendo uma delas a proibição na União Europeia do comércio de produtos ligados ao desmatamento, devendo os produtos importados possuírem a rastreabilidade devida de sua procedência, e a outra sendo a exigência das empresas exportadoras de produtos como cimento, aço, alumínio e fertilizantes de provarem a neutralidade da emissão de carbono (Carbon Border Adjustment Mechanism).

Críticos da side letter apontam que a capacidade da União Europeia de impor sanções à importação dos produtos dos países baseados na interpretação de degradação ambiental, – ainda que essa degradação fosse legal nos países exportadores – feriria o princípio da igualdade jurídica entre os Estados.

Os próximos passos

Apesar dos longos anos de negociações, existe certa objeção da União Europeia para ceder, nem que pouco, suas exigências. Enquanto os europeus, que possuem grandes subsídios para seus pequenos produtores a fim de manter a paisagem de seus países, exigem dos membros do Mercosul uma preservação ambiental, incentivam um acordo que beneficia, principalmente no Brasil, setores da indústria e do agronegócio, maiores causadores do desmatamento (o segundo, unicamente, foi responsável por 97% do desmatamento em nosso país no ano de 2022) e que possuem grande influência nas tomadas de decisões comerciais e políticas.

É possível que as próximas negociações do governo atual apresentem contribuições para melhorar o acordo para o lado sulamericano. O objetivo seria incentivar não apenas o setor econômico-comercial, mas direcioná-lo a um âmbito político-social, a fim de propiciar retornos estruturais positivos para a América Latina e seus povos, aumentando as chances de desenvolvimento da região por meio da diversificação produtiva.

Referências bibliográficas:

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. SILVA, Ricardo Dias da. FERREIRA, Fernanda Ramos. O agronegócio brasileiro e as negociações Mercosul-União Europeia. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 2019, p. 5-32.

Valter Pomar: "Foro de São Paulo é uma organização plural e democrática"

25 de julho de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues,

Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

Entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 2023, Brasília sediou a 26ª reunião do Foro de São Paulo, articulação entre mais de 120 partidos e organizações progressistas e de esquerda de 27 países. O encontro contou com a presença do presidente Lula e foi o primeiro evento presencial da instituição após o início da pandemia.

DEMONIZADO PELA DIREITA E PELA EXTREMA DIREITA, o Foro de São Paulo virou tema de campanha eleitoral em 2018 e 2022, quando se propagaram inúmeras fake-news a seu respeito. Em meio a um contexto geopolítico complexo, com disputas ideológicas e políticas entre diferentes atores nacionais e internacionais na América Latina e no Caribe, o Foro de São Paulo, como uma instância de articulação política, continua a enfrentar desafios para manter sua relevância e contribuir para os debates e ações no cenário regional.
À vista disso, o Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil – OPEB, entrevista Valter Pomar – professor de Relações Internacionais da UFABC e ex-secretário executivo do Foro de São Paulo (2005-2013).

OPEB: Por que uma instância como o Foro de São Paulo, pouco conhecida pelo grande público, ganhou tanta projeção no discurso da extrema direita nos últimos anos?

Valter Pomar: *A extrema direita atribui ao Foro de São Paulo uma grande responsabilidade no crescimento do número de governos nacionais dirigidos pela esquerda, a partir de 1998. Ela atribui ao Foro a vitória do Chávez na Venezuela, a vitória do Lula no Brasil, a vitória do Kirchner na Argentina, a vitória do Tabaré Vázquez no Uruguai, a vitória do Lugo no Paraguai, a vitória do Rafael Correa no Equador, a vitória do Evo Morales na Bolívia e atribui ao Foro de São Paulo a vitória do Daniel Ortega no caso da Nicarágua e a vitória da Frente Farabundo Martí com Mauricio Funes, em El Salvador, além das ações desses governos. Criaram a lenda segundo a qual o Foro de São Paulo atuaria secretamente, clandestinamente, conspirativamente. Já em 2013, eu me lembro de ter visto uma fotografia com uma criança carregando um cartaz que dizia "Fora Foro de São Paulo".*

OPEB: Muitos críticos do Foro de São Paulo têm esse discurso de que o Foro vai ajudar a estabelecer uma hegemonia socialista e que ele apoia governos autoritários e violações dos direitos humanos. O que o senhor acha dessas acusações atualmente?

Valter Pomar: *Quem tem um histórico de apoiar governos ditatoriais na América Latina e no resto do mundo é o governo dos Estados Unidos e os governos a eles alinhados. Então, se for fazer um ranking, vai ficar evidente que quem sai vencendo são os ianques. Essa acusação de que o Foro apoiaria governos não libertários tem a ver com interpretações diferentes acerca do que é a democracia e do que acontece em alguns países da América Latina. E tem a ver também com muita desinformação. A segunda questão é que o Foro de São Paulo é plural. Existem, dentro dele, forças nacionalistas, forças comunistas, forças socialistas, forças democráticas, forças nacional-populares etc. Ou melhor dizendo, todas as famílias da esquerda latino americana e caribenha estão presentes no Foro de São Paulo. E, evidentemente, os partidos ali presentes apoiam, em maior ou menor medida, aqueles governos de orientação socialista que existem aqui na região e não haveria motivo nenhum para não apoiá-los, certo? Isso não quer dizer que o Foro de São Paulo como um todo, seja socialista, ou seja composto por socialistas, ou tenha como objetivo estratégico estabelecer o socialismo na América Latina.*

O objetivo mais importante do Foro de São Paulo é a integração regional. E isso porque a integração é necessária, seja qual for o projeto que você defenda no interior do Foro de São Paulo. A integração regional é uma das garantias de que a gente tenha democracia no continente. Os partidos do Foro de São Paulo são adeptos de algum tipo de desenvolvimentismo, vão querer, também, a integração regional por entenderem que ela é essencial para o desenvolvimento. Então, a integração regional é útil e necessária para os que defendem a liberdade, para os que defendem o bem-estar social, para os que defendem o desenvolvimento, obviamente para os que defendem a soberania nacional. Para a maioria dos países da região a garantia da soberania regional é a integração regional, além disso, é útil para aqueles que defendem o socialismo, porque a chance de sustentar uma experiência socialista aumenta no ambiente de uma América Latina e Caribe integrada. Então, a rigor, o que é o mínimo denominador comum do Foro de São Paulo é a integração regional, não o socialismo.

OPEB: E ainda sobre a América Latina, qual foi o papel principal do Foro de São Paulo nas mudanças políticas ocorridas na América Latina nos últimos anos?
Valter Pomar: *O Foro de São Paulo contribuiu para enfrentar a tríplice herança que se abate sobre a nossa região. Nos anos 90, a gente tinha uma herança que vinha de muito longe, vinculada à presença colonial e a tudo que vem junto disso. A gente tinha a herança do desenvolvimentismo conservador, a herança das ditaduras militares. A isso se somou, nos anos 90, a herança e a prática presente do neoliberalismo. Então, tudo isso misturado foi enfrentado pelos partidos do Foro de São Paulo. Os partidos do lado do Foro de São Paulo combatem a herança colonial, combatem a herança vinda das ditaduras militares, combatem o desenvolvimentismo conservador e seus efeitos, combatem o neoliberalismo. E tudo isso junto, conflui para uma série de vitórias eleitorais que ocorreram a partir de 1998 e prosseguiram até 2008. Durante dez anos, houve um avanço das forças progressistas e de esquerda na América Latina. E o Foro de São Paulo contribuiu nisso. Depois de 2008, começou um ciclo oposto de golpes e de derrotas eleitorais que afastaram do governo os partidos progressistas de esquerda em grande número de países da região. E nos últimos três anos tem ocorrido novamente uma chegada desses partidos ao governo, inclusive em países que a gente nunca governou, como é o caso da Colômbia. Ou seja, o Foro de São Paulo contribuiu para a resistência e contribuiu também para a conquista de governos durante esse período que vem de 1990 até agora.*

OPEB: Como o senhor enxerga o Foro de São Paulo no futuro e o seu papel na América Latina?
Valter Pomar: *O Foro de São Paulo é uma organização de partidos e organizações políticas com visões muito diferentes sobre uma série de questões. É muito difícil prever, porque pode ser que nessa nova situação mundial, aquilo que hoje não é um tema que nos divida possa vir a nos dividir futuramente. Como também pode acontecer do Foro se reciclar e passar a se dedicar a outros objetivos estratégicos, uma vez que a integração regional tenha sido obtida. Como pode acontecer, também, de nesse ambiente conflitivo que há no mundo você ter uma situação ainda mais tensa na região e o Foro passe a cumprir um papel de grande protagonismo. O que a gente pode dizer é que durante muitas décadas vai ser necessária uma força política e social que defenda a integração regional.*

OPEB: Por que o Foro de São Paulo é frequentemente relacionado e associado ao chavismo na Venezuela?
Valter Pomar: *Hugo Chávez se projetou na política latino americana depois que o Foro de São Paulo já havia sido criado. Ele participa da primeira reunião após sair da cadeia [em 1995]. Ele havia participado de um levante militar contra o governo neoliberal da Venezuela [1992]. Esse levante dá errado e ele é preso. Depois que ele cumpre a pena dele, ele sai da cadeia, passa a participar da vida política nacional e ele nesse momento, vai até El Salvador, onde estava acontecendo uma reunião do Foro de São Paulo. Para a maioria dos integrantes do Foro,*

Chávez era um militar que havia tentado dar um golpe. Poucos ali o conheciam, poucos ali o compreendiam como o que ele de fato era. Por conta disso, ele não pôde nem falar na plenária geral. Só participou de uma comissão que estava sendo coordenada pelo Shafik Randal, na época secretário-geral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional [de El Salvador]. Isso deixou Chávez muito arredio em relação ao Foro de São Paulo. Alguns anos depois, ele ganha a eleição presidencial e é um dos primeiros do que futuramente será um ciclo de governos latino americanos e caribenhos, progressistas e de esquerda. O ciclo só começa quando você coincide com os governos do Kirchner na Argentina, do Chávez, na Venezuela e do Lula no Brasil.

Ou seja, de 1998 até 2003, não há propriamente um ciclo. Tem um governo, depois dois governos. O ciclo começa quando, nas três principais economias da região se deflagra uma situação de governos progressistas e de esquerda, simultâneos. O Chávez, no início, emitia sinais muito contraditórios. A coisa começou a ficar absolutamente explícita quando a direita foi tentar derrubá-lo [2002]. O próprio Fernando Henrique Cardoso trabalhou para evitar que a situação da Venezuela desembocasse num golpe de Estado. A pedido do Lula, Fernando Henrique contribuiu mandando um navio com petróleo, combustível, para abastecer a Venezuela, uma vez que estava em curso uma greve de chefias na empresa petrolífera local. Pouco a pouco, o Chávez foi ampliando as relações com o Lula, foi ampliando as relações com outras lideranças e partidos da região e se tornou uma figura importante na esquerda latino americana e mundial, mas sempre ficou com muita dúvida pessoal em relação ao Foro de São Paulo. Essas reservas só foram rompidas em definitivo em 2012, quando houve em Caracas um grande encontro do Foro de São Paulo, de cujo encerramento Chávez participou. O Foro não é uma organização centralizada, é uma organização muito descentralizada propositalmente.

Não é porque nós não valorizemos a organização, a centralização, mas por entendemos que para uma organização como é o Foro é importante que todo mundo se sinta confortável, que, por exemplo, não haja decisões por maioria, que as decisões sejam consensuais, que haja espaço para posições diferentes. E é evidente que isso reduz o grau de centralização política e o grau de disciplina que você pode adotar numa organização dessa natureza. O Chávez, na minha opinião, do pouco que eu o conheci, preferia uma organização com mais centralismo. Mas ele também compreendeu a partir de 2012, em particular, o significado e essa dinâmica que a gente adotava no Foro e infelizmente, pouco depois disso, ele faleceu devido ao câncer. Mas o partido do Chávez, o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV), continua integrando o Foro de São Paulo até hoje. O Foro é acusado pela extrema direita de várias coisas, entre elas de ser chavista. Isso para nós é um elogio, não é uma crítica assim como se chamar o Foro de São Paulo de lulista ou de fidelista. Somos isso e muito mais, ou seja, cabem no Foro partidos e organizações com orientações políticas muito diferentes.

OPEB: Na opinião do senhor, quais foram as principais conquistas do Foro de São Paulo desde sua fundação?

Valter Pomar: *Foi contribuir para que a esquerda latino americana e caribenha governasse*

um grande número de países da região e, graças a isso, ampliasse as liberdades democráticas, o bem-estar social e o desenvolvimento, assim como a integração regional. Nós contribuímos nisso, não somos os responsáveis por isso.

OPEB: Na visão da direita, alguns afirmam que o Foro de São Paulo perdeu relevância nos últimos anos. Como o senhor avalia o estado atual e a influência do Foro hoje?
Valter Pomar: *É meio óbvio que se de 2008 em diante eles deram golpes de Estado, sabotaram governos, bloquearam países e ganharam mais ou menos legitimamente, algumas eleições, é óbvio que isso afeta também o próprio Foro de São Paulo e as forças a ele ligadas. Então, é óbvio que tenha ocorrido isso, uma certa perda de espaço. Mas, por outro lado, houve uma recuperação de espaço no período mais recente, porque a esquerda reconquistou vários governos. Quanto à relevância e ao outro lado da medalha, o Foro nunca foi aquilo que a direita o acusava de ser, nunca foi uma força que dirige governos diretamente. Cada partido que elege o presidente da República tem dificuldades de, como partido, influenciar os rumos do governo. Nós somos nações presidencialistas, não temos uma cultura em que os partidos dirigem. São as pessoas que dirigem, têm obstáculos institucionais, etc. E da mesma forma, o Foro de São Paulo como um todo, nem se propõe a dirigir enquanto tal e os seus partidos têm limitações. Então, essa "constatação" da extrema direita de que o Fórum teria perdido espaço e relevância é uma baita mentira.*

OPEB: Alguns campos da extrema direita enxergam que o Foro tem uma agenda oculta para minar a democracia e promover uma agenda social radical. Como o senhor enxerga isso?
Valter Pomar: *Não tem nenhuma agenda oculta no Foro de São Paulo. A agenda é 100% pública. Nossos encontros são públicos, nossas resoluções são públicas. E o que a gente defende, como eu já comentei, é a integração regional, derrotar o neoliberalismo, derrotar o imperialismo e promover liberdades democráticas, bem-estar social, crescimento e desenvolvimento.*

OPEB: O Foro de São Paulo tem enfrentado críticas por falta de transparência e prestação de contas. O que pode ser feito para abordar essas preocupações?
Valter Pomar: *O Foro de São Paulo não tem nenhuma estrutura, não tem sede, não tem finanças, não têm gastos próprios, não têm personalidade jurídica. O Foro de São Paulo realiza reuniões periódicas. Nessas reuniões, cada partido paga as suas passagens, paga a hospedagem dos seus integrantes, paga todos os custos. E o partido anfitrião, aquele que está recebendo, paga o local onde a reunião se realiza, eventualmente tradutores, os gastos da infraestrutura e, eventualmente, algumas vagas em hotel para os integrantes do grupo de trabalho do Foro, que é uma espécie de coordenação. Ponto. Então quem tem que prestar contas são os partidos que fazem parte do Foro de São Paulo. O PT, por exemplo, presta conta. É só ir ao Tribunal Superior Eleitoral e tem lá todos os gastos devidamente anotados.*

OPEB: Também há uma percepção de que o Foro seria um instrumento de interferência externa na política latino americana. Como o senhor enxerga isso?
Valter Pomar: *Essa acusação não tem a menor seriedade. A extrema direita, a direita, os governos europeus, o governo dos Estados Unidos interferem de todas as maneiras possíveis na política latino americana e caribenha. Basta ver a quantidade de golpes de Estado que ocorreram com apoio militar, financeiro, logístico e de informação dos Estados Unidos. Então, interferência no sentido geral da palavra quem faz é o lado de lá, não é o lado de cá. Agora, o Foro defende o direito dos partidos de esquerda e progressistas, os movimentos sociais e da intelectualidade serem solidários aos processos que estão em curso em cada país. Só faltava quererem impedir isso.*

OPEB: Quais são os principais desafios que o Foro de São Paulo enfrenta atualmente e como o senhor acredita que eles podem ser superados?
Valter Pomar: *O desafio principal continua sendo o mesmo do passado recente. Ou seja, enquanto nós não impusermos uma derrota ao governo dos Estados Unidos, ao imperialismo estadunidense, vamos continuar tendo uma espada pendente sobre a América Latina e o Caribe. E junto desse principal desafio existe o de criar, no âmbito da região, uma integração que seja não somente institucional ou político-partidária, mas seja uma integração social e econômica. A região precisa se transformar em um polo produtivo, científico, tecnológico, industrial, com capacidade de competir com outros pólos que existem no mundo, como é o caso da China, dos Estados Unidos e da Alemanha. Essa interação econômico-social é decisiva. Se a gente não fizer-lá, não conseguir dar conta dela, nós vamos ter muita debilidade no plano da integração cultural, no plano da integração política, no plano da integração de defesa, do plano de integração sanitária, do ponto de vista da integração ambiental, etc.*

Alvo de críticas da direita

É notório que o Foro de São Paulo é frequentemente alvo de críticas e acusações da extrema direita, que o enxerga como um instrumento conspirativo para minar a democracia e promover uma agenda radical na região.
Segundo o professor Valter Pomar, o Foro é uma plataforma de debates, diálogo e integração entre partidos e organizações políticas de diferentes orientações da esquerda latino-americana e caribenha. Sua principal aspiração é a integração regional e o fortalecimento das democracias, bem-estar social e desenvolvimento na região.
Embora tenha enfrentado oscilações em sua relevância política, o Foro de São Paulo continua a ser um espaço de articulação e resistência para a esquerda, que vem conquistando vitórias eleitorais e contribuindo para a ampliação das liberdades democráticas em diversos países. A integração regional, juntamente com a superação de interferências externas, como a ação do imperialismo estadunidense, permanece como um desafio crucial para o futuro do Foro de São Paulo.

O que é o Foro de São Paulo?

O Foro de São Paulo foi constituído em 1990, na cidade de São Paulo, a partir de uma iniciativa do ex-presidente Fidel Castro e do atual presidente do Brasil, Lula – na época, grandes líderes políticos de Cuba e Brasil. A reunião tinha como principal objetivo discutir os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e o futuro das nações latinoamericanas neste novo contexto global. A primeira reunião do Foro contou com a presença de diversos partidos, movimentos e organizações da esquerda de múltiplos países da América Latina. Atualmente, o Foro de São Paulo é composto por 123 partidos, oriundos de 27 países, que se reúnem em um encontro anual, cujo objetivo essencial é a integração regional e a discussão sobre o rumo dos Estados latinos no panorama internacional. A agenda das reuniões gira em torno de pautas contra o neoliberalismo, o imperialismo e sobre a jornada democrática no continente, além disso, as reuniões contam com a presença de grandes nomes da liderança de esquerda de todo continente, como militantes, ambientalistas e líderes de movimentos sociais.

Durante seus 26 anos de existência, o Foro de São Paulo enfrentou duras críticas da direita brasileira, principalmente durante os períodos eleitorais. Em 2018, o candidato à presidência Cabo Daciolo (Patriota) declarou – erradamente – que o candidato Ciro Gomes (PDT) foi um dos fundadores do Foro de São Paulo, questionando-o sobre o plano "URSAL" – que nunca existiu. Além disso, durante as eleições de 2022, o Foro foi amplamente citado pelos apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PL) de forma pejorativa, a fim de desmoralizar as pautas de esquerda, afirmando que as reuniões do Foro ameaçavam à democracia. Ademais, um dos maiores apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, Olavo de Carvalho, escreveu "O Foro de São Paulo: a ascensão do comunismo latino-americano", publicado postumamente em 2022 – livro que fomentou a visão negativa sobre as reuniões.

Sobre o entrevistado:

Valter Pomar é doutor em História Econômica pela FFLCH-USP e professor da Universidade Federal do ABC, além de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde os anos 1980.

Foi também secretário das Relações Internacionais do partido (2005-2010).

Uma "OPEP" latino-americana do lítio

16 de maio de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos,Gabriel N. Silva,Ivan Cersosimo Valverde, Luiza Martins, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

A integração dos países latino-americanos com reservas de lítio vem sendo defendida principalmente pelo presidente boliviano Luis Arce e o mexicano López Obrador, por conta da concentração do minério no continente. No entanto, apesar da sua importância, a possível criação desse bloco explicita diversas dificuldades e contradições.

CHAMADO DE "OURO BRANCO" OU "PETRÓLEO DO SÉCULO XXI" – por causa de sua importância na transição energética – o lítio é um minério que vem sendo utilizado principalmente na indústria elétrica e eletrônica, em que a produção de pilhas e baterias elétricas para celulares, notebooks e carros híbridos/elétricos representaram em 2022, segundo relatório do Serviço Geológico dos EUA (USGS, sigla em inglês), 74% do uso de lítio no mundo. A sua importância na transição energética, que busca barrar o aquecimento global ao encerrar com o uso de combustíveis fósseis (principal emissor de gases de efeito estufa), se dá por ser associado à energia elétrica não poluente. No caso do setor de transportes, uma das alternativas "verdes" seriam os veículos elétricos. Esses contam com o lítio como um dos principais componentes de suas baterias recarregáveis, que possui uma alta capacidade de condução de energia elétrica aliada à sua leveza, sendo uma alternativa melhor do que as baterias de ácido de chumbo, por exemplo.

Além disso, diante a versatilidade do lítio, o minério é utilizado também na medicina (no funcionamento dos marca-passos cardíacos e na formulação de medicamentos para depressão e transtorno bipolar, na forma de carbonato de lítio); na constituição de ligas metálicas condutoras de calor (alumínio); na produção de lubrificantes para máquinas que trabalham submetidas à altas temperaturas; na fabricação de cerâmicas e lentes (telescópios) e nos sis-

temas de secagem industriais (na forma de cloreto ou brometo de lítio); e até em aplicações militares (aditivos energéticos nos propelentes dos foguetes e em bombas de hidrogênio).

As reservas no continente

A América Latina tem uma extensa concentração de reservas do minério, em que três países (Argentina, Bolívia e Chile), conhecidos como o "triângulo do lítio", concentram juntos cerca de 64% das reservas mundiais. A Bolívia possui a maior reserva no Salar de Uyuni, com 21 milhões de toneladas, Argentina com 18 milhões no Salar del Hombre Muerto, e Chile com 9.8 milhões no Salar de Atacama.
Na região, há também reservas no Peru, México e Brasil, em menor escala. No total, aproximadamente 68% do lítio contabilizado no mundo está concentrado na América Latina.

A produção

Em termos de produção, o Chile assume a liderança na região, detendo cerca de 50% da produção de lítio. A nível mundial, o país se destaca novamente, em segundo lugar em 2022, com 25%, atrás da Austrália que é responsável por 52% da produção mundial de lítio.
Diferente do país da Oceania, que explora o lítio em rocha bruta, sendo mais danosa ao meio ambiente e mais cara, no Chile a maior parte da produção provém de "piscinas" de salmouras, assim como na Argentina e Bolívia, sendo a forma mais barata de extração e com menos danos ecológicos.
A Argentina é o 2º maior produtor de lítio da região e tem importantes depósitos que estão em fase de desenvolvimento. A produção argentina de lítio tem aumentado nos últimos anos, impulsionada pela demanda crescente pelas baterias do material. O país é o maior exportador de lítio para os EUA, segundo dados da USGS de 2022.
O Brasil fica em 3º lugar na região, sendo que a maior parte da sua produção vem da mina de lítio da Serra do Salitre, em Minas Gerais. No entanto, a produção no Brasil tem sido limitada devido a problemas de infraestrutura e logística.
O Peru, México e Bolívia possuem produções em fase de desenvolvimento. Este último teve sua industrialização iniciada em 2013, e tem um processo de desenvolvimento mais lento, apesar da vasta reserva que ainda não está gerando lucro, ao considerar o investimento estatal aplicado no projeto. O país então não tem uma participação significativa no mercado mundial de lítio, mas pretende avançar na sua industrialização. Em janeiro de 2023, sua empresa estatal Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB), firmou um acordo com o consórcio chinês Contemporary Amperex Technology (CATL) para que a partir de um investimento de US$ 1 bilhão, possam em conjunto explorar e comercializar o lítio boliviano, com o objetivo de produzir baterias recarregáveis até 2025.

Um cartel do metal?

Considerando a riqueza em lítio na região latino-americana, os presidentes do México e Bo-

lívia vem expressando a vontade de integrar os países ricos em lítio. O presidente Luis Arce (Bolívia) em um de seus discursos mencionou que: "um dos projetos de seu governo contam com a possibilidade de se criar uma OPEP do lítio" e com isso os Estados participantes conseguiriam controlar o preço mundial deste minério, assim como fazem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O presidente ressaltou que o lítio pode possibilitar um avanço na independência econômica do país.

Algumas ideias são cogitadas, principalmente na criação de um bloco entre os países do triângulo do lítio + México e Peru, que são os mais citados nos discursos do presidente boliviano. Mas também já houve discursos de ministros bolivianos que defendiam a integração de todos os 33 países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em um bloco de colaboração e comércio do lítio, no qual a condição não seria somente ser produtor mas possuir mercado.

Acadêmicos da área, como pesquisadores do Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG), defendem a criação de um bloco entre Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru e Brasil (esquecida nos discursos oficiais bolivianos), em que os últimos três, apesar de não contarem com reservas tão significativas, são essenciais pelo seu peso geopolítico e a possibilidade de transferência de tecnologia.

No entanto, a integração apresenta algumas contradições e dificuldades. Segundo relatório do CELAG, há uma diferença de produtividade entre os países do triângulo. Enquanto Argentina e Chile contam com uma produção de compostos de lítio mais avançada, a Bolívia não possui ainda uma produção em escala industrial, não tendo desenvolvido uma infraestrutura rodoviária e apresentando falta de tecnologia para a extração direta do lítio.

Há também diferentes legislações quanto à exploração do lítio nos países. No Chile e Argentina são empresas transnacionais que cuidam da exploração do minério, com os respectivos Estados participando somente no recebimento de royalties. No Peru, apesar de constar na constituição que os recursos naturais são patrimônio da nação, não há um avanço na sua nacionalização. Já na Bolívia, há um controle do Estado em toda a sua cadeia produtiva, e no México há um avanço na exploração do minério com atuação do Estado. Em abril do ano passado, o congresso nacional do México nacionalizou as reservas de lítio, e em agosto foi criada uma empresa estatal para administrar sua exploração, como acontece na Bolívia.

Evidencia-se a falta de consenso sobre como a região deve tratar o lítio. Há, por exemplo, a ausência de debates no Foro do Mercosul, o que pode se provar como algo sensível a longo prazo, dado que houve uma escalada na importância industrial do lítio para o desenvolvimento tecnológico dos países centrais no futuro.

Cada país da América Latina tem uma Constituição que prioriza diferentes fatores econômicos para seu crescimento, e o lítio pode ser encarado como uma forma de se inserir no mercado de exportações primárias, como é o caso do Brasil, ou uma inserção no mercado de produtos com valores agregados, como no caso argentino.

Outra dificuldade é que no México, diferente dos outros países, há um custo de extração de

lítio bem maior, porque o metal se encontra em argila, não em salmouras (como no triângulo). E sua indústria está conectada diretamente com a norte-americana, a partir do Tratado México-EUA-Canadá (TMEC, ex NAFTA), que dificulta o desenvolvimento de uma cadeia de valor soberana.

Também é necessário frisar que o lítio é de grande interesse dos países imperialistas, como os EUA, que conta com duas das principais empresas produtoras de veículos elétricos (Tesla e General Motors). Assim, pode-se afirmar que a criação de um bloco de países que buscam desenvolver suas indústrias, adquirindo um maior controle no comércio mundial do minério, podendo no futuro obter um controle de preços, não é de interesse dos países do norte. A interferência dos EUA no golpe que derrubou o presidente Evo Morales em 2019 demonstrou isso. Vale ressaltar que Elon Musk, fundador da Tesla, confirmou essa participação no seu twitter afirmando que "nós daremos golpe em quem quisermos. Lide com isso".

O comércio mundial

O consumo e a produção de lítio têm aumentado significativamente nos últimos anos, impulsionados pelo crescente mercado de veículos elétricos. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês), a expectativa é que até 2040 a demanda pelo material cresça em até 40 vezes.

Em termos de comércio, os países asiáticos se destacam, em especial a China, que lidera o ranking global da cadeia de suprimentos de baterias íon-lítio, sendo a principal consumidora de lítio do mundo. Outros grandes consumidores incluem Europa, Estados Unidos e Japão.

Entre as principais empresas produtoras de baterias recarregáveis estão: LG Chem (Coreia do Sul), Tesla (EUA), BYD (China) e Panasonic (Japão). E considerando as empresas produtoras de veículos elétricos: Tesla (EUA), Grupo Volkswagen (Alemanha), BYD (China), General Motors (EUA) e Stellantis (Holanda).

Sustentabilidade da produção

Considerando a importância do lítio nos discursos sobre um futuro mais sustentável, deve-se levar em conta que apesar da energia proveniente do lítio ser considerada limpa, os processos de extração, refino e descarte do metal agridem o meio ambiente, além de causarem degradação do solo, perda da biodiversidade, contaminação da água e do ar.

A mineração em rochas, como na Austrália, não difere em nada de outras extrações, sendo a alternativa mais sustentável de extração em salmouras. No entanto, um ponto crítico é o alto consumo de água, uma vez que são necessários 2,1 milhões de litros para refinar uma tonelada de lítio – quantidade necessária para produzir baterias para cerca de 80 carros elétricos (aproximadamente 12 kg de lítio por bateria). Para produzir a bateria de um iPhone 11, por exemplo, são necessários apenas de 2 a 3 gramas de lítio.

Há previsões que em 2040, 58% de todos os carros vendidos no mundo sejam elétricos e a quantidade total de resíduos gerados possa chegar a 8 milhões de toneladas. Hoje, apenas por

volta de 5% das baterias de íons de lítio são recicladas globalmente por causa de limitações tecnológicas e de seu alto custo. Assim, apesar dos veículos totalmente elétricos serem considerados como de emissão zero, há a necessidade de pensar no que fazer com as baterias neles utilizadas, além de aumentar sua vida útil e repensar o próprio modo de vida baseado nos carros individuais, para fortalecer o transporte público. Essa seria uma alternativa muito mais sustentável do que um mundo com mais de um bilhão de veículos circulando.

Périplo pela política externa do governo Lula III

01 de novembro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva

O governo Lula, após dez meses de mandato, enfrenta uma série de desafios complexos na arena da política externa. O país é uma potência regional e tem buscado desempenhar um papel de destaque no cenário internacional. Nesse contexto, dois desafios específicos se destacam: o conflito entre Israel e Palestina e a Guerra na Ucrânia. Além disso, o país assumiu a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 2023, posição que traz consigo uma série de responsabilidades e oportunidades internacionais significativas. A liderança no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) também é um desafio. Embora esteja em um lugar de destaque, problemas estruturais internos em áreas como - industrialização, defesa, tecnologia e educação - impedem o Brasil de se colocar na linha de frente da política global.

Conflito Israel-Palestina: a busca por uma solução duradoura

O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA é uma das questões mais intrincadas e de longa data da história contemporânea. Esse conflito tem sido marcado por décadas de tensões, violência e sofrimento humano, tornando-se um desafio maior para líderes e diplomatas de todo o mundo. No entanto, o Brasil, sob a liderança do presidente Lula, tem desempenhado um papel fundamental na promoção de um cessar-fogo e na busca por uma solução pacífica. Embora as posições do mandatário tenham variado e por vezes distoado da posição da Esquerda brasileira, Lula expressou em duas ocasiões que considera os ataques e sequestros de civis israelenses pelo Hamas como atos de terrorismo. Ele também rejeitou os apelos de seus seguidores para rotular as ações de Israel como "terrorismo de Estado". Isso deixa o

país em posição ambígua em vista do genocidio perpetrado por Israel.
A escalada do conflito, iniciada no dia 7 de outubro de 2023, partiu da ofensiva do Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) e da posterior declaração de guerra por Israel. Os constantes ataques à população palestina na Faixa de Gaza tem resultado em um aumento significativo do número de vítimas civis, a cifra de mortos, que supera os oito mil, é profundamente perturbadora, com mais de 3.500 crianças entre as vítimas. O cenário descrito como uma "avalanche sem precedentes de sofrimento humano" pela ONU, ilustra a tragédia em curso. É importante frisar que a população palestina vem sendo violentada e morta pelo exército israelense por mais de sete décadas, desde a criação do Estado de Israel em 1948, sendo motivo de séria preocupação internacional.
O presidente Lula assumiu a tarefa de tentar mediar a paz no Oriente Médio através de uma série de conversas com líderes globais, incluindo o presidente russo, Vladimir Putin. O diálogo assumiu uma importância notável devido ao conflito na Ucrânia. Ambos os líderes, em sua conversa, enfatizaram a necessidade urgente de estabelecer um cessar-fogo imediato, visando evitar mais perdas humanas.
Além da conversa com Putin, Lula também buscou dialogar com mandatários de outros nove países envolvidos no conflito e/ou com interesses na região. Isso incluiu conversações com os presidentes do Chile, Emirados Árabes Unidos, Israel, Palestina, Egito, Venezuela, Irã, Turquia e Colômbia. Adicionalmente, Lula trocou impressões com o presidente do Conselho Europeu, sublinhando seu empenho em buscar soluções multilaterais para a crise no Oriente Médio. A atuação de Lula revela que a retomada da diplomacia presidencial é uma extensão de sua busca por um mundo mais pacífico.
Além da urgência de um cessar-fogo, a evacuação de cidadãos estrangeiros da Faixa de Gaza tornou-se uma prioridade. Essa ação é fundamental para garantir a segurança dos cidadãos brasileiros e de outras nações que se encontram na região.
Outro elemento crucial é a criação de um corredor que permita a entrada de ajuda médica, água e alimentos na Faixa de Gaza, algo que vem sendo discutido no Conselho de Segurança da ONU. A região tem sido submetida a um bloqueio israelense, afetando gravemente a vida da população local, além dos bombardeios constantes e da carnificina instaurada pelo primeiro-ministro, Benyamin Netanyahu. A escassez de recursos básicos, a falta de assistência médica adequada e a difícil situação humanitária exigem uma resposta urgente e coordenada da comunidade internacional.

Guerra na Ucrânia: neutralidade e mediação brasileira

A guerra na Ucrânia é um dos conflitos mais sensíveis e complexos da atualidade, com implicações globais significativas, incluindo o severo impacto econômico e energético. A crise na região tem sido marcada por tensões prolongadas e atos de violência que tiveram um impacto devastador na vida das pessoas. Nesse contexto, o Brasil adotou uma política de neutralidade e busca desempenhar o papel de um mediador imparcial.

A abordagem do Brasil em relação à guerra na Ucrânia é baseada na necessidade de responsabilizar todos os lados envolvidos no conflito e evitar um alinhamento automático com as posições do Ocidente ou da Rússia. O país tem enfatizado a importância de um mundo multipolar, onde todas as nações têm o direito de buscar seus interesses, desde que o façam de maneira pacífica e respeitando o direito internacional.

O presidente Lula tem reiterado a disposição do Brasil para atuar como mediador no conflito, desde que ambas as partes envolvidas demonstrem disposição em buscar uma solução pacífica. O ex-chanceler e atual assessor especial para assuntos internacionais da presidência, Celso Amorim, desempenhou um papel essencial nesse esforço diplomático, demonstrando o compromisso do Brasil com a busca de soluções pacíficas.

Amorim esteve em Kiev, no dia 10 de maio de 2023, onde se reuniu com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, membros de seu gabinete e com o vice-ministro do Exterior da Ucrânia, Andriy Melnyk. Além disso, o ex-chanceler realizou uma viagem discreta à Rússia no dia 28 de março, onde prospectou cenários para uma negociação de paz. Sua reunião com o presidente russo, Vladimir Putin, no Palácio do Kremlin, em Moscou, refletiu a receptividade surpreendente por parte do governo russo. O foco das conversas, foi o conflito, mas também incluiu discussões sobre temas bilaterais, como o comércio de fertilizantes.

Apesar dos esforços de mediação e das tentativas de trazer todas as partes envolvidas à mesa de negociações, até o momento, não se chegou a um resultado concreto que ponha fim ao conflito. A mediação é um caminho essencial para evitar mais derramamento de sangue e promover o diálogo entre as partes, mas pode levar tempo até que um entendimento mútuo seja alcançado.

Uma das características distintivas da abordagem brasileira é a ênfase na importância de evitar a escalada do conflito. O Brasil tem alertado para os riscos de aprofundar a crise e tem instado as partes a encontrarem formas políticas e diplomáticas de resolução. Isso reflete a preocupação do país com a segurança global e sua crença de que a guerra não é a solução para conflitos complexos.

Presidência Rotativa do Conselho de Segurança da ONU: liderança global

O Brasil ocupou a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU em outubro de 2023 e teve a responsabilidade de liderar esforços globais em questões de paz e segurança. Essa posição confere ao Brasil a oportunidade de influenciar a agenda internacional e promover iniciativas de paz e cooperação.

A dificuldade em lidar com conflitos globais se torna evidente, como no caso das resoluções em busca da paz e do cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, bem como na criação de corredores humanitários. Apesar dos esforços apresentados, o alinhamento automático dos Estados Unidos com Israel, motivado por seus interesses políticos e estratégicos na região, tem impedido a aprovação dessas resoluções devido ao poder de veto que possuem.

Outro exemplo é a rejeição da resolução russa, que não mencionava o direito de defesa do Es-

tado de Israel, demonstrando como as divergências geopolíticas podem dificultar a tomada de decisões que promovam a paz global. O Brasil enfrenta o desafio de conciliar as diferentes perspectivas e interesses em jogo, buscando maneiras de superar obstáculos e promover soluções que contribuam para a estabilidade e a segurança internacionais.

O desafio de Dilma no banco do BRICS

Em março de 2023, a ex-presidenta Dilma Rousseff assumiu a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como o "Banco do BRICS". Seu mandato se estenderá até 2025, e o desafio à sua frente é consolidar uma jovem instituição bancária de desenvolvimento no cenário internacional.

O NBD foi fundado em 2014 pelos países que compõem o BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, até o momento, (foi aprovada a entrada de Argentina, Etiópia, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Irã). O objetivo da instituição é fornecer capital e empréstimos para impulsionar projetos de infraestrutura, desenvolvimento social e sustentabilidade nos países membros. O NBD nasceu como uma alternativa aos bancos multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e chamou a atenção pelo seu capital inicial considerável (cerca de 100 bilhões de dólares), principalmente contribuído pela China. O banco está focado em financiar projetos de infraestrutura em países emergentes e em energias renováveis. O principal desafio da instituição está em se consolidar como um player importante no cenário internacional.

Como um banco do BRICS, o NBD possui uma presidência rotativa entre seus membros, com mandatos de cinco anos. Dilma Rousseff foi indicada pelo presidente Lula, para assumir a presidência do banco.

Dilma Rousseff, em um de seus primeiros discursos como presidente do NBD, afirmou que o objetivo estratégico da instituição é se tornar o principal banco de desenvolvimento para mercados emergentes e países em desenvolvimento. Entre os planos está a expansão do grupo de membros para além do BRICS. Já foram aprovadas a entrada de Bangladesh, dos Emirados Árabes, do Egito e do Uruguai. Esse movimento tornará o NBD mais global, refletindo a diversidade e a complexidade dos mercados emergentes.

Além disso, a instituição busca expandir o uso de moedas locais nas transações entre seus membros, diminuindo a dependência do dólar em contratos entre países latinos, africanos e asiáticos. Isso simplificará as negociações e facilitará as transações, além de combater a hegemonia estadunidense. O desafio de consolidar o NBD no cenário internacional é uma oportunidade única para o Brasil contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade global.

Brasil na política externa global: potencial e desafios estruturais

A análise da política externa de um país muitas vezes se concentra nas negociações diplomáticas, acordos comerciais e parcerias internacionais. No caso do Brasil, uma nação de

dimensões continentais e recursos abundantes, é interessante observar sua política externa de forma mais ampla. O país desfruta de protagonismo global, mas problemas estruturais, como a falta de uma política séria de Defesa, a ausência de indústrias de ponta e a falta de soberania em diversas áreas, o impedem de se colocar na linha de frente da política global.
Apesar disso, sua vasta extensão territorial, recursos naturais abundantes, agricultura produtiva e economia em crescimento são elementos que o colocam em uma posição estratégica.
O país tem participação ativa em organizações internacionais como a ONU, o G-20 e a OMC, além de liderar iniciativas regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O Brasil tem um histórico de contribuições para missões de paz da ONU e atua como mediador em questões de conflito, como a crise na Venezuela. No campo econômico, o Brasil é um dos principais atores no agronegócio, mineração e produção de energia, o que o coloca em uma posição estratégica em relação ao comércio internacional.

Desafios estruturais

A ausência de uma política de Defesa coerente é um dos desafios estruturais mais evidentes que limitam o potencial do Brasil como protagonista global. O país possui Forças Armadas pouco competentes e comprometidas, a falta de uma estratégia e de uma indústria de Defesa unificada e recursos insuficientes afetam a sua capacidade de proteger suas fronteiras e interesses no cenário internacional.
Para superar esse desafio, o Brasil precisa desenvolver uma política coerente e integrada na área, que contemple suas vulnerabilidades estratégicas e prepare suas Forças Armadas para enfrentar os desafios do século XXI, deixando para trás intervenções na vida política, como aconteceu no governo de Jair Bolsonaro, chegando a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Isso inclui investir em modernização militar, inteligência, segurança cibernética e capacidades de defesa em áreas-chave, como a Amazônia, o pré-sal e as fronteiras terrestres.
A falta de investimento em tecnologia e pesquisa é outro obstáculo significativo que impede o Brasil de se posicionar como um protagonista global. Embora o país possua uma base industrial diversificada e uma economia forte, a dependência de tecnologia estrangeira e a importação de produtos de alto valor agregado minam sua autonomia e competitividade em setores estratégicos. A promoção da pesquisa e desenvolvimento em áreas críticas, como ciência, tecnologia e inovação, é essencial para superar essa limitação.
A falta de soberania em várias áreas também é uma preocupação fundamental para o Brasil. A exploração do pré-sal, por exemplo, é uma fonte vital de recursos para o país, mas a presença de empresas estrangeiras na exploração e a falta de regulamentações adequadas podem comprometer sua soberania econômica. Da mesma forma, a vigilância do espaço aéreo e a proteção da biodiversidade amazônica são áreas onde o Brasil enfrenta desafios em relação à sua soberania.
Superar esses desafios requer uma abordagem abrangente, que envolva investimento em infraestrutura, tecnologia, regulamentações sólidas e estratégias de defesa eficazes. A pro-

moção da cooperação internacional e parcerias com nações que compartilham interesses comuns, principalmente em via da integração regional, é outra estratégia importante para reforçar a soberania do Brasil em áreas críticas.

A necessidade de planejamento estratégico

Para superar os desafios estruturais que atualmente limitam o Brasil em seu papel na política global, é imperativo adotar um planejamento estratégico mais abrangente. Isso envolve uma série de medidas cruciais que podem fortalecer o país em várias frentes.

Em primeiro lugar, o Brasil precisa de um investimento sério em tecnologia e pesquisa. Isso é essencial para fortalecer suas indústrias de ponta e reduzir a dependência de produtos e conhecimentos estrangeiros em áreas críticas. A promoção de centros de pesquisa e inovação, bem como o apoio a startups e empresas de tecnologia, pode impulsionar a economia e tornar o Brasil mais competitivo globalmente.

O estabelecimento de parcerias internacionais sólidas também é essencial. O Brasil deve buscar cooperação com nações que compartilham interesses comuns, permitindo a transferência de tecnologia e conhecimento, algo que pode fortalecer a integração regional e internacional como acontece no BRICS.

Promover a educação de qualidade é fundamental para atender às demandas do século XXI. A formação de uma força de trabalho altamente qualificada é crucial para competir em uma economia global baseada no conhecimento. Isso requer investimentos substanciais em educação e treinamento, bem como o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento acadêmico.

O Brasil tem um enorme potencial para desempenhar um papel de destaque na política global, graças a sua economia robusta, recursos naturais abundantes e diversidade cultural. No entanto, para alcançar esse objetivo, o país deve enfrentar corajosamente seus desafios estruturais. Com visão, planejamento estratégico e investimento em áreas-chave, o Brasil poderá cumprir sua promessa como uma voz influente no cenário internacional. Enquanto enfrenta esses desafios, o protagonismo global do Brasil continua sendo uma promessa que aguarda cumprimento.

Resquícios do isolamento diplomático e do pragmatismo irresponsável

Com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, em outubro de 2022, e o panorama de devastação causado pela desestruturação do Estado e das políticas públicas, o termo “reconstrução” se consolidou como um componente essencial no léxico político brasileiro. O período compreendido entre a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e sua posse em 1º de janeiro de 2023 testemunhou uma ação decisiva do Gabinete de Transição, que se comprometeu a eliminar os resquícios da administração anterior e a inaugurar um novo capítulo na história do Brasil. Essa equipe de transição, composta por cerca de mil indivíduos representando o governo e a sociedade civil e dividida em 32 grupos de trabalho (GT), completou, em um prazo de aproximadamente 30 dias, uma análise abrangente da situação do país.

No que tange ao GT de política externa, a abordagem adotada foi particularmente interessante. As ações prejudiciais executadas e as oportunidades desperdiçadas durante a gestão de Bolsonaro funcionaram como um guia para as correções necessárias e como uma base para as ações iniciais, alinhadas com o programa de governo do Lula III. Além disso, essa oportunidade permitiu uma análise crítica das falhas observadas nos dois governos anteriores de Lula.

A reconstrução da política externa, num primeiro estágio, concentrou-se na resolução de questões orçamentárias urgentes, incluindo o equacionamento de uma dívida de aproximadamente R$5 bilhões que precisava ser quitada ainda em 2022. Segundo o ex-coordenador dos GT's de transição e atual presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, "a política externa do governo [Bolsonaro] transformou o Brasil num pária. Mas não é só um pária". O não pagamento acarretaria na perda do direito de voto do Brasil em organizações internacionais de grande relevância, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). A situação expôs o isolamento e o desmonte do governo anterior em relação à diplomacia multilateral, que historicamente representou uma das áreas de foco preferenciais da política externa brasileira.

Como parte da "reconstrução", o atual ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira anunciou, em seu discurso de posse, a reintegração do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, uma medida posteriormente formalizada por meio de comunicados enviados à ONU e à OIM (Organização Internacional para as Migrações). Além disso, a agenda incluiu a retirada do Brasil do Consenso de Genebra e a revisão das políticas de vistos humanitários, com destaque para haitianos e afegãos. Em âmbito regional, o presidente Lula anunciou em seus discursos iniciais a reintegração do Brasil à UNASUL e à CELAC, bem como a reativação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A normalização das relações com a Venezuela também foi considerada prioritária, corrigindo a estratégia equivocada de isolamento adotada por Bolsonaro e que a transformou em um ponto de disputa estratégica entre EUA, Rússia e China.

Praticamente em todas as áreas em que o Brasil havia desempenhado um papel de destaque no cenário global, como saúde, meio ambiente, mudança climática, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, questões sociais e integração regional, assim como nas relações com os países africanos e na cooperação para o desenvolvimento, as posições brasileiras haviam regredido durante o governo anterior, marcado pelo isolamento diplomático e o pragmatismo irresponsável. A reconstrução não se limitou a retornar ao status quo, mas a projetar as políticas em um novo contexto global, regional e doméstico, de acordo com a agenda do governo comprometido com a mudança e a restauração da política externa do Brasil. A ênfase na agenda ambiental e climática emergiu como um exemplo proeminente desse desafio. Desde o programa de governo e desde o primeiro discurso de Lula como presidente eleito, ficou evidente que a agenda ambiental e climática assumiria um papel central na política

externa e na liderança do país. A primeira atividade oficial de Lula, ainda como presidente eleito, foi a sua participação na COP 27, no Egito, onde reafirmou o compromisso com a proteção dos biomas, condenou a extração e o garimpo ilegal e defendeu medidas de combate à violência contra as populações indígenas. Ao lado dos presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do Chile, Gabriel Boric, a política externa de Lula III tem a oportunidade de centralizar a agenda climática e ambiental na cooperação regional, rompendo com a ênfase anterior em setores como integração política, defesa, energia e infraestrutura. Essa mudança, ao priorizar as questões ambientais e climáticas, abre caminho para que a justiça social e a justiça climática se tornem conceitos fundamentais na agenda da integração sul-americana.

O cenário internacional é marcado por uma competição crescente entre as duas principais potências, Estados Unidos e China, em busca da hegemonia global. Esse conflito leste-oeste tem repercussões em todo o mundo e exige que o Brasil tome uma posição equilibrada. Por um lado, é vital para o Brasil manter relações sólidas tanto com os Estados Unidos quanto com a China, dada a importância de ambos os países como parceiros comerciais e estratégicos.

América do Norte

O México ainda nos dilemas do labirinto da solidão[1]

28 de junho de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues, Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

Analisamos o México como uma potência regional, e o governo atual liderado por Andrés Manuel López Obrador, suas políticas e reformas, bem como os desafios enfrentados e as perspectivas para o futuro. Além disso, discutimos o impacto do resultado das eleições recentes no direcionamento político do país e sua influência na sociedade mexicana e na América Latina. Por fim, examinamos as relações diplomáticas entre o México e o Brasil e as demandas da população, incluindo questões de segurança pública e a militarização.

EM 4 DE JUNHO DE 2023, o resultado das eleições do Estado do México (Edomex) – centro econômico do país – representou a consolidação de Andrés Manuel Lopez Obrador (AMLO), atual presidente, como a mais importante liderança nacional das últimas décadas. A vitória de Delfina Gómez Álvarez, consolida o Movimento de Regeneração Nacional (Morena), de centro-esquerda, partido de López Obrador como ator dominante na cena política e desfere um golpe fatal contra o outrora hegemônico Partido Revolucionário Institucional (PRI), retirando-o de seu maior reduto eleitoral.

O estado do México foi governado pelo PRI por 94 anos ininterruptos (desde 1929). Com uma participação de 9,1% no PIB nacional e 17 milhões de habitantes é lugar definidor na cena política mexicana. Além do mais populoso e violento do país, o Edomex abriga também

1 "O labirinto da solidão" é um ensaio do poeta mexicano Octávio Paz (1914-1998), no qual ele procura a partir da história de seu país traçar as linhas mestras de uma possível identidade nacional.

grandes atrações turísticas, como Teotihuacan, e grandes indústrias, como a Nestlé e a Ford, com um território fragmentado entre regiões urbanas e rurais.

As eleições regionais funcionam como uma espécie de ensaio geral e de ponto de partida para a corrida pela presidência de 2024. Agora, o Morena passa a governar sozinho ou em aliança 23 dos 32 estados mexicanos.

Impedido pela legislação de tentar a reeleição, AMLO externou em diversas oportunidades não ter preferência entre vários pré-candidatos, optando por uma estratégia de escolher o sucessor via consulta popular. O objetivo seria evitar fissuras internas e construir unidade no novo bloco governista.

Os aspirantes são tacitamente proibidos de se confrontarem ou se desqualificarem, bem como conceder entrevistas a meios de comunicação considerados reacionários, conservadores e adversários ao governo. Participarão da disputa Claudia Sheinbaum, chefe de governo da Cidade do México, Marcelo Ebrard, secretário nacional de Relações Exteriores, Adán Augusto López, secretário nacional do Interior, Ricardo Monreal, senador, Gerardo Fernández Noroña, deputado do Partido do Trabalho, e o senador Manuel Velasco, do Partido Verde. A consulta será realizada entre 28 de agosto e 3 de setembro.

Com uma tradição democrática tortuosa, que teve seu ponto inaugural na Revolução de 1910, o país passou por transformações políticas e sociais importantes ao longo das últimas décadas. Nos anos 1990, o México desempenhou um papel significativo no NAFTA (Área de Livre Comércio da América do Norte), um acordo comercial firmado em 1994 entre México, Estados Unidos e Canadá. A participação no bloco econômico, permitiu ao México aumentar o comércio e atrair investimentos estrangeiros, impulsionando setores como o automotivo e o de manufatura. O dispositivo também trouxe desafios, como a competição com produtos agrícolas dos EUA e aumento de disparidades socioeconômicas internas.

Obrador em ação

Ao explorarmos os principais aspectos do governo mexicano, analisando sua ascensão ao poder, suas políticas e reformas, bem como os desafios enfrentados e as perspectivas para o futuro, é possivel vislumbrar, a partir desses pontos, uma pespectiva geral do país.

A eleição de AMLO, em julho de 2018, marcou uma mudança significativa na política mexicana. O presidente conquistou a vitória com uma plataforma centrada na luta contra a corrupção, a desigualdade social e a violência.

Desde o início de seu mandato, AMLO tem implementado uma série de políticas e reformas em diversas áreas. Uma de suas principais iniciativas foi a criação da Secretaria de Función Pública para monitorar e investigar a conduta dos servidores públicos, medida de enorme apelo popular, mas de clara conotação demagógica. Além disso, foram estabelecidos programas sociais, como o "Jovens Construindo o Futuro", que visa oferecer oportunidades de emprego e educação.

Na economia, foram adotadas medidas para promover o desenvolvimento econômico e re-

duzir a pobreza, incluindo a implementação de projetos de infraestrutura e a busca por uma maior independência energética, um grande desafio para o país, que teve seu parque elétrico totalmente privatizado nas últimas décadas. O presidente declarou em seu discurso de posse que "as políticas econômicas neoliberais foram um desastre" em crítica ao ex-mandatário Enrique Peña Nieto. As iniciativas nessa direção também têm gerado debates acalorados, especialmente em relação ao papel do setor privado e à sustentabilidade fiscal.

Há desafios significativos a serem enfrentados. A violência relacionada ao narcotráfico continua sendo um problema persistente, exigindo esforços para garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado. Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe desafios adicionais, impactando a economia e o sistema de saúde.

Alguns críticos argumentam que o estilo de governança de AMLO é caracterizado por uma forte centralização de poder, o que pode afetar a independência das instituições. Além disso, a relação com o setor privado tem sido um ponto de tensão, com preocupações sobre a falta de incentivos para investimentos e o impacto nas parcerias comerciais, críticas típicas a governos progressistas, como podemos vislumbrar no restante da região latina e, especialmente, no Brasil.

Os programas sociais implementados têm beneficiado muitos setores da população, especialmente os mais vulneráveis. Além disso, AMLO tem buscado fortalecer as relações internacionais do México, estabelecendo parcerias estratégicas e buscando maior cooperação regional. A eleição de Lula em conjunto com o protagonismo brasileiro pode cooperar para uma maior independência e influência da região no cenário global.

Relações brasileiras

As relações diplomáticas entre o Brasil e o México foram estabelecidas no ano de 1834, quando o primeiro diplomata brasileiro foi enviado em missão. Ao longo de dois séculos, as relações foram amenas, com uma mudança significativa a partir dos anos 2000, com visitas presidenciais mútuas. Em 2007, após uma viagem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México, as relações bilaterais começaram a tomar uma forma mais concreta. Desde então, pelo menos 122 acordos bilaterais foram assinados, com o México se tornando o 8° principal parceiro de exportação brasileiro. Juntos, os dois países detém 65% do Produto Interno Bruto (PIB) da região latinoamericana, e geram quase 60% das exportações.

As relações entre os dois países passaram por certo esfriamento. Com uma política externa voltada para o alinhamento com os Estados Unidos, os governos Temer e Bolsonaro, ancorados no golpe de 2016 não deram a devida importância para seus vizinhos latino-americanos, o que ocasionou certo esfriamento dessas relações. Apesar de tudo, Bolsonaro e López Obrador, foram comparados pela mídia em suas atuações muito parecidas frente a epidemia do coronavírus.

Com a eleição de Lula em 2022, podemos observar uma clara aproximação entre as duas nações. Durante sua campanha presidencial, Lula visitou López Obrador, e durante o encon-

tro, discutiram a expansão e o fortalecimento das relações bilaterais entre o Brasil e México.

Desafios e militarização

O México é um dos países com maiores problemas de segurança pública em toda América Latina. As temáticas ao redor deste setor são constantemente cobradas pela população, principalmente as mulheres. Entre janeiro e novembro de 2022 foram registrados 131 feminicídios no estado do México, bem como a volta dos ataques de ácido contra mulheres no país, que ocorreram em meados de abril de 2022.

O principal desafio que o Morena enfrentará nos próximos anos é entregar mudanças significativas aos problemas históricos que a política mexicana carrega consigo, principalmente as pautas sociais, o desenvolvimento sustentável e o auxílio no combate à desigualdade.

O ano de 2006 foi central para a organização da Segurança Pública mexicana. O cenário era de grande insatisfação com o processo eleitoral que teve como vitorioso Felipe Calderón do Partido da Ação Nacional (PAN), considerado de direita. Candidato então derrotado, AMLO convocou protestos que levaram milhares de mexicanos às ruas. O candidato pediu ainda a recontagem de votos, entretanto, após autorizada a revisão de menos de 10% das urnas, oficializou-se Felipe Calderón como o novo presidente.

Após nove dias de mandato, em 10 de dezembro de 2006, Calderón deu o primeiro passo para implementar uma política de "guerra às drogas", ao decidir a alocação temporária de 6500 militares do exército para o combate ao crime organizado na região de Tierra Caliente, no sul, através da "Operativa conjunto Michoachán".

Ao longo de seu mandato de seis anos, o governo continuou a incorporar os militares nas ações de segurança como forma de complementar as forças policiais civis, que se viam superadas pelo crime organizado. Desde então, diversos casos de extrema violência perpetrados pelas forças nacionais foram sendo descobertos e expostos pela mídia, suscitando o debate do papel das forças armadas, tal como os eventuais abusos cometidos.

Em setembro de 2012, após seis anos de denúncias sobre abusos, foram aprovadas decisões judiciais que colocavam sob escrutínio e investigação civil os abusos cometidos pelos militares, que poderiam ser processados na justiça penal comum. Entretanto, apenas pouco menos de 4% dos casos investigados pela (PGR) tiveram condenações: foram 16 entre mais de 500.

Em apenas dez anos, o orçamento para a Segurança Pública quase que dobrou, passando de US$ 5 bilhões em 2006 para US$ 9,8 bilhões em 2017. As bases militares de operações mistas mais do que dobraram em números absolutos, enquanto o número de homicídios aumentou cerca de 30%, passando de 121.613 de 2006 a 2012 para 157.158 de 2012 a 2018. Críticos argumentam que a crescente militarização fez com que o crime organizado também se utilizasse de armamentos e táticas bélicas, o que intensificou a violência no país.

Em 2019, o governo anunciou a substituição da Polícia Federal, marcada por denúncias de corrupção e violações de direitos humanos, pela Guarda Nacional, composta por maioria de militares. No mesmo ano, sob forte pressão das políticas anti-imigratórias dos Estados Uni-

dos e a constante ameaça de retaliação econômica, o país intensificou a presença militar na fronteira sul, com o objetivo de conter a onda migratória com destino aos EUA.

Em 2020, foi aprovado um arranjo constitucional que sacramentou a participação militar na Segurança Pública nacional e elevou a capacidade de autonomia do exército, pois a nova regulação carecia de mecanismos de limitação e supervisão. O movimento normativo veio conjuntamente com um aumento das funções realizadas pelos militares, que passaram a realizar tarefas das mais diversas, como a distribuição e gestão de insumos, o monitoramento de gasodutos da Petróleos Mexicanos (PEMEX), na realização de obras como o novo aeroporto da Cidade do México, e respectivas operações civis e comerciais relacionadas ao seu funcionamento.

Em 2022, o comando da Guarda Nacional passou ao Exército, o que suscitou diversas preocupações da comunidade internacional e de membros de grupos de direitos humanos sobre a intensa militarização da Segurança Pública no país, incluindo a falta de uma polícia de controle civil em nível federal.

No início do ano de 2023, ataques realizados em pontos turísticos de Cancún e Acapulco fizeram com que o atual presidente intensificasse mais uma vez a presença de militares nas estratégias de segurança pública. Mais de 8000 deles foram enviados para realizar a segurança nessas regiões, além de Tulum, Puerto Vallarta, Mazatlán e Veracruz, e nas principais rodovias do país.

O futuro do México dependerá da capacidade do governo em conciliar as necessidades e expectativas da população com a busca por estabilidade econômica, segurança e fortalecimento das instituições democráticas. Além disso, as relações com outros países, como o Brasil, e as parcerias regionais desempenharão um papel importante no direcionamento político e na influência do país como uma potência na América Latina.

O futuro é feminino: as mulheres da corrida presidencial do México

19 de outubro de 2023

Por Ana Claudia Paes

Prevista para junho de 2024, a eleição presidencial mexicana será marcada, pela primeira vez, por duas mulheres liderando as intenções de votos nas urnas. A ex-prefeita da Cidade do México, Claudia Sheinbaum (MORENA), e a senadora indígena Xóchitl Gálvez (PAN), figuram na dianteira das pesquisas e declaram-se abertamente progressistas. É a primeira vez na história do país em que homens não lideram a frente das eleições para presidente.

Histórico presidencial do México

AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES MEXICANAS já haviam representado um marco histórico. Depois de 94 anos sob domínio absoluto do PRI (Partido Revolucionário Institucional), o mais tradicional do México, um candidato progressista venceu: António Manuel López Obrador do MORENA (Movimento de Regeneração Nacional). A vitória de AMLO rompeu com a tradicionalidade e o conservadorismo que coordenavam a nação há quase um século. A eleição de cinco anos atrás, abriu espaço para uma nova fase política e social no México. Agora, a expectativa é que essa onda inovadora siga adiante, com a perspectiva da eleição da primeira mulher a desempenhar o cargo de chefe de Estado em um país marcado pelo machismo. O México apresenta altos níveis de violência de gênero.

Os principais temas da atual campanha são a grave crise de segurança pública e as questões de gênero. Em 2022 foram registrados mais de 130 casos de feminicídio, além da volta dos ataques de ácido contra mulheres. Em 2021, o México foi o segundo país mais letal para mulheres na América Latina - atrás apenas do Brasil -, registrando inúmeros casos de assassinatos e violência doméstica. Apesar disso, alguns avanços têm ocorrido, como a luta por

direitos reprodutivos e a conquista da descriminalização do aborto, em setembro de 2023. Nesse contexto, a disputa entre Claudia Sheinbaum (MORENA) e Xóchitl Gálvez (PAN) é extremamente significativa.

Histórico e propostas

Embora as campanhas ainda estejam no começo e os debates programáticos não tenham se iniciado ainda, é possível traçar o perfil das possíveis futuras chefes de Estado.

Claudia Sheinbaum:

Claudia Sheinbaum, candidata pelo partido de López Obrador, tem 61 anos e é doutora em Engenharia de Energia, autora de dezenas de artigos e dois livros sobre o tema, ex-secretária de meio ambiente (2000-2006), da gestão de Obrador, e ex-prefeita da cidade do México (2018-2023)a. É também pesquisadora do Instituto de Engenharia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Sheinbaum começou a trilhar sua caminhada política ainda no movimento estudantil. No ano de 2015, Sheinbaum venceu as eleições para a prefeitura de Tlalpan e permaneceu no cargo até 2018, quando foi eleita como a primeira mulher prefeita pela capital do país.
A partir das estratégias apresentadas durante seu governo, tanto em Tlalpan, como na Cidade do México, é possível afirmar que as principais causas e propostas que Claudia Sheinbaum são relacionadas à ecologia, desenvolvimento sustentável e transporte limpo, além de ter grande foco nas pautas educacionais. Ela se coloca contra a privatização da educação e defende não apenas os direitos das mulheres, mas também as pautas relacionadas aos direitos LGBTQIAP+.

Xóchitil Gálvez:

Xóchitl Gálvez, 60 anos, apresenta-se pelo PAN (Partido da Ação Nacional), que já abrigou o ex-presidente Vicente Fox (2000-2006). Ela é a aposta da recém formada Frente Ampla pelo México, constituída peloPAN, pelo PRI (ambos de direita) e pelo PRD (Partido da Revolução Democrática), de centro. . Seu nome não era chamativo no cenário político mexicano até períodos muito recentes. Tudo mudou quando em um discurso, o atual presidente do país citou a senadora como uma das principais opositoras à vigência dos programas sociais de seu governo, tais como a Pensión a los Adultos Mayores, Jóvenes Escribiendo el Futuro, etc. A declaração de Obrador foi, na verdade, um equívoco, uma vez que Gálvez não se opunha às políticas. Ao exercer seu direito de resposta às acusações do presidente, a senadora não foi ouvida, o que causou um grande movimento midiático, destacando a candidata como opositora de destaque..
Gálvez é de origem indígena, da etnia Otomí, uma das mais vulnerabilizadas do México. Muito jovem, ela migrou do estado de Hidalgo para a capital e conquistou uma bolsa de estudos na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Lá estudou engenharia

e, mais tarde, tornou-se uma empresária bem sucedida no ramo da robótica e computação. Apesar de construir sua carreira na Cidade do México, Gálvez não perdeu o contato com suas raízes e, durante o governo de Vicente Fox foi comissária nacional para os povos indígenas, iniciando, a partir de então, sua carreira política. Gálvez foi eleita prefeita de Miguel Hidalgo em 2015 e exerceu o cargo até 2018, quando tornou-se senadora e começou a trabalhar para conquistar uma nomeação para candidata a prefeita da Cidade do México.

A principal estratégia da candidata é manter-se com uma imagem política independente de partidos e figuras marcantes deste meio, afirmando constantemente em seus discursos que não pertence a nenhuma oligarquia e que segue as próprias convicções. Gálvez também apresenta propostas liberais, como consequência direta de sua carreira de empreendedora de sucesso. No entanto, a política não descarta as conquistas sociais recentes, provenientes do governo, reiterando que não haverá retrocessos. Além disso, por sua hereditariedade, Gálvez não esconde o apoio às causas indígenas do país e se autodenomina como uma liberal-progressista.

A disputa e a representatividade

Com o sucesso das políticas sociais do MORENA e da relativa estabilidade política e econômica conquistada durante dos últimos anos do governo de Obrador - que termina seu último ano de governo com alta popularidade -, Sheinbaum é considerada favorita. Ainda que o atual presidente não seja um grande destaque nos assuntos relacionados à equidade de gênero em seu próprio governo - majoritariamente masculino - e em políticas públicas voltadas às mulheres, é inegável que o governo do MORENA propiciou uma cenário em que, finalmente, vislumbrar mulheres na presidência tornou-se possível..

Ainda no começo das disputas presidenciais, o duelo entre as duas mulheres se pauta, principalmente, pelas duras críticas que Xóchitl Gálvez vem sofrendo por parte de Obrador e seus apoiadores e pelas declarações incisivas que a candidata liberal faz ao apoio amplamente divulgado do atual presidente à Sheinbaum. Para Gálvez, a candidata de esquerda tem condições de se firmar na disputa de forma independente, alegando que o apoio do atual chefe de Estado pode tornar a disputa política desigual e injusta.

É extremamente relevante que o cenário político para as próximas eleições presidenciais mexicanas seja composto por mulheres em um país que foi, durante quase um século, governado por um partido conservador e tradicional. O fato da próxima corrida eleitoral ser pautada por duas candidatas reforça a reforma cultural, social e política que o país vem apresentando - tanto em conquistas como a junção do país a Maré Verde, relacionada ao aborto, como na conquista do casamento homoafetivo em 2022 e na escolha nas urnas em 2024.

América Central

Incertezas na eleição presidencial da Guatemala

11 de julho de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos; Gabriel N. Silva,Ivan Cersosimo Valverde, Luiza Rodrigues, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

O processo eleitoral da Guatemala mostra-se conturbado. Ele se iniciou com a suspensão de quatro candidatos presidenciáveis, inclusive o líder nas pesquisas, e agora o resultado do primeiro turno pode ser anulado pela sua Corte Constitucional até que haja um esclarecimento de possíveis irregularidades que denunciam dez partidos políticos, entre eles o Unidad Nacional de la Esperanza (UNE), da candidata Sandra Torres que seguiu para o segundo turno, junto com Bernardo Arévalo.

OS RESULTADOS DAS URNAS do primeiro turno das eleições guatemaltecas, realizado em 25 de junho, estão suspensos. As apurações colocam no segundo turno, marcado para 20 de agosto, Sandra Torres, com 15,86% dos votos, e Bernardo Arévalo, com 11,77%. A totalização contraria pesquisas pré-eleitorais, e eliminou o atual presidente Alejandro Giammattei. Seu governo é acusado de práticas autoritárias e anti populares, tendo se cercado de militares e pessoas acusadas de corrupção. Desde 1996, com a redemocratização, nenhum candidato conquistou a presidência com maioria de votos no primeiro turno.

O resultado foi alvo de contestações desde sua divulgação, com denúncias de fraude sem que fossem apresentadas provas por parte de partidos políticos derrotados. O descontentamento se dá, principalmente, pelo fato de Arévalo, candidato de esquerda, ter chegado ao segundo turno. Assim, no dia 1o. de julho a Corte Constitucional do país ordenou que o Tribunal Eleitoral suspendesse os trabalhos para que os votos pudessem ser revisados e as denúncias apuradas, num prazo de 15 dias.

Bernardo Arévalo declarou que "a democracia na Guatemala corre um risco terrível". Essa suspensão se deu apesar dos organismos internacionais que participaram como observadores da eleição terem atestado a legitimidade do processo. A Organização dos Estados Americanos (OEA), a missão de observação eleitoral da União Europeia e o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, expressaram sua preocupação pela paralisação do processo.
Na Guatemala o voto é obrigatório, mas não há qualquer tipo de sanção para quem não comparecer às urnas. Foram registrados recordes de votos nulos (17%), que quadruplicaram desde a eleição anterior, e 7% de brancos, que somados representam mais votos do que os dois postulantes no 2º turno. Esse fato expressa o rechaço popular às eleições presidenciais e ao sistema político.
Também, das 160 cadeiras do Congresso (unicameral) que foram renovadas, o partido Vamos, do presidente Giammantei, obteve 22 novas, totalizando 39 assentos e se tornou a principal força da câmara. O posto pertencia ao UNE, de Sandra Torres, que será a segunda maior força com 28 cadeiras, enquanto o Semilla de Arévalo será a terceira com 23. Dessa forma, os dois candidatos serão forçados a dialogar com seus concorrentes atuais para movimentar suas agendas.

Os candidatos no segundo turno

Sandra Julieta Torres Casanova, 67 anos, disputa a presidência da República pela terceira vez, chegando em todas ao segundo turno. Nascida em Melchor de Mencos, pequena localidade do departamento de Petén, no norte da Guatemala, é herdeira política de seu marido, o ex-presidente Álvaro Colom, falecido em janeiro último. É formada em ciências da comunicação pela Universidad de San Carlos de Guatemala (Usac), e tem mestrado em Políticas Públicas pela Universidad Rafael Landívar.
Candidata pela Unidad Nacional de la Esperanza (UNE), organização que fundou junto com Colom em 2002 e da qual é secretária geral, passou para o segundo turno em 2019 em primeiro lugar, mas acabou perdendo para Giammattei. Trata-se da agremiação com maior número de filiados do país, que se define como socialdemocrata e socialcristão.Caso ganhe a eleição será a primeira mulher a assumir a presidência na Guatemala.

Bernardo Arévalo de León, 64 anos, candidato pelo Movimiento Semilla, surpreendeu ao passar para o segundo turno. . É filho do ex-presidente Juan José Arévalo Bermejo, que governou o país entre 1945 e 1951, na chamada "Revolução de Outubro", num processo democratizante, após quinze anos de governos militares.
Sociólogo e doutor em Filosofia e Antropologia Social, Arévalo de León se identifica como social-democrata e é especialista em resoluções de conflitos. Nasceu em Montevidéu, no Uruguai, onde seu pai estava exilado, e somente voltou à Guatemala aos 15 anos de idade. Estudou em universidades de Israel, Espanha e Holanda.
É um dos fundadores do Semilla, movimento progressista que surgiu em 2015 como uma

opção política em repúdio à corrupção que a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG) revelou no país. Foi eleito deputado em 2019, na primeira vez que o movimento apresentou candidatos.
Antes de ingressar na vida política, era acadêmico e escrevia sobre relações civis e militares e segurança. Entre 1995 e 1996, foi embaixador na Espanha e um ano antes havia sido vice-ministro de Relações Exteriores do governo de Ramiro De León Carpio. Também foi secretário consular da Guatemala em Israel.
Arévalo não se incomoda de ser chamado de "Tio Bernie" da política guatemalteca. Ao contrário, até gosta do apelido que, além de se referir ao seu nome, também o associa ao político norte-americano Bernie Sanders. Muitas são as diferenças entre os dois, mas a principal semelhança com Sanders é que ambos se autodenominam políticos que lutam por justiça e consciência social.

Os derrotados no primeiro turno

Zury Ríos: Filha do ex-ditador Efraín Ríos Montt (1982-83), fator que a envolveu em controvérsias desde que adentrou no cenário político. Mas seu histórico familiar não é o único obstáculo, pois esta é a quarta vez em que concorre à presidência. Seus apoios se tornaram cada vez mais escassos e sua retórica mais distante do eleitorado frente aos ataques que sofre. Suas bases se deslocaram ao longo dos anos em direção a políticos que estariam em busca de uma figura capaz de consolidar bases eleitorais dispersas.

Edmond Auguste Mulet Lesieur: Advogado e ex-diplomata de 72 anos, foi embaixador nos Estados Unidos e na União Europeia e tem uma trajetória de meio século no cenário político. Criou em 2018 o partido CABAL, de centrodireita, do qual é presidente. Mulet afirma buscar uma renovação profunda para o país. Sua carreira é carregada de controvérsias, atingindo seu auge em episódios nebulosos que protagonizou sobre adoções nos anos 1980 e que nunca foram completamente esclarecidas.

Carlos René Pineda Sosa: O empresário de 51 anos se apresenta como outsider do sistema político e é filiado ao partido Prosperidad Ciudadana, de centrodireita. Tem presença ativa em redes sociais, o que possivelmente explica um súbito crescimento de seu desempenho em pesquisas eleitorais. Vem de família proeminente no setor agropecuário.

Os dilemas econômicos

A economia guatemalteca tem experimentado um crescimento consistente nos últimos anos, impulsionado principalmente pelos setores de serviços, agricultura e indústria, e é o país centro-americano com maior desenvolvimento industrial. Conta com três portos internacionais, tendo uma posição geográfica que conecta a América do Norte com a Central.
O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 foi de 4,1%. Em comparação, a Chi-

na, que é o país que mais cresce no mundo, registrou um crescimento de 8,4% em 2021 e 3% em 2022. Isso indica um forte interesse empresarial no país.
Apesar do crescimento econômico do país na última década, ainda é um país altamente desigual e com grande parte da população vivendo na pobreza, enfrentando dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, como educação e saúde. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2014 (ano mais recente) a porcentagem de pessoas que estavam vivendo abaixo da linha da pobreza era de 59,3%, superando o Haiti (58,5%/2012), que historicamente liderou a região nesse quesito.

Guatemala e EUA

O Estados Unidos apresentam diversas estratégias de segurança e migração para o "Triângulo Norte da América Central" (Guatemala, Honduras e El Salvador), que supostamente visam impulsionar políticas de contenção contra organizações criminosas, lutar contra a corrupção e a violação dos direitos humanos, estabilizar economicamente o país e enfrentar as causas da imigração da população dessa região para o país norte-americano.
Em 2019 o governo de Giammantei assinou um "pacto migratório" com o governo Trump se comprometendo a receber imigrantes, enquanto esperam por autorização para entrar nos EUA, que por sua vez, ofereceria a estrutura para isso. Durante o governo Giammantei, em janeiro de 2021, houve uma violenta repressão contra uma caravana de milhares de centro-americanos que partiam de Honduras passando pelo país em direção aos EUA, sendo esse não um fato isolado.
Em julho de 2021 a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, fez um discurso conhecido na Guatemala avisando aos guatemaltecos não migrarem para o país, no que ficou conhecido como discurso "não venha".
A Guatemala tem se mostrado um dos principais aliados dos EUA na América Central. No período de 2011 a 2021, o país foi um dos países latino-americanos mais alinhados com os EUA na Assembleia Geral da ONU. Também votou com o país em resoluções importantes na ONU e OEA quanto a um posicionamento contra a Rússia na Guerra, sendo Giammantei o único presidente latino-americano que visitou o presidente Zelenski. E na disputa EUA x China, a Guatemala reconhece Taiwan.

Uma história de golpes e lutas populares

Em outubro de 1944 um movimento de massas tomou as ruas, pondo fim a uma sucessão de governos despóticos, no que foi chamado de Revolução de Outubro.
A última ditadura guatemalteca do início do século XX foi a do general Jorge Ubico (1931-1944), de cunho liberal e que reduziu o gasto público como forma de estabilizar as finanças do Estado e entendia, de acordo com Rampinelli (2007), que "governar era impor a vontade do presidente sem levar em conta a opinião pública e a constituição do país". E assim como os governos militares que o antecederam, fez grandes concessões ao United Fruit Company

(UFCO), empresa estadunidense que detinha o monopólio da produção de banana no país. A revolução de outubro inaugurou a democracia no país, tendo Juan José Arévalo como primeiro presidente eleito – que governou o país entre 15 de março de 1945 a 15 de março de 1951 – iniciando um processo de modernização, institucionalização e democratização do Estado (GRANDIN, 2002).

Após o fim do mandato de Arévalo, o candidato nacionalista Jacobo Árbenz Guzmán foi eleito. Em seu discurso de posse em 1951 afirmou que seu objetivo era "converter a Guatemala em uma economia independente, moderna e capitalista". Assim, Árbenz deu início a uma série de medidas para promover mudanças sociais, sendo uma das primeiras uma reforma agrária que distribuía milhões de hectares de terra a camponeses pobres.

Desde o fim do século XIX e início do XX, a banana era o principal produto de exportação da Guatemala, e a UFCo controlava 50% das terras cultiváveis, além de ferrovias e portos. E além de não pagar impostos ao Estado, tinha sua própria polícia interna e seu próprio regime de trabalho, sendo, como afirmou Tomáz, "praticamente um país dentro do país."

A Guatemala se encaixava então no que ficou conhecido como "República de bananas", termo cunhado pelo escritor estadunidense O. Henry no conto "O almirante" (1904). A banana, vale destacar, segundo o historiador Luis Ortega, "até o fim do século 19 e começo do século 20, as empresas americanas, sendo que a mais simbólica era a United Foods (hoje Chiquita), começaram a fazer plantações de bananas em série e criariam enclaves modernos em repúblicas da América Central". Eram então, países produtores de bananas que dependiam da renda de empresas americanas.

Assim, a Guatemala sendo uma república de bananas e sob o novo governo de Árbenz, atingiu em especial a UFCo com sua reforma agrária que, em conjunto com grandes proprietários de terra, começaram uma campanha de difamação do governo, acusando o presidente de estar a serviço da União Soviética, acusação típica da Guerra Fria.

No clima de um conflito Leste-Oeste, funcional a Washington, o presidente Jacobo Árbenz sofreu um golpe de Estado patrocinado pelos EUA em junho de 1954, sendo a primeira intervenção do país na América Latina durante a guerra fria, e considerada um caso de sucesso pelo país imperialista, tornando-se exemplo para outras ingerências (GRANDIN, 2002).

Foi encerrada então a Revolução de Outubro que durou dez quase anos, mas a ruptura com a esperança suscitada por essa experiência popular inspirou diversas lutas contra a ditadura militar apoiada pelos EUA que se instaurou.

Em 1960, jovens militares contrários ao governo do general Fuentes, organizaram um levante – sem sucesso – e desertaram do exército passando a atuar a partir de guerrilhas. Deu início então a uma guerra civil que durou quase quatro décadas entre guerrilheiros de esquerda e o governo guatemalteco, que teve como saldo, de acordo com a ONU, mais de 200 mil pessoas mortas e 45 mil desaparecidos.

A Guatemala então possui uma democracia extremamente frágil, tendo vivido um período democrático na década da revolução, e retomado somente em 1996, quando foi assinado um

cessar-fogo entre o governo e a guerrilha.

Referências:

GRANDIN, Greg. A revolução guatemalteca. Editora Unesp: São Paulo, 2002.

RAMPINELLI, Waldir Jose. O primeiro grande êxito da C.I.A. na América Latina. Revista ponto-e--vírgula, 1: 105-121, 2007.

El Salvador reduz a criminalidade às custas de sua democracia

25 de julho de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes, Felipe Teixeira da Silva e Henrique Mario de Souza

Desde que assumiu a presidência, Nayib Bukele apresenta desafios aos poderes da República e ameaça a manutenção do Estado de Direito. No decorrer de um ano, mais de 1% da população salvadorenha foi encarcerada e o maior presídio das Américas foi construído. Apesar disso, a popularidade presidencial passa de 90%.

SOB A JUSTIFICATIVA DE COMBATER as facções que ameaçam a segurança da população de El Salvador, o governo inaugurou, em janeiro de 2023, o chamado Centro de Confinamento de Terrorismo, na cidade de Tecoluca, a 74km da capital San Salvador. O empreendimento fez dobrar a quantidade de vagas prisionais no país e deu origem ao maior presídio de toda América. A construção faz parte de um conjunto de medidas propostas pelo presidente em exercício, Nayib Bukele que, no último ano de seu mandato, acumula 90% de aprovação. A mega penitenciária tem capacidade para abrigar 40 mil detentos e é destinada àqueles criminosos que ocupam "altas posições" na hierarquia das facções que operam no país. No edifício não existem pátios, áreas externas para recreação ou banho de sol e nem espaços conjugais ou familiares, situação que transgride as Regras Mínimas para o Tratamento de Detentos definidas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2005. Além disso, foram construídas celas escuras e sem janelas.

Massacre sem motivo claro

No último final de semana de março de 2022, um massacre acometeu o país, levando 76

pessoas à morte no intervalo de 48 horas. A organização criminosa Mara Salvatrucha (MS-13) foi apontada como a principal responsável. Ato contínuo, no domingo do mesmo final de semana, o presidente decreta estado de exceção e inicia uma caça às gangues e a quaisquer pessoas acusadas de vinculação a elas. O motivo da carnificina, no entanto, ainda não é claro, mas pode ser resultado da ruptura de um acordo não publicizado entre a administração Bukele e as facções criminosas. O propósito da repressão que se sucedeu acabaria por aumentar a popularidade do governo e de seus aliados.
Passado mais de um ano desde a instalação do estado de exceção, El Salvador se tornou um dos países com a maior taxa de encarceramento do mundo: mais de 70 mil detidos/as. O que corresponde a cerca de 1% dos habitantes. A maioria das pessoas capturadas não tiveram direito ao devido processo legal e muitas delas relataram abusos e violências físicas praticadas pelas forças armadas e pela polícia. Segundo a principal organização de defesa dos direitos humanos do país, Cristosal, desde março de 2022, pelo menos 153 pessoas morreram enquanto estavam sob custódia do Estado, quase metade destas com violência. A organização também afirma em relatório que é comum a presença de ferimentos, hematomas e outros sinais de violência física entre os detentos.

Repressão e eleições

Em fevereiro de 2021 foram realizadas as eleições legislativas que podem ter tido seus resultados impactados pelas supostas negociações entre o governo e as facções criminosas do país. A vitória foi, principalmente, do partido Nuevas Ideias e de outras agremiações alinhadas ao oficialismo. O resultado gerou ampla base de apoio no Legislativo unicameral (não há Senado). Das 84 cadeiras, 60 são preenchidas por apoiadores da situação. Com isso, o presidente teve a quantidade de votos necessária para destituir cinco magistrados da Suprema Corte e, em substituição, nomear juízes que, em setembro do mesmo ano, votariam a favor de sua reeleição. A iniciativa contraria normas constitucionais do país. Segundo a Carta Magna de El Salvador, quem ocupa o cargo de presidente em período imediatamente anterior e permanece por seis meses ou mais não pode se candidatar na sequência.
Além de inúmeras medidas arbitrárias ou autoritárias, em junho de 2023, Bukele ratificou a Lei Especial de Reestruturação Municipal que diminuiu em 83% a quantidade de municípios no país, passando de 262 para 44. Entre as justificativas apresentadas estão: o combate à corrupção – que, segundo o presidente e seus partidários, está enraizada nas administrações municipais -, e a redução de custos (a medida poupará, aproximadamente, US$ 250 milhões por ano). Entretanto, essa manobra poderia possibilitar ainda mais concentração de poder, visto que, a partir da nova distribuição municipal, cidades em que o partido Nuevas Ideias é menos popular serão fundidas com localidades em que o partido tem mais apoio.

Histórico autoritário

O panorama antidemocrático é preocupante, especialmente quando se remete à história da

região, marcada por feridas abertas pelas ditaduras do século XX. Esses fatores ainda moldam a esfera política e social atual, despertando preocupações sobre a estabilidade democrática e o respeito aos direitos humanos.

No início de 2023, comemorou-se o aniversário de 31 anos da assinatura dos Acordos de Paz que puseram fim à guerra civil que assombrou El Salvador no século passado. Durante esse período, o país sofreu com ditaduras civis-militares e intervenções norte-americanas, violência às populações originárias e a camponeses e trabalhadores. Muitas organizações populares viveram na ilegalidade por décadas. Superada essa fase, o país manteve o partido ARENA (Aliança Republicana Nacionalista) na presidência por vinte anos (entre 1989-2009) e, em seguida, o FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) por outros dez (entre 2009-19) – do qual o atual presidente fez parte. Nayib Bukele, diferentemente dos dirigentes anteriores, classificou as negociações de 1992 como "farsa" e foi o primeiro presidente eleito após o fim dos conflitos que se recusou a comemorar o aniversário da assinatura dos Acordos de Paz.

A guerra civil que se instalou entre 1980 e 1992 levou as organizações político-militares a formarem a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). A denominação remete a Agustín Farabundo Marti (1893-1932), dirigente comunista e iniciador da reação armada em favor dos camponeses. Criminalizadas durante décadas, as organizações se opunham à militarização e ao uso da violência pelo Estado e reivindicavam a conquista de direitos civis em El Salvador, onde o imperialismo e a concentração de terras e de renda geraram efeitos nefastos. Após um longo e violento processo de negociação, marcado por massacres e milhares de mortes, a Frente conquistou o direito de existir e de participar das disputas eleitorais.

Em diferentes períodos, El Salvador encontrou nos acordos de paz a solução para a redução da violência. Durante o governo da FMLN não foi diferente. Em 2012, o então presidente Maurício Funes, conseguiu aplicar a "Trégua entre pandillas" que tinha como proposta intermediar um "cessar-fogo" entre facções rivais. Isso fez reduzir a mortalidade da população civil e diminuiu a violência nos Centros Penais, tanto que 2013 havia se tornado o ano com o menor número de homicídios no país até então. Entretanto, essa conformação foi interrompida, e 2015 se tornou o ano mais violento deste século para os salvadorenhos. Assim como outros acordos entre as facções criminosas e o Estado, este foi permeado por acusações de favorecimento do crime organizado e envolvimento em casos de corrupção. Integrantes da própria Frente, alguns ocupando cargos públicos pelo mesmo partido, usaram a crise da FMLN após 2015 para impulsionar-se eleitoralmente. Um deles era Nayib Bukele, então prefeito da capital San Salvador. Sua pregação central voltava-se contra a disseminação do crime organizado, problema que os governos da FMLN tiveram dificuldades de resolver.

Antes de obter a maioria necessária para aprovar suas políticas, Bukele adotou atitudes que já revelavam seu caráter autoritário: em fevereiro de 2020, o presidente invadiu o Congresso, acompanhado de policiais e soldados, após a casa votar contra um empréstimo de US$ 109 milhões, estratégico para implementar a política de segurança desenhada pelo governo.

Após a invasão, Bukele se sentou na cadeira do presidente do Congresso e ordenou o início da sessão, utilizando como justificativa seu "direito divino".
Nesse cenário denso e carregado de desafios, as preocupações são palpáveis. A estabilidade democrática e a garantia dos direitos humanos caminham numa corda bamba, exigindo reflexões profundas e ações incisivas para assegurar um futuro digno e próspero para todos os habitantes da região. É, então, num contexto delicado que se faz necessária uma análise criteriosa dos desafios enfrentados por El Salvador.

A violência disseminada

Os Acordos que levaram a um recuo das organizações político-militares e à desmilitarização do Estado não criaram mudanças na estrutura político-econômica institucional. A desigualdade entre os trabalhadores e os membros das oligarquias permaneceu e somou-se à intensificação do tráfico de drogas e armas na região central das Américas. Diante dessas condições, as gangues e facções criminosas se tornam uma das maiores ameaças à segurança pública, com forte impacto sobre a população.
As duas principais organizações criminosas em El Salvador são a Mara Salvatrucha (MS-13) e o Barrio 18, que também afligem Honduras e Guatemala. Originadas nos Estados Unidos na década de 1980, essas gangues se espalharam por países da América Central, encontrando terreno fértil para crescer em alguns desses países devido, entre outros fatores, à pobreza e à desigualdade social características.
A partir de fontes oficiais, estima-se que, em 2022, houve uma redução de 57% do número de assassinatos em comparação com o ano anterior. Segundo publicado no jornal La Prensa Gráfica, foram registradas 562 mortes no ano passado – acompanhando uma tendência regressiva gradual que dura sete anos, como ilustrado no infográfico a seguir. No entanto, o Observatório Universitário de Direitos Humanos (OUDH) da Universidade Centro-Americana (UCA) afirma que esse número indica subnotificação e que haveria quase cem mortes a mais. Ainda assim, os mais de três anos de governo Bukele apresentaram uma forte redução na taxa de homicídios do país.
De acordo com a Human Rights Watch (2023) as gangues de El Salvador continuam recrutando forçadamente crianças, além de abusar sexualmente, matar, sequestrar e deslocar pessoas. A entidade ainda afirma que a resposta das autoridades tem oscilado entre negociações obscuras com as gangues e políticas de segurança rígidas que levaram a violações de direitos humanos.
Sob a liderança presidencial são desatadas ações que desafiam as instituições democráticas e que se tornaram cada vez mais frequentes. O aumento da vigilância e da espionagem por parte do governo, criando um ambiente de medo e repressão que inibe a livre expressão e a liberdade de imprensa que, ao mesmo tempo, alavanca a popularidade de Bukele. A suspensão das garantias constitucionais permitiu detenções em massa, levando milhares de pessoas a serem presas sob suspeita de associação às gangues. Os relatos de abusos e violações dos

direitos humanos emergiram logo em seguida, colocando em dúvida a eficácia e a legalidade das ações governamentais. O combate ao crime organizado requer uma abordagem holística, que enfrente as questões estruturais que alimentam a violência, ao mesmo tempo que respeita os princípios democráticos e os direitos fundamentais da população.

"O ditador mais cool do mundo"

No ano seguinte à eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, outro representante da extrema-direita latino-americana obteve uma importante vitória eleitoral: Nayib Bukele. O pleito de El Salvador também evidenciou o papel crucial das redes sociais nas campanhas eleitorais, algo que já havia sido observado durante a campanha de Bolsonaro. O brasileiro era um dos candidatos com menor tempo de propaganda na televisão e, ao mesmo tempo, maior engajamento nas redes.

Filho de um empresário de origem palestina, o presidente salvadorenho também foi proprietário de empresas e trabalhou em agências de relações públicas e publicidade antes de ingressar na política, em 2011, pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. Foi prefeito em uma pequena cidade, Nuevo Cuscatian, antes de vencer as eleições municipais na capital do país, em 2015. Dois anos depois, Bukele foi expulso da Frente, por divergências, e fundou o movimento Nuevas Ideas, seu atual partido.

Bukele tem adotado como uma de suas estratégias "governar pelas mídias sociais", e essa estratégia de comunicação tem contribuído para a sua aprovação entre os salvadorenhos e para sua popularidade nas redes: os perfis do Twitter e Instagram do presidente possuem mais de 5 milhões de seguidores, número que se torna ainda mais expressivo quando consideramos que a população estimada de El Salvador é de aproximadamente 6,3 milhões de habitantes. Além disso, um levantamento realizado pela Digitips mostra que Bukele é o líder mundial com maior número de seguidores no TikTok, à frente de figuras como Lula e Macron.

Além de promover sua agenda de segurança, o presidente salvadorenho busca legitimar suas ações autoritárias através de um posicionamento irônico em seus perfis, tendo se autodeclarado nas redes como "o ditador mais cool do mundo". A partir dessa postura, Bukele tenta impulsionar a pauta de segurança, as mudanças na estrutura do Estado, bem como sua agenda econômica – outro ponto polêmico de sua gestão.

Em setembro de 2021, El Salvador se tornou o primeiro país do mundo a adotar uma criptomoeda como moeda oficial. O governo adquiriu 2.546 Bitcoins a um custo de aproximadamente US$108 milhões, e criou uma carteira digital – denominada "Chivo" – que já continha inicialmente US$30 em criptomoedas, de modo a incentivar o uso pela população. Entretanto, a medida não adquiriu popularidade e seu uso tem sido reduzido. Além disso, a queda nos preços do bitcoin fizeram com que os investimentos salvadorenhos, que ultrapassaram os US$108 milhões, fossem reduzidos para aproximadamente US$77 milhões, após o primeiro quadrimestre de 2023. Contudo, a "Lei Bitcoin" ainda é considerada como um ponto forte da gestão de Nayib Bukele, tendo em vista que a economia do país ainda é considerada

estável e a postura de incentivo às criptomoedas auxilia na construção de sua imagem como um líder da "nova geração" internacionalmente.

Pandemia e preconceitos

Enquanto o posicionamento de Bukele se aproxima de líderes como Jair Bolsonaro e Donald Trump em diversos temas, como a própria questão da criminalidade, há uma diferença clara de postura em relação a pandemia de COVID-19: o presidente de El Salvador mobilizou as medidas de isolamento social em prol de sua política de segurança pública, tendo fechado as fronteiras do país e decretado quarentena nacional antes mesmo da confirmação do primeiro caso da doença no país, além de instaurar centros de contenção para deter indivíduos que violaram a quarentena ou contraíram o vírus durante viagens ao exterior. Novamente, a política de Bukele produziu resultados ambíguos: ao mesmo tempo em que El Salvador registrou números positivos em relação ao controle da pandemia, as violações de direitos humanos e detenções arbitrárias foram recorrentes nos centros de contenção.

Mas, se Bukele busca, por um lado, transmitir uma imagem "moderna e popular" através de suas pautas econômicas e atuação nas redes sociais, por outro, o conservadorismo característico da nova extrema-direita se faz presente em seu governo. As mulheres salvadorenhas continuam sofrendo com o feminícidio (ocupando a terceira posição no ranking da América Latina, atrás apenas de Honduras e República Dominicana) e com uma das leis mais rígidas em relação ao aborto (inclusive em casos de abortos espontâneos ou emergências obstétricas). Pessoas LGBTQIAP+ seguem sendo vítimas de violência – com destaque para as agressões por parte da polícia e gangues. Além disso, Bukele tem implementado um autoritarismo digital, concentrando as informações em sua rede e minando a atuação da imprensa, como pode ser observado pela transferência de sede do principal jornal do país para a Costa Rica, por conta da perseguição promovida pelo governo. Em suma, há um processo de retrocesso democrático em curso no país, no qual as principais instituições estão sendo desmanteladas. Após inúmeras manobras inconstitucionais, parece não haver desafios à reeleição do presidente em 2024, nem mesmo dentro de seu partido. Em uma eleição virtual do Nuevas Ideias realizada no início de julho, Nayib Bukele e seu vice, Félix Ulloa, não dispunham de adversários competitivos. A quantidade de votos atribuídos a eles não foi divulgada, mas foi suficiente para que os dois fossem escolhidos para compor a chapa que disputará a presidência no próximo ano. Ademais, 9 em cada 10 salvadorenhos aprovam o governo Bukele, apesar de todas as suas contradições.

Cuba: 70 anos de Moncada e Bayamo – a busca por justiça social

21 de setembro de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva e Gabriel de Mello Rodrigues

"Quando o homem deixar de sonhar,
toda a humanidade será derrotada"

Leonardo Padura

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou oficialmente Cuba entre os dias 15 e 16 de setembro de 2023, às vésperas de sua ida à Assembleia Geral da ONU. O motivo central foi sua participação na Cúpula do Grupo dos 77 e China (G77+), um encontro de líderes de nações em desenvolvimento sediado em Havana. O tema abordado nessa ocasião foi particularmente significativo: "os desafios atuais para o desenvolvimento: o papel da ciência, da tecnologia e da inovação".

O PÉRIPLO COROA a normalização das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, após o golpe de 2016 e a agressiva política externa do governo Bolsonaro.

A Cúpula, presidida por Cuba no ano de 2023, teve como objetivo principal reforçar a defesa dos interesses coletivos dos países em desenvolvimento no contexto multilateral. As discussões abrangeram desde as dimensões econômicas e financeiras até a necessidade imperativa de cooperação e transferência de tecnologia, bem como o combate incansável à fome e à pobreza.

O Grupo dos 77 e China (G77+), criado em 1964 durante a primeira Conferência das Nações

Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), desempenha um papel fundamental na reestruturação das relações econômicas internacionais, visando criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável de seus membros. A coordenação eficaz entre os países pertencentes a esse grupo tem sido instrumental em muitas negociações das Nações Unidas, particularmente aquelas relacionadas a temas econômicos e de desenvolvimento sustentável.

Além da participação na Cúpula, Lula aproveitou para realizar um encontro de trabalho com o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel. Foi uma oportunidade crucial para aprofundar o diálogo entre os dois países e explorar áreas potenciais de colaboração, entre elas segurança alimentar, energias renováveis e biofarmacêutica. A última visita de um presidente brasileiro à ilha ocorreu em 2014, com Dilma Rousseff.

Vale a pena fazer um pequeno retrospecto da história recente da Ilha e os ziguezagues dos entendimentos com o Brasil nas últimas décadas.

Os guerrilheiros e a ditadura

A tentativa de derrubada do governo ditatorial de Fulgêncio Batista, iniciada com os ataques armados aos quartéis de Moncada e Bayamo em 26 de julho de 1953, na cidade de Santiago, representa um marco na luta por justiça social e independência nacional em Cuba. O contexto em que esses eventos ocorreram estava profundamente enraizado na realidade de uma ditadura que dominou o país entre 1952 e 1959. Enfrentando um cenário de opressão, desigualdade, repressão política e subordinação nacional, o movimento revolucionário liderado por Fidel Castro optou pela insurreição armada como meio de alcançar mudanças profundas. Esta escolha foi sustentada por várias razões, sendo algumas delas a falta de vias civis eficazes de luta, a dominação política das oligarquias locais, subordinadas à Casa Branca, e a deterioração da situação socioeconômica e política.

O regime de Batista era caracterizado por severa repressão política, ausência de liberdades civis, silenciamento da oposição e censura à imprensa. Além disso, o governo de Batista estava fortemente associado à corrupção e à subordinação aos interesses dos Estados Unidos. Os eventos de Moncada e Bayamo foram uma resposta desesperada de uma parcela da juventude à situação, tentativas anteriores de protestos e mobilizações sociais fracassaram devido à repressão governamental.

O ataque aos quartéis representou uma dramática derrota tática para os 165 combatentes envolvidos. A maioria foi morta e seus principais líderes, presos. O discurso "A história me absolverá", proferido por Fidel Castro durante seu julgamento, se tornou uma base importante para o programa político da luta guerrilheira conhecido como Programa de Moncada. Em 1955, os prisioneiros foram anistiados. O Movimento 26 de Julho, emanado da rebelião, uniu diversos setores da sociedade, incluindo trabalhadores urbanos e rurais, profissionais, camponeses e pequenos comerciantes. Após intrincados rumos táticos, a constituição de focos de guerrilha rural e apoio em mobilizações urbanas, Batista é derrubado e os revolucio-

nários vitoriosos entram em Havana, em 1º. de janeiro de 1959. Em 16 de abril de 1961, Fidel proclama o caráter socialista da Revolução, em meio ao acirrado contexto da Guerra Fria.
O bloqueio econômico e comercial imposto pelos Estados Unidos a partir daí forçou a Ilha a buscar independência econômica, fortalecendo suas relações com a União Soviética. A ação agressiva de Washington, incluindo a tentativa fracassada de invasão na Baía dos Porcos, foram a marca constitutiva de seis décadas de tensas relações com a superpotência ocidental. Um dos pontos cruciais dessa trajetória é a relação diplomática de Cuba com o Brasil. Os contatos entre os dois países foram marcados por altos e baixos, incluindo períodos de rompimento diplomático durante a ditadura militar (1964-1985).

Relações oscilantes

As relações diplomáticas entre Brasil e Cuba têm uma longa história que passou por diferentes fases ao longo do tempo. Ambos os países possuem voz ativa na diplomacia regional e global, com pesos e influências consideráveis, apesar de distintas. As relações diplomáticas foram estabelecidas oficialmente em 1909, ainda durante a República Velha, após o Brasil reconhecer a independência de Cuba do domínio espanhol em 1898. Depois da Revolução Cubana, as relações entre os dois países se mantiveram positivas, sendo que, em 19 de agosto de 1961, Jânio Quadros condecorou o então ministro da Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara. O gesto ousado do presidente brasileiro expressava a sua política externa independente, assim como a defesa que o governo seguinte, de João Goulart, fez da ilha no contexto das discussões que culminaram na expulsão de Cuba da OEA, em 1962. Com o golpe de 1964, houve um alinhamento do Brasil à postura anticomunista dos Estados Unidos. Isso levou a um período de rompimento diplomático entre os dois países.
Em junho de 1986, após 22 anos de relações rompidas, e logo após a queda da ditadura, o chanceler Roberto de Abreu Sodré anunciava no Itamaraty o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países. Para o Brasil, o gesto possuía duplo significado. De um lado sinalizava a independência brasileira no novo período democrático. Internamente, apontava a remoção de mais um entrave da ditadura.
Durante os anos 1990, a política externa cubana passou por uma mudança significativa. Com o colapso do bloco soviético, Havana se viu obrigada a reconstruir seu sistema e os princípios norteadores de sua política externa. O objetivo fundamental que orientou tal política foi o desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime. Cuba utilizou várias estratégias para se reinserir no cenário internacional naquele período. Uma delas foi a diversificação de suas relações econômicas internacionais entre vários sócios em diferentes esferas. O país manteve um papel de protagonista nos processos de pacificação de lutas guerrilheiras no continente e no seu ambiente geográfico mais próximo. Outra estratégia foi a busca de novos parceiros que conduziu a uma inserção pendular no cenário internacional e o desenvolvimento da diplomacia social. Trata-se de uma estratégia de política externa que visa a promoção de valores e interesses nacionais por meio de ações

de cooperação internacional em áreas como saúde, educação e cultura. Cuba passou a buscar relações internacionais baseadas em valores humanitários e solidários, em vez de apenas interesses econômicos ou políticos. Ao observarmos o desenvolvimento das relações entre Cuba e Brasil nos períodos posteriores, é possível observar o resultado da diplomacia social nos acordos bilaterais, bem como compreender sua importância para a sobrevivência dos valores revolucionários.

Em 2003, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva daria novo impulso à cooperação, marcando um período de aprofundamento e fortalecimento das relações entre Brasil-Cuba. Lula e Castro estabeleceram uma parceria sólida que resultou em acordos comerciais, cooperação em saúde e educação, e apoio político mútuo. A visita de Lula a Cuba, durante seu primeiro mandato, resultou na assinatura de 12 acordos que incluíam o reconhecimento de diplomas na área de saúde, a concessão de bolsas de estudo, o apoio da Petrobras à pesquisa petrolífera na ilha e a produção de etanol a partir da cana. A cooperação também visava incentivar o investimento em infraestrutura e o investimento de empresários brasileiros no país que despendia enorme esforço para se recuperar economicamente do fim do bloco socialista. A mais famosa dessas parcerias foi a construção do Porto de Mariel. Para o Brasil, a cooperação se enquadrava dentro da nova diplomacia pragmática, altiva e ativa. Cuba e Brasil compartilharam muitos interesses e preocupações no cenário internacional e se viam como uma opção natural de parceria. Essa aproximação e afinidade resultou em uma relação de apoio político mútuo na qual Cuba apoiou as aspirações brasileiras de maior protagonismo no cenário mundial e de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Brasil, por seu turno, apoiou Cuba em fóruns internacionais, como a ONU, defendendo o fim do embargo econômico, e se mostrou atento ao que o país buscava no comércio e nos acordos. As relações entre os dois países nesse período são marcadas por uma ênfase na cooperação Sul-Sul e pela cooperação econômica, além da promoção de políticas sociais e na redução das desigualdades.

Durante o governo de Dilma Rousseff foi implementado no Brasil o programa “Mais Médicos” para atender regiões carentes sem cobertura sanitária, que contou com importante participação de médicos cubanos. Cuba tem uma longa tradição de cooperação internacional em saúde, enviando médicos e outros profissionais para trabalhar em países em desenvolvimento e em situações de emergência.

Durante a pandemia de Covid-19, o país enviou brigadas médicas para diversas regiões necessitadas. Tais equipes, compostas por profissionais de saúde altamente treinados, forneceram assistência, compartilharam experiência e recursos para ajudar na luta contra a doença em várias regiões do mundo.

Após o golpe de 2016 no Brasil e, com a piora da situação econômica em Cuba, a relação entre os dois países atravessou um período de enfraquecimento, desgaste e afastamento. A partir do Governo Temer as relações começam a sofrer uma desaceleração. Mas é no apagão institucional do Governo Bolsonaro que as relações se deterioram.

Em diversas ocasiões, Bolsonaro, crítico ao sistema político da nação caribenha, havia se posicionado de maneira hostil para com Cuba, chegando a levar a cabo uma mudança na posição brasileira acerca do embargo econômico. Em 2018, Cuba decidiu deixar o programa Mais Médicos no Brasil mencionando as falas de tom depreciativo e ameaçador de Bolsonaro, as quais afirmavam, entre outras coisas, que "expulsaria" os médicos cubanos do país com base no exame de revalidação de diploma de médicos formados no exterior. Em 2019, o governo encerrou o programa.

A retomada

No início de 2023, logo após a posse de seu terceiro mandato, Lula indicou o diplomata Christian Vargas como embaixador em Havana. Em contrapartida, Cuba nomeou Adolfo Curbelo Castellanos como seu representante em Brasília.

Os mandatários Lula e Miguel Díaz-Canel se encontraram durante a sétima edição da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em janeiro, e, mais tarde, durante a Cúpula sobre o Novo Pacto Global de Financiamento em Paris. Em ambas as ocasiões, já era sinalizada uma reaproximação e foi tornado expresso o interesse mútuo na reconstrução da cooperação e no consenso sobre temas da agenda internacional, como uma arquitetura financeira mais justa e voltada para o enfrentamento das mudanças climáticas e da pobreza. Encontros de alto nível e missões comerciais confirmam o comprometimento com o estreitamento dos laços.

Em setembro de 2023, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e o Ministério de Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros de Cuba (ProCuba) assinam em Havana um memorando de entendimento comercial. A delegação também contou com representantes brasileiros de ministérios ligados ao setor de energia, indústria e comércio. Bem como representantes de empresas públicas e privadas dos setores farmacêutico, de energia e de biotecnologia.

A tragédia no Haiti e os projetos de intervenção

05 de outubro de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes e Henrique Mario de Souza

No dia 22 de setembro de 2023, durante seu pronunciamento na Assembleia Geral da ONU, o Primeiro-Ministro haitiano, Ariel Henry, reafirmou seu pedido por suporte internacional às forças de segurança de seu país. A proposta de intervenção no Haiti tem gerado atrito entre os países membros da ONU e coincide com o momento em que o Brasil assume a presidência do Conselho de Segurança do órgão. Para compreender a situação do país é essencial explorar as raízes desta crise e as intrincadas interações que moldaram sua trajetória.

EM 2022, O PREMIÊ ARIEL HENRY SOLICITOU AJUDA DA ONU e da comunidade internacional para conter gangues armadas que tem ameaçado a população haitiana, logo após grupos criminosos bloquearem importantes terminais de combustível na capital Porto Príncipe. Após meses de negociação e desentendimento entre os países membros do órgão, foi aprovada, nos primeiros dias de outubro, uma proposta de intervenção no país. No mesmo momento em que o Brasil assume a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU. A China será a próxima a ocupar o posto, no mês de novembro.

A proposta, com duração de um ano, inclui o envio de militares para garantir a segurança e o funcionamento de serviços básicos no país e tem como liderança o Quênia. Países como Rússia, China e Brasil, foram contra a intervenção militar e consideraram que a contribuição internacional deveria se ater às causas da crise e incentivar o desenvolvimento do Haiti. A população civil, por sua vez, condena a proposta e alega que missões de paz anteriores não

levaram à melhora da qualidade de vida e que os problemas não se restringem às violências cometidas pelas gangues, mas a projetos políticos excludentes e antidemocráticos.
Mais de dez pessoas morreram por dia, em média, no Haiti, em 2023. Ao mesmo tempo, o estreito de Darién, conhecido como a "selva da morte", foi o caminho de mais de 400 mil migrantes com destino aos EUA, quase o dobro do que foi registrado em 2022. A rota é uma das mais importantes da região e está localizada entre a Colômbia e o Panamá. A maioria dessas pessoas vem da Venezuela e do Haiti.
O primeiro-ministro Ariel Henry assumiu a liderança do país em julho de 2021, após o assassinato do último presidente eleito, Jovenel Moïse. Nesse mesmo ano haveria eleições presidenciais, mas, até o momento, ainda não há data para que elas ocorram. Por meio de um pacto entre o primeiro-ministro e a oposição, decidiu-se manter o governo interino até o ano de 2023. A última eleição do país foi em 2019, quando a população escolheu deputados e senadores. Hoje, o país carece de representantes eleitos.

O governo de Jovenel Moïse e a crise

O mandato presidencial de Jovenel Moïse, que começou em 2017, foi caracterizado por uma série de desafios e controvérsias. Sua ascensão ao poder foi marcada por alegações de corrupção e irregularidades nas eleições, o que gerou desconfiança e agitação política desde o início de seu governo. No entanto, a crise de representatividade no Haiti vai além de Moïse. A baixa taxa de votantes nas eleições e os frequentes protestos contra o governo refletiam uma profunda desconexão entre o governo e a população.
A tentativa de Moïse de estender seu mandato, considerada inconstitucional, agravou ainda mais a instabilidade e levou a maiores demonstrações de insatisfação popular por todo o país. Em meio a essa turbulência política, Moïse propôs a realização de um referendo constitucional, uma medida vista com ceticismo e hostilidade por muitos haitianos.
Em julho de 2021, o governo foi abruptamente interrompido pelo chocante assassinato do presidente. Esse evento, cujas circunstâncias e responsáveis ainda estão sendo investigados, lançou o país em uma nova espiral de incerteza e violência. A ascensão ao poder do primeiro-ministro Ariel Henry trouxe esperanças de estabilização, mas os desafios a serem enfrentados são formidáveis.
A violência generalizada no Haiti é uma realidade dolorosa. Gangues armadas controlam partes da capital, Porto Príncipe, e contribuem para um aumento alarmante nos homicídios, sequestros e violência de gênero. As eleições também foram afetadas, com gangues intimidando eleitores e influenciando o processo político, minando ainda mais a democracia já enfraquecida.

O Brasil e a Missão de Paz

O Haiti é um desses cenários complexos que parecem exigir ação internacional. Recentemente, a urgência por uma nova missão intervencionista no país caribenho notabilizou-se

pelo discurso do primeiro-ministro haitiano na Assembleia Geral da ONU, em 22 de setembro. Trouxe à tona, também, uma série de considerações delicadas para o Brasil, tanto em termos de política interna quanto de compromissos internacionais. De modo a explorar as dinâmicas e dilemas envolvendo a recusa do governo brasileiro em enviar tropas ao Haiti, deve-se jogar luz a eventos e figuras que desempenharam papéis-chave no contexto da missão de paz anterior.

O Brasil assumiu um papel de protagonismo na MINUSTAH – a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2004 -, e foi a principal força militar no Haiti de 2004 a 2017. Ademais, a maioria dos países latinos também se envolveu militarmente na missão, com exceção de Cuba, que decidiu contribuir com o envio de médicos, e Venezuela, que ofereceu ajuda através do setor de combustíveis.

Em relação a atuação dos militares no país caribenho, é preciso discutir os impactos negativos das ações dos agentes de paz das Nações Unidas, principalmente quando consideramos o envolvimento desses agentes em casos de violência sexual, na repressão de manifestações civis, na interferência em processos eleitorais, e no abuso de autoridade. De acordo com dados da Associated Press, foram registradas mais de 2 mil denúncias de violência sexual cometidos por membros da missão – entre estes, 300 envolviam crianças. Ademais, ao menos 134 dos agentes de paz da missão se envolveram em escândalos de abuso sexual. Além disso, entre 2005 e 2006 pelo menos 8 mil haitianos foram mortos – sendo que uma grande parcela dessas vítimas eram apoiadoras do antigo governo.

Em 2010, após o terremoto que vitimou mais de 200 mil pessoas, o Haiti enfrentou um problema inédito em sua já conturbada história: a epidemia de cólera, que gerou mais de 700 mil infectados e 30 mil mortes no país. Para efeitos de comparação, desde o início da pandemia de COVID-19 até julho de 2023, o número de casos registrados de coronavírus no país latino se encontra na casa dos 34 mil, ocasionando aproximadamente 860 mortes. A epidemia de cólera consiste em mais um dos legados negativos da MINUSTAH, uma vez que sua origem foi atribuída aos agentes de paz das Nações Unidas, como resultado da poluição no Rio Artibonite, um dos mais importantes do Haiti.

Finalmente, em 15 de Outubro de 2017, a operação foi encerrada, sob o argumento de que o país se encontrava em um contexto político estável e que a missão havia colaborado com a promoção dos direitos humanos no Haiti. Ao comentar sobre o cumprimento da missão, o general brasileiro Ajax Porto Pinheiro, comandante das Forças Armadas das Nações Unidas no Haiti, afirmou que "Nós estamos saindo na hora certa. Nós ajudamos o Haiti a alçar rumos mais altos. Eu costumo dizer que é como se nós tivéssemos treinado juntos. Nós e eles preparamos o avião para decolar. Eles vão descolar agora. Nós partimos tristes porque a missão está se encerrando. É um duplo sentimento de tristeza e, ao mesmo tempo, de felicidade por ter cumprido a missão que nos foi delegada pelas Nações Unidas para nós que somos peacekeepers".

Desde o fim da missão internacional da ONU no Haiti, em 2017, o país experimenta essa escalada da violência e o turbulento cenário político, resultando em uma perigosa desestabilização. A necessidade urgente de uma nova missão de paz evidenciou-se com a proeminência do assunto frente ao Conselho de Segurança da ONU. Não é surpresa que o governo brasileiro, no entanto, principal líder da missão anterior, tenha se recusado a participar deste esforço.

O mal-estar entre o governo e parte das Forças Armadas já vinha sendo notado desde o início do governo Lula, mas ganhou uma nova dimensão com as revelações da delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro. Este depoimento sugeriu que o ex-presidente teria discutido a possibilidade de um golpe militar com altos escalões das Forças Armadas, gerando um clima interno de incerteza e tensão. O governo acredita, então, não ser este o momento apropriado para discutir a empregabilidade das tropas nacionais em território estrangeiro, até que a situação interna esteja completamente elucidada.

Um outro ponto notável de todo esse cenário, porém, que influenciou a recusa em participar da missão de paz haitiana é a presença de ex-comandantes da MINUSTAH, no governo Bolsonaro. Figuras proeminentes do bolsonarismo, como Augusto Heleno, Fernando Azevedo e Silva, Tarcísio de Freitas e Carlos Alberto dos Santos Cruz, todos com experiência na MINUSTAH, desempenharam papéis cruciais no governo brasileiro.

Esse vínculo direto entre os líderes da controversa missão anterior e a atual administração levanta questões sobre o impacto das experiências no Haiti nas políticas e estratégias do governo em relação a operações de paz e à situação no Haiti. Essa conexão também pode ter desempenhado um papel no ceticismo do governo brasileiro em relação ao envolvimento em uma nova missão de paz.

Desafios da migração haitiana no Brasil

Após o devastador terremoto de 2010, o Haiti enfrentou uma crise humanitária sem precedentes. Milhares de haitianos, desesperados por condições para reestruturação de suas vidas, começaram a buscar na migração a única alternativa. O Brasil, com sua então relativa estabilidade política e econômica e recente relação desenvolvida pela MINUSTAH, tornou-se um destino atraente para esses migrantes em busca de segurança e oportunidades.

O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão responsável por avaliar as solicitações de refúgio, passou a analisar os pedidos dos haitianos. No entanto, foi quando surgiu um dilema fundamental. A legislação brasileira de refúgio, regida pela Lei nº 9.474/1997, define um refugiado como alguém que saiu de seu país de origem devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, ou devido a grave e generalizada violação de direitos humanos. Muitos haitianos, portanto, não se encaixavam estritamente nesses critérios, pois suas motivações para migrar eram, em grande parte, de natureza econômica e em resposta ao recente desastre natural.

É importante ressaltar que, com as mudanças climáticas em pauta, o reconhecimento da con-

dição de refúgio por situações desencadeadas por desastres naturais e degradação ambiental que afetem a permanência e sobrevivência de populações inteiras em seus territórios, ainda é uma discussão recente no âmbito do Direito Internacional, portanto não foi considerada como pretexto. Isso resultou, então, na negação de milhares de pedidos de refúgio por parte do Conare, levando a um debate público sobre a adequação desses critérios.

Portanto, o Conare direciona essas solicitações ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Em resposta às negativas de refúgio, o CNIg, após minuciosa avaliação da situação no Haiti, concede Residência Permanente por razões humanitárias, considerando a grave situação provocada pelo terremoto de 2010 e suas repercussões na população e na estrutura social e governamental haitiana. Embora representasse um gesto humanitário, o visto não conferia o mesmo nível de proteção jurídica e internacional que o reconhecimento da condição de refugiado, mas permitiu o acesso a serviços sociais e direitos trabalhistas.

No decorrer do tempo, o governo brasileiro adotou medidas adicionais para abordar os desafios enfrentados pelos haitianos. Já em 2023, em uma tentativa de aliviar a situação, foi emitida uma portaria para facilitar a emissão de vistos temporários e autorizações de residência para familiares até o segundo grau dos haitianos já presentes no Brasil. Essa medida teve como objetivo atender às preocupações humanitárias e facilitar a reunião de famílias haitianas.

O Brasil, como signatário de tratados internacionais relacionados a refugiados, enfrenta o desafio de encontrar um equilíbrio entre suas políticas de imigração e seu compromisso com os direitos humanos. A discussão em torno da questão haitiana deve levar em consideração não apenas os aspectos legais, mas também os desafios de integração que os haitianos enfrentam no Brasil, incluindo barreiras linguísticas, culturais, educacionais e profissionais, bem como preconceito e xenofobia. Nesse contexto, o papel das organizações humanitárias, como o ACNUR e a Cáritas Brasileira, tem sido fundamental no apoio aos haitianos, na regularização de seus documentos, na busca por emprego e moradia, na revalidação de diplomas, na assistência social e na sensibilização da sociedade para a causa dos migrantes.

Breve história

A história do Haiti tem início com um ato notável de coragem e determinação: a Revolução Haitiana, que culminou na independência do país em 1804. Este evento histórico não somente libertou o país da opressão colonial francesa, mas também o tornou a primeira nação independente da América Latina. Entretanto, essa independência veio a um custo elevado, uma vez que a França impôs enormes indenizações ao Haiti como compensação por suas perdas, o que fez com que a Nação passasse 122 anos pagando dívidas por sua independência, fato que desempenhou um papel importante no empobrecimento do país latino.

O século XX trouxe desafios adicionais ao Haiti, minando ainda mais a estabilidade política. O período mais sombrio foi a ditadura da família Duvalier (1957-1986). Regimes marcados pela governança com mão de ferro, repressão política e corrupção, deixando um legado de

pobreza, desigualdade e violações dos direitos humanos. A queda da dinastia Duvalier não trouxe estabilidade duradoura. O Haiti experimentou uma série de presidentes depostos ou assassinados, evidenciando a fragilidade de suas instituições democráticas. Jean-Bertrand Aristide, por exemplo, eleito duas vezes, teve seus mandatos interrompidos por golpes de Estado.

Além disso, o Haiti também enfrenta desafios como a alta instabilidade política (após o fim da ditadura, apenas dois governantes conseguiram concluir seus mandatos), intervenções políticas norte-americanas, formação de gangues e grupos paramilitares, aumento do tráfico de drogas, além de desastres naturais.

A comunidade internacional também desempenhou um papel significativo nessa conturbada história recente do Haiti, com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil, atuando de 2004 a 2017. Apesar de seus objetivos de promover a estabilidade e o desenvolvimento, a MINUSTAH enfrentou críticas por abusos, violações e falta de resultados concretos na reconstrução do país.

O Haiti é o retrato de um país resiliente, mas marcado por desafios monumentais que exigem abordagens cuidadosas e abrangentes. Em meio a essa complexa narrativa, emerge a necessidade urgente de soluções que possam finalmente trazer estabilidade e esperança para o povo haitiano.

A necessidade de uma abordagem global e de longo prazo

Além das preocupações internas, o governo brasileiro tem enfatizado a necessidade de uma abordagem global e de longo prazo para lidar com a crise no Haiti. Em vez de focar apenas na segurança imediata, o Brasil acredita que apenas uma operação que se concentre no desenvolvimento sustentável do país pode trazer resultados concretos. Isso levanta questões sobre como a comunidade internacional deve abordar a situação no Haiti, considerando não apenas a estabilização imediata, mas também os desafios econômicos e sociais de longo prazo.

A recusa do Brasil em enviar tropas ao Haiti não é um caso isolado. A comunidade internacional também tem demonstrado hesitação em relação a essa empreitada. O Canadá, por exemplo, inicialmente, considerou liderar a intervenção, mas recuou, considerando o envio de forças militares “arriscado”. Ambos os países foram incentivados pelos Estados Unidos para que o fizessem. Em contrapartida, o Quênia se ofereceu para liderar a missão, com o apoio de países como Jamaica, Bahamas, Antígua e Barbuda. Os Estados Unidos também recusaram o envio de soldados e ofereceram apoio médico, de transporte e de inteligência à equipe internacional, além de um montante de US$ 200 milhões para apoiar a missão.

A recusa do Brasil em participar de uma nova missão de paz no Haiti está, portanto, enraizada em uma série de fatores, incluindo preocupações internas, a influência de ex-comandantes da MINUSTAH no governo e a busca por abordagens de longo prazo. A divergência internacional sobre a melhor abordagem demonstra a complexidade da situação e a necessidade de um esforço coordenado para enfrentar os desafios do Haiti.

Entre o Dragão e a Águia: a Nicarágua no centro do conflito Leste-Oeste

05 de outubro de 2023

Por Gabriel de Mello Rodrigues

"Sólo pueden venir a nuestra América Latina como huéspedes; pero nunca como amos y senõres, como pretenden hacerlo."
Augusto César Sandino

Nicarágua no centro de uma disputa geopolítica: o impacto global do projeto de Canal e a complexa realidade política. Saiba como a Nicarágua se tornou um ponto de conflito entre EUA e China, o papel histórico e geopolítico do país e as complexidades de sua situação política interna. Descubra por que a construção de um canal bioceânico representa mais do que uma obra de infraestrutura, mas um desafio ao poder global.

AO VOLTAR OS OLHOS PARA A NICARÁGUA através das lentes do discurso em voga na imprensa nacional e internacional, sobretudo a ocidental e americana, percebe-se em parte substancial das notícias, discursos e opiniões que o atual governante, Daniel Ortega, tem sido alvo de críticas e denúncias por parte da comunidade internacional por violações aos Direitos Humanos e por acabar com a continuidade democrática no país. Longe de não condenar tais ações, uma análise mais atenta revela que o país se encontra no centro de uma disputa entre EUA e China, por meio de um projeto de infraestrutura com peso histórico e geopolítico, que tem o potencial para abalar a atual conformação de poder no mundo.

O conflito Leste-Oeste

As bases da globalização e alguns dos pilares do próprio poder dos EUA no plano internacional encontram-se em crise. Com a queda da URSS na década de 1990, assiste-se a um momento unipolar no globo sob a hegemonia dos EUA. O país expande seu poder militar sobre o mundo, expandindo a OTAN e realizando diversas operações e invasões militares, procurando consolidar seu papel de policial ou xerife do globo. Além disso, expande sobre o mundo seu poder econômico, político e ideológico por meio da globalização – com as cadeias globais de valor, aberturas comerciais e certo congelamento das relações de produção e das divisões internacionais do trabalho – e da suposta defesa da democracia.

A aplicação da cartilha neoliberal, porém, traz uma série de crises desde a década de 1990, com a mais forte delas em 2008, com a bolha imobiliária e a crise do subprime. Procurando socorrer as empresas, corporações, o mercado e suas ferramentas de poder hegemônico, mas não a população, o Estado avança para salvar a economia com injeções de investimentos, estatizações e perdão de dívidas. A crise abriu espaço, todavia, para a ascensão econômica da China que hoje está em aberta disputa com os EUA.

A forma com a qual se enfrentou, e ainda enfrenta, a pandemia de Covid-19, uma resposta com desunião, disputa e fragmentação, também abriu espaço para uma disputa diplomática e geopolítica por diversos temas, como o de patentes ou o de vacinas. Agravando conflitos entre o Sul e o Norte Global e entre o Leste e o Oeste.

A expansão da OTAN em direção à Rússia, muito criticada inclusive por importantes formuladores de política externa estadunidense, e a resposta da Rússia com a invasão da Ucrânia, colocam para o mundo um conflito que encontra precedentes apenas na Grande Guerra. Não só com repercussões globais como o aumento da inflação, por causa do suprimento de grãos, e a crise energética, devido ao embargo ao gás e petróleo russo, mas como um desafio direto ao papel de policial do mundo dos EUA, bem como o maior ou menor apoio de seus aliados mais próximos. Além disso, o risco de escalada ou das próprias consequências da solução do conflito colocam para o mundo possibilidades enormes de alteração na conformação do poder internacional.

Vale ressaltar, como Gilberto Maringoni aponta em seu livro, A volta do Estado Planejador: Neoliberalismo em Xeque, se o neoliberalismo tem por fundamento o afastamento da iniciativa e da interferência do Estado em diversos assuntos, as ações diante dessas crises, com o socorro do Estado para a economia, a ação do Estado para enfrentar a pandemia – com investimento em pesquisa e estatização de hospitais, compra de vacinas, remédios e equipamentos, etc – e a ação do Estado diante da guerra, o colocam em xeque e abrem uma oportunidade para o retorno de um Estado planejador.

Esse conflito coloca, então, em disputa aspectos centrais da globalização e do momento unipolar dos EUA, confrontando-o com aspirações chinesas e russas, principalmente. Na América Latina, os efeitos são sentidos na forma do desemprego, da precarização e da inflação. Mas também pelo avanço chinês sob o continente, tanto comercial, quanto na forma de in-

vestimentos, desafiando a zona de influência estadunidense.

Inserção internacional

Antes de entender mais a fundo o papel da Nicarágua neste conflito, faz-se necessário entender sua inserção internacional dependente, seu histórico com os EUA e um pouco de seu contexto nacional. A Nicarágua é um país na periferia do sistema capitalista, com uma economia voltada principalmente para a agroexportação de matérias-primas como o arroz. O país é marcado pela dependência tecnológica e de capitais e por uma burguesia subalterna ao centro capitalista. Adicionalmente, o país é historicamente marcado pela interferência estadunidense nos marcos da Doutrina Monroe e de seu imperialismo.

A Doutrina Monroe, estabelecida pelo presidente James Monroe em 1823, estabelece o continente como uma zona de influência dos EUA. Segundo essa política, quaisquer interferências no continente por parte de outras potências seriam consideradas atitudes hostis. Se por um lado, impediu aspirações de recolonização europeia do continente, por outro, jogou seus países na zona de poder dos EUA e nos braços do seu intervencionismo. O impacto disso foi sentido com mais força na América Central, com diversos golpes e operações militares.

A Nicarágua já foi invadida e ocupada pelos EUA várias vezes na história, a última delas em 1930. Conhecida como Guerra das Bananas, em alusão ao termo República das Bananas, as intervenções tiveram por objetivo proteger o investimento privado estadunidense na exploração de recursos naturais no país, bem como impedir, já naquela época, a construção de um canal no istmo por qualquer outra nação que não os EUA. A intervenção foi bem sucedida, garantindo também que os bancos estadunidenses emprestassem dinheiro ao governo da Nicarágua, efetivamente garantindo controle sobre as finanças do país.

Augusto César Sandino, um revolucionário que morre na luta neste período, é quem vai dar nome a revolução da década de 1970, contra o governo de Somoza, apoiado pelos EUA. Trata-se de uma revolução popular, com apoio de setores democráticos internacionais e da igreja, com um projeto de transformação social, emancipação e melhoria na qualidade de vida. A fase da revolução, entre 1979 e 1989, se finaliza quando Ortega perde as eleições para a candidata apoiada pelos EUA, Violeta Chamorro, após uma intensa campanha de sabotagem ao governo revolucionário, com embargos e envio de armas e dinheiro para financiar uma guerra civil no país durante dez anos. O partido revolucionário tem a opção de permanecer no jogo democrático como oposição e o faz.

Em 2007, entretanto, quando Ortega é eleito novamente, a frente sandinista é descaracterizada e seu impulso popular é usada para montar um projeto de poder pessoal e familiar oligárquico, com aspirações de perpetuação no poder quase como uma dinastia, nos moldes de Somoza. Há 15 anos no poder, Ortega mudou a constituição garantindo sua reeleição quase que indefinidamente. Colocou sua esposa e filhos em cargos políticos e estratégicos.

Controvérsias de quase um século

Muito se discutiu nos EUA na década de 1930 sobre o imperativo de construir e controlar um canal na Nicarágua. Entretanto, a iniciativa foi abandonada logo no início do século 20, após a compra das participações francesas no Canal do Panamá.

Um canal na região é absolutamente estratégico de todos os pontos de vista. É central para a diminuição no tempo do trajeto entre dois importantes oceanos no mundo, o Atlântico e o Pacífico. Central para o escoamento da produção, mas para a guerra também. Sendo, inclusive, um pilar importante do poder naval dos EUA. Esse aspecto ganha ainda mais relevância quando observado do ponto de vista geopolítico, em que o poder dos EUA e sua grande estratégia estão assentados de maneira vital sob sua superioridade naval e o uso dela para o controle territorial estratégico ao redor do mundo. Dessa maneira, controle sobre a Nicarágua, com ou sem canal, é uma prioridade absoluta.

O que se observa, porém, é a Nicarágua escorregando da esfera dos EUA. Em 2013 e 2014, a Nicarágua se aproxima da China, a qual propõe a construção de um canal bioceânico no país dentro das diretrizes da iniciativa da Nova Rota da Seda. O projeto busca utilizar a geografia do país, se aproveitando do imenso Lago interno, o qual funcionaria como centro do canal e ajudaria a diminuir o esforço e a magnitude da obra.

O canal conectaria o oceano Pacífico ao Atlântico, através do Mar do Caribe e representaria um aprofundamento das relações bilaterais entre os países. A iniciativa facilitaria o comércio, o escoamento da produção e o abastecimento chinês. Bem como desferiria um golpe geopolítico importante nos EUA.

Em 2014, o investimento estimado era de 50 bilhões de dólares. Geraria o emprego direto de 50 mil pessoas e o indireto de 200 mil. A extensão do canal chegaria a 278 quilômetros, 4 vezes o Canal do Panamá. Ao somar sua largura e profundidade, superaria a capacidade do Canal do Panamá duas vezes. O tempo previsto para a obra estava entre 5 e 10 anos, com uma concessão de 50 anos para a China pela construção, podendo se estender por mais 50 para administrá-lo. Pequim anunciou ainda que doaria um milhão de vacinas contra Covid-19 ao país que enfrentava dificuldades sérias na contenção da pandemia e no tratamento dos pacientes. Mais importante do que isso, Pequim e Manágua anunciaram que o projeto estaria inserido na Nova Rota da Seda e deveria abrigar dois portos, um aeroporto, um centro turístico e um parque industrial.

A ofensiva oriental

A Nova Rota da Seda é um projeto lançado em 2013 que investe bilhões em projetos de infraestrutura como portos, estradas, ferrovias, redes de telecomunicações e aeroportos em dezenas de países com o objetivo de escoar sua produção, garantindo sua centralidade no comércio e produção mundial, além de expandir sua influência global e consolidar sua nova inserção internacional. O canal ocuparia posição central na lógica da Rota, garantindo independência do Canal do Panamá, diminuindo o tempo de viagem que não precisaria dar a

volta pela Terra do Fogo, no extremo da América do Sul, e expandindo suas possibilidades pela América Latina. Impulsionado, ainda, pelo Porto de Mariel em Cuba, construído com a participação do Brasil. Vale sempre notar que o impacto de uma obra dessa magnitude é imenso e sofre com resistências de ambientalistas e comunidades locais, impactando reservas naturais e o modo de vida dessas populações.

Além das desapropriações de terras com base na Lei 840, pouco progresso foi efetivamente realizado na construção do canal. Já na época do anúncio da concessão para a companhia chinesa HKND Group (Hong Kong Nicaragua Canal Develoment), a Nicarágua acusava Colombia e Costa Rica de tentarem impedir o andamento do projeto devido a reivindicações desses países sobre territórios que provavelmente seriam usados na construção da hidrovia. Entre 2015 e 2016, devido a crise no mercado de ações chinesa que afetou fortemente a HKND, foram levantadas dúvidas sobre a capacidade de financiar a construção do canal e a possibilidade de adiar ou cancelar o projeto. O início da construção estava planejado para o fim de 2016 e, apesar de forte insistência por parte da Nicaraguá e HKND de que a construção da hidrovia teria andamento, não foram observadas ações concretas. A partir de 2018, analistas consideravam como fracassada a iniciativa. Porém, os dois países voltaram a se aproximar em 2022 e a possibilidade de continuação do projeto é recolocada à mesa. Aliada ao fato de a Nicarágua ter se retirado da OEA e deixado de reconhecer a independência de Taiwan, a percepção é de que o país realmente se distancia cada vez mais dos EUA e de sua esfera de poder e influência.

Tabuleiro geopolítico

A importância do Canal para a China e EUA gira em torno do tabuleiro geopolítico, no qual o comércio marítimo tem sido uma grande fonte de riqueza e influência das nações e a qual exige o controle das rotas navegáveis e o território em seu entorno. A forma como os EUA parece ver o mundo, baseado em teorias como a do Heartland e do Rimland, reafirma isso. A aproximação entre China e Nicarágua para a construção de um canal na região representa para os EUA mais do que uma presença extra-regional indesejada em sua área de influência, representaria um golpe ao seu exercício hegemônico sobre o comércio mundial que passa pelo Canal do Panamá e um desafio ao seu status e poder. Dessa forma, é possível compreender como para os EUA derrubar Ortega é um imperativo. O país tem usado e vai usar de todos os seus meios para financiar sabotagens e uma mudança política ou de regime na Nicarágua. A guerra de propaganda é uma delas.

Isso não corresponde a negar a situação grave no país e denunciar o projeto de poder de Ortega. Apesar de defender que seu governo seria de esquerda ou alinhado com a revolução, Ortega adota medidas neoliberais e autoritárias. Reforma a previdência, retira autonomia das universidades públicas, persegue líderes populares que se opõem a seu governo, reprime violentamente manifestações nas capitais e exila opositores, privando-os de suas nacionalidades e direitos. As eleições da Nicarágua em 2021 apontam para uma baixa legitimidade de

seu governo, com as abstenções alcançando 81%. Isso significa que a cada 5 pessoas, 4 não votaram.
Todavia, é necessário compreender que a defesa dos Direitos Humanos no plano internacional pode, por vezes, servir como instrumento de poder dos EUA, como foi feito durante a Guerra Fria para atacar a URSS. O historiador Chico Teixeira chama a atenção para como essa defesa dos Direitos Humanos serve para criticar e atacar a China, Nicarágua e Venezuela, mas não serve para criticar a situação dos imigrantes e refugiados na Europa, da população negra nos EUA ou do muro na fronteira dos EUA com o México e sua política violenta e desumana de migração. A tentativa de retirar Ortega do poder se configura como uma pretensão da comunidade internacional de garantir os Direitos Humanos, tanto quanto um movimento geopolítico dos EUA para tentar garantir a manutenção de seu poder no continente.

América do Sul

A Venezuela é uma ditadura?

28 de junho de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes, Felipe Teixeira da Silva, Gustavo Mendes de Almeida, Henrique Mario de Souza e Gilberto Maringoni

A visita de Nicolás Maduro a Brasília, durante a reunião de chefes de Estado da América do Sul, em 30 de maio, suscitou uma série de críticas ao governo Lula, por parte da mídia, da oposição e até de apoiadores do presidente. A crise política na Venezuela e o tratamento que Maduro recebeu no Brasil foram os principais pontos levantados, e deu destaque à questão: afinal, a Venezuela é uma ditadura?

APÓS QUASE OITO ANOS SEM VISITAR O BRASIL, Nicolás Maduro foi convidado pelo presidente Lula para participar da Cúpula de presidentes da América do Sul. Apesar de terem sido convidados dirigentes de outros nove países da região, Lula optou por realizar uma reunião individual com Maduro, no dia anterior à realização da cúpula. Foi o que bastou para os principais órgãos de imprensa do país veicularem artigos que questionavam a relação entre os dois líderes, buscando colocar em dúvida a legitimidade do presidente venezuelano.

Integração regional

Diante da emergência climática e das crises ambiental e econômica internacional, Lula tem dado atenção especial à integração da América do Sul. Com a Venezuela não seria diferente, ainda mais se tratando do país com a maior reserva de petróleo do mundo e com o qual o Brasil compartilha a área de um bioma de extrema importância, a Amazônia.

A aversão das empresas de comunicação a governos que de alguma forma questionam a supremacia de Washington na região promove uma confusão sobre os conceitos de autoritarismo, liberdade e democracia. A Venezuela não é um caso isolado. Quando Lula foi recebido na China, em abril, com o objetivo de estreitar relações comerciais, grandes veículos de mídia

logo questionaram as características do regime. Pautas como a busca por uma alternativa ao dólar, neutralidade no conflito Ucrânia e Rússia e a construção de relações comerciais variadas foram condenadas pelos veículos nacionais como riscos para o Brasil no plano externo.
Após o encontro, Lula foi acusado de apoiar um regime antidemocrático em um gesto de integração bilateral. No caso da Venezuela, a recepção de Lula a Maduro também foi alvo de críticas por parte de alguns parlamentares. O senador Jorge Seif (PL-SC) apresentou um voto de repúdio ao presidente da República por receber "um reconhecido ditador". O vereador Dr. Daniel (PSC, de Manaus), criticou a atitude de Lula e disse que ele deveria se preocupar mais com os problemas internos do Brasil.
A cúpula dos presidentes da América do Sul, idealizada por Fernando Henrique Cardoso em 2000, teve como objetivo fortalecer a integração regional e abordar temas como desenvolvimento sustentável, cooperação energética, infraestrutura e promover uma integração sanitária. Além de Maduro, participaram os presidentes de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Suriname e Uruguai, além de um representante do governo peruano, visto que a atual presidente do Peru, Dina Boluarte, esteve impossibilitada de viajar até Brasília por conta da forte crise política e social no país. Curiosamente, o foco principal das coberturas midiáticas foi a presença de Maduro, ignorando o contexto mais amplo da reunião com as demais lideranças.

Democracia sob ataque

As acusações de autoritarismo e falta de democracia na Venezuela são amplas e variadas. Em novembro de 2021, o procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Karim Khan, iniciou uma investigação sobre possíveis crimes contra a humanidade cometidos no país. A investigação foi aberta após a Missão de Averiguação de Fatos das Nações Unidas (Missão) ter encontrado evidências de que crimes dessa ordem foram cometidos como parte de uma política de repressão do Estado contra opositores. O Fórum Penal, uma rede de advogados de defesa criminal que atua pro bono, registrou 245 presos políticos até outubro de 2022; alguns desses presos políticos foram mantidos em prisão preventiva por mais de três anos, mesmo após reformas do Código Penal que estabeleceram limites de tempo para essa modalidade de detenção.
Além disso, desde 2014, aproximadamente 7,32 milhões de venezuelanos fugiram do país, sendo que cerca de 6,14 milhões buscaram refúgio em países da América Latina e do Caribe. No entanto, a falta de uma estratégia regional coordenada tem deixado muitos cidadãos em condições precárias, sem acesso a proteções legais adequadas ou ao status de refugiado.
O país vive de fato uma grave crise econômica desde pelo menos 2014, quando uma baixa histórica nos preços internacionais do petróleo levou os preços a menos de US$ 30 o barril. Detalhe: o produto representa mais de 95% do valor anual das exportações. A produção desabou de 3,1 milhões de barris diários em 2010 para 367 mil barris dez anos depois, de acordo com a Opep. O resultado foi uma queda do PIB de 65% entre 2014 e 2020, algo devas-

tador para as condições sociais da população. Na década anterior, os preços oscilavam acima de US$ 100 e atualmente encontram-se ao redor de US$ 70.

A situação se agravou com seguidas investidas dos governos Obama e Trump contra o país. A Venezuela foi alvo de mais de 150 medidas de sanções econômicas: 62 emitidas pela Casa Branca, nove pela União Europeia, cinco do Canadá e duas do Reino Unido.

Não bastasse, em 23 de fevereiro de 2019, o governo estadunidense viu condições de montar uma ofensiva para um golpe de Estado a partir da Colômbia. Maduro tomara posse em seu segundo mandato no mês anterior, após uma eleição contestada pela oposição. Agreguem-se aqui dois fatores. Primeiro, o presidente da Assembléia Nacional, Juán Guaidó, até então desconhecido do grande público, autoproclamara-se presidente. Segundo, o Brasil – que tem 2,1 mil quilômetros de fronteira – acabara de empossar um presidente de extrema-direita. Sem apoio interno na Venezuela, a intentona não prosperou. Uma nova investida, a partir da suposta traição de membros do alto comando das Forças Armadas, resultou em rotundo fracasso.

Há controvérsias sobre os esforços que Hugo Chávez empreendeu para manter um regime democrático em seu país, entre 1999 e 2013. Entretanto, durante os mandatos do ex-presidente, a Venezuela realizou eleições variadas com periodicidade anual. Esses processos foram acompanhados por observadores de inúmeros países, em busca de possíveis fraudes que pudessem deslegitimar o governo venezuelano. No lugar, encontraram o melhor sistema eleitoral do mundo, segundo o ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter – que, em 2012, coordenava um centro de monitoramento democrático internacional.

Chávez transformou a Venezuela no país menos desigual da América Latina, à exceção de Cuba, alcançando um índice Gini de 0,394 entre 2002 e 2010. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) classificou o modelo venezuelano de combate à fome como um "exemplo mundial" a ser seguido em 2014.

Apesar da ampla participação popular nas mudanças que levaram ao controle do petróleo por parte do Estado, à redução da pobreza e ao enfrentamento do imperialismo, o país não se tornou uma experiência socialista, como propaga o governo.

Hoje, a Venezuela importa quase todos os produtos manufaturados de que precisa, já que a produção nacional se dedica, quase exclusivamente, à extração e refino de petróleo. Isso explica, entre outras coisas, porque o país foi lançado a uma crise econômica tão profunda na última década, logo após a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Num país escaldado pelo trauma de um golpe contra Chávez em 2002, a soma de ataques e sobressaltos sofridos ao longo das últimas duas décadas resulta numa reação oficial nem sempre pautada por medidas plenamente democráticas.

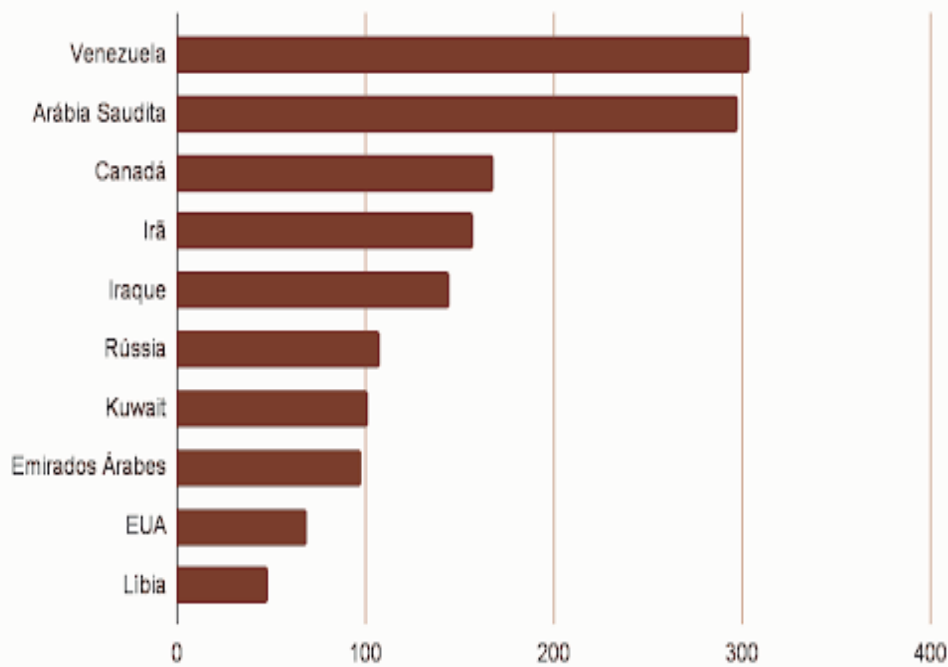
Com a volta da comercialização de petróleo com os EUA, o país tem conseguido aumentar sua produção e exibe um crescimento de 17% do PIB em 2022.

A geopolítica do petróleo

A Venezuela é detentora da maior reserva de petróleo comprovada do planeta. De acordo com dados do Observatório de Complexidade Econômica, até o ano de 2018 os Estados Unidos eram os principais parceiros comerciais da Venezuela. As exportações para o país chegaram a 70% do valor total em 2004 e hoje totalizam pouco mais de 9% e a primazia atual cabe à China, com vendas. Em abril de 2019, Donald Trump aplicou mais uma de suas estratégias para sufocar o governo Maduro: um embargo ao petróleo venezuelano, proibindo que empresas americanas operacionalizassem ou adquirissem o óleo proveniente do país. A partir deste momento, a exportação de petróleo caiu sobremaneira, e as crises política, econômica e social do país se acentuaram.

A partir da deflagração da Guerra da Ucrânia, em fevereiro de 2022, o petróleo russo deixou de ser uma opção para muitos países ocidentalizados. Segundo o Relatório anual de energia da British Petroleum (BP) elaborado em 2022, os russos foram os maiores exportadores mundiais de petróleo e seus derivados em 2021, com cerca de 12,3% das vendas em operações totais. Dada a importância da Rússia no setor de energia e as retaliações econômicas postas contra Moscou engendradas pela disputa geopolítica na Europa, as potências ocidentais precisaram recorrer a novos mercados para garantir o suprimento de petróleo e gás natural, demanda absorvida em parte por países do mundo arábe.

Em novembro de 2022, o Departamento do Tesouro dos EUA anunciou uma licença que permitiu o retorno das operações da Chevron na Venezuela – a gigante estadunidense do ramo energético estava impossibilitada de operacionalizar no país por causa das sanções contra Caracas. A negociação envolveu os EUA, o governo Maduro e a oposição. Essa operação ocorre de maneira mista, onde a Chevron se coloca como sócia minoritária da estatal venezuelana PDVSA, estando permitida a exportar petróleo proveniente das quatro plantas incluídas no acordo para os EUA.

Existe uma correlação interessante entre países ricos em petróleo e seus respectivos regimes políticos. A partir do levantamento feito pela British Petroleum em 2022, podemos verificar quais são os países com as maiores reservas de petróleo comprovadas. Oito dos dez com as maiores reservas de petróleo do mundo possuem, ou possuíam até pouco tempo, governos nacionalistas, alguns com tendências autoritárias – destes, cinco são ou foram até pouco tempo rivais geopolíticos dos EUA no sistema internacional: Venezuela, Irã, Iraque, Rússia e Líbia.

Elaboração própria com base em dados do relatório da BP.

Esses cinco encontram um aspecto em comum: viveram experiências de resistência ao imperialismo estadunidense e o controle do petróleo pelo Estado esteve no centro da questão, o que ensejou profundas mudanças sociais. O antagonismo em relação aos EUA só não existe mais no Iraque e na Líbia, após a queda de Saddam Hussein (2003) e Muammar Kadafi (2011), respectivamente assassinados por coalizões lideradas por Washington. Hoje vigoram regimes débeis, apoiados pela Casa Branca, que vêm enfraquecendo cada vez mais a soberania desses Estados. A Venezuela passou a fazer parte desse grupo a partir da vitória de Hugo Chávez no final da década de 1990 e, especialmente, após a tentativa de golpe de Estado contra ele em 2002.

A constituição de um governo sólido, muitas vezes personificado em uma pessoa, é tida como uma estratégia para a defesa de um recurso natural em sociedades de pouca tradição democrática. As críticas a Maduro, Putin ou ao regime dos aiatolás iranianos são válidas, desde que se condene também as violações de direitos humanos praticadas por figuras como Mohammed bin Salman, da Arábia Saudita, e Benjamin Netanyahu, de Israel. Caso contrário, a retórica ocidental não está preocupada em outra coisa a não ser seu acúmulo de poder.

A necessidade de uma visão ponderada

O petróleo é um aspecto central da Venezuela. No ano de 2002, o Golpe de Estado que visava derrubar Hugo Chávez foi orquestrado por executivos de petrolíferas multinacionais em articulação com a CIA, que viam seus interesses ameaçados pelo presidente que buscava devolver a soberania energética em seu país através de uma via nacionalista. Consequentemente, do ponto de vista brasileiro é necessária uma visão ponderada dos fatos. Um dos pilares da política externa é o pragmatismo. Desde que tomou posse, Lula já se reuniu com diversas lideranças políticas, de diferentes espectros políticos e orientações. Ao mesmo tempo em que cultiva boas relações com Xi Jinping, a ida a Washington para se reunir com Joe Biden foi a primeira que Lula fez para além da América do Sul depois de empossado. Mesmo tendo uma boa relação com lideranças da esquerda europeia, como o chefe de governo da Espanha, Pedro Sánchez, Lula também se reuniu em junho com a ultra-direitista Giorgia Meloni, primeira-ministra da Itália. Assim como em outras áreas, a política externa do Brasil é algo que deve ser reconstruído neste governo, e isso só será possível através de um olhar plural sobre o mundo.

Colômbia entre reformas e judicialização da política

11 de julho de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Francisco Zupanovich, Gabrielly Provenzzano da Silva, Geovanna Mirian Raimundo, Melissa Souza Jorge e Rafaela Castilho Miranda

O rompimento do Pacto Histórico, ampla coalizão que levou Gustavo Petro à presidência da Colômbia, marca a primeira grande crise do governo eleito em 2022. Em junho, um escândalo envolvendo escutas telefônicas, roubo de dólares e doações de campanha entre funcionários próximos ao chefe do Executivo resultou em turbulência e paralisia nas discussões sobre reformas que o governo tenta emplacar no Congresso. Setores conservadores têm apelado para a judicialização das disputas para derrotar o governo.

ENTRE MAIO E JUNHO DE 2023, a Colômbia vivenciou intensos conflitos na cúpula do governo. No começo de junho, um áudio vazado pela Revista Semana mostra Armando Benedetti, ex-chefe de campanha de Petro e atual embaixador na Venezuela, ameaçando a chefe de Gabinete presidencial Laura Sarabia – também braço direito de Petro. Nos áudios, Benedetti relata não ter recebido ajuda para voltar a Bogotá e ocupar o cargo de Ministro. Diante das revelações, Petro removeu ambos de seu governo enfraquecendo ainda mais a já sensível frente ampla de sua administração. Em suma, o apoio no Congresso, que já não ia bem, se viu ainda mais fragilizado. Reiterando o supracitado, parece um movimento comum na América Latina que dá, outra vez, forças para a (re)ascensão das frentes conservadoras na Colômbia e nos vizinhos latinoamericanos. Vale ressaltar ainda que o vazamento de áudios envolvendo Petro e seus aliados não é novidade, em meados de 2022 , áudios vazados atacando a oposição se mostraram cruciais para o resultado das eleições.

Os áudios mostram também Benedetti, que era chefe da campanha no período em questão, como uma peça-chave para esclarecer o financiamento da campanha presidencial de Petro em 2022. As suspeitas são de que haveria um esquema ilegal de financiamento ligado ao narcotráfico do país. Esses vazamentos representam uma crise que pode ter grandes consequências para a política colombiana, especialmente para Gustavo Petro e seus aliados. Ficava clara a insatisfação de Benedetti – que esperava mais poder dentro do governo e por isso revelou supostos financiamentos ilegais de campanhas -, que pode se tornar um grande impasse para os interesses do mandatário colombiano e para sua governabilidade, principalmente em relação à aprovação das grandes reformas que compõem o projeto de governo de Petro.

A crise é bem mais profunda do que a troca de acusações entre dois aliados próximos do chefe de Estado. Ela tem origem no conflito de propósitos existentes no interior do Pacto Histórico e se manifestaram com força no final de abril, quando o Congresso derrotou matérias emanadas no palácio de Narino. Alguns partidos conservadores, com assento no gabinete de ministros, romperam com o governo e se somaram à direita na disputa parlamentar. Os projetos em questão eram as reformas da Saúde, Trabalho, Previdência e do Judiciário. Descontente com a situação, Petro "chutou o balde" e pediu a renúncia de todos os seus ministros. No final, as substituições atingiram principalmente os titulares ligados ao Partido Liberal, ao Partido Conservador e ao União para o Povo, legendas que passaram a apoiar Petro a partir do segundo turno das eleições de 2022. Foram sete substituições no total.

A lista incluiu José Antonio Ocampo, ex-professor na Universidade de Colúmbia e uma espécie de fiador do governo junto ao mercado internacional. Entre as reformas, a mais sensível era a do sistema de saúde, que visava eliminar intermediários privados nas redes públicas de pronto-atendimento.

Em busca de apoio popular

O passo seguinte de Petro foi sair às ruas. Uma semana depois dos embates no Legislativo, o presidente valeu-se das comemorações do 1º de maio para mostrar força. Diante de uma manifestação de dezenas de milhares de pessoas na praça de Armas, em frente ao palácio, o presidente atacou duramente "as elites e os escravistas" por mais de uma hora, e acusou tais setores de não permitirem avanços sociais, como o fortalecimento da saúde pública, a reforma agrária e uma reforma previdenciária que recupere direitos trabalhistas perdidos nas últimas décadas. Mais do que aplausos, Petro buscava ali apoio popular diante da crise. Nas semanas seguintes, cumpriu roteiro semelhante nas principais cidades do país, buscando manter a iniciativa política e impedir a desestabilização do governo.

No dia 7 de junho, milhares de colombianos foram às ruas em ao menos 200 cidades, incluindo as principais do país e a capital Bogotá, para apoiar o governo em manifestações convocadas por movimentos e partidos populares. Petro e a vice-presidenta, Francia Márquez, participaram de ato na Praça de Bolívar, a maior da capital. Em seu discurso, o presidente buscou vincular as reformas de seu governo ao projeto político apresentado por ele em sua

campanha e voltou a denunciar uma possível tentativa de golpe. Segundo ele, a direita busca "construir desconfiança nas bases populares com um primeiro objetivo de travar as reformas e ajoelhar o Congresso diante do grande capital". O passo seguinte seria "fazer o mesmo que no Peru, ou seja, levar o presidente à prisão e trocá-lo por um que não foi eleito".
No entanto, uma pesquisa divulgada na semana anterior aos atos revela que a popularidade do governo Petro caiu. Segundo a Invamer, a aprovação da gestão no começo de junho era de apenas 33,8%, número baixo em relação aos 50% registrados em novembro de 2022. A desaprovação bateu 59,4% e 61,8% dos pesquisados manifestaram oposição à reforma da Saúde, após intensa campanha oposicionista contra as mudanças.
No dia 20 de junho, as principais cidades do país registraram atos de manifestantes de direita, organizados por partidos contrários ao governo, em resposta aos atos do início de junho.
É bem possível que os áudios de conversas entre aliados próximos seja o lance que a direita e a extrema direita estejam dando para desgastar a administração pública, em meio ao enfrentamento. Vale destacar que vazamentos desenfreados de intercepções telefônicas de figuras públicas não são incomuns no país. Constituem práticas conhecidas com o nome de chuzadas. A isso se somam acusações de que a campanha vitoriosa recebeu financiamentos do narcotráfico.

Enfrentamento na Justiça

O Ministério Público da Colômbia anunciou a abertura de investigações. Petro respondeu dizendo que o governo não cometeu nenhuma irregularidade e que não aceitaria ser "chantageado". A situação entre o Executivo e o MP já é tensa por conta da ligação entre o ferrenho opositor de Petro e atual Procurador-geral da República, Francisco Barbosa, e o ex-presidente de direita Iván Duque, que o indicou para o cargo. Além disso, o Conselho Nacional Eleitoral também abriu uma investigação para analisar possíveis irregularidades no financiamento da campanha de Petro. Benedetti e Sarabia, protagonistas dos áudios, deverão se apresentar perante o órgão em 13 de julho para prestar esclarecimentos.
Com o escândalo das chuzadas, o Congresso suspendeu temporariamente as discussões sobre as reformas trabalhista, previdenciária e da saúde, a partir de 5 de junho. A decisão foi tomada pelo presidente da Câmara dos Deputados, David Racero, membro do Lista de la Decência, agremiação de centroesquerda que integra o Pacto Histórico. Em entrevista para a W Radio, Racero explicou que a suspensão dos trabalhos se deu por conta da turbulência política e da falta de quorum para prosseguir os debates.
A decisão não foi bem recebida por Petro. No Twitter, o presidente compartilhou um manifesto assinado por mais de 400 intelectuais, políticos e líderes de esquerda de 35 países que denuncia a articulação de um suposto "golpe brando" contra o governo colombiano. A carta argumenta que há uma campanha coordenada por parte do "poder institucional das agências reguladoras, conglomerados de mídia e [do] Poder Judiciário do país", que teria como objetivo "proteger os interesses dos poderes tradicionais colombianos contra reformas

populares que aumentariam os salários, melhorariam os cuidados de saúde, protegeriam o meio ambiente e levariam a 'paz total' ao país".

Jogo de forças

Em 19 de junho de 2022, Gustavo Petro foi eleito presidente da república, com 50,44% dos votos. O ex-guerrilheiro chegou ao poder em eleição acirrada sob o apoio de uma frente ampla que buscava combater a ascensão da extrema direita, assim como ocorreu em outros países da América Latina, como o Brasil e o Chile. Apesar de se mostrar funcional para a vitória eleitoral, a coalizão exibe seus limites ao reunir partidos e figuras políticas com diferentes interesses na sociedade. Em julho de 2023, sete meses após a posse, a falta de aliados no Congresso parece se concretizar como o "bicho-papão" da atual gestão do atual governo colombiano.

Em termos históricos, o governo Petro é um divisor de águas na política colombiana. Ele enfrenta o desafio de ser o primeiro presidente de esquerda de um país desigual e tradicionalmente governado pela direita.

Essa esquerda renovada entrou em cena com o intuito de mudar os hábitos políticos do país. A coalizão vencedora afirma ter um sério compromisso com a paz, expresso na continuidade da implementação do acordo com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e outros grupos armados que percorrem o espectro da esquerda à direita. Além disso, a luta contra o narcotráfico, tema central da política colombiana, está sendo trabalhada a partir de uma postura voltada para a prevenção, e não para a proibição ou para a fracassada proposta norte-americana da "guerra contra às drogas".

Por último, o governo alega buscar uma reforma fiscal que permita levar uma parte da riqueza de quem mais tem a quem carece de segurança alimentar, saúde e educação. Os três eixos serão atravessados pelo olhar da defesa ambiental.

Governo e elites

A atual conjuntura da Colômbia demonstra uma mudança nos âmbitos internos e externos do país. As propostas e políticas do primeiro governo de esquerda do país enfrentam desafios advindos do descontentamento das elites, do alinhamento histórico com os Estados Unidos e da própria estrutura do Estado.

A configuração política nos países latino-americanos, marcada pelas consequências da adesão de alguns países às políticas neoliberais por um período e da influência estadunidense no continente, se apresenta suscetível às guerras judiciais. Segundo o livro El lawfare: golpes de Estado en nombre de la ley (2021), faz parte da história regional que a tentativa de se construir uma sociedade voltada aos interesses latino-americanos resulte em um ataque por parte das elites locais em função dos interesses estadunidenses. A política de controle da região já passou por diversos mecanismos, desde o financiamento de ditaduras ao Consenso de Washington (1989), e, atualmente, sendo instaurada com o lawfare.

A judicialização é um fenômeno em que questões e disputas políticas são levadas ao âmbito judicial para serem resolvidas. Isso se dá quando atores políticos – partidos, governantes, legisladores ou cidadãos – recorrem ao poder judiciário para resolver questões que normalmente seriam tratadas no âmbito estritamente político. O processo pode ter impactos decisivos na democracia, no Estado de Direito e nas relações entre os poderes políticos e judiciais. Os casos podem abranger diversas áreas, como direitos civis, direitos humanos, questões eleitorais, políticas públicas, disputas constitucionais e corrupção, etc., por diferentes motivos. Seriam os casos de impasses políticos ou se alguma lacuna nas instituições, o que leva os atores a recorrerem ao judiciário como um último recurso para resolver controvérsias. Ou então, servir de estratégia política para obter decisões favoráveis ou como uma forma de controle do poder político.

Nesse sentido, desenha-se um paralelo com o termo "lawfare", vinda do inglês law, "direito", e warfare, "guerra". Cristiano Zanin Martins, agora ministro do STF brasileiro, define o termo como "uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo". Já o jurista Lenio Streck define a prática como a "construção fraudulenta do raciocínio jurídico para perseguir fins politicamente orientados". Ainda de acordo com Arantxa Tirado Sánchez, o lawfare "utiliza a lei para neutralizar ou eliminar o inimigo político em favor de uma reconfiguração geopolítica" (SÁNCHEZ, 2021. p.48. Tradução nossa).

Esse mecanismo atua supostamente dentro do âmbito democrático, porém é uma estratégia que enfraquece a democracia e o Estado de Direito, pois questiona a legitimidade judicial e a confiança do povo no sistema. "Neste sentido, o lawfare é uma ferramenta mais ao alcance dos que mandam no mundo, ajudados por seus operadores políticos, econômicos ou judiciais, para seguir perpetuando seus privilégios em uma ordem econômica injusta e desigual." (SÁNCHEZ, 2021. p.33. Tradução nossa). O lawfare se articula através do poder midiático, judiciário e econômico para garantir seus objetivos.

O caso mais marcante desse fenômeno no continente ocorreu no Brasil contra a ex-presidenta, Dilma Rousseff, e o atual presidente, Lula. O mesmo mecanismo também ocorreu em outros países, como na Argentina contra a vice-presidenta, Cristina Kirchner. Todos foram posteriormente inocentados. Os processos se mostram a partir de motivações duvidosas visto que as alegações apresentaram incerto respaldo jurídico e apelam para a construção de uma imagem contrária à moral conservadora através da mídia.

Em outras palavras, esses casos estão relacionados ao descontentamento das elites locais e ao interesse dos Estados Unidos em manter a região sob o controle de seu poder hegemônico. A desconfiança do povo em relação ao sistema eleitoral e a desmotivação em pertencer a uma democracia participativa fazem parte da estratégia de se implementar a agenda neoliberal, acabar com os direitos conquistados pelo povo e a perda ou diminuição da autonomia dos países do Sul Global.

A eleição de um governo progressista ou de esquerda demonstra uma escolha do povo colombiano e uma intenção de mudança de rumos. No caso atual, é um caminho que sofre uma

série de empecilhos, assim como ocorre nos outros países da América Latina, como os casos recentes do Chile e do Peru.

O governo Petro foi eleito com uma coalizão de frente ampla, porém os interesses divergentes entre a esquerda e direita levaram a dificuldades na governabilidade e de seguir com os projetos de reforma. O caso ocorre a partir de acusações que giram em torno do financiamento da campanha e uma suposta ligação com o narcotráfico, ambos temas que se relacionam com a ideia de corrupção e que se assemelham às acusações em outros casos de lawfare no continente, em um momento de tentativa de descredibilizar as políticas progressistas.

Referências:

ZANIN MARTINS, Cristiano. ZANIN MARTINS, Valesta Teixeira. VALIM, Rafael. Lawfare: uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019. p. 21.

SÁNCHEZ, Arantxa Tirado. El lawfare: golpes de Estado en nombre de la ley. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2021

STRECK, Lenio Luiz. Enciclopédia do golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017. p. 119.

Questões colombianas

16 de novembro de 2023

Por Audrey Andrade Gomes e Gustavo Mendes de Almeida

Gustavo Petro é presidente da Colômbia desde agosto de 2022 e protagonizou a primeira vitória da esquerda no país. Atualmente, o país é um dos poucos da América do Sul a romper relações com Israel e enfrenta o poder hegemônico na disputa pela opinião pública.

AS ELEIÇÕES REGIONAIS COLOMBIANAS de 29 de outubro de 2023 representaram um duro revés para o presidente Gustavo Petro, no poder desde agosto do ano anterior. Elegeram-se no pleito 32 governadores/as e 1.102 prefeitos/as, além de representantes do poder legislativo. Bogotá, cidade que votou majoritariamente na chapa presidencial de há dois anos, elegeu o centro-direitista de 46 anos, Carlos Fernando Galán, do partido Novo Liberalismo, com 49% dos votos e deixou o candidato do petrismo, Gustavo Bolívar, em terceiro lugar, com 18,7%. Em Medellín, terceira maior cidade, o vencedor foi Federico Gutiérrez, crítico do atual presidente e um dos representantes do uribismo, corrente de extrema-direita liderada pelo ex-presidente Alvaro Uribe (2002-2010). Em Bucaramanga, Jaime Andrés Beltrán, o autodenominado "Bukele bumangués", alcançou o maior número de votos. Por fim, em Barranquilla e em Cali não foi diferente, a vitória foi entregue a opositores de Petro e representantes da direita empresarial do país, Alex Char e Alejandro Éder, respectivamente. Apesar disso, Petro publicou em suas redes sociais que 21 dos 32 Estados estarão sob a gestão de pessoas/organizações que o apoiaram em sua eleição ou que simpatizam com suas propostas.

A Colômbia tem vivido resultados sociais significativos desde a eleição do progressista Gustavo Petro. Uma marca de destaque é o inédito reajuste de 16% do salário mínimo, em dezembro de 2022 - o maior desde 1999. As condições de vida dos/as trabalhadores/as também

apresentam melhorias objetivas. O crescimento significativo do PIB superou a expectativa do Banco Central e o índice de desemprego vem caindo desde então. Entretanto, esses resultados não foram suficientes para reter sua popularidade. Desentendimentos internos ao governo e denúncias sobre envolvimento em corrupção podem ter impactado a aprovação do governo Petro e trazido derrotas para suas coligações regionais.

Segundo o levantamento feito pelo instituto Invamer entre 30 de setembro e 8 de outubro deste ano, divulgado pelo jornal El Tiempo, a aprovação do governo Petro era de apenas 32%, enquanto a desaprovação alcançava o segundo valor mais alto, 60%. Desde fevereiro, a aceitação do atual presidente vem, gradativamente, decaindo.

A política de Petro

Gustavo Petro é ativo em suas redes sociais e busca se comunicar com o público sobre o que ocorre dentro e fora do país. A partir das plataformas digitais, se conecta com seus apoiadores e faz frente às reportagens que considera exageradas ou de má fé. Nas últimas semanas, disputou com grandes veículos de imprensa o discurso sobre um projeto de lei que estabelece novos limites de tributação de imóveis e propriedades, o IPU (Imposto Predial Unificado). O projeto, aprovado no congresso no início do mês de novembro, tem como propósito aliviar a carga sobre pequenos proprietários e distribuir essa cobrança sobre propriedades maiores, estabelecendo um limite de 300% de imposto. Apesar dos efeitos positivos que isso tende a proporcionar para a maior parte da população do país, foi o valor máximo da cobrança que ganhou destaque nos veículos de imprensa.

Desde o início de 2023, o presidente busca aprovar reformas no sistema de saúde e, para que tivesse sucesso, convocou a população para ir às ruas demonstrar interesse e apoio pelo projeto de lei que propõe a criação de um sistema unificado (semelhante ao Sistema Único de Saúde brasileiro) e que atribui ao Estado a responsabilidade pela atenção primária de saúde - atualmente, esse serviço é gerido por entidades privadas, as Entidades Promotoras de Saúde (EPS) e não consegue suprir as necessidades da população mais vulnerável. A transformação no sistema de saúde é uma das cinco reformas de base apresentadas no início do governo, as outras são: reforma tributária, reforma política, reforma no sistema educacional, o plano de desenvolvimento nacional e a lei de “paz total”.

Além de ter um posicionamento progressista em território nacional, Petro também se posiciona de forma destemida quando o assunto é política internacional. O presidente frequentemente publica em suas redes sociais denúncias e críticas sobre o Estado de Israel e sobre a violência cometida contra a população palestina, e já anunciou que contribuirá com ajuda humanitária em Gaza. Algumas semanas após o início dos massacres em Gaza, decidiu, ao lado da Bolívia e do Chile, romper relações com o Estado de Israel. Além disso, anunciou a fundação de uma embaixada em Ramallah, região ocupada da Cisjordânia.

Vitória inédita

A vitória de Gustavo Petro, nas eleições de 2022, marca a primeira vez em que o progressismo conquista o poder na Colômbia. Esse fato inédito carrega em si os fatores que dificultam a realização de uma gestão de fato autônoma, e que represente as pautas levantadas pelo presidente ainda na campanha eleitoral. Para chegar à Casa de Nariño, o atual presidente precisou articular uma extensa coligação, para além do Pacto Histórico - coalizão composta por partidos de esquerda e centro-esquerda que lançou sua candidatura e de sua vice, Francia Marquez. Neste movimento, para angariar apoio no segundo turno das eleições e, posteriormente, para garantir governabilidade, partidos de centro e de direita passaram a compor a base de apoio petrista, em uma frágil aliança que logo se desmantelaria.

Nos primeiros meses essa grande coligação foi importante para o governo aprovar a reforma tributária e a lei que versa sobre a "paz total", uma das principais bandeiras de Petro diante dos grupos remanescentes da guerrilha rural. Entretanto, os já mencionados desentendimentos nas tratativas para uma reforma no sistema de saúde culminaram com o rompimento entre o governo e alguns dos partidos que o apoiavam, como o Partido Liberal, o Partido Conservador e o Partido de La U, que sozinhos correspondem por 72 das 165 cadeiras do Congresso, bem como 39 das 108 cadeiras do Senado. Todos tinham assento no gabinete de ministros e foram retirados em abril último. Com o fim da aliança, o governo viu crescerem as dificuldades para aprovar seus projetos, comprometendo as promessas de campanha e, consequentemente, o apoio popular.

O cenário colombiano é desafiador para um governo que pretende realizar mudanças profundas em uma série de aspectos do Estado, que ao longo de seu desenvolvimento foi consolidando o domínio de uma direita liberal na economia e uma conservadora nos direitos sociais. Além disso, fatores que marcaram a história recente do país, como a atuação das guerrilhas e a expansão do narcotráfico, serviram de justificativa para que os EUA passassem a atuar diretamente no país, a partir dos anos 1990, através da instalação de bases militares e da criação do Plano Colômbia, que fragilizaram a soberania do país perante o imperialismo estadunidense.

O presidencialismo de coalizão é uma característica crescente nas democracias de regime presidencialista ao redor do globo. Na ausência de uma sólida base parlamentar "puro sangue", há a necessidade de se realizarem alianças com diferentes partidos com o objetivo de pôr em marcha os planos para o país. De acordo com os pontos levantados anteriormente, essa questão se torna ainda mais peculiar na Colômbia, onde o governo vive em um constante dilema, entre a preservação da governabilidade e a autonomia para realização do seus projetos. Um governo que se propõe a reformar o Estado necessita de governabilidade, mas também precisa colocar de fato tais reformas em marcha.

Não bastassem as complicações político-ideológicas que a administração enfrenta, escândalos de corrupção envolvendo o ex-embaixador do país na Venezuela, Armando Benedetti, bem como Nicolás Petro, primogênito do presidente, acabaram por fragilizar ainda mais

a base de apoio do governo. Ambos os casos jogam luz sobre possíveis irregularidades no financiamento da campanha presidencial.
Sabendo que inexiste o instituto da reeleição no país, Petro busca desenvolver uma unificação dos partidos e movimentos que o apoiam. Pelo menos 14 organizações são cotadas para formar um partido unificado, que tenha legitimidade para enfrentar os representantes das classes burguesas na próxima eleição, em 2026.

O processo de impeachment de Guillermo Lasso

02 de maio de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues, Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

O impeachment equatoriano ocorre diante de um colapso da direita, à vista do avanço das forças do mercado em contramão da agenda social devido a busca pela redução do papel do Estado.

NO INÍCIO DE MARÇO DE 2023, parlamentares de oposição apresentaram ao Congresso um relatório solicitando a abertura de um processo de impeachment contra o presidente Guillermo Lasso. As acusações eram de possíveis crimes contra a segurança do Estado e a administração pública. Tudo acontecia em meio a uma série de investigações da procuradoria-geral sobre supostos subornos em empresas estatais. No centro havia uma disputa entre partidários do ex-presidente Rafael Correa, de centro-esquerda, e a coalizão presidencial, solidamente ancorada na direita e na extrema-direita.

Lasso, – banqueiro e representante da direita tradicional do país, com forte apoio de grandes grupos empresariais – foi eleito em 2021 em meio a forte crise econômica e divisão da centro-esquerda. O presidente do Brasil à época, Jair Bolsonaro, enxergava ali um forte parceiro na onda conservadora que assolava a América do Sul.

Apesar das reservas petrolíferas do país representarem apenas 1,6% do total possuído pela Venezuela, o produto tem grande importância na pauta exportadora. Além disso, o país foi duramente atingido pela pandemia, registrando uma das mais altas taxas de mortalidade no mundo.

Durante seu mandato, Correa implementou políticas progressistas, como a redistribuição de renda, a melhoria da infraestrutura e a redução da pobreza, bem como a proteção ambien-

tal e a promoção dos direitos humanos. Embora o governo de Correa também tenha sido criticado por questões como a limitação da liberdade de imprensa e a falta de diálogo com a oposição. É possível fazer um paralelo com o caso brasileiro diante do antagonismo dos governos Lula e Bolsonaro, cujos objetivos eram completamente distintos, esse é o caso de Correa e Lasso.

Após o fim do governo Correa, já sob o comando de Lenín Moreno, o Equador enfrentou a pior crise econômica da história por causa da recessão, causada pela dependência ao petróleo. Moreno foi apoiado pelo antecessor e, a partir de certo momento, rompeu com ele e com as políticas até então adotadas.

Vale ressaltar que, embora Lasso tenha sido eleito, as forças da oposição são maioria no Congresso, tornando difícil a materialização de parte da agenda de Lasso, focadas na liberalização do comércio e na redução do papel do Estado.

Desde que assumiu o cargo, a popularidade de Lasso tem sido baixa, com protestos populares contra a austeridade fiscal e falta de progresso em questões como a luta contra a pobreza e a corrupção. A oposição é composta principalmente por partidos de esquerda, incluindo o Movimento para a Revolução Cidadã, liderado por Correa, e o Partido Socialista, liderado pelo ex-prefeito de Quito, Jorge Yunda.

Revoltas e protestos

Os últimos dois anos (2021-2022) têm marcado a volta da centro-esquerda aos governos de vários países da região. Com eleições em grande parte dos países, desde 2019 a região vê a volta de líderes de esquerda para os cargos de presidente, com exceção de três — com um deles sendo o Equador. O processo eleitoral de 2021 que aconteceu no país foi um momento acirrado entre dois candidatos: Guillermo Lasso, em sua terceira tentativa de se eleger, e Andrés Arauz, candidato progressista, apoiado pelo ex-presidente Rafael Correa. O processo eleitoral ocorreu durante a pandemia, e muitas pesquisas davam a vitória de Arauz, contra seu adversário conservador. Indo de desencontro com as tendências de seus vizinhos, a população equatoriana elegeu um candidato liberal, com promessas de campanha pautadas no livre mercado e na mínima intervenção do Estado na economia.

Entretanto, o sonho do eleitorado de Lasso durou pouco: o enfraquecimento de seu governo começou em 13 de junho de 2022, quando tiveram início protestos que duraram 18 dias. Liderados por movimentos indígenas, com adesão de outros setores da sociedade, os manifestantes foram às ruas contra o aumento nos preços dos combustíveis e dos alimentos. Conflitos armados começaram quando o presidente respondeu a manifestações com um decreto de Estado de exceção — que permitiu a repressão militar, causando 6 mortes e ferindo mais de 600 pessoas — e toque de recolher na capital do país.

O acordo entre as duas partes foi assinado em 30 de junho do mesmo ano, onde os manifestantes se comprometeram com a paralisação dos protestos e das mobilizações, e o governo com a diminuição dos preços dos combustíveis. Contudo, o governo Lasso já estava dando

sinais de enfraquecimento.

Governabilidade

Dado o desgaste, Lasso viria a se situar de maneira explicitamente isolada em seu próprio aparato estatal. A perspectiva era de enfraquecimento político e da ausência de um plano de reconstrução que recuperasse algum prestígio diante desse cenário. A troca de titulares entre três ministérios e uma secretaria representaram a necessidade do presidente de articular um movimento que o favorecesse. Com sua governabilidade questionada, Lasso se viu obrigado a retroceder em algumas estratégias políticas de sua agenda. A partir daí, o presidente colocou-se mais aberto ao diálogo com entes políticos, a fim de reduzir quaisquer possibilidades de ruído ou pressões.

Com minoria na Assembleia Nacional, o governo viu suas dificuldades aumentarem. O partido pelo qual foi eleito, Creando Oportunidades (CREO), detentor até então de 12 cadeiras das 137 do Legislativo, conseguiu deter a tentativa de destituição através de um mecanismo institucional denominado "morte cruzada". Ele é previsto na constituição de 2008, e acusa o mandatário de responsabilidade em uma grave crise política e comoção interna. A partir daí se abriu o atual processo de impeachment.

A morte cruzada

O impeachment e a morte cruzada são dispositivos presentes na Constituição do Equador de 2008. Eles refletem a divisão de poderes e os mecanismos de freios e contrapesos do país. Além disso, ambos têm de passar por um extenso processo legislativo e se baseiam na ideia de aplicar um controle de legalidade sobre funções e atores públicos. Enquanto o impeachment é usado para remover líderes de governo e funciona de modo a retirar apenas o acusado, a morte cruzada pode ser invocada para remover tanto a Assembléia Nacional quanto o presidente, com o detalhe de que se o mandatário for retirado do cargo, a Assembléia Nacional também será dissolvida e eleições gerais serão convocadas.

É o artigo 129 que regulamenta o impeachment no país. Segundo sua redação, a Assembleia Nacional pode abrir um processo de impeachment contra a presidência ou a vice-presidência, a partir do pedido de pelo menos um terço de seus membros e diante dos seguintes casos:

1. Crimes contra a segurança do Estado;
2. Crimes de extorsão, suborno, peculato [pelo qual Lasso é acusado e investigado] ou enriquecimento ilícito;
3. Crimes de genocídio, tortura, desaparecimento forçado de pessoas, sequestro ou homicídio por razões políticas ou de consciência.

Para que o processo de Impeachment se inicie é necessário que a Corte Constitucional aceite o pedido. A Assembléia Nacional terá, então, um prazo de 72 horas para tomar uma decisão com base na defesa da presidência ou vice-presidência, sendo necessário dois terços dos votos para que a destituição seja aprovada. Havendo, ainda, indícios de responsabilidade

criminal, o processo pode ser levado para a justiça competente.
Debruçando-se sob a definição legal, o artigo 130 da Constituição estipula que a Assembléia Nacional pode invocar a morte cruzada para remover o presidente nos casos de:
1. Extrapolar sua competência, após decisão favorável da Corte Constitucional;
2. Provocar grave crise política ou tumulto interno.
Após o início dos procedimentos previstos em lei, a Assembléia Nacional tem um prazo de 72 horas para proferir um despacho, levando em consideração a defesa do presidente. Para que a destituição caminhe, se faz necessário o voto favorável de dois terços dos membros, o equivalente a 92 das 137 cadeiras. Aprovada a sua destituição, a vice-presidência assume temporariamente e o Conselho Nacional Eleitoral terá um prazo máximo de sete dias para convocar eleições legislativas e executivas antecipadas. Um detalhe importante é que este poder só pode ser exercido uma vez durante o mandato e apenas em seus três primeiros anos.
De acordo com o artigo 148, ainda, a presidência pode dissolver a Assembléia Nacional quando esta tenha, de acordo com seu juízo:
1. Extrapolado suas competências constitucionais, mediante um parecer favorável da Corte Constitucional;
2. Obstruído a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento, de maneira repetida e injustificada;
3. Devido a grave crise política ou comoção interna.
De maneira similar a anterior, este dispositivo só pode ser invocado uma vez no mandato e dentro dos primeiros três anos, resultando, se bem sucedido, na convocação antecipada de eleições legislativas e executivas. A diferença reside no fato de que neste caso a presidência governa até a nova composição por meio de decretos-lei, os quais necessitam de parecer da Corte Constitucional e podem ser revogados pela Assembléia Nacional que se instalará.
É interessante notar como o dispositivo de caráter parlamentarista se mistura com o sistema constitucional e presidencialista do Equador. Desde a Constituição de 2008, a morte cruzada nunca foi utilizada, embora Correa tenha ameaçado usá-la em diversas ocasiões. Em 2017, parlamentares ameaçaram invocar o dispositivo caso a oposição – na época, o próprio Lasso – vencesse as eleições. Em 2019, ameaçou-se invocar o dispositivo se o presidente Lenín Moreno se submetesse às recomendações do FMI, diante da crise econômica no país. Atualmente, Lasso ameaça invocar esse dispositivo e dissolver a Assembléia Nacional, caso seu processo de impeachment continue caminhando.
Diante desse cenário, são dois os prováveis resultados: sua destituição é levada a cabo e o vice-presidente Alfredo Borrero assume; ou Lasso dissolve a Assembleia Nacional e tenta disputar as eleições antecipadas, embora suas chances de vitória sejam mínimas, por conta de sua baixíssima popularidade no momento.

Os passos seguintes

No dia 26 de abril de 2023, se encerrou a segunda etapa do processo perante à Comissão de

Fiscalização. O processo foi marcado pela oitiva de testemunhas e apresentações documentais, e algumas disputas entre parlamentares aliados ao governo e a oposição.
Grupos aliados ao presidente vêem o processo perder força e alegam que a oposição teve problemas para manter as acusações. Enquanto membros e aliados do governo acreditam ter os votos necessários para barrar o processo, a bancada do UNES – partido ligado a Rafael Correa – segue confiante, refutando as alegações dos aliados do presidente de que os votos do "correísmo" estariam fragmentados. Tem muita razão nessa avaliação. O processo de impeachment só prosperará se a oposição progressista conseguir algum tipo de unidade de ação.

Luta pelo poder no Equador

10 de agosto de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva[1]

No dia 09 de agosto de 2023, o candidato à presidência do Equador, Fernando Villavicencio, foi assassinado. O crime chocou o país e trouxe à tona uma série de questões complexas envolvendo a política equatoriana, o ambiente eleitoral e a violência associada ao narcotráfico. A execução ocorreu em meio a uma campanha eleitoral tensa, cuja centro-esquerda desponta como favorita, na figura de Luisa González. Levantando suspeitas sobre a segurança dos processos democráticos no país e destaca a vulnerabilidade das figuras políticas que enfrentam ameaças e riscos. Em 2017, Villavicencio concorreu e foi eleito para um cargo na Assembleia Nacional do Equador. Sua eleição refletiu a crescente influência política e o apoio que recebeu de eleitores preocupados com questões de transparência, responsabilidade e justiça social.

Jornalismo e ativismo inicial

FERNANDO ALCIBIADES VILLAVICENCIO VALENCIA, nascido em 11 de outubro de 1963, teve uma trajetória marcada pelo jornalismo crítico e pela defesa das causas sociais, emergiu como um dos principais opositores ao governo do ex-presidente Rafael Correa. Sua atuação como jornalista investigativo o colocou em confronto com poderosos interesses, incluindo denúncias de corrupção e vínculos com o narcotráfico. Além disso, sua participação no Movimento Construye e sua candidatura à presidência representavam uma das frentes da direita no pleito que ocorreria no dia 20 de agosto de 2023, sendo um ferrenho defensor do atual mandatário, Guillermo Lasso, durante seu período na Assembleia Nacional, embora estivesse na quinta posição da corrida presidencial.

1Agradeço ao professor Gilberto Maringoni pela colaboração.

Villavicencio começou sua jornada como jornalista e comunicador social, formando-se em jornalismo e comunicação na Universidade Cooperativa da Colômbia.
Sua incursão na política começou com seu papel como um dos fundadores do Movimento Pachakutik em 1995. O Pachakutik é um partido político equatoriano que representa os interesses dos povos indígenas e das comunidades afro-equatorianas. Villavicencio se destacou por sua defesa dos direitos desses grupos marginalizados e por sua crítica às políticas que prejudicavam suas comunidades.
O Partido Pachakutik é parte integrante da complexa cena política do Equador, caracterizada por uma pluralidade de ideias, correntes e interesses. O Pachakutik se destaca por sua orientação indigenista e plural, representando não apenas uma plataforma política, mas também um movimento social e cultural que busca garantir os direitos e interesses das comunidades indígenas e outras populações marginalizadas do país.

Crítico ferrenho do governo de Rafael Correa

O candidato assassinado era uma figura que polarizava opiniões e estava envolvida em diversas críticas e controvérsias. Sua trajetória política e ativismo anticorrupção foram marcados por várias questões controversas.
Sua postura contra Correa, sensacionalista e ruidosa, seria correspondente ao lavajatismo no Brasil e em outros países da América Latina. Suas denúncias e exposições frequentemente tinham como alvo altos escalões do governo e casos de má conduta. Ele foi uma das vozes mais proeminentes a denunciar o escândalo do "Arroz Verde", que levantou suspeitas sobre o financiamento da campanha de Correa em 2013. No entanto, assim como a "Lava Jato" também enfrentou críticas e controvérsias, o candidato à presidência não escapou de questionamentos sobre suas táticas, motivações e abordagens.
Villavicencio foi condenado a 18 meses de prisão por difamação e críticas feitas contra o ex-presidente. Ele fugiu para um território indígena no Equador e, posteriormente, obteve asilo no Peru. Sua volta ao país após a saída de Correa da presidência foi vista por muitos como um retorno oportunista.
A morte trágica e repentina lançou ainda mais sombras sobre sua figura. Enquanto alguns o veem como um herói que deu sua vida na luta contra a corrupção e a impunidade, outros suspeitam de possíveis motivações obscuras por trás de seu assassinato. Sua morte também levantou preocupações sobre o estado da segurança pública no Equador e os desafios enfrentados pelo país em relação à criminalidade e à violência.

Semiparlamentarismo

A "morte cruzada" é um dispositivo constitucional equatoriano que permite a dissolução do parlamento por parte do presidente e a convocação de eleições gerais em casos de grave crise política.
A medida foi invocada pelo presidente Guillermo Lasso, em maio de 2023, resultando na

dissolução da Assembleia Nacional. Essa ação, vista por muitos como uma manobra política para conter a oposição e garantir o controle do governo, contribuiu para a escalada das tensões pré-eleitorais. Lasso nunca teve maioria parlamentar e enfrentava três pedidos de impeachment.
Fernando Villavicencio, que havia ocupado o cargo de deputado federal até maio, viu seu mandato ser interrompido devido à dissolução da Assembleia Nacional. Essa ação teve um impacto direto em sua carreira política, pois ele não pôde mais exercer suas funções parlamentares e representar seus eleitores.
A convocação de eleições gerais antecipadas, reconfigurou o ambiente político e um cenário de competição eleitoral renovado. Isso também afetou a posição de Villavicencio como candidato presidencial.

Petróleo e turbulências

Nas últimas duas décadas, o Equador tem passado por uma conturbada situação política, econômica e social. Um dos fatores que influenciaram essa dinâmica foi o boom do petróleo, que teve um impacto profundo na trajetória do país.
No início dos anos 2000, o país experimentou um período de instabilidade política e econômica, caracterizado por sucessivas mudanças de presidente e uma crise financeira. Foi nesse contexto que Rafael Correa ascendeu ao poder em 2007, prometendo uma agenda progressita e uma abordagem mais nacionalista em relação aos recursos naturais, incluindo o petróleo.
O boom do petróleo entre 2005-2010 desempenhou um papel crucial na economia equatoriana durante parte do governo Correa. Os altos preços no mercado internacional permitiram ao governo financiar programas sociais e investimentos em infraestrutura. No entanto, essa dependência excessiva da commodity também trouxe desafios, uma vez que a economia equatoriana tornou-se altamente vulnerável à volatilidade dos preços globais do petróleo.
Apesar dos benefícios iniciais, a gestão do boom do petróleo também esteve envolta em controvérsias. Críticos argumentavam que o governo Correa não estava diversificando adequadamente a economia e que não estava preparando o país para um cenário pós-boom. Além disso, a exploração intensiva do insumo levantou preocupações ambientais e sociais, especialmente nas comunidades indígenas afetadas pelo desenvolvimento dos campos petrolíferos.
O governo de Correa também foi marcado por tensões políticas e alegações de autoritarismo. Enquanto ele era popular entre alguns setores da população, outros o acusavam de restringir a liberdade de imprensa, perseguir opositores políticos e concentrar poder em suas mãos.
Nos anos seguintes, a queda dos preços no mercado global e outros fatores econômicos levaram a uma desaceleração econômica no Equador. Isso, combinado com questões estruturais e políticas internas, contribuiu para a instabilidade política e protestos sociais. O país passou por momentos de agitação, incluindo manifestações em 2019 contra medidas de austeridade

propostas pelo governo Lenín.
A atual conjuntura do Equador é marcada por uma série de desafios, incluindo a recuperação econômica pós-pandemia, a necessidade de diversificação econômica, a gestão ambiental sustentável e a busca por estabilidade política.

Exílio de Correa

A trajetória de Rafael Correa, ex-presidente do Equador, tem sido marcada por momentos dramáticos e controversos, incluindo sua situação atual de exílio e a presidência subsequente de Lenín Moreno.
Rafael Correa, que governou o Equador de 2007 a 2017, era uma figura polarizadora que implementou políticas de cunho desenvolvimentista e nacionalista, enfatizando a redistribuição de riqueza e recursos naturais. Durante seu mandato, o Equador experimentou um período de relativa estabilidade econômica, impulsionado em parte pelos altos preços do petróleo, que financiaram programas sociais e investimentos em infraestrutura.
Seu legado é caracterizado por avanços e retrocessos. Correa promoveu investimentos em educação e saúde, reduzindo a pobreza e fortalecendo o Estado de bem-estar social. No entanto, enfrentou desafios econômicos devido à queda do preço do petróleo e à falta de previsão nos gastos. Como presidente, aprovou uma Lei de Comunicação em 2013 acusada pela mídia de cercear a liberdade de expressão e teve controvérsias ambientais ao permitir a exploração petrolífera na Amazônia.
Após deixar o cargo e sofrendo perseguição política e judicial, Correa escolheu viver no exílio na Bélgica. Sua ausência abriu espaço para Lenín Moreno, seu vice, assumir a presidência em 2017. O candidato foi eleito pelas forças progressistas lideradas por Rafael Correa e rapidamente começou sua guinada à direita.
Moreno adotou uma abordagem mais pragmática em relação à política e à economia, afastando-se das políticas de Correa. Essa mudança de direção trouxe consigo uma série de reformas e ajustes econômicos, incluindo a busca por acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para enfrentar desafios fiscais.
A relação entre Correa e Moreno se deteriorou significativamente, e o ex-presidente foi condenado à revelia a oito anos de prisão por corrupção e envolvimento em um suposto esquema de suborno em 2018. O ex-presidente alega que as acusações são politicamente motivadas e parte de uma perseguição.
A conturbada situação política e jurídica de Correa e o exílio que ele escolheu enfatizam as tensões internas e as divisões profundas na política equatoriana. Além disso, colocam em destaque as complexas questões de governança, democracia e justiça que o Equador enfrenta.

Assassinato em plena campanha

O assassinato de Villavicencio ocorreu em meio a uma campanha presidencial acirrada, ca-

racterizada por acusações mútuas entre os candidatos, agitação social e incertezas sobre o futuro político do país. Ele foi atingido por três tiros após sair de um comício em Quito. Esse ato violento interrompeu abruptamente sua ascensão política e gerou uma onda de consternação e revolta entre seus seguidores.
O crime evidencia a fragilidade da segurança para figuras políticas em um contexto no qual interesses poderosos, rivalidades políticas e a presença do crime organizado podem se entrelaçar, resultando em tragédias como essa. A investigação das circunstâncias do assassinato e a identificação dos responsáveis são cruciais para restaurar a confiança no processo democrático e na justiça equatoriana. Sua morte trágica levanta questionamentos sobre a segurança dos candidatos em um ambiente político cada vez mais hostil.

Clima de violência e narcotráfico

O Equador tem enfrentado desafios crescentes relacionados ao narcotráfico e à violência associada a ele. A geografia do país o coloca em uma posição estratégica para o tráfico de drogas, tornando-o vulnerável a influências criminosas. A taxa de homicídios aumentou significativamente, a criminalidade no país fez com que a taxa de homicídios dobrasse em 2022, chegando a 25 mortes a cada 100 mil habitantes, refletindo um ambiente de insegurança que impacta não apenas os cidadãos, mas também a estabilidade política.
Em 23 de julho de 2023, Agustín Intriago, prefeito da cidade de Manta, foi morto a tiros. O presidente Lasso, em resposta ao assassinato, declarou estado de exceção em algumas regiões costeiras do Equador devido à "comoção interna grave". Ele argumentou que o crime organizado se infiltrou nas estruturas do Estado, organizações políticas e na sociedade em geral. A medida incluiu a imposição de toque de recolher e o uso conjunto da polícia e das Forças Armadas para manter a ordem pública

Impacto na democracia e nas eleições

A indecisão do eleitor equatoriano, variando entre 41% e 9%, segundo pesquisas de quatro empresas registradas no Conselho Nacional Eleitoral (CNE), são um reflexo da complexidade do cenário político, a doze dias das eleições presidenciais e legislativas do dia 20 de agosto de 2023. As pesquisas de diferentes empresas mostram distintos resultados. De acordo com a Click Report um dia antes do assasinato, Luisa González estaria liderando com cerca de 30% dos votos, seguida por Yaku Pérez com 14%, Otto Sonnenholzner com 12%, Jan Tropic com 9% e Villavicencio com 7%. A morte trágica de um candidato também adiciona incerteza ao processo democrático, levantando questões sobre polarização, confiança nas instituições e participação eleitoral.
Enquanto alguns candidatos, como González ligada ao correismo, enfatizam a justiça social e os direitos humanos, outros, como Pérez e Sonnenholzner, se concentram em questões indígenas, ambientais e econômicas. Jan Topic representa uma abordagem conservadora e pró-mercado. Esta conjuntura delicada exige uma reflexão profunda sobre as opções políti-

O que está acontecendo no Equador?

14 de agosto de 2023

Por Ana Claudia Paes

Fernando Villavicencio (El Movimiento Construye), jornalista investigativo e candidato à presidência do Equador, foi assassinado no dia 20 de agosto de 2023, 11 dias antes das eleições presidenciais. Villavicencio – um dos representantes da direita equatoriana – que oscilava entre o quarto e o quinto lugar nas pesquisas eleitorais, foi baleado durante a saída de um comício eleitoral em Quito e não resistiu – além dele, outras nove pessoas foram feridas.

O ATENTADO, QUE OCORREU À TARDE, em um evento público, abre espaço para uma série de questões ainda sem respostas: por que o assassinato foi armado em um evento amplamente noticiado tão próximo às eleições? Por que em plena luz do dia? Além disso, um video, supostamente gravado pelos membros da facção "Los Lobos", foi publicado nas redes sociais e assumindo a responsabilidade sobre o homicídio do jornalista – no conteúdo postado no Twitter (X), a facção não apenas assumia a culpa pelo crime contra a vida de Villavicencio, mas também afirma que os atentados continuarão contra políticos corruptos, que não cumprem suas promessas – uma vez que as relações entre a política e o crime organizado no país se tornam cada vez mais fortes.

No entanto, na quinta-feira, 10 de agosto , outro vídeo foi publicado, por homens que também afirmavam ser membros da "Los Lobos", garantindo que a facção não tinha nenhuma relação com os eventos da última quarta-feira. Ainda que as autoridades não tenham se pronunciado oficialmente sobre a ligação entre o assassinato e a facção, "Los Lobos" é a segunda maior organização criminosa do Equador e, segundo os informes do governo, é uma das grandes responsáveis por fomentar a violência no país. O contexto caótico que envolve o crime contra a vida do candidato à presidência, somada ao os indícios de envolvimento de

uma das maiores gangues do país e a atenção midiática mundial, indica que os envolvidos no atentado procuravam tornar a morte espetacularizada, ainda que não se saibam as razões. Além disso, as condições que proporcionaram que o crime fosse possível precisam ser levadas em conta, para além dos envolvidos diretamente no homicídio, há também uma estrutura de segurança falha e – segundo alguns especialistas -, até mesmo, conivente, que resultou no êxito do atentado.

A morte de Villavicencio chocou o mundo, no entanto, representa apenas uma pequena parcela de uma crise de longa data na história equatoriana. A questão da segurança pública no Equador e o envolvimento das facções criminosas na política se agravaram expressivamente durante a pandemia da Covid-19, e possuem relação com as novas rotas do narcotráfico dos cartéis mexicanos e a conexão, cada vez mais estreita, que possuem com as organizações criminosas da nação. A violência no país atinge níveis cada vez mais altos e os ataques e rebeliões atrelados às gangues locais tornaram-se assustadoramente recorrentes, assim como a retaliação por parte do governo.

Apesar do crime, o presidente Guillermo Lasso (Movimiento CREO) garantiu que as eleições, que acontecerão no dia 20 de agosto, se mantêm. Com o assassinato de Villavicencio, Lasso decretou estado de exceção no país – que permite que as Forças Armadas vão às ruas para auxiliar e apoiar o trabalho da polícia -, além disso, o presidente é autorizado a suspender alguns direitos da população, como o da liberdade de trânsito, reunião e informação. Esse mecanismo constitucional restringe a liberdade de campanha e, ao ser utilizado na reta final das eleições, pode atrapalhar muito os próximos passos dos demais candidatos. Não é a primeira vez que Lasso utiliza este artifício constitucional em 2023. Em julho deste ano, o chefe de Estado decretou estado de exceção nas prisões após uma revolta na Penitenciária de Guayaquil.

A crise de segurança pública e o narcotráfico

A crise de segurança pública equatoriana é multifatorial. O Equador é, atualmente, um dos países mais pobres da América Latina, a insegurança alimentar, social e os baixos níveis de educação são agentes motores conhecidos para o aumento da criminalidade em uma nação. Além disso, a corrupção do Estado, outra crise enfrentada há anos, também fomenta o crime organizado e institucionalizado. No entanto, nos últimos anos, o tráfico de drogas se destacou como a razão mais significativa da crise de segurança pública no território andino. Segundo a ONU – no Relatório Mundial de Drogas de 2022 – o Equador foi o terceiro país com mais apreensões de drogas e se consolidou como um dos pontos-chave na rota internacional do tráfico de substâncias ilícitas. Somando-se a todas as fragilidades que a nação já encontrava na esfera da seguridade social, as facções criminosas ligadas ao narcotráfico se expandiram por toda a nação. Desde 2021, o Equador vem enfrentando uma crise de segurança pública preocupante, em que os níveis de homicídios no país aumentaram excessivamente. Para compreender a situação atual do país é necessário entender a posição que a nação ocupa no

fluxo do tráfico de drogas internacional – principalmente, o tráfico de cocaína.

A rota da coca

Historicamente, o Equador sempre esteve presente nas trajetórias geográficas do narcotráfico latinoamericano, ainda que não fosse um ponto chave dessa geopolítica da coca. O país encontra-se localizado entre a Colômbia e o Peru, os maiores produtores de cocaína do mundo, segundo o relatório do UNODC. No entanto, o território equatoriano não funcionava como ponto de armazenamento de drogas, apenas como ponto estratégico no itinerário da distribuição de cocaína. Nos últimos anos, a produção dessa substância aumentou muito nos países andinos fronteiriços ao Equador, levando os governos dessas nações a procurarem ajuda internacional. A Colômbia, por sua vez, passou anos tentando controlar a situação interna e, com ajuda dos Estados Unidos – que tinha interesses políticos na região - treinou e equipou sua polícia para atuar contra as forças do tráfico colombiano. Porém, assim como os governos estreitaram suas redes relações internacionais no âmbito da "guerra às drogas" para conter o crime organizado, os cartéis responsáveis pela organização do narcotráfico latino também se internacionalizaram.

Em 2016 o governo colombiano firmou um acordo de paz com um dos maiores da América Latina, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farc. Com a desmobilização da Farc, nos últimos cinco anos, os cartéis mexicanos assumiram o espaço que ficou aberto pela antiga facção hegemônica da região. Como as áreas antes controladas pela Farc ficaram sob tutela das autoridades colombianas, novas estratégias se tornaram necessárias para possibilitar a distribuição da cocaína latinoamericana para o mundo – principalmente para os Estados Unidos e Europa. O Equador, por sua localização geográfica, infraestrutura portuária e economia dolarizada (juntamente com mecanismos fracos de controle financeiro), se tornou o local perfeito para as gangues internacionais do narcotráfico, que encontraram no pequeno país o habitat ideal para armazenar, exportar e lavar o dinheiro relacionado ao comércio ilegal.

A partir de então, facções locais fortificaram suas bases em Esmeraldas – cidade fronteiriça com a Colômbia, e Guayaquil – uma cidade portuária, responsável por receber e exportar a maior parte das drogas do país – para organizar o papel do Equador nessas novas rotas internacionais do comércio de substâncias ilícitas. Duas gangues rivais, Los Lobos e Los Cocheneros, se tornaram os grandes destaques no fluxo do narcotráfico na região. Segundo as autoridades do governo, essas organizações criminosas são financiadas por dois dos principais cartéis mexicanos, respectivamente, os cartéis Jalisco Nova Geração e Sinaloa. Com o apoio financeiro e bélico das facções mexicanas – que tinham interesse em continuar exportando quantidades cada vez maiores de cocaína para o resto do mundo – o crime organizado relacionado a coca se expandiu no Equador rapidamente, sem que as autoridades estivessem preparadas para lidar com o crescimento desta atividade ilegal, uma vez que a nação nunca havia sido o ponto focal da rota da coca antes da queda da Farc.

Desde 2018, o país tem se tornado cada vez mais violento, principalmente na região de Guayaquil – o epicentro da criminalidade neste território. Desde a pandemia da COVID-19, com a crise econômica, social e política se agravando, essa onda de violência se espalhou com força por todo Equador. Com os índices de vulnerabilidade social disparando, como consequência da pandemia, muitos jovens foram recrutados pelas facções criminosas, aumentando a atividade e controle dessas organizações e multiplicando as taxas de criminalidade por todo o território. Em 2022, o índice de delitos graves subiu exponencialmente, Guayaquil tornou-se palco de diversos massacres, tanto entre as gangues rivais, Los Lobos e Los Choneros, como entre a polícia e os membros destas associações.

Crise carcerária

Em 2021, o Equador enfrentou o início de uma situação que continua se repetindo até os dias atuais: os massacres dentro das penitenciárias. Com os níveis de violência cada vez mais altos, os índices de ocupação dos presídios equatorianos não param de subir. Em fevereiro de 2021, cerca de 75 presos morreram em uma série de rebeliões simultâneas em três prisões do país – uma delas, localizada em Guayaquil -, causadas pelo confronto de facções criminosas em busca de conquistar o controle nas cadeias. Em setembro e novembro do mesmo ano, respectivamente 119 e 58 presos foram mortos sob tutela do Estado, na penitenciária de Guayaquil e, segundo as autoridades, o confronto também estava relacionado à rivalidade entre as principais organizações criminosas equatorianas.
As tensões entre a população carcerária não cessaram em 2023, em julho deste ano, 31 presos foram esquartejados e queimados na penitenciária de Guayaquil – e outros 14 foram feridos. Novamente as Forças Armadas foram acionadas pelo governo – que declarou novamente estado de exceção – para conter a situação utilizando a mesma fórmula ineficiente: a violência e a repressão, responsabilizando as organizações criminosas sobre a guerra das prisões. Porém, a situação vulnerável dos presos não se resume apenas a rivalidade entre facções, muitas rebeliões entre os presidiários também se iniciam a partir de alegações de fome e maus tratos, além das condições insalubres que enfrentam nas celas superlotadas das penitenciárias. O próprio Estado, com uma má política de gestão da crise e o constante desrespeito aos direitos humanos, torna as prisões uma verdadeira concentração de bombas-relógio – que já explodiram diversas vezes desde 2021.
Os moradores dos arredores das prisões também sofrem. Com os massacres e rebeliões, torna-se insustentável fazer as atividades básicas do dia-a-dia. Muitos comércios são impossibilitados de abrir, escolas não se sentem seguras para receber as crianças, trabalhadores têm medo de sair de casa e a privação de sono é uma constante, afinal, durante os dias em que as rebeliões carcerárias perduram, o barulho dos tiros e a fumaça dos incêndios impossibilitam os moradores das proximidades de dormir. Os conflitos não se contém apenas dentro dos limites dos presídios, os ataques e a violência entre as gangues ganham forma dentro das prisões, porém se estendem por todo país. Explosões de bombas e balas perdidas, antes

concentradas no cotidiano dos moradores de Guayaquil e Esmeraldas, os grandes núcleos de delitos graves, se alastraram por todo Estado. Além disso, a economia do Equador, já profundamente abalada desde 2015, não possui chances de se reconstituir em meio ao cenário de pânico generalizado, em que os cidadãos são constantemente impossibilitados de deixar suas casas para começar suas jornadas de trabalho.

A atuação de Lasso durante a crise

Desde que assumiu o governo, em 2021, Guillermo Lasso enfrenta tanto a instabilidade política e desaprovação de seu governo, como a crise de seguridade social no Equador. A principal estratégia de Lasso é fomentar a repressão policial e se apoiar no uso das Forças Armadas para auxiliar a atuação da polícia quando necessário. No final de seu primeiro ano de governo, em novembro de 2021, Lasso declarou estado de emergência para combater as revoltas carcerárias e as altas taxas de criminalidade. No entanto, o presidente utilizou o estado de emergência como muletas, uma vez que este mecanismo político permite níveis mais altos de repressão. Com o descontentamento da sociedade equatoriana em relação à Lasso cada vez maior, protestos e manifestações se popularizaram pelo país, tornam-se alvos de repressão perante os olhos do presidente, que utilizou o medo generalizado e estratégias constitucionais de emergência, para benefício próprio.

Em 2022, a situação continuou piorando. Apenas após um ano após o início de seu mandato, o Equador alcançou a maior taxa de homicídios da história e Lasso declarou estado de exceção três vezes, em tentativas falhas para tentar controlar as atividades criminosas no Estado. O ano de 2023, no entanto, supera 2022, e o país fechará as taxas de assassinatos no ano com cerca de 40 mortes por 100 mil habitantes. Mesmo com a ineficiência comprovada do governo Lasso em combater a criminalidade com repressão policial – uma vez que em que os crimes só se multiplicaram – a estratégia do governo se manteve durante o ano de 2023.

Ao invés de focar em políticas públicas para amenizar a situação catastrófica em que o país se encontra, Guillermo Lasso preocupou-se mais em equilibrar-se para se manter no poder – em meio a múltiplos escândalos de corrupção e a tentativa de impeachment -, do que de fato atentar-se à construção de políticas públicas efetivas para atenuar o caos instaurado por toda região. Sob o velho discurso de "guerra às drogas", Lasso não apenas deixou de buscar políticas públicas efetivas e medidas de contenção de danos para o cenário da segurança, como continuou fomentando o medo da população e terceirizou a questão da segurança para a sociedade civil ao anunciar, em abril deste ano, um decreto presidencial que permitia o porte de armas à todos os civis que cumpram com alguns requisitos (ter mais de 25 anos e um certificado de avaliação psicológica e toxicológica emitido pelo Ministério da Saúde).

A medida tem sido amplamente criticada, afinal, os índices de violência são exacerbados e não há nenhuma comprovação de que o porte de armas seja capaz de diminuir as taxas de criminalidade – muitos estudos comprovam exatamente o contrário. As medidas que Lasso tomou frente ao contexto caótico da seguridade social apenas comprovam as razões do des-

contentamento populacional com seu governo e demonstram que Guillermo Lasso não apenas falhou em conter a crise, mas também foi um dos grandes responsáveis por perpetuá-la.

As eleições e a segurança pública

A menos de 10 dias para o primeiro turno das eleições presidenciais no Equador, o assassinato de Villavicencio torna-se apenas mais um símbolo da fragilidade e profundidade da crise que o Estado equatoriano vive – tanto em sua segurança, como também em sua democracia. O clima de tensão e instabilidade se tornaram ainda mais fortes na nação andina e não há garantias de segurança para o dia das eleições, que ocorrerão no dia 20 de agosto, há apenas a alegação da presidente do Conselho Nacional Eleitoral de que haverá segurança redobrada das zonas eleitorais, por intermédio da polícia e das Forças Armadas. A situação humanitária precária é uma emergência imediata, os posicionamentos dos candidatos em relação à seguridade social serão decisivos após o episódio de quarta-feira. O próximo presidente terá que lidar com uma complexa teia de crises históricas, agravadas pela má gestão de Lasso, que deixa como herança um país ainda mais dividido e vulnerável do que no começo de sua gestão.

Ainda é cedo para avaliar como os acontecimentos da semana passada podem impactar as urnas, porém a morte de Villavicencio pode atrair votos para propostas alinhadas com seu espectro e ideais políticos – que consistiam na militarização de portos, presídios de alta segurança e fortalecimento das forças militares do país -, o que pode abalar as chances de Luiza González – a representante da esquerda nas eleições e candidata com maior intenção de votos – de ganhar a disputa presidencial e colocar o Equador como mais um dos países em que a esquerda está em ascensão na América Latina.

Primeiro turno: centroesquerda chega na frente em eleições violentas

22 de agosto de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci, Felipe Firmino Rocha, Gabriel de Mello Rodrigues, Giovanna Furquim Moreschi e Juliana Valente Marques

As eleições presidenciais no Equador se definiram no primeiro turno no dia 20 de agosto de 2023 com o embate entre esquerda e a direita. De um lado está a advogada Luisa González, da Revolução Cidadã do ex-presidente Rafael Correa, e de outro perfila-se Daniel Noboa, filho de Álvaro Noboa, o rei da banana, homem mais rico do país e que por cinco vezes tentou chegar à presidência. Os percentuais de votação mostram González com 33% e Noboa com 24%.

NOBOA FOI PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 2021 até junho último e é tido como um "outsider" da política. Seu desponte para o 2º turno representa uma surpresa, já que as pesquisas o colocavam nas últimas posições com menos de 3% das intenções de voto.

Essa virada política vem após uma escalada de violência que abalou o país nos dias que antecederam a votação. Nesse cenário eleitoral, é importante lembrar o trágico assassinato de Fernando Villavicencio, candidato à presidência, ocorrido no dia 9 de agosto. Sua morte lançou uma sombra sobre as eleições e aumentou as tensões políticas. O jornalista Christian Zurita, que substituiu Villavicencio na lista de candidatos, alcançou 16,3% dos votos. Logo em seguida está o direitista Jan Topic com 14,6%, enquanto Otto Sonnenholzner, do centro, obteve 6,9%, e o líder indígena Yaku Pérez ficou com 3,7%.

A violência política tem sido uma característica preocupante dessa eleição. Além do assassinato de Villavicencio, outros incidentes ocorreram, incluindo tiros contra o carro da candidata Estefany Puente e o assassinato de Pedro Briones, outra liderança política. Esses eventos trágicos destacaram a crescente insegurança e tensão no país.
Luisa González, diante desses acontecimentos, lamentou a onda de violência e apontou para o cenário preocupante em que o Equador se encontra. Ela criticou o atual presidente Guillermo Lasso, acusando-o de conduzir um governo inepto, deixando o país vulnerável à violência e ao domínio das máfias. A taxa de homicídios no Equador tem aumentado significativamente, atingindo um pico de 40 mortes por 100 mil habitantes em 2023, o que levou González a descrever o momento como a "época mais sangrenta" da história equatoriana.

A Assembleia Nacional

A votação ocorrida no domingo também incluiu a escolha dos 137 membros da Assembleia Nacional. O movimento Revolução Cidadã se manteve com cerca de um terço das cadeiras, liderando os votos. Em seguida a aliança Construye (que inclui o partido de Fernando Villavicencio) obteve cerca de 20%. O Partido Social Cristiano aparece com cerca de 10%, na média da eleição passada.
Dentre as principais mudanças de 2021 para 2023 estão a ausência da Izquierda Democrática, que possuía 18 cadeiras em 2021, e a diminuição da representação do Pachakutik, de 27 cadeiras em 2021 para 4 em 2023. Por sua vez, o Movimiento Criando Oportunidades, de Guillermo Lasso, possuía 12 cadeiras em 2021, mas decidiu não encaminhar candidatos para esta eleição. Por fim, o Movimento Ação Democrática Nacional, partido de Daniel Noboa e novo na disputa, conseguiu cerca de 9%.
Vale ressaltar que as eleições foram antecipadas devido à ativação da cláusula constitucional de "morte cruzada" pelo atual presidente Guillermo Lasso. Essa cláusula permitiu a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições antecipadas.
Sobre a escolha presidencial, e diante desse cenário, o candidato eleito neste pleito cumprirá o restante do mandato de Lasso, até maio de 2025, podendo buscar a reeleição, o que acrescenta complexidade e significado ao resultado dessa disputa. O segundo turno entre Luisa González e Daniel Noboa que será realizado no dia 15 de outubro de 2023 traz consigo a esperança e as preocupações de um país que busca um caminho democrático em meio a desafios e incertezas.

Direita conquista presidência do Equador no 2º turno

19 de outubro de 2023

Por Ana Claudia Paes, Bruno Fabricio Alcebino da Silva,
Caio Vitor Spaulonci, Juliana Valente Marques

No dia 15 de outubro de 2023, os equatorianos foram às urnas para escolherem no segundo turno o próximo presidente do país, cujo mandato valerá apenas até maio de 2025, completando a vigência eleitoral das eleições de 2021, interrompida pelo acionamento da cláusula da "morte cruzada" pelo ex-presidente Guillermo Lasso.

COM 100% DAS URNAS APURADAS, o candidato da direita, o empresário-herdeiro Daniel Noboa, obteve mais de 52% dos votos válidos, o que representa mais de 5 milhões de votos, enquanto sua concorrente, a candidata do correísmo, Luisa González, obteve cerca de 48% do apoio eleitoral. Ainda que o correísmo - movimento ligado ao ex-presidente Rafael Correa - possua grande força no país, o anticorreísmo cresceu nos últimos anos, o que também contribuiu para a vitória de Daniel Noboa por meio da transferência de votos de candidatos da direita e centro-direita.
A campanha para o segundo turno foi marcada por promessas para combater a criminalidade e violência, uma vez que a segurança pública é o principal debate no país uma vez que, nos últimos anos, sofre constantemente com o aumento de rebeliões e assassinatos nos presídios e nas ruas. O assasinato do candidato Fernando Villavicencio em plena campanha eleitoral foi um dos fatores decisivos para a ascensão da direita nas eleições. Enquanto a candidata González prometeu a construção de novas prisões - para resolver a questão da superlotação de presídios e as condições insalubres que muitos presos são submetidos -, Noboa propôs que os criminosos mais perigosos deveriam ser presos em barcos-prisões, e que iria usar a

tecnologia no combate ao crime. Ambos candidatos propuseram o aumento da segurança nas fronteiras e o combate ao tráfico de drogas, que possui ligação direta com o aumento da criminalidade no país, no entanto, as propostas e discursos mais radicais de Noboa o destacaram no fim da corrida eleitoral.

Violência crescente

Um dos problemas mais urgentes que o Equador enfrenta é o aumento significativo da violência nos últimos seis anos. Os números são claros e inegáveis: a violência tornou-se uma realidade perturbadora com a taxa de homicídios a um recorde de 26 por 100.000 habitantes em 2022, quase o dobro do ano anterior. Os crimes, incluindo homicídios e assaltos, dispararam, criando um ambiente de medo e insegurança para a população. É um desafio que afeta todos os estratos da sociedade e que se manifesta de maneira especialmente crítica em algumas áreas urbanas. A escalada da violência, sem dúvida, tem um impacto direto na vida cotidiana dos equatorianos, que agora vivem com o constante temor da criminalidade.

À vista disso, Noboa parece querer replicar no país a conduta de Nayib Bukele, presidente de El Salvador. Bukele é conhecido por adotar uma abordagem rígida em relação à segurança, fortalecendo as forças de segurança e priorizando o encarceramento como parte fundamental de seu governo. Sob sua liderança, El Salvador inaugurou o maior presídio das Américas em uma medida que desafia as normas internacionais de tratamento de detentos. Essa política agressiva de segurança se reflete em altas taxas de encarceramento e no questionamento dos direitos humanos.

Além dos desafios relacionados à violência e à política de segurança, o Equador enfrentou uma tragédia adicional: a pandemia de COVID-19. Com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, o país registrou mais de 67 mil mortes devido à doença, uma porcentagem significativa de sua população. Durante os momentos mais críticos da pandemia, cenas desoladoras de cadáveres amontoados nas ruas de Guaiaquil chamaram a atenção do mundo para a gravidade da situação.

A pandemia colocou uma pressão avassaladora sobre o sistema de saúde do Equador, revelando vulnerabilidades e desafios no enfrentamento de crises de saúde pública. Além disso, destacou a necessidade de políticas de saúde e preparação para emergências mais robustas.

Além da crise de segurança pública, o país enfrenta uma grave crise econômica, que resultou em cerca de 200 mil equatorianos a deixarem o país em busca de condições melhores, somente entre 2021 e 2022. Mesmo com a eleição de um novo governo e Assembleia, em um mandato de apenas 17 meses, não haverá espaço para implementação de uma reforma fiscal, como dita necessária, e tampouco o país poderá utilizar recursos do FMI, que emprestou ao governo Lasso 6,5 bilhões de dólares entre 2020 e 2022. Estima-se para o final do ano um déficit fiscal de 5 bilhões de dólares e um crescimento de apenas 0,8%, levando a considerações de especialistas sobre o aumento do imposto IVA e a retirada de subsídios, como o subsídio sobre os combustíveis, o que agravaria a situação da população.

Sobre o futuro do país, Luisa González, após o anúncio da vitória de Daniel Noboa, reconheceu o resultado e ressaltou a necessidade de reconstruir o país: "Cuente con nuestro apoyo para construir esa patria digna. Ecuador necesita unidad...Basta de odios, de polarización. El Ecuador necesita sanar. Cuentan con nosotros para un acuerdo común, de patria". No âmbito da Assembleia Nacional, o movimento correísta Revolução Cidadã possui parte significativa das cadeiras. Além disso, vale destacar os bons resultados da campanha correísta - liderada por uma mulher representante da esquerda - que, apesar de representar uma mudança drástica no viés político do país - da direita de Lasso para a tentativa de continuidade das políticas de esquerda do correísmo - perdeu com pouca diferença nas urnas.

Quem é Daniel Noboa

Filho de Álvaro Noboa, político equatoriano que disputou e perdeu disputas presidenciais no país por seis vezes, o mais novo presidente do Equador é herdeiro de um conglomerado de empresas, com a principal e mais conhecida delas sendo a Exportadora Bananera Noboa, exportadora de bananas. As empresas da família Noboa não estão protegidas de acusações de más condições de trabalho e nem de corrupção, entretanto, o avanço de Noboa na corrida eleitoral se deu com o apoio da imprensa tradicional e do empresariado equatoriano, impulsionados pelo sentimento do anti-correísmo.

Sendo um candidato jovem, Nobua utilizou muito as redes sociais durante a sua campanha, publicando vídeos sobre sua rotina para se aproximar do eleitorado, apesar das polêmicas acerca de sua nacionalidade. O candidato nasceu em Miami, nos Estados Unidos, mas se apresentou como natural do Equador nos primeiros momentos da corrida eleitoral. Apesar dos escândalos, tanto da sua nacionalidade como das empresas de sua família, a intenção de votos no herdeiro equatoriano subiu de 4% para os 52% dos votos válidos que garantiram a sua vitória.

A vida política de Noboa, diferente de seu pai, começou apenas em 2021, quando foi eleito deputado e se tornou presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Parlamento. Para conquistar o eleitorado jovem, além das redes sociais, Daniel Noboa também focou as suas propostas nas coisas nos quais os jovens equatorianos precisam: fortalecimento do setor privado para a geração de emprego e a luta contra a criminalidade. Entretanto, com menos de dois anos de governo e minoria das cadeiras no parlamento, a governabilidade de Noboa fica em cheque.

O contexto da campanha

As duas candidaturas que estavam em disputa, lideradas por Luisa González e Daniel Noboa, representam projetos político-econômicos distintos para a sociedade equatoriana.

Segundo o professor Manuel Macias Balda, diretor do programa de Ciências Políticas da Universidade de Guaiaquil, Daniel Noboa representa a elite econômica da agroindústria equatoriana, que visa usar o Estado para atender a seus interesses próprios. No entanto, o

grande enfoque de sua campanha recaiu sobre a dívida que o conglomerado empresarial de seu pai, Alvaro Noboa, tem com o Estado em impostos, tornando esta uma questão crítica que poderia ser priorizada caso ele assuma a presidência.
A concessão de perdões de dívidas a grandes devedores no passado, como o ocorrido no governo de Guillermo Lasso e do ex-presidente Lenín Moreno, ilustra a possibilidade de acordos que beneficiam interesses privados em detrimento do Estado e levanta preocupações sobre a possível continuidade deste tipo de abordagem de desmonte do aparato estatal.
Luisa González, segundo análise do professor Balda, foi escolhida como candidata pela sua lealdade ao grupo correísta, com a perspectiva de abrir caminho para que Rafael Correa retorne ao país e seja candidato nas próximas eleições, um cenário semelhante ao de Lula no Brasil. A expectativa de um retorno de Correa ao cenário político equatoriano poderia potencialmente gerar instabilidade política em 2024.
A socióloga equatoriana Erika Silva sublinha a diferença fundamental entre os dois candidatos. Daniel Noboa, associado à oligarquia tradicional, representa a classe dominante mais atrasada do país, com dívidas tributárias e obrigações patronais pendentes. Ele também expressou o desejo de realizar uma consulta popular que, segundo Silva, poderia envolver reformas que revogariam direitos dos trabalhadores. Um movimento semelhante ao ocorrido no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro.
Por outro lado, Luisa González está ligada a um projeto político claro, a Revolução Cidadã, que já governou o país por uma década. Sua declaração de que Correa seria seu principal assessor reflete a continuidade dessa trajetória política, caso tivesse sido eleita.
Os debates entre os candidatos tiveram um impacto variado nas percepções e preferências do eleitorado. A opinião pública sobre quem se saiu melhor nos debates difere, mas em geral, o professor Manuel Balda acredita que os debates não tiveram um grande impacto na mobilização de votos, uma vez que quem assistiu provavelmente já tinha uma ideia clara de seu candidato preferido.
As pesquisas que antecederam o pleito apontavam que a vantagem de Daniel Noboa havia diminuído desde o primeiro turno, levantando a possibilidade de um resultado mais equilibrado no segundo turno. As pesquisas do primeiro turno indicavam que Luisa González enfrentaria Jan Topic, mas o cenário mudou, destacando a imprevisibilidade da cena política equatoriana.

O futuro do país

O Equador enfrentou um período eleitoral atípico e desafiador que culminou com a vitória de Daniel Noboa no segundo turno. Noboa deve assumir o cargo presidencial em dezembro de 2023, substituindo Guillermo Lasso, que antecipou as eleições após uma disputa com o Legislativo que ameaçava sua permanência no cargo devido a acusações de corrupção.
A transição de poder no Equador é um momento crítico que se inicia com o novo presidente assumindo a responsabilidade de liderar o país até maio de 2025. Neste período, o governo

de Noboa enfrentará uma série de desafios complexos que demandarão uma liderança firme e uma abordagem estratégica. Uma das principais questões será a resolução das tensões políticas que persistem no país, resultantes do antecipado processo eleitoral e da polarização entre os projetos político-econômicos representados pelos candidatos que disputaram o pleito. É crucial que o novo presidente promova a reconciliação e a estabilidade política, buscando construir consensos e garantindo que o país possa avançar em direção a um futuro mais seguro e próspero. Além disso, a capacidade de lidar com as questões relacionadas à corrupção e ao fortalecimento das instituições democráticas será fundamental para restaurar a confiança dos cidadãos na política equatoriana.

O período eleitoral no Equador também foi marcado por um aumento alarmante da violência, uma realidade antes inimaginável em um país que sempre foi reconhecido por sua paz. A escalada da violência foi patrocinada principalmente pelo crime organizado, com o narcotráfico desempenhando um papel significativo nesse cenário. Tragicamente, políticos foram assassinados durante a campanha, incluindo o candidato à presidência Fernando Villavicencio, um acontecimento que chocou a nação. O novo governo já afirmou se comprometer com as pautas de segurança pública e, a população espera que exista uma melhoria no Estado equatoriano, apesar da comprovação histórica de que a criminalidade não diminui com propostas extremas, uma vez que a violência aumenta exponencialmente no Equador, apesar do aumento no índice de prisões e penalidades.

A cientista política equatoriana Maria Villareal destacou que, apesar desse contexto sombrio, a realização das eleições de forma pacífica e a alta participação do eleitorado (81%) representaram uma vitória da democracia. Os candidatos reconheceram o resultado, demonstrando um compromisso com a estabilidade democrática do país. Isso é um sinal positivo de que a democracia no Equador tem raízes profundas e pode resistir a desafios significativos.

Além das questões políticas, o novo governo também terá de lidar com as complexas demandas sociais e econômicas que afetam a população equatoriana. A pandemia da Covid-19 acentuou as desigualdades e os desafios econômicos, tornando ainda mais urgente a necessidade de políticas que visem à recuperação e ao desenvolvimento sustentável.

Um dos marcos significativos da recente votação foi a decisão do referendo de suspender a exploração de petróleo em uma área de floresta amazônica na fronteira com o Peru, um conflito histórico. Essa escolha representa o compromisso do povo equatoriano com a preservação ambiental e a proteção das terras indígenas. O novo governo deve se comprometer com uma abordagem responsável em relação ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que busca desenvolver a economia do país de forma sustentável.

À medida que o Equador entra em um novo capítulo de sua história política, é fundamental que o novo governo priorize a unidade, a estabilidade democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, com a determinação de construir um futuro melhor para seu povo.

Peru: repressão e instabilidade no governo Boluarte

18 de abril de 2023

Por Gabriel N. Silva, Ivan Cersosimo Valverde, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

A destituição e prisão do presidente Pedro Castillo, seguida de violência contra setores populares, torna confusa a situação local. Lideranças progressistas condenam a ruptura no país. Lula e Gabriel Boric emitem posições ambíguas.

DINA ERCILIA BOLUARTE ZEGARRA, eleita primeira vice-presidenta no 2º turno das eleições de 2021 que elegeu o professor Pedro Castillo Terrones, assumiu o cargo de Presidenta da República após o golpe de Estado de 7 de dezembro de 2022.
Com a destituição de Castillo, vastos setores da sociedade peruana esperavam dela a convocação de novas eleições imediatamente após a posse. Ao contrário, Boluarte pediu "tempo para resgatar o país da corrupção e do desgoverno e uma trégua para instalar um governo de unidade".
Apesar de clamar pela unidade nacional através do diálogo, o governo de Boluarte esteve marcado por violência e repressão contra parcelas da população que, desde a prisão de Castillo, colocam-se na oposição. As demandas principais são pela antecipação das eleições presidenciais, a libertação do ex-presidente, a dissolução do Congresso e a instauração de uma Assembleia Constituinte.

Na mira da justiça

Na última semana de março de 2023, a justiça peruana anunciou a ampliação da investigação contra ela por suposta lavagem de dinheiro e por financiamento ilegal na campanha presidencial de 2021. As investigações contra Pedro Castillo e Dina Boluarte vêm desde 2021, no

início do mandato.
Em pesquisas realizadas entre 22 de dezembro de 2022 e 23 de fevereiro de 2023, a desaprovação do governo Boluarte só cresceu, chegando a 74% de reprovação. Essa taxa somada às revoltas iniciadas em dezembro agregaram diversos componentes ao ambiente já conturbado do país. Em linhas gerais, a população tem sido reprimida de forma agressiva.

Números do autoritarismo

De acordo com dados atualizados até abril de 2023, os protestos contra Dina Boluarte e o Congresso deixaram 67 peruanos mortos. Desse total, 49 foram assassinados durante as repressões militares e policiais. Havia sete menores de idade entre eles. Seis soldados morreram em decorrência de uma ordem militar, considerada imprudente, para cruzar o Rio Ilave, e 11 civis morreram de complicações de saúde durante bloqueios de estradas e outros motivos relacionados às movimentações.
No dia 4 de abril de 2023, foi votado no Congresso uma "moção de vacância" (equivalente a uma moção de impedimento) contra a presidenta, apresentada pelos partidos de esquerda, com a acusação de "incapacidade moral" pelo seu papel na repressão popular.
A maioria dos assentos do Legislativo é preenchida por partidos de direita e extrema-direita. Apesar de apresentarem diferenças com o governo Boluarte, também não querem a volta do progressismo ao poder. Na votação da moção, a bancada de centro se aliou à direita contra a medida. Para a sua aprovação, eram necessários 52 votos e a esquerda tem somente 35 de um total de 130 congressistas.
Dessa forma, a moção foi rejeitada, com 37 votos a favor, 64 contrários e 10 abstenções. A antecipação das eleições presidenciais já foi apresentada quatro vezes ao congresso, duas pela própria Boluarte.
Já a luta pela construção de uma nova Constituição política, constante no programa de governo de Castillo, segue ignorada no âmbito institucional. Ressalta-se que a atual Carta peruana foi promulgada pelo ditador Alberto Fujimori em 1993, sendo instituído o financiamento empresarial de partidos políticos e seus candidatos. Isso tem como consequência a manutenção quase que permanente das forças mais conservadoras no congresso, aliadas ao empresariado peruano.

O golpe parlamentar

O segundo turno das eleições presidenciais aconteceu em 6 de junho de 2021, em meio à Pandemia de Covid-19, com fragilidades institucionais e um cenário de crises consecutivas. A disputa se deu entre Keiko Fujimori - representando a extrema-direita fujimorista, herdeira do ex-ditador Alberto Fujimori - e a chamada "esquerda popular", personalizada por Pedro Castillo. Na volta anterior, havia 19 candidatos!
Castillo, professor de escolas rurais, superou diversas figuras tradicionais do meio político, após crises de corrupção, incluindo uma Lava-jato - operação com mesmo nome da brasilei-

ra e mesmo intuito – que trouxe à tona escândalos da Odebrecht (empresa brasileira). Keiko Fujimori englobava aspectos mais tradicionais e era inerentemente ligada à figura de seu pai, o que levou a um Peru com sentimento "anti político". Seu sobrenome embute uma rejeição ainda não de todo superada.

Castillo teve seu mandato contestado desde o início, enfrentou dificuldades para governar um país com instituições fragilizadas. Constitucionalmente vigora um semiparlamentarismo, no qual o Congresso tem amplas facilidades para destituir o chefe do Executivo. Esses dispositivos já afetaram os governos de Kuczynski (2016-18), Martin Vizcarra (2018-2020) e Manuel Merino (2020 - 2020). Para abrir um processo de vacância, são necessários 26 dos 130 votos; para aceitação da medida seriam 52 e para aprovação da destituição, são preciso 87 votos a favor.

Ainda pela letra da Carta, o chefe de Estado pode dissolver o Congresso. Está no artigo. Em setembro de 2019, o então presidente Vizcarra dissolveu o parlamento. Por contar com uma boa relação de força política e social e um forte repúdio popular ao Congresso, a medida se concretizou. No entanto, a conjuntura não era a mesma para Castillo, que em uma tentativa desesperada e sem articulação política - apesar da rejeição de 86% ao Legislativo, segundo pesquisa do Instituto de Estudios Peruanos (IEP) – se isolou completamente e caiu.

Assim, a direita peruana, que desde a sua posse tentava derrubá-lo, teve êxito via parlamento, com 101 votos a favor da moção. Em menos de 30 minutos de sessão, a vice-presidente assumiu o poder. Castillo segue preso até hoje, sob acusações de rebelião e conspiração.

O partido Peru Libre, pelo qual o ex-presidente se elegeu, foi contra a tentativa de dissolução do Congresso, mas também contra o golpe de Estado. Castillo afastou-se da agremiação em 2022.

Esse processo político suscita duas visões: uma que o ex-presidente tentou um auto-golpe ao anunciar o fechamento do Congresso; e outra que aponta o ex-presidente como vítima de um golpe de Estado. Vale sublinhar que em nenhum momento o professor tomou medidas ilegais para tentar continuar no poder.

Posição dos líderes vizinhos

Após a destituição, diversas lideranças latino-americanas condenaram o golpe, como o presidente cubano, Miguel Diaz-Canel, o venezuelano Nicolás Maduro, o colombiano Gustavo Petro, o mexicano Lopez Obrador, o argentino Alberto Fernandéz, o boliviano Luis Arce e a hondurenha Xiomara Castro. Ainda, Fernandéz, Arce, Petro e Lopez Obrador emitiram um comunicado conjunto no dia 12 de dezembro clamando pela restituição de Castillo à presidência.

Na XIII Cúpula ALBA-TCP, sediada em Havana no dia 15 de dezembro de 2022, as lideranças presentes (Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas; Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Granada e Cuba) novamente condenaram o golpe.

No Brasil, Lula, que ainda não havia assumido a presidência, manteve um posicionamento ambíguo: "É sempre de se lamentar que um presidente eleito democraticamente tenha esse destino, mas entendo que tudo foi encaminhado no marco constitucional". Foi um sério tropeço de sua equipe de política externa. Gabriel Boric, presidente do Chile, também reconheceu a nova presidente do país andino.

Quanto à repressão do governo Boluarte contra a sua própria população, os principais líderes vizinhos, Brasil, Chile e Argentina, não se pronunciaram em nenhum momento sobre essa situação, ao contrário de Arce, López Obrador e Maduro. No final de fevereiro, após o presidente mexicano questionar a legitimidade do governo e do Congresso peruano, afirmando que governam "com baionetas e com repressão", o seu embaixador no país foi expulso. E no Brasil, o presidente Lula tem sofrido pressão de partidos de esquerda, como PSOL, para que proíba a venda de artefatos letais e não letais para o governo peruano, que pode ser usado para reprimir manifestações.

Argentina: eleições gerais e tensão política-social

08 de agosto de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Gabriel N. Silva, Luiza Rodrigues, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

A corrida para as eleições presidenciais argentinas começa para valer em 13 de agosto, com as definições dos nomes que concorrerão ao primeiro turno em 22 de outubro. O país vive meses de tensão política-social e incertezas quanto ao futuro político, em quadro econômico agravado pelas crises da dívida pública, da inflação alta e da desvalorização da sua moeda.

NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2023, ocorrerão as eleições das Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias– PASO – na Argentina. Essas primárias definem os candidatos a presidente, deputados e senadores que disputarão o processo eleitoral geral realizado dois meses e meio depois, no dia 22 de outubro. As PASO servem para definir pelo voto popular quem será o candidato quando uma mesma frente ou mesmo partido tem mais de um postulante. Para deputados e/ou senadores, em geral, é utilizado o sistema de representação proporcional, em que serão renovadas 130 cadeiras da Câmara dos Deputados e 24 do Senado.

A eleição do Senado em 2021 foi a primeira vez que o peronismo não teve um quórum próprio na Câmara Alta, de acordo com o jornal Página 12. Isso significa que antes o lado peronista conseguia por si contemplar o número mínimo de membros presentes no Senado para que sejam tomadas decisões e acordos, assim a disputa tem se intensificado no lado governista.

Além das presidenciais e parlamentares, o país passará também neste ano pelas eleições de governadores de 21 das 23 províncias e da Ciudad Autónoma de Buenos Aires. O mapa elei-

toral demonstra até agora vitória peronista nas províncias de Formosa, Tucuman, La Rioja, La Pampa e Tierra del Fuego, enquanto perde nas províncias de San Juan, San Luis e Jujuy. Apesar disso, os dados não são suficientes para analisar uma previsão de vitória, visto que quase 40% da população argentina vive na província de Buenos Aires e que o cenário do resultado das eleições se encontra nessa concentração populacional do país.

Para a presidência, os candidatos se organizam em coalizões (alianças de partidos políticos). Foram formalizadas 15 coalizões com 22 pré-candidatos/as distribuídos/as entre elas.

As principais coalizões políticas – com maior chance de recebimento de votos – são a Unión por la Patria, peronista e que apresentaram dois pré-candidatos: Sergio Massa, atual ministro da Economia, e Juan Grabois, dirigente social do movimento de trabalhadores informais. A coalizão Juntos por el Cambio, oposição de centro-direita, que também apresentou dois pré-candidatos: Horacio Rodríguez Larreta, prefeito de Buenos Aires e já teceu críticas ao governo Macri (apesar de estar na mesma coalizão), e Patricia Bullrich, ex-ministra de Segurança do governo Macri e filha da elite agrária argentina. Há também um partido de extrema-direita com chances eleitorais, La Libertad Avanza, com somente um pré-candidato, Javier Milei, economista liberal que se diz "antissistema".

A pesquisa realizada pelo Instituto Atlas Intel, divulgada em 24 de julho de 2023, indica o governista, Sergio Massa, aparecendo como provável vencedor das PASO com 26% das intenções de voto. Em segundo, nas intenções de voto, aparece a oposicionista Patricia Bullrich, com 22,2%. E em terceiro Javier Milei com 21,3%. A pesquisa mostra, também, empate entre a soma dos candidatos das coalizões Unión por la Patria e Juntos por el Cambio, ambas com 33,8% das intenções de votos cada (Sergio Massa – 26% e Juan Grabois 7,8%; Patricia Bullrich – 22,2% e Horacio Rodríguez Larreta – 11,6%).

Esse cenário se desenrolou com as desistências do presidente Alberto Fernandez, de sua vice, Christina Kirchner e do ex-presidente Mauricio Macri da corrida presidencial.

Instabilidade econômica

A Argentina se encontra em um cenário de instabilidades econômicas e políticas. A chegada das eleições demonstra um forte discurso sobre a situação econômica que já perdura no país há anos.

A relação entre a Argentina e o FMI surge em 1957, após o golpe militar de 1955 contra o segundo mandato de Juan Domingo Perón. Segundo o Voces en el Fénix, o objetivo do acordo era "voltar à maior liberdade econômica". Foi o primeiro pedido de financiamento, que alcança a ditadura militar (1976-1983), e se estende até o último, firmado pelo governo de Maurício Macri, em 2018, somando um empréstimo de US$ 57 bilhões. A moratória de parte da dívida externa argentina, decretada no governo de Néstor Kirchner, em 2005, aliviou as finanças nacionais à época, mas bloqueou o acesso do país às agências internacionais de crédito. Com a maior parte de sua dívida nominada em dólares, a Argentina necessita sempre de um fluxo de moeda forte para fazer frente a compromissos externos. O vultoso acordo

com o FMI deu fôlego à economia às custas de impor pesadas contrapartidas que limitam o crescimento e o orçamento público.
Além desse, há outros dois principais momentos do agravamento da dívida do país: a fatídica semana de 2001, em que 5 presidentes chegam a assumir o cargo em 11 dias, e a situação do país após o acordo com o FMI no governo Macri. O primeiro momento, conhecido também como default, ocorre como consequência das políticas neoliberais do governo Menem (1989-1999) enquanto o outro também é resultado do viés neoliberal do governo Macri em fechar um acordo com o FMI, em 2018. Ambas as situações são detalhadas no artigo Argentina e FMI, publicado pelo OPEB em junho de 2023.
A situação atual do país é de uma inflação de 115,6% ao ano, uma variação de 6% ao mês e uma variação acumulada de 50,7%, segundos os dados do INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo) de junho de 2023 sobre o índice de preços ao consumidor. A constante desvalorização da moeda leva a mecanismos contraditórios na tentativa de ter respostas imediatas à crise econômica.
A dolarização informal se vê como uma realidade no país devido à instabilidade e surgem políticos neoliberais com propostas de formalizar esse mecanismo sob o pretexto de conter a inflação. No entanto, isso resulta na perda de autonomia sobre a moeda nacional visto que, na prática, acaba sendo responsável por desvalorizar a moeda nacional em função da moeda estrangeira e dificulta que o governo implemente políticas para estabilizar a questão econômica.

Entrada da China como emprestador de última instância

Os frequentes problemas com a dolarização informal da economia, inflação, dívida alta com o FMI e instabilidades daí recorrentes fazem com que o Estado tenha dificuldades para quitar suas dívidas e reequilibrar contas públicas. A dolarização traz consequências negativas, fazendo com que o país se torne incapaz de contornar ou resolver problemas financeiros.
Na atual crise econômica argentina, podemos observar um novo capítulo: o ministro da Economia, Sérgio Massa, possível candidato peronista à presidência, anunciou um novo acordo para o pagamento da dívida com o Fundo. Com a medida, a Argentina poderá acessar mais US$ 7,5 bilhões da instituição. Contudo, esse valor só estará disponível na terceira semana de agosto e, assim, não será possível utilizá-lo para quitar débitos com o próprio FMI.
A decisão tomada por Massa foi recorrer a um empréstimo transitório emergencial com organizações multilaterais como a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Outra fonte de empréstimo, confirmada com o Ministério da Economia, foi um swap de moedas com a China, a partir de créditos comerciais já concedidos. A Argentina renovou um acordo de swap com a China de 130 bilhões de yuans (cerca de US$1,8 bilhão) com prazo estabelecido de três anos. Assim, nesse período o Estado terá uma livre disponibilidade para usar esse recurso até o equivalente a 10 bilhões de dólares.

Os valores estipulados na renovação do acordo serão usados para pagamento de importações procedentes da China. Nesse momento, essas reservas também poderão ser utilizadas para pagar a dívida com o FMI. Tecnicamente, as autoridades argentinas definiram o acordo como swap (troca) de moedas devido à possibilidade dos chineses também terem acesso ao peso argentino. Porém, alguns analistas discordam dizendo que não se trata de um swap e sim de um crédito e, na prática, esses créditos permitirão que o banco central da Argentina preserve suas reservas em dólares. Assim, o preço da moeda americana teria estabilidade no país, garantindo o pagamento das importações da China.

Argentina e o quadro internacional

O governo argentino tem se deparado com diversos obstáculos no cenário internacional, que vão desde dificuldades em manter o nível de suas reservas cambiais em divisas estrangeiras até a confiança que inspira para os investidores de maneira geral, em um período relativamente recente.

As oscilações cambiais somadas ao ambiente de volatilidade das cotações, seguidos pelo prolongamento deste quadro não têm sido favoráveis para a atração de novos fluxos de capitais. O quadro geral de dificuldades econômicas foi agravado pelos efeitos da pandemia.

O caso argentino não foge a esta regra, mas a desvalorização vertiginosa de sua moeda resultou em uma fuga intensa de dólares de suas reservas que, consequentemente, impuseram uma barreira para o país se recuperar em um cenário global de hegemonia do dólar. Em paralelo a tal cenário, temos a rápida ascensão da China como emprestador de última instância. Um exemplo mais tangível dos cenários até aqui mencionados pode ser apontado pela "nova rota da seda", ou iniciativa "cinturão e rota", que têm atraído cada vez mais nações latinas para dentro de uma área de influência chinesa, ao mesmo tempo em que oferece um mercado capaz de englobar seus produtos. O Brasil tem se mantido como um parceiro comercial ativo para Argentina assim como China da América Latina; porém se apresentar como um sócio confiável e hábil para cumprir com seus acordos de longo prazo é uma característica importante para se firmar uma parceria.

Revoltas na província de Jujuy

Além do atual cenário de tensão e incerteza que ronda a política e a sociedade argentina, também se percebe uma escalada de tensões na Província de Jujuy, ao norte do país, na segunda quinzena de junho.

Situada numa região muito rica em lítio – um dos principais minerais para a fabricação de baterias elétricas – Jujuy enfrenta uma onda de greves e manifestações que ganharam visibilidade no contexto eleitoral. Seu ponto de fervura foi a aprovação da reforma da sua Constituição provincial no dia 15 de junho de 2023, pelo governador Geraldo Morales, aliado de Maurício Macri, que alterou 66 dos 212 artigos da norma legal. O ponto que gerou maior revolta foi a modificação do artigo 36, sobre a propriedade privada. Este desconsidera a tra-

dição do uso coletivo da terra dos povos indígenas, em que a maioria não têm nem ao menos título de propriedade, deixando-os em risco de expulsão e de punições contra uma ocupação por vezes secular. Segundo a jornalista Elaine Tavares, do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), tudo isso se dá "para garantir propriedade aos exploradores do lítio". É uma batalha contra gigantes, afirma ela.

Ademais, segundo organizações que se mobilizam contra Morales, a mudança no texto constitucional também restringe o direito à manifestação, criminalizando protestos e acentuando a repressão, que contava no final de junho com cerca de 40 pessoas feridas.

Tal medida não passa despercebida e desassociada de um cálculo político: a nomeação de Geraldo Morales como candidato a vice-presidente na chapa de Horácio Larreta, da oposição de centro-direita. Morales já chegou a acusar o presidente Alberto Fernández de fomentar os protestos na província. Este rebateu dizendo que o governador é unicamente responsável "pela província de Jujuy adotar uma Constituição que contraria a Carta Magna nacional".

Revoltas desse tipo, por mais que sejam compostas por condicionantes locais, apresentam repercussões nacionais e servem também como um movimento de contestação ao atual governo, num momento de elevada fragilidade política e econômica.

Argentina e FMI

14 de junho de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Francisco Zupanovich, Gabrielly Provenzzano da Silva, Geovanna Mirian Raimundo, Melissa Souza Jorge e Rafaela Castilho Miranda

A Argentina enfrenta uma nova crise econômica que afeta profundamente a sociedade. A combinação de problemas econômicos, como alta inflação e pobreza crescente, juntamente com uma situação política interna instável, aumenta as tensões sociais no país. A crise afeta todas as camadas da sociedade, desde a classe média, que não consegue manter seu padrão de consumo, até os trabalhadores mais pobres, que sofrem com fome e desemprego. A desvalorização do peso afeta os preços dos alimentos, além do mercado imobiliário que contribui para uma dolarização informal da economia.

A ARGENTINA VIVE NOVA CRISE EM SUA ECONOMIA que, somada à estreita situação política interna, abala a sociedade e aumenta tensões sociais. A pobreza aumenta e grande parte da população não tem renda suficiente para arcar com os gastos básicos.

O país voltou a conviver com altas taxas de inflação, que chegaram a 102,5% no acumulado em um ano, informa o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). O impacto da crescente perda de renda das famílias no cenário para as eleições presidenciais marcadas para outubro é claro.

De maneira geral, a crise econômica argentina afeta a maior parte da sociedade sem acesso à moeda forte. Se por um lado a classe média não conseguem manter seus padrões de consumo, as classes mais baixas – os trabalhadores – sofrem diretamente com a fome e o

desemprego. A desvalorização do peso afeta desde os preços de bens de consumo básicos, como alimentos, até o mercado imobiliário e força uma dolarização informal da economia, prejudicando os mais pobres.

Em 2018, o ex-presidente Maurício Macri negociou com o FMI um contrato de crédito no valor de US$ 57 bilhões, como parte de um plano para deter o colapso da moeda local e evitar um novo calote da dívida. O acordo gerou controvérsias acerca das condições impostas pelo FMI, que incluíam medidas de austeridade e reformas estruturais.

Já o atual governo de Alberto Fernandez tem adotado medidas para tentar conter a inflação e a instabilidade financeira. Implementou políticas de controle cambial, aumentou impostos sobre exportações e buscou renegociar a dívida externa. Além disso, abriu programas de assistência social e incentivos fiscais, visando reduzir a pobreza e impulsionar o crescimento. Também tenta fortalecer as relações com parceiros internacionais para obter apoio financeiro e assistência técnica. No entanto, há um problema sem solução à vista: desde a moratória de 2005, o país não tem pleno acesso ao mercado internacional de crédito e tem dificuldades para atrair investimentos. O fato da maior parte de sua dívida ser nominada na moeda estadunidense limita as alternativas de solução da crise.

Relação Argentina e FMI

O problema da dívida externa vem desde o primeiro século como país independente e se acentua a questão até os dias atuais. É um quadro recorrente no continente. A dívida externa se apresenta no sistema como uma maneira de condicionar os países do Sul a participar da economia global pelos parâmetros estipulados pelo poder hegemônico.

O primeiro acordo do país com o FMI data de 1957, segundo o Voces en el Fenix. A política argentina anterior, nos anos de governo Juán Domingo Perón (1946-1955), era voltada ao nacional-desenvolvimentismo, em um contexto no qual o país se encontrava com saldo de crédito no sistema internacional no imediato pós-guerra. Após esse momento, a Argentina passou por governos que fecharam diversos acordos com o FMI.

A fase mais recente da trajetória da dívida argentina tem seu início durante a última ditadura militar (1976-1983). Os dados do Museo de la Deuda Externa Argentina demonstram que os compromissos se multiplicaram, saindo de 8,2 mil milhões de dólares em 1976 e passaram a 45 mil milhões de dólares em 1983. Além disso, o câmbio desvaloriza em 1.800% e o país teve uma inflação superior a 400%. María Emilia Val diz em seu artigo, Deuda pública de Argentina: de la última dictadura al default de 2001, que o período da ditadura é marcado pela diminuição do papel regulador do Estado, ao mesmo tempo que os agentes privados, como o setor financeiro e especulativo, geraram uma grande dívida pública.

Os anos 1970 são marcados pela maior disponibilidade de capitais (eurodólares e petrodólares), que seriam reciclados nos países periféricos, devido à crise do dólar e à crise do petróleo, explica Mario Rapoport em seu artigo La deuda externa argentina y la soberanía jurídica: sus razones históricas. Essas condições externas levaram à possibilidade de instau-

rar as políticas econômicas precursoras do neoliberalismo, sobretudo através das condições geradas pela repressão das forças populares, baixa na qualidade de vida da população e pelo processo de desindustrialização durante a ditadura.

A agenda neoliberal

A agenda neoliberal instaurada no período da ditadura leva o país a mudanças em sua política externa, seguindo com suas consequências no período de redemocratização e que se acentua no governo Menem, que mais aderiu ao neoliberalismo. De acordo com Juan Manuel Telechea, pelo jornal Cenital, antes os dólares eram usados como fins produtivos, ou seja, voltados a uma política econômica de desenvolvimento interno, e, após a liberalização da economia, o endividamento é usado para se manter a paridade entre o peso e o dólar. A inflação e demanda por dólares age como um mecanismo de defesa para evitar a perda do poder de compra, que, por outro lado, desvaloriza o câmbio e faz com que o país entre em um ciclo vicioso descendente.

A situação deixada após a ditadura militar era catastrófica tanto em termos de dívida quanto em termos sociais. Segundo El Diario Ar, o retorno à democracia é marcado por um índice de 20% de pobreza no país, enquanto o país tinha um índice de 4 a 5% no ano anterior ao regime militar.

Ainda segundo María Emilia Val, o governo Alfonsín (1983-1989) adota uma posição crítica aos acordos feitos durante a ditadura, questionando a legitimidade dos compromissos e buscando diálogo com os credores. No entanto, os agentes externos não aceitaram negociar sem que fosse firmado um acordo com o FMI. O governo fechou um acordo com o Fundo em 1984.

Inicia-se o segundo ciclo de aumento da dívida externa durante o governo Carlos Menem (1989-1999), eleito após a renúncia de Raul Alfonsín. A política externa adota medidas neoliberais, como acatar o Consenso de Washington (1989), a conversibilidade do peso argentino ao dólar, desregulamentação e a privatização das empresas estatais. À princípio, essas medidas apresentaram resolver parte do problema por possibilitar acesso ao país ao crédito internacional e controlar o déficit na balança de pagamentos. Entretanto, argumenta a economista María Emilia Val, os anos de 1994 a 1999 demonstram que o endividamento cresceu, passando de cerca de US$ 64 bilhões a quase US$ 122 bilhões.

Nota-se a dimensão da crise pelos acontecimentos em dezembro de 2001, momento em que a República Argentina teve cinco presidentes em um período de 11 dias. Enquanto a crise econômica piorava, o governo Fernando de la Rúa (1999-2001), que sucedeu Menem, anunciou o corralito, uma medida que limitava os saques bancários a 250 pesos/dólares por semana (a cotação era 1/1). Segundo o jornal Página 12, isso gerou descontentamento social e grande parte da população buscou se prevenir. Fernando de la Rúa declara estado de sítio e renuncia à presidência do país, passando o cargo a Adolfo Rodríguez Saá (2001). Entre as principais medidas adotadas nesse momento, pode-se mencionar que se manteve o corralito

até o governo Eduardo Duhalde (2002-2003), o qual flexibilizou a medida, liquidou a conversibilidade do peso, confirmou a moratória do pagamento da dívida e aplicou um ajuste fiscal demandado pelo FMI.

A política neoliberal na Argentina – e em outros países do mundo no final do século XX – demonstra indicadores contraditórios. Segundo Thatiane Letícia, em sua tese Neoliberalismo na Argentina e a sua contribuição para a crise de 2001, uma série de fatores levam à crise de 2001, principalmente pelo plano de convertibilidade, ocasionada pela "combinação de políticas liberalizantes com o câmbio fixo, junto a queima de ativos públicos e decréscimo da eficiência dos investimentos." Ainda que aumentasse o poder de compra externo, isso não refletia no poder de compra interno, resultando em um aumento dos preços para a população e um saldo negativo da balança de pagamentos.

O neoliberalismo foi um agente causador da default – termo que indica a impossibilidade de pagar a dívida externa. A internacionalista Thatiane Letícia argumenta que o plano de conversibilidade é um dos principais pontos que levaram o país a esse momento e que, apesar da entrada líquida de capitais sustentar o modelo, a medida aumentou o endividamento. O papel do neoliberalismo na crise econômica da Argentina começa desde o período da ditadura e se estende até a crise de 2001.

A primeira eleição presidencial após esse ocorrido dá início ao período de 12 anos dos governos peronistas de Néstor e Cristina Kirchner. Os governos Kirchner visam a renegociação das dívidas externas do país. De acordo com Voces en el Fénix, pode-se considerar um momento exitoso, uma vez que 92% dos credores aceitaram as condições para o pagamento das dívidas.

O mandato de Nestor Kirchner (2003-2007) marca uma negociação muitas vezes negada pelas instituições internacionais, mas que foi possível cancelar parte da dívida em 2006. Enquanto isso, os anos de governo Cristina Kirchner (2007-2015) conseguem um bônus no país e uma melhoria das questões sociais. No entanto, a crise de 2008 piorou muito as condições de governabilidade.

Ainda de acordo com o artigo do projeto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, o país conseguiu colocar um título de US$ 2 bilhões, comprados pelo governo da Venezuela, que garantiu recursos externos para a Argentina durante o governo de Cristina Kirchner. Essa questão se apresenta como uma dificuldade devido à confiabilidade do país no sistema internacional.

Além das políticas internas, o contexto externo se demonstra propício à colaboração para a resolução da questão da dívida externa, visto que as primeiras décadas do século XXI são marcadas por eventos como a instabilidade política-econômica internacional devido à crise de 2008, o conflito agrário do mesmo ano e a ascensão da esquerda na América Latina. Logo, a situação da dívida externa foi controlada até o final dos governos Kirchner.

O acordo da Argentina com o FMI que leva novamente o país a uma situação de crise e dívida foi feito em 2018, durante o governo de Maurício Macri.

Dolarização

A saída de capitais, a desvalorização do peso e a contração das reservas internacionais que levaram o governo Macri a celebrar um acordo com o FMI em 2018 também colocaram a inflação numa escalada galopante. Conforme o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina, o INDEC, em abril o aumento dos preços chegou a 108,8% no acumulado dos últimos 12 meses – o maior valor em quase 32 anos, segundo o jornal Folha de S. Paulo. Com as eleições presidenciais previstas para outubro de 2023, o debate público na Argentina tem sido marcado por propostas de recuperação econômica, especialmente em relação à alta inflação. Javier Milei, economista liberal que despontou como candidato da extrema direita e tem ganhado popularidade, defende a dolarização da economia.

Segundo os economistas Luiz Carlos Bresser Pereira e Aldo Ferrer, entende-se por dolarização da economia o processo através do qual a moeda nacional é substituída pelo dólar. Para Franklin Serrano, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, isso pode significar diversas coisas: permissão legal para para que se façam transações e se mantenham depósitos denominados em dólar, em paralelo com a moeda local; emissão de moeda local lastreada por reservas em dólar; ou, ainda, a adoção do dólar como unidade monetária oficial e substituição total da moeda local. Na prática, a dolarização pode ser pensada como uma ferramenta para conter a inflação porque ancora uma moeda desvalorizada à divisa internacional mais forte.

Apesar disso, a dolarização está longe de ser um consenso. O principal argumento para sua adoção é a contenção da inflação, junto com a diminuição da desconfiança dos investidores financeiros, dos juros e da fuga de capitais. Em contrapartida, os críticos enfatizam que dolarizar implica a perda da autonomia monetária e da capacidade de intervenção do governo em momentos de crise. Vale destacar ainda que a política econômica dos Estados Unidos está alinhada ao contexto e aos interesses estadunidenses, e estes nem sempre coincidem com os interesses de outros países – especialmente quando tratamos de um país latino-americano, que possui estrutura produtiva distinta da estadunidense.

Na América Latina, o Equador dolarizou sua economia há duas décadas. A Argentina tem sua economia informalmente dolarizada, assim como a Venezuela. Isso quer dizer que a economia já é bimonetária – isto é, funciona com duas moedas – por conta da grande desvalorização do efetivo local. Essa substituição espontânea por parte da população se dá justamente pelo aumento da inflação, que faz com que os argentinos busquem se proteger contra a desvalorização do peso; o resultado é o uso do dólar como padrão de preços e valores.

Da forma como ocorre hoje, entretanto, a dolarização na Argentina não estabiliza preços, mas sim contribui para a escassez crônica de dólares que gera mais instabilidade e desvalorização do peso. Como resultado, ela inibe a capacidade do governo de implementar políticas monetárias para estabilização e dificulta ainda mais o controle da inflação.

Os dilemas de Alberto Fernández

Em junho de 2023, o governo peronista se encontrava com baixas reservas internacionais e enfraquecido politicamente. A estratégia adotada desde o início deste ano não visa estabilizar a economia e sim impedir que a espiral de preços não saia do controle até as eleições.
O Governo vai ordenar uma forte alta dos juros, que atingirão níveis recordes, para frear a dolarização, e o Banco Central terá mãos livres para operar com o dólar. Por sua vez, projetam-se mais intervenções no mercado de câmbio e acordos com credores.
Além disso, até as eleições o governo pretende finalizar uma nova negociação com o Fundo Monetário Internacional, na qual pretende obter um adiantamento de US$ 11 bilhões para o final do ano. A China já aceitou o pagamento de importações em yuan até um limite de US$ 5 bilhões. Por sua vez, o governo brasileiro ainda não demonstrou apoio oficial à Argentina na gestão de sua crise, além do encontro entre Lula e Fernández no início de junho.

Importância do Brasil para a Argentina

A relação Brasil-Argentina desempenha um papel decisivo na América Latina e se destaca como uma parceria estratégica, com grande influência econômica e política. A proximidade geográfica e desafios comuns levaram à necessidade de relações estáveis e produtivas entre os vizinhos. O comércio bilateral entre os dois países abrange muitos setores, incluindo manufatura, agricultura, energia e serviços. Tal relacionamento promove o crescimento econômico mútuo, aumenta o investimento e cria oportunidades de negócios para empresas de ambos os lados.
Ambos os países foram protagonistas de iniciativas de integração sul-americana como o Mercado Comum Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O objetivo dessas organizações é promover a cooperação econômica, política e social entre os Estados membros, fortalecendo a estabilidade e a influência da região no cenário internacional.
A volta de Lula à presidência criou expectativas positivas para uma nova era de cooperação e entendimento mútuo no Brasil e na Argentina. Os observadores estão entusiasmados com o desejo demonstrado pelo presidente brasileiro de fechar acordos benéficos e buscar relações mais próximas entre os países vizinhos.

Eleições

O primeiro turno das próximas eleições presidenciais argentinas estão previstas para outubro de 2023, como mencionado. Os efeitos da crise na política são evidentes na figura do atual presidente, Alberto Fernandez, que viu sua popularidade derreter com o avanço da crise. Em abril, Fernandez desistiu de disputar a reeleição. Sem ele, os peronistas seguem divididos entre Sergio Massa, nomeado ministro da Economia por Fernandez no ano passado, e Daniel Scioli, embaixador da Argentina no Brasil com uma carreira política já conhecida. A vice-presidente Cristina Kirchner anunciou que não disputaria as eleições ainda em dezembro de 2022, depois de uma série de acusações de corrupção. Nas pesquisas de intenção de voto,

a coalizão peronista Frente de Todos aparece em segundo lugar.
Conforme a CNN Brasil, os favoritos da oposição conservadora são o atual prefeito de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, e a ex-ministra da Segurança, Patricia Bullrich. Em março, o ex-presidente Macri anunciou que não disputaria as eleições. Nas pesquisas, a aliança de oposição Juntos pela Mudança aparece na ponta.
Enquanto conservadores e peronistas não conseguem se articular em torno de um único candidato, ganha tração uma terceira força política: o deputado federal ultraliberal Javier Milei, líder da coalizão A Liberdade Avança. Milei é economista e professor, foi eleito deputado federal em 2021 e se tornou conhecido a partir de 2018 por criticar as gestões de Cristina, Macri e Fernández e por seu modo agressivo de falar. Se define como "anarcocapitalista" e sua principal proposta é a dolarização da economia argentina. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, ele aparece à frente em parte das pesquisas de intenção de voto quando os candidatos são citados por nomes.
Segundo Facundo Nejamkis, diretor da pesquisa de opinião Opina Argentina, "Há uma tendência ascendente de eleitores muito irritados com a política que aparentemente estão optando por essa nova força". A quatro meses das eleições, resta saber se o descontentamento geral será suficiente para alavancar a candidatura de Milei – não seria a primeira vez que um deputado federal de fala agressiva e tido como "terceira força" presidiria um país latino-americano.

Resultado das eleições primárias na Argentina

22 de agosto de 2023

Por Audrey Andrade Gomes e Dante Tomyo Fasolin Koboyama

Domingo, dia 13 de agosto, a Argentina escolheu as legendas e os/as candidatos/as que disputarão as eleições gerais em 22 de outubro. O resultado da etapa primária contrariou as pesquisas de intenção de voto das semanas anteriores e teve como destaque o candidato de extrema direita, Javier Milei.

NO SEGUNDO DOMINGO DE AGOSTO, dia 13, a população argentina participou das PASO – as eleições Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias – que antecedem as eleições gerais de 22 de outubro. Entre os potenciais presidenciáveis, se destacou Javier Milei (La Libertad Avanza) que obteve 30% dos votos do eleitorado. Os segundo e terceiro lugares foram ocupados pelas legendas Juntos Por El Cambio (JxC) e Unión Por La Patria (UP) com 28,3% e 27,3% dos votos, respectivamente. A pré-candidata escolhida para o JxC é Patricia Bullrich, ex-ministra da Segurança de Mauricio Macri, que recebeu 17% dos votos. Para representar o UP e o peronismo, o escolhido é Sergio Massa, ministro da Economia do governo de Alberto Fernández, com 21,4% dos votos.

A etapa prévia foi implementada em 2011, ano em que Cristina Kirchner foi eleita pela segunda vez, e tem a função de selecionar os pré-candidatos que fazem parte das disputas internas dos partidos, além de excluir legendas inexpressivas, que pontuam menos de 1,5% nas primárias. As PASO de 2023 registraram a segunda menor participação desde sua primeira edição, somente 69,6% do eleitorado esteve presente para votar. Entre os que votaram, 6% não escolheu nenhum candidato (1,2% anularam e 4,8% votaram em branco). Essa abstenção só é superada pelas eleições legislativas do ano de 2021, em que apenas 67,8% dos eleito-

res participaram devido às implicações da crise sanitária mundial.

Excêntrico e extremista

O vitorioso, Javier Gerardo Milei, é um economista de 52 anos de idade que está no segundo ano de seu mandato como deputado nacional. Com uma personalidade excêntrica e uma aparência memorável, Milei reproduz discursos e comportamentos que se tornaram padrão entre líderes de extrema direita. Busca ficar famoso se expondo em situações extravagantes e oferece soluções simples – ou, em alguns casos, estapafúrdias – para problemas complexos. Apesar disso, segundo Sylvia Colombo em reportagem à revista Piauí, quando não está em frente às câmeras, o argentino se comporta de maneira mais contida e "desapaixonada".

O candidato se assemelha a Jair Bolsonaro e Donald Trump em determinados aspectos. É irreverente, faz discursos de ódio que atacam as mulheres, as pessoas pobres e de etnias não brancas e condena conceitos fictícios como "marxismo cultural" e "ideologia de gênero". Seu cabelo também não é uma casualidade, já que faz questão de chamar atenção para isso ao nomear seus canais no Youtube e no Tiktok de "El Peluca Milei" ("O Peruca Milei"), possivelmente inspirado em Boris Johnson, que também é lembrado por seu estilo "desleixado". Essa prática atribui um caráter autêntico, às vezes humilde e pretende aproximar a figura política do eleitorado.

Por trás da bem sucedida campanha de Javier Milei, há um experiente comunicador de ideias de extrema direita, seu nome é Fernando Cerimedo, titular de um canal no Youtube chamado "La derecha diário". O especialista em política digital ajudou na campanha de Bolsonaro em 2018 e foi um dos que alegou haver "fraude" no resultado das eleições brasileiras de 2022. Ele também foi um dos responsáveis pela vitoriosa campanha digital que rejeitava a proposta de uma nova Constituição no Chile. Além disso, Cerimedo diz não ser pago para trabalhar para o candidato e que o faz por considerar-se alinhado com as ideias dele.

Para solucionar os problemas que assolam a Argentina, Milei propõe a extinção do Banco Central e a atribuição do dólar como moeda oficial do país. Em algumas de suas aparições públicas, o candidato propõe abandonar o Mercosul e se afastar da China, que é um dos principais parceiros comerciais dos argentinos, seguido pelo Brasil. As propostas se contrapõem aos novos acordos desenvolvidos entre o país asiático e as nações sul-americanas, que tem procurado driblar o uso do dólar em suas operações. Se forem postas em prática, essas medidas tendem a aprofundar problemas econômicos e sociais.

O placar das prévias

O resultado das eleições da PASO revela alguns eventos marcantes na Argentina. A configuração entre os candidatos deve ser analisada, visto que o partido peronista não está entre os dois mais votados, apesar de seu candidato, Sergio Massa, ter alcançado, individualmente, o segundo lugar. Esse resultado acompanha as eleições do Senado de 2021. Segundo o Página 12, o peronismo não conseguiu eleger um quórum próprio, isto é, não atingiu o número mí-

nimo de membros presentes no Senado para tomar decisões e fazer acordos. O cenário tem sido de intensa disputa para o lado peronista nos últimos anos.

A colocação de Milei como o candidato mais votado demonstra uma situação controversa no país. O discurso de apoio à ditadura é uma das características da recente onda neoliberal que atinge diversos países da América Latina, como o caso de Bolsonaro no Brasil. Apesar de não ser um argumento presente em sua agenda política, a postura de Milei em relação ao tema é também negacionista. Pode-se notar isso em sua fala, transmitida pelo Todo Noticias, ao questionar onde estaria a lista com os nomes dos 30 mil desaparecidos da última ditadura no país – sugerindo não ser legítima a reivindicação de familiares e amigos das vítimas. A situação é inesperada na Argentina, visto que o país tem uma forte memória de resistência contra a ditadura. Contudo, o discurso 'anti-sistema' parece ser aderido por parte da população, juntamente com a dolarização da economia.

Outra situação inesperada foi o resultado das eleições na província de Buenos Aires e na Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA). A tendência das eleições costuma ser decidida dentro da província de Buenos Aires. Os dados do censo argentino de 2022, INDEC, indicam que há uma concentração de 38,16% da população na província de Buenos Aires, equivalente a cerca de 17.500.000 de pessoas e, entre essas, 3.120.612 estão na CABA. Entretanto, os votos mostram que Bullrich ganhou em CABA, enquanto Massa saiu vitorioso na província. Embora Milei tenha vencido em Córdoba e Rosário – outros dois grandes centros urbanos do país -, não é um cenário comum que as eleições sejam decididas pelas demais províncias.

A possível vitória de Milei para a presidência da República traz preocupações em relação aos projetos de integração regional do continente e acende um alerta quanto ao posicionamento do país sul americano diante do conflito global leste-oeste. Para o Brasil e outros países da região, a incorporação da Argentina pelo anarcocapitalismo é preocupante e colide com interesses desenvolvimentistas que dependem de um Estado participativo e interventor. Entre as diferentes possibilidades de estratégia, a conquista de votos dos que se abstiveram ou dos que estão dispostos a evitar a eleição de um projeto neoliberal deve ser considerada.

O resultado das PASO é literalmente fruto de um rechaço à política por parte de setores da população desencantados e decepcionados com a queda de seu padrão de vida. A partir do governo Macri, mais de 40% da população submergiu na linha da pobreza. Premido por compromissos externos draconianos acertados com o FMI em 2018, não há solução à vista para a crise inflacionária de 115% ao ano.

As eleições argentinas de 2023 passam por eventos peculiares e há muitas possibilidades de cenários. A apuração da PASO demonstra pouca diferença entre os votos e uma grande porcentagem de abstenção nas urnas. O cenário das eleições em outubro é acirrado e depende das estratégias políticas e da mudança de humor de parcelas do eleitorado. Por um lado, o resultado mostra a expressão da direita no país, por outro, não se sabe se isso pode acabar por dividir os votos e possibilitar uma resposta peronista. Ainda há parte dos eleitores que podem decidir votar ou mudar de voto considerando esse cenário. O resultado das primá-

riasdemonstra as incertezas enquanto a do que pode acontecer e quais são os motivos para o eleitor argentino escolher seu candidato.

Eleições argentinas e a ameaça à integração

06 de setembro de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama e Gabrielly Provenzzano

Assolada por uma crise econômica sem saída no curto prazo e com um crescente sentimento antigoverno, a Argentina se tornou terreno fértil para as ideias de Javier Milei, candidato à presidência de extrema-direita. Se eleito, a política externa do novo governo pode colocar em risco a integração regional, na medida em que comprometeria a participação do país em mecanismos de integração, como o Mercosul, e as relações bilaterais com os demais países da região, como o Brasil.

APRESENTANDO PROPOSTAS SIMPLES PARA PROBLEMAS COMPLEXOS, Javier Milei, candidato à presidência argentina pela La Libertad Avanza, obteve 30% dos votos nas eleições primárias de 13 de agosto de 2023, sendo forte candidato a vencer as eleições gerais de 22 de outubro e a levar suas propostas para o centro do governo.

Em matéria de política externa, sua equipe de campanha informou ao jornal argentino El Cronista que Milei busca dar um perfil mais econômico às atividades do Ministério das Relações Exteriores, com o intuito de "fomentar o comércio exterior e a posição estratégica da Argentina". A vitória de Milei pode colocar em risco a integração do continente na medida em que comprometeria a participação de seu país em mecanismos como o Mercosul, e as relações bilaterais entre a Argentina e os demais países latino-americanos, como o Brasil.

Segundo Aldo Ferrer (2015), a integração regional é útil enquanto instrumento para impulsionar o desenvolvimento nacional e fortalecer a posição dos países no cenário global. Para os Estados da América Latina, que enfrentam desafios sociais e econômicos semelhantes, a condução de discussões a nível local e a convergência de múltiplos interesses é especialmente

cara. A Argentina, enquanto país latino-americano, exerce um papel relevante nesse processo. A orientação do governo, sua postura e comprometimento diplomático têm impactos nos avanços e retrocessos da integração regional latino-americana como um todo.

Integração regional

A disputa entre as tendências progressistas e de extrema direita na América Latina vem comprometendo a integração regional, visto que por vezes os países têm ou passam a ter políticas incompatíveis. Javier Milei declarou que não pretende negociar com a China e com o Brasil, ainda que sejam os maiores parceiros comerciais da Argentina. A agenda política ultra neoliberal promete um cenário conflituoso, caso o candidato obtenha a vitória das eleições argentinas em 2023.

Desde o início do ano, o presidente Lula destaca a importância da integração latino-americana e das relações com a Argentina, com a possível adoção de um projeto de desenvolvimento entre os países. O presidente brasileiro tem agido em favor de outras medidas, como o apoio à entrada da Argentina no BRICS e na crítica a atuação do FMI sobre a dívida do país.

Por outro lado, as promessas de Milei podem acarretar dificuldades no Mercosul. Atualmente, o bloco econômico vem sofrendo com diferentes posicionamentos entre os países-membros e pela situação do acordo Mercosul-União Europeia. Há também os planos do presidente uruguaio Luis Lacalle Pou, que defende tratados de livre comércio e que tem como objetivo negociar com a China.

O projeto de Milei se mostra contraditório e insustentável internamente, com sua proposta de dolarizar a economia, numa situação em que o país sofre com a carência de dólares. O candidato peronista, Sergio Massa, destacou em sua fala, no Conselho das Américas, essa contradição econômica entre a proposta neoliberal, a fragilidade da moeda argentina e o possível rompimento com outros atores comerciais.

Desafio à Onda Rosa

Para o pesquisador e professor de Relações Internacionais da FGV-SP, Oliver Stuenkel, a provável vitória da extrema-direita na Argentina é um sinal do fim da "Onda Rosa" dos últimos anos. Após uma série de governos de direita, a partir de 2019 a esquerda venceu eleições em vários países da América Latina, inclusive na própria Argentina, com a vitória do atual presidente Alberto Fernández e de sua vice Cristina Kirchner.

A Onda Rosa a que Stuenkel se refere remete ao ciclo progressista que o continente vivenciou entre 1998 e 2016. O período foi marcado pelo descontentamento popular com as políticas neoliberais e envolveu lideranças e administrações distintas, mas que favoreceram avanços sociais e convergiram, pelo menos em tese, na negação do neoliberalismo. São dessa época muitos dos mecanismos de discussão, cooperação e desenvolvimento local que compõem os mecanismos de integração regional atual, como a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) e a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas).

Recentemente, a ideia de uma nova Onda Rosa ganhou forma com as eleições de Gabriel Boric no Chile (2021), Gustavo Petro na Colômbia (2022) e Lula da Silva no Brasil (2022). Entretanto, apesar das derrotas nos pleitos, a extrema-direita ganhou espaço na região. Alinhado a isso, segundo Stuenkel, há no continente um sentimento anti-establishment generalizado. No caso da Argentina, marcado por um amálgama de hiperinflação, dívida externa e escassez de dólares que resulta numa crise econômica complexa, o ceticismo com a política é acentuado. Esses elementos, associados às dificuldades do governo de Alberto Fernández de controlar a situação, criaram o terreno fértil para as propostas de Milei.

Com o avanço da extrema-direita, a existência de uma nova Onda Rosa na América Latina é passível de questionamentos. Independentemente da resposta, entretanto, a possível vitória de Milei em outubro de 2023 pode significar esfriamento das relações entre a Argentina e outros países latino-americanos em função dos alinhamentos ideológicos do candidato.

Referências

FERRER, Aldo. Helio Jaguaribe y la relación Argentina-Brasil. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). Visões da Obra de Helio Jaguaribe. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

Resultado do primeiro turno das eleições argentinas

02 de novembro de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama e Rafaela Castilho Miranda

No domingo dia 22 de outubro de 2023, os argentinos saíram às urnas para o primeiro turno das eleições. O resultado foi divulgado na noite do mesmo dia.

O CANDIDATO PERONISTA E ATUAL MINISTRO DA ECONOMIA, Sérgio Massa, saiu vitorioso, com 36,68% dos votos. Enquanto isso, o candidato ultraliberal, Javier Milei, alcançou 29,98% dos votos, ficando em segundo lugar e disputará o segundo turno contra Massa. Ainda vale mencionar que a candidata macrista, Patricia Bullrich, ficou em terceiro lugar com 23,83% do total de votos, seguida do candidato Juan Schiaretti e da candidata Myriam Bregman, que tiveram 6,8% e 2,7% dos votos, respectivamente.

As eleições presidenciais argentinas vão a balotaje, ou segundo turno, se nenhum candidato obtiver 45% dos votos mais 1 ou alcançar mais de 40% dos votos com uma diferença de 10 pontos para o segundo candidato mais votado no primeiro turno. Isso enfatiza a importância de um amplo apoio popular para os candidatos presidenciais e promove a estabilidade política. O segundo turno das eleições presidenciais da Argentina é realizado 30 dias após o primeiro turno.

No caso das atuais eleições, a nova rodada de votações para a Presidência da República está prevista para o dia 19 de novembro, entre 8h e 18h, segundo as autoridades eleitorais do país. Participarão das eleições apenas as duas candidaturas mais votadas no primeiro turno, sendo eleita aquela que obtiver maior número de votos afirmativos validamente emitidos.

Comparação com as PASO

O resultado do primeiro turno surpreendeu os eleitores. Na etapa das PASO - Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias - chamadas eleições primárias -, que ocorreu em agosto, a chapa de Milei havia conquistado o primeiro lugar, com 30% dos votos do eleitorado.

Ainda antes do primeiro turno, boa parte das pesquisas eleitorais apontava a liderança do candidato ultraliberal no primeiro turno.

Como mencionado no artigo do OPEB, publicado em 22 de agosto de 2023, sobre o resultado das PASO, o candidato de extrema-direita, reproduz discursos e comportamentos que se tornaram padrão entre líderes de extrema direita, que até o período das PASO estava ganhando grande relevância no cenário eleitoral argentino. Além disso, outro artigo do OPEB, publicado em 6 de setembro de 2023, comenta sobre as ameaças que as propostas e posicionamentos de Milei, e do neoliberalismo, trazem à integração latino-americana.

É possível observar um quadro bem diferente do cenário de Milei e Massa entre os resultados obtidos nas PASO até as eleições do primeiro turno. O ministro da Economia, Sérgio Massa, logrou um crescimento de 3 milhões de votos entre as duas disputas. Seu desempenho e crescimento se deu principalmente graças ao eleitorado da Província de Buenos Aires. O movimento possui capacidade de mobilização, de articulação, militância muito forte e estrutura partidária relevante que pode ter impulsionado esse crescimento.

Disputa pelos votos

O destaque das disputas iniciais do processo eleitoral no resultado das PASO foi a vitória de Milei, com 30% dos votos, enquanto na etapa seguinte se destacou a virada do peronismo. A surpreendente dianteira de Massa, com 36,7% dos votos demonstra uma esperança para o país no enfrentamento de uma onda neoliberal, bem como de desafios pontuais.

Ainda é importante retomar que as abstenções foram expressivas em ambos momentos do processo eleitoral. Houve 77,65% de participação no primeiro turno, sendo 2,04% votos brancos e 0,81% de votos nulos, o que já corresponde mais do que nas PASO, que obteve apenas 69,62% de participação.

Essas eleições demonstraram uma situação complexa. O artigo do OPEB, publicado em setembro sobre as eleições primárias, explica que foi um acontecimento inédito que o candidato mais votado tenha perdido da província de Buenos Aires e na Ciudad Autónoma de Buenos Aires e ganhado nas demais províncias. Devido a concentração populacional desproporcional do país nessa província e na capital federal, é este o eleitorado que costuma definir as eleições. No entanto, houve o oposto esse ano.

O resultado de vitória para Sérgio Massa na província de Buenos Aires e de vitória para Patricia Bullrich em CABA se manteve, porém dessa vez o resultado da província esteve em acordo com o resultado geral e os votos do eleitorado de CABA serão decisivos em novembro.

Pode-se perceber através de uma análise do resultado que o maior desafio será pelos votos do eleitorado de Bullrich e pelos dos que votaram em branco ou nulo e pela possibilidade de

conseguir a confiança dos cidadãos que se abstiveram ao não ir votar. É possível notar esse confronto no discurso tanto de Massa quanto de Milei após o resultado das eleições.

O discurso de Milei demonstrou diversas falas em busca do eleitorado de Bullrich, através de uma aliança contra o kirchnerismo. Enquanto isso, o discurso de Massa agradece pela confiança dos eleitores e relembra o perigo que o país corre.

Uma das possíveis estratégias da campanha de Massa, demonstrada em seu discurso após a vitória no primeiro turno, consiste em se afastar publicamente da imagem dos governos Kirchner e Fernandez, devido a forte rejeição nacional. Além disso, o discurso enfatiza a busca por se aproximar de uma união contra a extrema direita de Milei e suas propostas ultraliberais.

A situação econômica do atual governo é um dos desafios para a campanha de Massa, visto que ele é o ministro da Economia. Ainda que a atual crise econômica da Argentina tenha início com o acordo com o FMI durante o governo Macri em 2018, o cenário leva vários argentinos a considerar somente as políticas do governo de Alberto Fernandez. Por isso, a campanha agora consiste em formar um governo de unidade nacional.

Segundo o jornal El País, Massa se reuniu com 18 dos 24 governadores para contar com o apoio nas eleições. O jornal ainda menciona que o partido peronista, Unión por la Patria, perdeu para o partido macrista, Juntos por el Cambio, em 6 províncias nas eleições para governadores e que esses governadores se mantiveram neutros. Esse posicionamento ocorre devido a sua posição antiperonista e pelas declarações de Milei, que levou sua campanha até então contra ambos, kirchnerismo e macrismo.

Por outro lado, de acordo com o jornal Página 12, a candidata Patricia Bullrich não tardou a se contradizer ao que vinha sendo sua campanha e apoiar o Milei, assim como ele também se contradiz ao buscar apoio. Ambos os candidatos compartilham a intenção de se opor ao kirchnerismo.

Apesar do posicionamento dos governadores e candidatos em apoiar Massa ou Milei, o maior índice de não comparecimento e de votos brancos e nulos desde a redemocratização do país expressam o descontentamento do eleitor argentino. Logo, a frase de Sergio Massa em seu discurso de que “Sé que muchos de los que no votaron son los que más están sufriendo. No les voy a fallar” demonstra uma busca pela confiança desses cidadãos.

O voto dos desesperados

21 de novembro de 2023

Por Gilberto Maringoni

A onda chegou à Argentina. Um bufão, cujo programa máximo implica demolir, serrar, vender ou jogar fora pedaços do Estado nacional, é o novo fenômeno eleitoral do Sul global. Javier Milei tornou-se a válvula de escape para uma população exaurida por anos de sobressaltos econômicos sem fim.

SUA ELEIÇÃO REPRESENTA UMA DERROTA HISTÓRICA para a democracia do país, exatos quarenta anos após o fim da ditadura militar (1976-83). Para as camadas populares é a combinação de ilusão e tragédia. E trata-se de revés estratégico para os setores progressistas da América Latina.

O personagem eternamente descabelado e dado a rompantes de escândalo representa o desencanto transformado em poderosa força política. Uma espécie de fascismo pop, ora fantasiado de Batman, ora revelando manter conversas mediúnicas com Conan, cão de estimação morto em 2017. O duce da motosserra é apelidado de "libertário" por uma mídia complacente, numa vaga alusão aos rebeldes franceses de 1968, que à época mereciam o mesmo qualificativo. A coreografia catártica da nova extrema-direita é a da rebelião contra "as castas", "a mentira" e "os políticos", prometendo terra arrasada como solução de todas as crises e passaporte para a prosperidade.

Pregação ultraliberal

Quando se elegeu deputado federal pela província de Buenos Aires em 2021, Javier Milei era pouco mais que um ilustre desconhecido do grande público. A partir de uma incendiária

pregação ultraliberal, irrompeu na cena nacional a partir das Paso (eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias), realizadas em 13 de agosto último. A partir daí tomou gosto por declarações feitas medida para chocar o eleitorado, colocar adversários na defensiva e lacrar nas redes sociais e na mídia. À dolarização da economia, a demolição do Banco Central, a extinção da maioria dos ministérios, entre outras bizarrices, somaram-se petardos ao Papa Francisco: "imbecil que defende a justiça social", "representante maligno" e "apoiador de ditaduras sanguinárias".

Desde então, não faltaram comparações com o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Há pontos de contato e há diferenças notáveis entre ambos. A mais significativa, talvez, esteja no fato de Milei até aqui não comandar uma onda reacionária tão enraizada socialmente, a exemplo do ex-capitão.

Vamos lembrar. Bolsonaro conquistou uma base congressual significativa em 2018, expressão de uma virada moralista-conservadora inédita na história da República. Sólidos apoios em setores empresariais – em especial no varejo – e evangélicos (que alcançam 31% da população brasileira) garantiram legitimidade social ao governo mesmo nos piores momentos da pandemia.

Na Argentina, por sua vez, os correligionários do recém-eleito no Congresso representam menos de 15% do total. Entre os 257 assentos na Câmara, sua coligação Liberdade Avança obteve apenas 35 cadeiras. Entre os 72 senadores, a proporção se repete: são 8 os representantes da aliança, que não elegeu nenhum governador nas 23 províncias.

É claro que o jogo político cotidiano e a capacidade de atração do poder Executivo tende a alterar tais proporções. Mas é importante observar que Milei não transferiu votos ou abalou as lideranças dos partidos tradicionais em suas bases. Até aqui, ele aparenta representar mais um fenômeno individual – no segundo turno perdeu apenas em três províncias – do que uma tendência consolidada. Vale ressaltar: enquanto ainda não adentrou a Casa Rosada e não se valeu dos poderes de Estado.

Para compreender o fenômeno Milei é necessário examinar o terreno no qual cresceu e quais foram os fertilizantes de sua arrancada.

Impulsionado pela crise

Milei é produto do caos produzido pela crise inflacionária e descontrole cambial, aliado à impotência oficial para realizar intervenções em uma economia endividada em dólar e com sérias dificuldades de acesso ao mercado internacional de crédito, desde a moratória de parte de sua dívida externa, em 2005. No último 12 de outubro, o Banco Central elevou a taxa de juros de 118% para 133% ao ano. Com uma inflação anual de 138,3%, a taxa real alcança pouco mais de 5%. Na raiz das turbulências, entre outras causas, estão as condições draconianas impostas pelo FMI para conceder um empréstimo de US$ 57 bilhões, o maior da história da instituição, em 2018, penúltimo ano da gestão Macri.

A Argentina jamais obteve uma recuperação consistente após a crise de 2008. A essa situação

somam-se a queda dos preços das commodities entre 2013-16 e a forte oscilação do PIB durante a pandemia. No ano passado, o PIB cresceu 5,2% e os indicadores de emprego ficaram abaixo dos 10%. Trata-se, contudo, de um crescimento com concentração de renda. Cerca de 40% da população vive abaixo da linha de pobreza, enfrentando alta precarização laboral e perda de direitos sociais. A falta de perspectivas espalha-se entre a juventude. Em outubro de 2021, uma pesquisa realizada pela Universidade Argentina da Empresa (UADE) constatou que 75% dos argentinos entre 16 e 24 anos desejava sair do país.

O país depende quase exclusivamente das exportações para internalizar dólares necessários ao equilíbrio de suas contas. É um problema que dificilmente Milei poderá resolver no médio prazo. Sem moeda forte disponível, a proposta de dolarização só será factível com uma megadesvalorização do peso, retirada de todos os subsídios da economia – o que pode quintuplicar os preços de energia elétrica, por exemplo –, forte arrocho salarial e aumento do desemprego. São medidas factíveis com uso de forte repressão.

Decorrências para o Brasil

De imediato, vale a pena examinar as principais decorrências para o Brasil. O Mercosul, que enfrenta profundas divergências internas – como a perspectiva do acordo com a União Europeia capitaneado pelo Brasil e as tratativas isoladas entre o Uruguai e a China – corre o risco de ser interrompido. Outros organismos de integração regional, a exemplo da Unasul (União das Nações Sulamericanas) e da Celac (Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos) devem se enfraquecer. Ainda é cedo para falar das relações comerciais. Além disso, a extrema-direita global volta a ter uma base institucional forte no continente. O resultado das urnas do outro lado do rio da Prata deve acender uma luz amarela no governo Lula. Eleito numa jornada memorável contra a extrema-direita, a administração empossada em 1º. de janeiro decidiu tocar burocraticamente a vida, como se não vivêssemos em tempos excepcionais interna e externamente. Políticas de contemporização em todas as áreas – militar, diplomática e parlamentar em especial – e a adoção de um duro arcabouço fiscal que provocará contração do investimento público, com planos de cortes nos pisos constitucionais de saúde e educação, privatizações a granel via parcerias público-privadas e contração fiscal que possivelmente provocará uma recessão em 2024 arrisca corroer os índices de aprovação popular do governo.

O país vive um interminável ajuste fiscal desde o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, cuja consequência tem sido medíocres taxas de crescimento econômico. A rota do ajuste interminável é semelhante à seguida por Alberto Fernández. Embora Brasil e Argentina vivam realidades distintas e a economia brasileira seja muito maior, uma contração nos próximos anos pode trazer resultados políticos preocupantes. Em especial se lembrarmos que a extrema-direita brasileira segue ativa nas Forças Armadas, no Congresso e nos governos dos seis estados do Sudeste, que somam 68% do PIB nacional. Embora derrotado

eleitoralmente, o neofascismo pátrio segue ativo politicamente. Um perigo para 2026.

Vitória de Milei: futuro incerto para Argentina e América Latina

29 de novembro de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Gabriel N. Silva, Ivan Cersosimo Valverde, Luiza Rodrigues, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

As eleições na Argentina aconteceram em um cenário de crise econômica e política. A discrepância de resultados entre as PASO, o primeiro turno e o resultado final face à maior abstenção eleitoral desde a redemocratização demonstra um descontentamento sério dos argentinos. O vencedor, Javier Milei, dificilmente ajudará o país a sair da crise em que se encontra.

Resultado da eleição

A LONGA E TORTUOSA CORRIDA ELEITORAL na Argentina teve um final surpreendente não apenas pelo resultado em si, mas por suas decorrências. Javier Milei sagrou-se presidente com 55% de votos válidos contra 44% de Sergio Massa. O ultradireitista teve uma disputa eleitoral orientada pelos discursos anti-castas, isto é, contra as dinâmicas da política argentina.

Milei e Bullrich - a candidata do direitista Mauricio Macri - se aliaram durante toda a campanha do segundo turno, o que se mostra contraditório com o discurso de ambos nas respectivas campanhas do 1º turno, no qual tanto Bullrich quanto Milei se encontravam em posições antagonicas assim como Milei e Massa. Também vale ressaltar que Massa tentou aplicar na reta final táticas de intimidação sobre metas e discursos do adversário a respeito de seus impactos e consequências para o país como um todo, que futuramente renderam acusações de Milei a respeito de Massa estar usando uma "campanha suja" no final das eleições por basear

sua campanha no medo e nos ataques. Milei, por outro lado, focou em uma campanha de suposta ruptura com o mundo político-institucional do país, e de como as soluções deveriam partir de alguém de fora desse meio, acusando à capacidade do Estado como um todo de administrar suas responsabilidades com a população assim como prover maneiras eficientes de sair da crise em que a Argentina se encontra.

Sergio Massa reconheceu imediatamente sua derrota e parabenizou o adversário. Alguns números do resultado surpreendem. Houve uma participação de 77% do eleitorado no primeiro turno e 76% no segundo. A distribuição de votos no candidato extremista superou as expectativas. Em Córdoba, a segunda província mais populosa do país, deu a Milei 74% dos votos e em Santa Fé, a terceira maior, lhe deu quase 63%. Anteriormente, a província de Buenos Aires era uma base forte para o peronismo. Mesmo ganhando, a vitória de Massa foi apertada: 50,76% a 49,26% Na Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) o resultado foi inverso: 50,46 para Milei contra 49,53 para Massa.

Quem é Javier Milei?

Javier Milei não era uma figura publicamente associada ao mundo da política até 2020. No ano seguinte, sua coligação La Libertad Avanza conquistou cinco lugares na Câmara dos Deputados. O novo presidente passou a usar as redes sociais e mídias formais com séries de ataques histriônicos ao governo Fernandez.

Milei se destacou nas 'Paso' - as primárias -, com os votos dos jovens, parcela do eleitorado mais atingido pela quase falência econômica que resulta em alta inflação, pobreza extrema, desvalorização da moeda, falta de investimento externo e falta de perspectivas futuras. Para os eleitores, o discurso rupturista fez com que houvesse um expressivo deslocamento de votos para a direita. A Argentina agora se depara com uma incógnita sobre o futuro.

É curioso lembrar que o ex-presidente Maurício Macri passou a apoiar o candidato que o atacou com tanta virulência quanto aquela dedicada a Sergio Massa. A Argentina está em um longo período de crises que deixaram a população sem expectativas nas saídas políticas convencionais. Milei sempre se apresentou como alguém capaz de procurar saídas fora da institucionalidade.

Perspectivas imediatas

O cenário pós-eleitoral é repleto de perguntas. Como ficarão a dolarização da economia, o fim do Banco Central, o enxugamento do Estado - a começar pela extinção de diversos ministérios (como os da Cultura, das Mulheres e da Ciência e Tecnologia) -, as privatizações e a política externa? Não há respostas prontas, é necessário ir à raiz do problema.

Vale lembrar que um presidente precisa de apoio no Congresso para colocar em prática suas promessas. Milei não tem esse apoio, mas pode conseguir ao chegar ao poder, unindo a centro-direita e a direita tradicional em sua base, apesar das dificuldades, considerando o aumento da fragmentação partidária observada nas últimas eleições.

Não está claro se a vitória de Milei representou um apoio maciço da população às suas promessas, que envolvem cortes profundos no investimento estatal. Tudo indica ter sido mais uma de rejeição ao peronismo do que a afirmação de alternativas consistentes. Caso não consiga melhorar a situação econômica do país, o ex-economista corre o risco de perder o apoio conquistado, com sérios problemas para a governabilidade do país.

As relações com o principal vizinho

O resultado eleitoral representa um frio à tendência progressista observada na região a partir de 2019. Desde a posse do presidente Lula em janeiro deste ano, governos de variadas matizes progressistas estão instalados em 8 dos 12 países sul-americanos. Esse cenário sofrerá uma alteração quando Milei tomar a presidência dia 10 de dezembro, caindo para 7 lideranças mais democráticas, o que faz com que a Argentina se some ao Uruguai e Equador, que desde 2019 rumaram para a direita, enquanto nesse mesmo período cinco países sul-americanos passaram a ter líderes de orientação distinta, sendo eles Bolívia, Brasil, Chile e Colômbia.

Em 2024, cinco países latino-americanos passarão por eleições que podem mudar o cenário político da região, sendo eles México, El Salvador, Panamá, República Dominicana e Uruguai.

A situação argentina acende um alerta para o progressismo latino-americano, e aos que defendem uma maior integração da região. Milei, a partir de suas propostas de campanha e declarações, pretende a desistência da entrada no BRICS, prevista para o início de 2024, a não negociação com Brasil e China, seus 2 maiores parceiros comerciais - "países comunistas", segundo ele. Milei também pensa que os Estados não devem interferir em negociações comerciais, que ficariam a cargo da iniciativa privada.

O desprezo da extrema e ultradireita latinoamericana pelo Mercosul não é novidade, nas articulações para a montagem do governo, Milei já vem amenizando o discurso do presidente eleito da Argentina, através de uma carta. Quanto à China, declarou que agradece o presidente Xi Jinping pelas felicitações dadas após sua eleição que me enviou através de uma carta desejando "bem-estar".

Esse tipo de comportamento não difere do de Bolsonaro, que em diversos momentos da campanha e inclusive no poder criticava a China, em uma demonstração de maior alinhamento com os EUA, mas na prática as relações comerciais com o país asiático seguiram. O discurso de líderes ultra-direitistas, ressalta-se, é muitas vezes direcionado a sua base eleitoral, mas apresenta pouca viabilidade prática.

40 anos da democracia argentina

Além das propostas e medidas nas áreas econômica e social, uma das questões que levava a dúvida da vitória de Milei na Argentina são suas declarações negacionistas em relação à ditadura militar.

Em diversas ocasiões, incluindo o primeiro debate presidencial, Milei alegou que teriam sido 8.753 desaparecidos entre 1976 e 1983, número menor do que o oficialmente registrado. A Conadep (Comisión Nacional sobre la Desapareción de Personas) consta que o número de registros oficiais é de 8.971 pessoas desaparecidas, sendo um número aberto, e a estimativa é de há 30.000 desaparecidos. A questão por trás dos números não é meramente quantitativa, é um discurso de agressão contra a memória das pessoas desaparecidas e da história Argentina.

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a julgar os militares por seus crimes ao restaurar a democracia. A Comissão da Memória, Verdade e Justiça, as Madres da Praça de Maio, a Guerra das Malvinas e o Nunca Más são fortes e presentes na história nacional.

O ano de 2023 é marcante para os argentinos pelas eleições e por completar 40 anos de democracia no país, após a última ditadura militar. É importante questionar o que levou os eleitores a decidirem pelo voto na extrema-direita e ignorar temas ainda tão presentes na vida cotidiana. A percepção vivida na Argentina pode ser estendida a todo o continente latino-americano.

Eleições no Paraguai: a hegemonia colorada e a história recente

02 de maio de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes, Felipe Teixeira da Silva, Gustavo Mendes de Almeida, Henrique Mario de Souza e Laura do Espírito Santo Silva

Em 30 de abril, o Paraguai escolheu, nas urnas, pela continuidade da hegemonia do Partido Colorado. Santiago Peña foi eleito presidente com 42,7% dos votos e deixou para trás o seu principal adversário, Efrain Alegre, que obteve 27,4% dos votos. A vitória foi decidida em turno único e o novo presidente terá mandato de 5 anos. Para além da permanência do Partido Colorado, a eleição traz questões sobre o avanço da China no continente e a formação de frentes amplas que competem com a presença contundente da extrema-direita.

SANTIAGO PEÑA, ECONOMISTA DE 44 ANOS, nascido na capital Asunción, saiu vitorioso em sua primeira participação em uma eleição nacional. Apesar da pouca experiência política, já integrou o diretório do Banco Central e foi ministro das Finanças do ex-presidente Horacio Cartes (2013-18), que esteve ao seu lado quando se filiou ao Partido Colorado. Peña compõe a ala mais liberal do partido: declara-se pró-Mercosul e anti-Venezuela. Entre suas alianças internacionais, destaca que irá preservar as relações diplomáticas com Taiwan e que mudará a embaixada paraguaia de Israel para Jerusalém, como havia feito Cartes durante o seu mandato e que havia sido desfeito por Mario Abdo, presidente até 2023.
O Paraguai está entre os 20 países com maior produção de hidroeletricidade do mundo. Isso se dá, principalmente, por conta de duas grandes usinas localizadas nas fronteiras com os territórios brasileiro e argentino. Com o Brasil, o Paraguai compartilha a usina de Itaipu, a

segunda maior do mundo, e com a Argentina a de Yaciretá. Programada para acontecer em agosto de 2023, uma revisão do tratado firmado entre Paraguai e Brasil redefine a distribuição da energia produzida e a obrigatoriedade da venda do excedente. Santiago Peña se diz otimista por poder negociar com o presidente Lula e diz prezar por um acordo que julgue mais justo.

Além da questão energética, outro assunto que parece ser prioritário para o novo governo é a exportação de commodities. A necessidade por uma renovação da parceria com a China é uma demanda crescente no país, já que o Paraguai é o sexto maior produtor de soja do mundo.

Desde 1957, durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), o Paraguai é aliado de Taiwan e é um dos poucos países que prioriza, ainda hoje, essa aliança em detrimento de uma aproximação com a China. Esse alinhamento dos tempos da Guerra Fria também é defendida por Peña e vai no caminho contrário das propostas do adversário Efrain Alegre. O Paraguai é um dos sete países do continente que ainda mantém relações preferenciais com Taiwan. Os outros são Guatemala, Belize, Haiti, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas.

O fortalecimento da extrema-direita

Pode-se considerar que o resultado mais inesperado dessa eleição foi a expressiva votação de Paraguayo "Payo" Cubas, com 22,92% do total. O líder da extrema-direita obteve o terceiro lugar, com cerca de 700 mil votos, em um universo de pouco mais de três milhões de votos. A poucos dias da eleição, apresentou um aumento de oito pontos percentuais em intenções de voto. O candidato é frequentemente caracterizado como o "Bolsonaro do Paraguai" e já deu declarações xenofóbicas associando o crime organizado à migração de brasileiros ao seu país. Payo não é um caso isolado na região, uma vez que Luis Fernando Camacho (Bolívia), José Antônio Kast (Chile), Rodolfo Hernández (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil) se colocam como lideranças regionais da extrema-direita. Para além desses exemplos, podemos verificar a ascensão de Javier Milei na Argentina, um ultra-direitista que deve ser candidato à presidência na eleição de 2023.

Cubas apresenta similitudes com seus pares sul-americanos, como ameaças a tribunais, desconfiança acerca da lisura dos processos eleitorais, o flerte com a instituição de regimes autoritários – com o intuito de dissolver o Congresso e rasgar a Constituição – além de uma política econômica neoliberal. Na esteira da crescente de figuras da extrema direita europeia e, principalmente, após a eleição de Donald Trump nos EUA em 2016, este movimento se espraiou para a América do Sul e tem feito com que personagens supostamente "antissistema" ganhem espaço no cenário político dos países.

O monopólio colorado

O Partido Colorado ocupa o cargo da presidência da República desde 1947, fazendo parte

de governos democráticos e autoritários. Durante esses anos, sofreu uma única derrota, em 2008, com a eleição de Fernando Lugo (2008-2012), deposto por um golpe parlamentar em 2012, um ano antes de terminar seu mandato.

Na eleição de 2023, a escolha pelo representante do partido foi marcada por fortes disputas internas lideradas por Horacio Cartes, caracterizado como "significativamente corrupto" pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, e por Mario Abdo, atual presidente e integrante da ala apoiadora do ditador Stroessner.

A eleição no Paraguai é em turno único, e para vencer basta que o primeiro colocado tenha um voto a mais que o segundo. Em 2023, 4,8 milhões de cidadãos maiores de idade, naturais ou naturalizados compõem o eleitorado. Dentre eles, cerca de 41 mil puderam votar em embaixadas e consulados em países como Argentina, Estados Unidos e Brasil. O maior número de eleitores está concentrado na região central e na capital do país, Assunção.

O voto é obrigatório no país. No entanto, o índice de abstenção foi alto na eleição anterior, em 2018, quando apenas 61,4% do eleitorado compareceu. A fim de aumentar a participação eleitoral, instaurou-se uma multa de G$98 mil (equivalente a R$68,00) para os cidadãos que não comparecerem e não justificarem sua ausência. O Sistema Eleitoral paraguaio conta com uma combinação entre urna eletrônica e cédulas impressas. O eleitor insere um cartão de papel na urna eletrônica e escolhe os candidatos na tela. Ao confirmar os votos, a máquina retorna o cartão impresso que deve ser inserido na urna de cédulas impressas. A contagem é feita com os dados eletrônicos e confirmados através das cédulas. Além disso, ao concluir o voto, o eleitor molha o dedo indicador em uma tinta preta que permanece cerca de 24h na pele, o objetivo é garantir que a mesma pessoa não consiga votar em mais de uma seção.

O bipartidarismo não escrito

O Paraguai constitui-se em um exemplo de hegemonia histórica entre dois partidos que se revezam no poder, o Partido Liberal e o Partido Colorado. As raízes de ambos remontam ao fim do século XIX, e dão contornos de um bipartidarismo não oficial. Na eleição de Fernando Lugo, apoiado inicialmente pelo Partido Liberal, que lançara Federico Franco como vice-presidente em uma frágil aliança que logo se desmancharia. O ponto culminante foi o impeachment de Lugo e a ascensão de Franco como presidente entre 2012-13.

O bipartidarismo não escrito do Paraguai é materializado pela divisão quase perfeita do século XX entre mãos azuis (Partido Liberal) e vermelhas (Partido Colorado). A primeira metade do século passado pode ser vista como uma hegemonia liberal, e a segunda como colorada. Com base neste fato, que só encontra semelhança no Uruguai – na disputa entre o Partido Nacional e o Partido Colorado uruguaio, também interrompida por uma frente ampla recentemente -, consideramos pertinente resgatar as raízes destes rivais, que em 2023 se colocaram novamente como as principais forças políticas do Paraguai.

Partido Colorado

A Asociación Nacional Republicana-Partido Colorado foi fundada no ano de 1887 pelo General Bernardino Caballero, ex-combatente na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), e José Segundo Decoud, precursor do liberalismo econômico em solo paraguaio. A agremiação nasce com um forte apelo nacionalista, sob os escombros do conflito que dizimou o Paraguai e mudou de vez o destino de um dos países mais prósperos da região até o início da guerra. Amalgamando o liberalismo econômico e o conservadorismo social, o Partido Colorado constitui-se em uma clássica agremiação de direita, e conseguiu estabelecer-se como o principal partido político do Paraguai, construindo uma hegemonia de poder que foi traduzida no século XX por seis décadas ininterruptas controlando o Palácio de los López. Ao longo deste período de sessenta anos, 45 desses configuram o governo do ditador Alfredo Stroessner, que comandou o país com mãos de ferro, numa das ditaduras mais longas e violentas da América Latina.

O predomínio Colorado só fora interrompido na eleição de 2008, quando sua candidata, Blanca Ovelar, foi derrotada pelo ex-bispo Fernando Lugo, que liderou uma aliança composta por partidos de esquerda e centro-esquerda, mas também pelo Partido Liberal (PLRA). Após quase quatro anos no poder, Lugo sofreria um golpe parlamentar no ano de 2012, em um movimento que demonstra a fragilidade da aliança com o PLRA – que já havia se esfacelado apenas um ano após a vitória nas urnas -, mas também a força que o Partido Colorado exerce na política paraguaia. Os colorados encabeçaram a oposição à Lugo, com uma bancada que dominava cerca de 1/3 dos assentos na Câmara dos Deputados e no Senado à época. Após um breve governo de Federico Franco (PLRA), vice-presidente de Lugo, o Partido Colorado assume novamente as rédeas, com dois mandatos consecutivos de Horacio Cartes (2013-2018), com a ascensão do presidente Mário Abdo Benitez e, agora com a vitória de Santiago Peña, que governará o Paraguai até 2028.

Partido Liberal (PLRA)

O Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) nasce em 1978 como herdeiro do Partido Liberal, fundado no mesmo contexto do Partido Colorado, em 1887. Adepto do liberalismo social e econômico, o PLRA traz também a promoção de justiça social como uma de suas agendas, o que coloca o agrupamento como uma espécie de progressismo moderado, variando entre a centro-direita e centro-esquerda. Tornou-se o principal polo de oposição institucional a Stroessner.

Desde a sua fundação, o PLRA vêm se consolidando como a segunda força no cenário político, resultado obtido em todos os pleitos desde então, situação que vai desde os percentuais mais tímidos em contexto de eleições fraudadas por Stroessner, até o melhor resultado do partido como cabeça de chapa, justamente na eleição de 2018, quando Efraín Alegre – candidato liberal derrotado em 2023 – conseguiu 43,1% dos votos, perdendo para Abdo Benítez por uma diferença de apenas 90 mil votos. A força do PLRA, seu contraponto aos Colora-

dos e o bipartidarismo não oficial do Paraguai são demonstrados pelo poder que os liberais também possuem no Congresso, onde costumam ter quase 1/3 das cadeiras, situação que faz com que liberais e colorados acabem deixando pouco espaço para as demais legendas.

Ditadura Stroessner (1954-1989)

O golpe de 1954, coordenado pelo general Alfredo Stroessner originou-se na instabilidade político-socioeconômica gerada a partir da Guerra do Chaco, conflito entre Paraguai e Bolívia ocorrido entre 1932 e 1935, gerando uma profunda crise econômica no Estado. Em 1936, ano seguinte à guerra, emergiu a Revolução Febrerista organizada pelo coronel Rafael Franco, que implementou a reforma agrária e reconheceu os direitos trabalhistas. No entanto, a revolução dos febreristas foi freada por uma contrarrevolução do Partido Liberal, que impediu que outras reformas estruturais fossem executadas e dominou a cena política por anos, resultando na ditadura do general Higinio Moríngio (1940-1948) e na Guerra Civil de 1947. A era de dominação do Partido Colorado iniciou-se com Federico Chaves, presidente eleito em 1949 após uma sucessão de presidentes provisórios que governaram o país no período pós-renúncia de Moríngio, em 1948. Chaves assume a presidência e se vê diante de uma economia devastada pela alta inflação e estagnação da produção agrícola e pecuária. Inicialmente, o presidente toma algumas medidas que buscam contornar a situação e evitar uma crise famélica, no entanto, conforme o cenário vai se agravando com a desvalorização cambial, fuga da mão de obra especializada e do capital estrangeiro, o então chefe de Estado assume uma postura repressora e passa a perseguir seus opositores a fim de conter qualquer agitação que demonstra fragilidade em seu governo.
Mesmo com todos os esforços, em 1954 o PIB per capita diminuiu consideravelmente e o mercado paralelo de câmbio e produtos básicos aumentou, afastando os investidores. Com o agravamento da crise econômica, Epifanio Méndez Fleitas, presidente do Banco Central, uniu-se com alguns apoiadores e com as Forças Armadas, a fim de implementar um auxílio financeiro do peronismo argentino e do FMI no Paraguai, contudo, Federico Chaves foi veementemente contra essa ideia. Assim, iniciou-se o plano de derrubada do presidente da República, com articulações de Méndez Freitas e Alberto Stroessner, general das Forças Armadas que se destacou na Guerra Civil de 1947. Em 3 de maio de 1954, apoiadores de Stroessner tentaram assumir o comando de uma base militar próxima à capital de Assunção, mas foram presos por ordem de Federico Chaves. Com o apoio dos EUA, Stroessner reagiu e deu-se início ao golpe que depôs o então presidente eleito e instaurou a ditadura civil-militar. Em princípio, o Partido Colorado indicou Tomás Romero Pereira à presidência interina e Stroessner tomou posse em 15 de agosto de 1954.
Alberto Stroessner tornou-se presidente da República, comandante das Forças Armadas e presidente do Partido Colorado. Tal feito garantiu-lhe a consolidação do seu regime, que ficou conhecido por ser corrupto e repressivo. Stroessner exilou Méndez Fleitas e seus seguidores, para garantir que o ex-presidente do banco central não mobilizaria um golpe contra

ele, assim como fez com Chaves. No exército, manteve apenas os militares que apoiavam seu governo. O ditador manteve as eleições para evitar revoltas como as que aconteceram em países vizinhos da América Latina, mas os resultados das urnas eram sempre os mesmos.
Surgiram alguns movimentos de oposição à ditadura stroessner, como o CPT (Central Paraguaya de Trabajadores) e o PCP (Partido Comunista Paraguayo), além das organizações de guerrilha como a FULNA (Frente Unido de Liberación Nacional) e o M-14 (Movimento 14 de Mayo). As igrejas católicas também resistiram à opressão do ditador, dando origem às LACs (Ligas Agrárias Cristianas), organizações de camponeses e trabalhadores sem terras, no entanto, todos foram reprimidos em ações do exército.
Após ser "reeleito" oito vezes, Stroessner foi derrubado por um golpe de Estado em 1989, organizado pelo general Andrés Rodríguez, que aproveitou-se da desaceleração econômica que o país vinha sofrendo para articular a queda do ditador. A crise econômica aumentou o descontentamento da população e possibilitou o ressurgimento de movimentos sociais de oposição, como o MIT (Movimiento Intersindical de Trabajadores) e o MCP (Movimiento Campesino Paraguayo), que passaram a se defender e denunciar as invasões de terras pelos grandes pecuaristas, intensificando a desconfiança em relação ao ditador deposto.
Alfredo Stroessner não foi processado ou julgado por nenhum de seus crimes e recebeu asilo político no Brasil, onde residiu até falecer em 2006.

O último golpe

Para compreender o contexto de acirramento da disputa eleitoral no país, é fundamental retomar os principais pontos de inflexão na memória democrática paraguaia. A história do Paraguai é marcada por golpes de estado e, em 2012, ocorreu o episódio mais recente. Ainda em 1811, o país conquistou sua independência e constituiu-se como a primeira república da América espanhola. Já em 1936, o Coronel Rafael Franco liderou um golpe militar que forçou o então presidente, Eusébio Ayala a renunciar o cargo. Um ano após o golpe, em 1937, o governo Franco foi derrubado e, em 1939, José Félix Estigarribia foi eleito presidente. Já em 1954, o Presidente Federico Chavez sofreu um golpe militar que mudou completamente os rumos políticos no Paraguai. O golpe foi coordenado por Alfredo Stroessner, que presidiu o país até 1989, quando foi derrubado por outros líderes do seu partido em mais um golpe de estado.
Em 2008, o ex-bispo católico Fernando Lugo, democraticamente eleito, encabeçando a Frente Guasú, uma chapa composta por setores populares e partidos políticos de esquerda e centro-esquerda – como pode ser considerado o caso do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Durante sua campanha como oposição, Lugo declarou que tinha o objetivo de promover uma reforma agrária, um sistema de saúde universal e a recuperação da soberania energética. Tais promessas fizeram com que Lugo fosse eleito com 41% dos votos.
Fernando Lugo teve uma difícil missão ao assumir o cargo: ser um presidente socialista liderando um país historicamente conservador. Em 2009, surgem na mídia diversos escândalos

Paraguai, a longa sobrevivência colorada

06 de setembro de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Ivan Cersosimo Valverde,
Luiza Rodrigues de Oliveira e Mônica Almeida Peña

Governado pelo mesmo partido quase que ininterruptamente desde 1947, o Paraguai tem no Brasil um importante parceiro comercial. O país busca ampliar as exportações de produtos para o Brasil, ao mesmo tempo em que se esforça para desenvolver sua agricultura e avançar no setor energético. Além disso, o Paraguai tem demonstrado interesse em reverter a situação alarmante de violência de gênero presente em seu território, mas os avanços ainda não são palpáveis.

A importância mútua entre Paraguai e Brasil

DESDE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA, encerrada há um século e meio, as relações entre Brasil e Paraguai sempre foram intrincadas. Isso vale para o intenso comércio entre as cidades gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, até assuntos como a usina hidrelétrica binacional de Itaipu, passando pelo fato de facções do crime organizado operarem dos dois lados da fronteira. O Brasil é líder em investimentos estrangeiros no país desde 2021, como exposto pelo próprio ministro da Economia paraguaio, Carlos Fernández Valdovinos, em entrevista ao jornal Valor Econômico no dia 31 de agosto de 2023.

Esse cenário, conforme o que diz o ministro, torna interessante o pragmatismo na administração pública, buscando substituir gradualmente determinadas importações que o Brasil faz de produtos chineses de baixo valor agregado, já que a China vem diminuindo – ou, ao menos, desacelerando – seu investimento nessa área, assim aproveitando o baixo custo de mão de obra e alta produtividade paraguaia.

Valdovinos acredita que seria um cenário de ganha-ganha, uma vez que a empregabilidade no Brasil não estaria em jogo, por se tratar somente de uma substituição das importações de

baixo valor agregado chinesas. O governo do novo presidente Santiago Peña acredita que todas as discussões e planejamentos têm de passar pelo Mercosul. “Nada fora dele” tem repetido Peña em várias entrevistas, fazendo coro com diretrizes do Governo Lula. Nesse aspecto, Assunção se diferencia do que prega o atual governo Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai. Peña vai além e defende que o Mercosul seja palco para discussões climáticas. Apesar do ministro reconhecer que as discussões entre os países do bloco sejam demoradas, ele crê ser esta a maneira correta de lidar com temas do comércio internacional.

Democracia e hegemonia “colorada”

O Paraguai possui um processo histórico-político pelo qual se desenvolveu uma disputa hegemônica-institucional entre dois partidos nos últimos 30 anos. O Partido Colorado, do qual Peña faz parte, governa o país quase ininterruptamente há 66 anos. Fundado em 1887, representa a direita autoritária, nacionalista e que se equilibra entre o liberalismo econômico e o conservadorismo social. Sua principal liderança foi o general Alfredo Stroessner, que comandou a mais longa ditadura da América do Sul, entre 1954 e 1989.

Já o Partido Liberal Radical Autêntico foi fundado em 1978 em oposição à ditadura Stroessner e se pauta pelo liberalismo socioeconômico. A agremiação integrou a frente que levou Fernando Lugo à presidência (2008-2012). Lugo foi derrubado por um golpe parlamentar similar ao de Dilma Rousseff no Brasil. No Paraguai, a celeridade do processo foi digna de nota: Lugo teve apenas 24 horas para preparar sua defesa e duas horas para apresentá-la. Em jogo de cartas marcadas, foi derrotado por 39 votos a 4 no Senado.

Empossado no dia 15 de agosto de 2023, o colorado Santiago Peña venceu a disputa eleitoral embalado num discurso economicista e anticorrupção. O atual governante é um economista de 44 anos, com formação nos Estados Unidos e uma passagem pelo Fundo Monetário Internacional. Foi ministro da Fazenda durante o governo de Horácio Cartes (2013-2018). Peña apresentava-se como técnico e se filiou à agremiação depois de entrar no governo. Cartes foi investigado pela Lava Jato e, durante a campanha para a eleição de 2023, Peña teve que dar explicações sobre seu antigo chefe.

A aproximação entre o economista e o partido parecia natural devido ao fato do pai de Peña ter sido secretário privado de Stroessner. A vitória colorada representa a manutenção hegemônica no Paraguai, estabelecida com poucas interrupções desde agosto de 1948, com o então presidente Juan Natalicio González.

Os projetos de Peña

O presidente Lula compareceu à posse de Santiago Peña, em agosto de 2023. Tendo o Brasil como seu principal parceiro comercial e abrigando a 3ª maior comunidade brasileira fora do Brasil, a presença de Lula, dentre outros líderes de Estado, marca a defesa da estabilidade na região. No dia 15 de julho de 2023, Peña já havia sido recebido pelo governador de São Paulo, Tarcisio de Freitas (Republicanos-SP), em uma reunião para prospecção de futuros negócios

e estreitamento de laços. Na oportunidade, recebeu a medalha da Ordem do Ipiranga, mais alta honraria concedida pelo Estado de São Paulo.
A vitória de Peña representou uma derrota para "Payo" Cubas, liderança ascendente da extrema-direita paraguaia. Mesmo externando diversas declarações xenofóbicas e anti-institucionais, Cubas alcançou significativos 22% dos votos. Uma de suas intervenções que virou polêmica foi a de que haveria "100 mil 'brasileiros bandidos no país' que deveriam ser mortos".

A renegociação do tratado de Itaipu

A energia gerada na usina de Itaipu, embora importante, não é o ponto principal na relação entre Brasil e Paraguai. Santiago Peña diz que receber maiores pagamentos pela energia não é o ponto principal nas relações com o vizinho, mas sim seu uso da eletricidade para gerar empregos e movimentar a economia. Entretanto, o governo paraguaio pede mudanças no acordo sobre a usina que pertence aos dois países. O acordo de Itaipu foi firmado em 1973, mas foi em 1984 que a usina começou a funcionar, abastecendo cerca de 20% do território brasileiro e 90% do Paraguai.
Os dois países detêm participações iguais sobre a energia gerada em Itaipu. Contudo, como sua construção foi quase integralmente bancada pelo Brasil, o país vizinho integraliza a dívida daí decorrente em fornecimento de energia. O montante estará quitado até dezembro.
A partir daí, a pretensão paraguaia é de vender a energia excedente ao Brasil, ou a outros países interessados, a preço de mercado. O Brasil, por sua vez, tem expectativa pela redução de tarifas para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, cujas distribuidoras adquirem por lei a energia de Itaipu.
A renegociação inclui ainda o Anexo B do tratado, que prevê a construção de uma eclusa de navegação – obra de engenharia que permite que as embarcações subam e desçam rios em locais onde há desníveis -, para ligar a hidrovia Tietê-Paraná com os portos na Argentina e no Uruguai. Entretanto, nesses 50 anos, a obra não foi feita.
O país tem tentado (com relativos sucessos localizados) descolar os focos principais de sua economia para outros setores além da produção energética, buscando atender diversas demandas agrícolas. O governo paraguaio tem feito esforços para tentar envolver sua população na produção agrícola familiar, para assegurar algum grau de estabilidade frente a indústria alimentícia estrangeira.

A violência de gênero no Paraguai

A realidade das mulheres do Paraguai é semelhante à realidade de seus vizinhos latino-americanos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 1 em cada 3 mulheres e meninas de 15 a 49 anos nas Américas já sofreu violência física e/ou sexual por parceiro ou não parceiro. Além de consequências extremas como homicídio ou suicídio, esse tipo de violência causa problemas a curto, médio e longo prazos, para a saúde física, mental, sexual

e reprodutiva das sobreviventes.
O Paraguai já foi um país com predominância de população feminina como consequência da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil/Argentina/Uruguai contra Paraguai). Segundo a historiadora, socióloga e ativista feminista argentina, Dora Barrancos, especialista em História dos Feminismos na América Latina, o conflito acarretou a perda de cerca de 80% de sua população masculina.
Com o passar do tempo, essa diferença deixou de existir. De acordo com o Instituto Nacional de Estadística (INE), em 2022, o país contava com uma população de 7.453.695 habitantes, sendo 50,3% de homens e 49,7% de mulheres. O direito ao voto feminino foi conquistado somente em 1961, com a promulgação da Lei de "Derechos Políticos de la Mujer".
Em 1992, foi criada, por lei, a Secretaria de la Mujer, subordinada à Presidência da República, com o objetivo de defender a participação das mulheres na vida política, familiar e econômica. Em 2012, a Secretaria se transformou no Ministério de la Mujer, tendo também como objetivos: prevenir e atender todo e qualquer caso de violência. O Ministério é responsável, entre outras coisas, pelo atendimento a mulheres das áreas urbana e rural, com serviços em unidades descentralizadas pelo país para assistência a vítimas de violência de gênero.
Em 2016, foi promulgada a Lei nº 5777, de proteção integral às mulheres e contra toda forma de violência. Essa lei penaliza qualquer forma de agressão e discriminação contra as mulheres. Também estabelece, entre outros direitos, que as mulheres têm direito à vida; à integridade e à saúde física, mental e psicológica; à educação; à dignidade; à liberdade; à igualdade perante a lei; à liberdade de pensamentos, consciência e expressão; à intimidade; de propriedade; de acesso à justiça; de participarem dos assuntos públicos; de não serem submetidas a tortura ou a penas cruéis ou desumanas.
Apesar da existência da lei, entre 2019 e 2022, foram registradas no país 143 mortes violentas de mulheres por razão de gênero, o que corresponde a, aproximadamente, um feminicídio a cada 10 dias, de acordo com dados do Banco Mundial. Os casos ocorreram em todas as regiões do país. As vítimas estão concentradas na faixa de 18 a 44 anos, mas podem ser encontradas em todas as faixas etárias, de um a 69 anos. Na maior parte das vezes, o crime foi praticado por pessoas próximas às mulheres, como maridos, companheiros, irmãos e filhos. São relativamente poucos os casos praticados por estranhos.
Mesmo o Paraguai sendo um dos 193 países que se comprometeram em 2015, na ONU, a cumprir com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030, a situação das mulheres está longe de ser a ideal. O combate à desigualdade de gênero e a busca pelo fim da violência contra a mulher fazem parte do objetivo nº 5 dos ODS. Em 2018, o Ministério de la Mujer, com a assessoria da ONU Mulheres, lançou o IV PlaNI – Plano Nacional de Igualdad – 2018-2024, que procura cumprir seu compromisso pela busca da igualdade entre mulheres e homens, incluído o ODS 5 da Agenda 2030.
O IV PlaNI tem o objetivo de "avançar para uma igualdade real e efetiva, eliminando os obstáculos que a dificultam ou impedem e eliminando todas as formas de discriminação".

O plano pretende criar condições para que o país chegue em 2030 com igualdade de gênero em diversos campos, inclusive com a diminuição dos números de feminicídios e casos de violência contra as mulheres.
Porém, até o momento, todas essas medidas não têm obtido a eficácia desejada. Segundo registros do Observatorio de Igualdad y No Discriminación do Centro de Documentación y Estudios vinculado ao Ministério de la Mujer, até o mês de julho de 2023 foram registrados 31 casos de feminicídio, incluídos 3 casos de paraguaias mortas no exterior.

Chile: vitória da direita e da extrema direita nas eleições constituintes

16 de maio de 2023

Por Gilberto Maringoni

Com quase 100% das urnas apuradas nas eleições para a nova assembleia constituinte no Chile, tudo indica que o Partido Republicano, de extrema-direita, fará individualmente o maior número de cadeiras.

A agremiação de José Antonio Kast, que perdeu para Gabriel Boric a disputa presidencial de 2021, terá 22 assentos de um total de 51. É seguido pelo Unidad por Chile, que representa a aliança governista de centroesquerda, que alcança 17 lugares e por Chile Seguro, também de direita, que conquistou 11. Haverá um representante dos povos originários, que somam 12% da população. O coletivo será paritário entre homens e mulheres.

O conservadorismo terá, assim, 32 votos, obtendo o total de 3/5 para para aprovar qualquer proposta constitucional.

É uma situação gravíssima do ponto de vista democrático. Se já era um pato manco, o governo Boric perde agora totalmente a capacidade de iniciativa e de definição da pauta nacional. Ocorre uma reversão da tendência de giro à esquerda manifestada em três oportunidades entre 2020-21: o plebiscito para a convocação original da convenção constituinte, a eleição dos delegados e a vitória de Gabriel Boric à presidência.

Boric constituiu um governo ambíguo internamente e alinhado a Washington no plano internacional. Eleito no impulso das movimentações populares de 2019-20, não conseguiu corresponder às enormes expectativas sociais por mudanças. Isso se deu em especial por seu apego às políticas de austeridade fiscal

O governo nunca teve o controle pleno do aparato de segurança estatal e demorou quatro meses após a posse para apresentar medidas que melhorassem a vida do povo de forma imediata. A queda de popularidade foi acentuada ao longo de um ano de mandato.

Sua maior derrota se deu no plebiscito para a aprovação do anteprojeto de Constituição, em setembro último. Sem comando claro – apesar dos setores progressistas contarem com 117 lugares em um total de 155 convencionais – os integrantes aprovaram medidas que deram argumentos para uma pesada campanha conservadora, repleta de fake news. Entre elas estava a introdução do direito ao aborto na Carta Magna – algo inexistente em qualquer outro país – e a defesa de um Estado plurinacional. Não se contesta aqui a justeza ou não dos dois pontos, mas a forma como foram apresentados.

A nova Constituição já chega com seu pré-projeto pronto: uma comissão de 24 "especialistas", indicada pela direção do Legislativo, de maioria conservadora, traçou as balizas para os cinco meses de prazo acordados para a apresentação da forma final da lei maior.

Além disso, um comitê técnico de admissibilidade composto por 14 pessoas juristas indicados pelo Senado tratarão de aparar arestas nas normas a serem debatidas.

O governo perdeu a iniciativa logo no início de seu mandato, quando ainda tinha alta legitimidade conferida pelo pleito então recente. É uma situação sem volta. Ou, como se diz no jargão da aviação de caça, não há segunda chance quando se perde a capacidade ofensiva em combate.

Por que a direita conseguiu a maioria dos votos nas eleições constituintes?

Entre os dias 6 e 11 de maio de 2023, Caio Vitor Spaulonci, pesquisador do GT América Latina do OPEB, esteve em Santiago do Chile e fez gravações exclusivas durante as eleições. Confira as considerações dele: No domingo, 7, aconteceram as eleições para a nova assembleia constituinte. Todos conhecem os resultados: uma vitória avassaladora da direita e da extrema-direita.

A PERGUNTA QUE MUITOS LÁ FAZIAM ERA: como o cenário mudou tanto em menos de dois anos. De vitórias do campo progressista por largas margens em 2020 e 2021, temos agora um giro de 180 graus.

Na segunda-feira saí às ruas, buscando gravar depoimentos, para tentar entender o ocorrido. Não se trata de uma pesquisa, com método, mas apenas opiniões quase aleatórias.

A maioria dos que procurei se recusou a gravar. Nenhuma dessas pessoas se declarou de direita.

Um grupo de trabalhadoras uniformizadas comentou que não se identificava nem com a direita, nem com a esquerda, que votaram nulo por estarem descontentes com os rumos da política. Outras opinaram que nada vai mudar.

Apesar da obrigatoriedade do voto, houve 17% de nulos e 4,6% de brancos.

A situação do Chile nos alerta para o perigo das campanhas de deslegitimação da política que, difundidas pelas mídias sociais, reduzem as discussões sobre os rumos do país a pontos demasiadamente simples, muitas vezes construídos com base em notícias falsas.

É algo que reduz a possibilidade de lutas por direitos coletivos.

Vejam as entrevistas no vídeo cujo link está em nota de rodapé. (legendas em português e inglês, selecione nas configurações do YouTube).[1]

---

1 Link do vídeo: https://youtu.be/zjDhOu5HJf8?si=i4sR9KHNz0_pmAvd

A guerra contra as mulheres mapuche[1]

08 de agosto de 2023

Por Aline Herrera Vasco, Audrey Andrade Gomes, Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Gabrielly Provenzzano, Geovanna Mirian, Giovanna Moreschi e Isabella Tardelli Maio[1]

Em outubro de 2022, mulheres de origem Mapuche foram presas sem uma justificativa legal na província de Rio Negro, Argentina. O episódio se soma aos vários casos de opressão contra o povo Mapuche e se associa à intensificação das atividades do agronegócio e da exploração de minérios na região. Para conseguir avançar no território, o poder público, o econômico e as autoridades militares têm como alvo as lideranças femininas.

EM OUTUBRO DE 2022, MULHERES DE ORIGEM MAPUCHE, habitantes de Bariloche, cidade argentina localizada na província do Rio Negro, sofreram uma violenta repressão. Na ocasião, autoridades militares desalojaram 10 famílias da comunidade Lof Lafken Winkul Mapu e detiveram 7 mulheres acompanhadas de crianças que estavam no local no momento da operação, realizada com o propósito de retirar famílias que, supostamente, ocupavam uma região pertencente aos Parques Nacionais de Villa Mascardi. Além disso, sob a alegação de não haver prisão feminina em Bariloche, as mulheres detidas foram transferidas para o Presídio de Ezeiza, em Buenos Aires, a 1,6 mil km de onde moravam. O episódio gerou intensa reação da sociedade civil e de representantes políticos, levando à renúncia da ministra de Mulheres, Gêneros e Diversidade da Nação, a advogada Elizabeth Gómez Alcorta.

Em abril de 2023, seis meses depois do ocorrido, a maioria das mulheres detidas inicialmente permaneciam em prisão domiciliar junto a seus filhos. Uma das pessoas presas é Betiana Colhuan, a machi da comunidade. A figura do/a machi é importante para o povo Mapuche,

1 Parceria entre o GT América Latina e GT Diversidade e desigualdade.

sendo considerada uma autoridade espiritual de destaque. A violência contra uma machi significa, portanto, um ato de profundo desrespeito com a tradição, a ancestralidade, a espiritualidade e cultura deste povo. Em uma gravação de áudio, Colhuan relatou que foi agredida verbal e fisicamente pelas autoridades.

Em agosto de 2017, o ativista ambiental e aliado à luta Mapuche Santiago Maldonado desapareceu após a intervenção da força militar argentina em uma manifestação. Seu corpo foi encontrado posteriormente, no rio Chubut. Meses depois, o ativista e integrante da comunidade Mapuche Rafael Nahuel foi assassinado a tiros pela polícia, durante uma ação de reintegração de posse, também em Villa Mascardi.

Os povos da etnia Mapuche são originários da América do Sul e habitam as regiões centro-sul da Argentina e do Chile. Estima-se que há mais de um milhão e meio de indígenas Mapuche e que cerca de 1.508.600 habitam território chileno e 205.000 habitam território argentino (Vela, 2018), o que revela sua importância e pertencimento regional.

Desde os anos 1990 diversas zonas da Patagônia argentina estão em posse de empresas privadas norte-americanas e europeias destinadas à exploração de minério e ao agronegócio. A violência na região vem se intensificando conforme cresce e se transforma de acordo com as atividades vinculadas ao extrativismo mineral e ao agronegócio, e neste contexto as províncias de Neuquén, Rio Negro e Chubut, habitadas pelos Mapuches, encontram-se em permanente disputa.

Um dos proprietários de terras da Patagônia é o britânico John Lewis. Dono de 12 hectares da província de Rio Negro, Lewis também detém parte da exploração da reserva de petróleo e gás natural de Vaca Muerta, além de ser acionista da Edenor, uma grande distribuidora de energia argentina. No ano passado, na 6a Marcha pela Soberania, a atuação do inglês no território foi denunciada por manifestantes e ativistas.

Em Vaca Muerta, na província de Neuquén, encontra-se uma formação geológica de 30 mil km2 que guarda a quarta maior reserva de petróleo não convencional e a segunda em gás não convencional do mundo. Combustíveis não convencionais têm uma proporção entre moléculas de carbono e hidrogênio maior do que os demais, o que implica mais emissão de dióxido de carbono durante a queima. Além disso, por estarem em estado sólido e depositados em regiões muito profundas, a extração e o refino desses combustíveis costumam demandar um gasto maior de energia. Uma das alternativas para ter acesso a esses minerais é a realização de fissuras no solo por meio do fracking hidráulico, prática que aumenta a incidência de abalos sísmicos, além de contaminar e consumir uma grande quantidade de água.

Uma nacionalidade em dois países

A reivindicação dos povos originários da América do Sul pelos seus direitos e pelos direitos da natureza entra em confronto com as lógicas econômicas, políticas, jurídicas e territoriais hegemônicas. Mapu significa terra e che, pessoa, de forma que a tradução literal da palavra “Mapuche” é “gente-da-terra”, e faz referência àqueles que ocupam as regiões da Araucanía,

no Chile, e da Patagônia e dos pampas, na Argentina. Segundo Vieira e Ferreira (2011), a mesma terra que ocupa a centralidade na cosmovisão Mapuche é, também, o epicentro das ameaças ao povo desde a colonização. Abaixo, segue um mapa mostrando onde se concentra a maior parte das comunidades atualmente e onde estão as regiões reivindicadas.

O principal enfrentamento se dá com setores que lucram com a exploração daquilo que, no interior da cosmovisão moderna ocidental, é compreendido como recursos naturais, matéria prima e/ou commodities. Contudo, para os Mapuches – como para outros povos originários – a natureza é entendida a partir de uma perspectiva de integração e inter-relação entre todos os seres existentes. Por isso a advogada argentina María José González (2022) afirma que, embora os territórios dos povos Mapuche sejam ricos em recursos naturais, a ideia de lucrar com a sua exploração vai contra o modo de vida desse povo.

A questão se torna mais complexa porque historicamente, na Argentina e no Chile, o Estado esteve mais alinhado aos interesses dos setores do mercado internacional do que àqueles relacionados à defesa dos direitos indígenas garantidos pelos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, como o direito ao território, à consulta prévia e à autodeterminação. Além disso, tanto na Argentina quanto no Chile a lei antiterrorismo – uma medida conservadora que limita e pune protestos sociais – vem sendo aplicada contra os indígenas.

Segundo Moira Millán: "Continuarão atacando o povo Mapuche, porque o que propomos não é de caráter inteiramente econômico e social, é sistêmico". A fala da líder mapuche remonta à própria conformação dos Estados argentino e chileno. No século XVI, este povo sofreu diversas investidas dos espanhóis, mas conseguiram repelir a Coroa e manter relativa autonomia até os processos de independência da Argentina e do Chile no século XIX. A partir daí os dois Estados empreenderam campanhas militares que subjugaram o povo Mapuche: a Pacificação da Araucanía, pelo Chile, e a Conquista do Deserto, pela Argentina.

A Pacificação acompanhou a política chilena de assimilação dos Mapuche aos padrões culturais da sociedade como forma de fortalecer a unificação nacional baseada numa pretensa homogeneidade do povo, característica considerada indispensável para a construção de um Estado soberano (Lopes e Santos, 2018). A Conquista do Deserto, por sua vez, além do extermínio de milhares de indígenas, da concentração da terra e do reassentamento da população sobrevivente em terras marginais, permitiu a incorporação de áreas habitadas pelos Mapuche à estrutura econômica do Estado (Valverde, 2013). As duas campanhas colaboraram para uma estrutura de Estado-nação que, ainda hoje, é incapaz de contemplar as demandas dos povos Mapuche.

A resistência das mulheres

Pela cosmovisão Mapuche, os gêneros são opostos e complementares (wentru – macho e lafken – fêmea), cabendo às mulheres o papel de preservação da tradição e perpetuação da sabedoria ancestral. São responsáveis pelos cuidados da comunidade e, portanto, fundamentais para a continuidade da cultura, da língua e da reprodução do povo e da vida.

As mulheres reprimidas e presas em outubro de 2022 tiveram o acesso aos seus direitos negado. Com base no reconhecimento da importância dessas mulheres, há três meses foi formada uma comitiva feminista para exigir a liberdade das ativistas, liberadas em junho deste ano após várias rodadas de negociação com o governo. A comitiva contou com a presença de deputadas nacionais, legisladoras, integrantes de coletivos, partidos políticos e organizações feministas e indigenistas da sociedade civil e da academia.

Um dos questionamentos possíveis nessa situação é: por que mulheres Mapuche foram detidas? Pensando na dimensão de gênero da cultura Mapuche, as mulheres têm um papel central, sua ausência é capaz de desestruturar uma comunidade inteira. Romper as organizações coletivas pode enfraquecer as reações diante do que tem ocorrido no território e limitar as alternativas de resistência.

As mulheres Mapuche se reconhecem ancestralmente pela resistência às múltiplas opressões que sofrem como mulheres indígenas inseridas em um sistema capitalista, colonial e patriarcal. Enquanto Aníbal Quijano (2005) contribui para que compreendamos como a colonialidade do poder cria hierarquias e perpassa todos os âmbitos da nossa existência, María Lugones (2010) argumenta que as categorias de raça, gênero e sexualidade são estruturantes do processo de invenção dos corpos colonizados. Nas palavras das membras da Organização Mapuche Meli Wixan Mapu: "Como povo vivemos a discriminação de uma sociedade racista, arrogante; como oprimidos Mapuche vivemos a exploração do sistema capitalista que nos impõe o extermínio; mas, como mulheres, suportamos uma terceira opressão, esta que afirma que somos "frágeis", que pretende nos relegar a um lugar secundário, menor na vida cotidiana, na participação, no lar ou na história. Assim, nossa dignidade tem sido permanentemente pisoteada" (Organização Mapuche Meli Wixan Mapu, 2016, p. 552).

Para recuperar-se das crises econômicas e políticas mais recentes e fazer frente às demandas mundiais que se transformam, conforme o desenvolvimento do conflito bélico euroasiático avança, os países sul-americanos têm explorado as atividades produtivas mais comuns historicamente: o agronegócio e o extrativismo.

Fato é que os planos de desenvolvimento econômico dos governos argentino e chileno não contemplam a vida dos povos originários, contribuindo para a perpetuação de uma guerra que se estende há seis séculos, e embora o desenvolvimento sustentável e a crise climática estejam em pauta e detenham parte da atenção do poder público, não se apresentam como prioridade. Isto exigiria considerar, de maneira efetiva, outros povos e modos de vida, os direitos indígenas e os direitos da natureza.

Para as máquinas da iniciativa privada funcionarem, a força armada do Estado impõe as condições de existência. Expulsar, calar e confinar as mulheres Mapuche é parte do processo de domínio do território exigido para a reprodução do capital

Referências:

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante,

2017
GONZÁLEZ, María José. Los Mapuches: en defensa de su territorio ancestral en Argentina. AIDA, 30/08/2022. Disponível em: https://aida-americas.org/es/blog/los-mapuches-en-defensa-de-su-territorio-ancestral-en-argentina. Acesso em 07/08/2023.
LOPES, A. M. D. ; SANTOS, Haroldo. 'Conflito mapuche': aplicação da lei antiterrorista e violação de direitos humanos. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 9, p. 587-609, 2018. LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial (2010). In: H. Buarque (Org.), Pensamento Feminista – conceitos fundamentais . Rio de Janeiro, RJ: Bazar do tempo, 2019.
PAZELLO, Ricardo Prestes et al. A mulher mapuche e seu compromisso com a luta de seu povo (2003). InSURgência e luta de classes. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais. v. 2, n. 1, p. 552-553, 2016.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, pp. 117-142. Buenos Aires: Editora CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
VALVERDE, Sebastián. De la invisibilización a la construcción como sujetos sociales: el pueblo indígena Mapuche y sus movimentos en Patagonia, Argentina. Anuário Antropológico, v. 38, n. 1, p. 139-166, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/414>.
VELA, Laura Alejandra Granados. Los hombres de la tierra: migraciones Mapuche en la frontera de Chile y Argentina. Revista Nova et Vetera, v. 4, n. 40. 2018. Disponível em: https://urosario.edu.co/revista-nova-et-vetera/omnia/los-hombres-de-la-tierra-migraciones-mapuche-en-la-frontera-de-chile-y-argentina#:~:text=En%20la%20actualidad%20se%20calcula,Estad%C3%ADstica%20y-%20Censos%2C%202012)
VIEIRA, Fernanda M. C.; FERREIRA, J. Flávio. "'Não somos chilenos, somos mapuches!': as vozes do passado no presente da luta mapuche por seu território.", Interface: a journal for and about social movements., 3, 1, 118 – 144, 2011.

Evo Morales vs Luis Arce: a disputa interna no MAS

19 de outubro de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes,
Gustavo Mendes de Almeida e Henrique Mario de Souza

Em setembro de 2023, a Bolívia presenciou a ruptura de um dos partidos políticos mais importantes para o movimento progressista na América Latina. Com um importante histórico de luta e resistência contra as medidas imperialistas e neoliberais que assombram o território, o Movimiento al Socialismo (MAS) vive profundas transformações e deixa um futuro incerto para o país.

NO INÍCIO DE OUTUBRO DE 2023, ocorreu o congresso do Movimiento al Socialismo (MAS), no departamento de Cochabamba, e um dos temas em destaque era a definição do candidato que representará o partido na próxima eleição, em 2025. Alegando falta de representatividade de movimentos sociais, o atual presidente, Luis Arce, decidiu não comparecer ao encontro e, para isso, recebeu apoio da ala "arcista" do partido. Essa conduta parece indicar uma tentativa de esvaziar a conferência em que Evo Morales e seus apoiadores defenderiam a candidatura do ex-presidente. Em resposta, decidiu-se pela expulsão de Luís Arce do partido, bem como uma modificação no estatuto do MAS que proíbe a candidatura de militantes que possuem menos de 10 anos de partido, condição que limita a participação do atual presidente da Bolívia.

Ao que tudo indica, essa decisão deverá ser judicializada pelos aliados de Arce, dependendo da aprovação do Tribunal Constitucional e do Tribunal Eleitoral da Bolívia para ter validade. Fato é que, acusações mútuas de corrupção e conivência com o narcotráfico, bem como vaidades pelo controle do partido e do país, podem colocar em xeque um dos poucos partidos progressistas da América Latina que resistiu à onda neoliberal que varreu o continente na

última década. A instabilidade no MAS já era notável desde a última candidatura de Evo Morales, em 2016. O ex-presidente havia sido confrontado por integrantes do partido sobre a legitimidade de sua reeleição. Entre os oposicionistas estava David Choquehuanca, atual vice-presidente que, por conta de seu posicionamento, acabou sendo expulso do comando do Ministério das Relações Exteriores em 2017. Desde então, os dois não tem tido uma boa relação.

Com a queda do ex-presidente em 2019, integrantes da ala oposicionista do partido passaram a se organizar a fim de definir uma nova liderança representativa, que tivesse peso para ganhar as próximas eleições. Morales, mesmo exilado, fez questão de participar e influenciar as decisões sobre a chapa que estava sendo construída e se empenhou em colocar Luís Arce como representante, deixando à Choquehuanca o cargo de vice. Na análise de Fernando Molina, essa escolha preservaria o protagonismo de Evo e permitiria que, após o exílio, ele pudesse retornar e assumir, novamente, a presidência do país. Isso porque Luís Arce não tem o capital político que Choquehuanca tem. A popularidade do primeiro está associada ao sucesso dos governos de Evo Morales, enquanto o segundo tem uma base de apoio muito mais sólida.

A eleição de 2019 marcou um importante ponto de virada na política boliviana. Após treze anos no poder - constituindo-se como o presidente mais longevo da história da Bolívia -, Evo Morales foi reeleito pela terceira vez, em um pleito extremamente conturbado, conjugando a controversa candidatura de Morales, um Golpe de Estado e a ascensão da extrema-direita na Bolívia, fatores que culminaram com o exílio de Morales no México.

A Constituição boliviana, promulgada em 2009 no primeiro governo Morales, prevê a reeleição após o primeiro mandato presidencial, que tem duração de cinco anos. Com base nisso, o então presidente concorreu e venceu as eleições de 2009 e 2014, e só pôde se candidatar novamente em 2019 por conta de uma decisão judicial de 2017, que ignorou um referendo realizado no ano anterior, no qual a população rejeitou a possibilidade de uma terceira reeleição. Este evento contribuiu para um acirramento das tensões políticas no país andino.

Com sua candidatura legalmente permitida, Evo Morales venceria o pleito boliviano de 2019 ainda no primeiro turno, atingindo 47% dos votos e ultrapassando os 40% necessários para uma vitória na primera vuelta, uma vez que seu principal adversário, o ex-presidente Carlos Meza, não conseguira atingir os 40% para forçar o segundo turno. No entanto, em uma articulação da extrema-direita boliviana, do exército e de organizações internacionais como a OEA, o pleito não seria reconhecido, e após uma onda de extrema violência na Bolívia, a cúpula do MAS deixaria o poder executivo e legislativo, abrindo o caminho para que Jeanine Áñez, líder da extrema-direita no Senado, assumisse a presidência da Bolívia de maneira interina. Neste contexto, Evo Morales se exilou no México e, em um segundo momento, na Argentina, apoiando de longe a candidatura de Luis Arce, escolhido pelo MAS para representar o partido.

O período em que Evo Morales esteve na presidência da Bolívia foi marcado por importan-

tes conquistas econômicas, sociais e culturais, além de solidificação da soberania boliviana perante seus recursos naturais, em um contexto no qual o MAS concretizou-se como uma importante força política no país. Luis Arce era o ministro da economia à época, sendo responsável direto pelo crescimento médio de cerca de 5% por ano vivenciado pela Bolívia, credencial que fortaleceu sua figura e permitiu com que vencesse a eleição de 2020 em primeiro turno.

Desde o início do governo Arce ficou definido que Morales não estaria diretamente envolvido nas tratativas do executivo. Entretanto, não se esperava o gradual afastamento e, mais recentemente, a ruptura entre o atual presidente da Bolívia e o principal líder do partido. Ao longo dos últimos anos, Arce foi se configurando como uma figura mais moderada, menos conflitiva do que Evo Morales. Se era imaginado que Arce seria uma espécie de sucessor de Morales - em uma dinâmica natural de renovação política -, o anúncio de Evo Morales de que concorrerá à presidência em 2025, bem como a expulsão de Luis Arce do MAS definida no último congresso do partido, demonstram que isso não acontecerá, e de que está em marcha um processo de fissura no âmago de uma das principais forças progressistas da América Latina.

Governo e partido

Durante a maior parte da gestão de Evo Morales, Luis Arce ocupou a pasta econômica, tendo recebido reconhecimento pelo milagre econômico boliviano. Antes de assumir o cargo, o político atuava no Banco Central do país, além de ter lecionado em universidades como Harvard, Columbia e UBA (Universidad de Buenos Aires). Durante as eleições de 2020, que marcaram a volta do MAS ao poder, Arce foi eleito com 55,1% dos votos, um crescimento considerável em relação ao resultado de Morales em 2019, que recebeu 47,07% dos votos. Contudo, sua popularidade no país andino se encontra em seu nível mais baixo: de acordo com uma pesquisa da empresa Diagnosis, a popularidade de Arce é de 37% - dez pontos a menos do que em 2022, quando atingiu seu melhor índice. Além da ascensão da extrema direita no país - que tem como principal líder Luis Fernando Camacho, governador de Santa Cruz preso por envolvimento no golpe que removeu Morales do governo - o atual presidente também enfrenta tensões dentro de seu próprio bloco político, que culminaram em sua expulsão do partido no início de outubro.

Em 2022, Arce enfrentou uma grave crise política após ter adiado o censo que deveria ter sido realizado naquele ano para 2024 por conta de problemas técnicos. Para a oposição, essa movimentação buscava garantir mais assentos e recursos para o governo nas eleições, uma vez que o censo confirmaria o crescimento da região de Santa Cruz, e poderia acarretar em um número maior de cadeiras no congresso para essa região, que é a base da oposição. Já para o MAS, a realização de uma greve geral de 21 dias, marcada pela violência, constituiu uma nova tentativa da oposição de desestabilizar a gestão eleita. Na época, Arce e Morales se reaproximaram para solucionar o impasse.

As expectativas populares de que Arce poderia repetir os resultados econômicos observados durante a gestão de Evo foram frustradas por um cenário conturbado: além de ter assumido o governo em meio a pandemia de COVID-19, o presidente boliviano também enfrentou um contexto de grave crise política, após a conturbada queda de Evo Morales, a ascensão da extrema-direita em 2019 com o governo de Jeanine Áñez e a acelerada queda com sua prisão em 2021. Porém, as disputas internas no MAS constituem o maior obstáculo para sua reeleição e até mesmo para a permanência da esquerda no governo, tendo em vista que o racha entre Evo e Arce podem contribuir para o avanço da direita no país.

O período de 1985 a 2002 na Bolívia foi marcado por uma transformação política significativa, à medida que o país buscava se redemocratizar. A realização de eleições regulares desempenhou um papel crucial na consolidação da democracia. Nesse contexto, as legendas tradicionais, como o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), desempenharam papéis fundamentais na configuração do sistema político boliviano, trazendo suas propostas e estratégias para o cenário político. No entanto, a polarização política, que se intensificou a partir de 2002, trouxe divisões profundas na sociedade boliviana, muitas vezes relacionadas a questões sociais e econômicas que moldaram as identidades políticas do país.

A emergência do Movimiento al Socialismo (MAS) na Bolívia representa um ponto de virada na história política do país. A jornada do MAS rumo à predominância política aconteceu em um cenário complexo e dinâmico no conturbado período da virada pro século XXI, que envolve diversos elementos que valem a pena serem explorados. Neste período, a economia boliviana enfrentava declínio, as desigualdades sociais cresciam e a política era minada pela corrupção e ineficácia.

O enfraquecimento das legendas tradicionais na Bolívia foi um ponto crucial que abriu espaço para a ascensão do MAS. A história política boliviana estava marcada pela influência duradoura das legendas tradicionais, mas à medida que o país passava por mudanças socioeconômicas e políticas, a autoridade desses partidos foi corroendo-se gradualmente. A implementação de políticas neoliberais de ajuste econômico, que eram acompanhadas de um enfraquecimento do movimento sindical, contribuiu para o desgaste dessa confiança.

Foi neste ambiente desafiador que o MAS surgiu, fundado em 1995. Liderado por figuras proeminentes, como Evo Morales e Felipe Quispe, o partido nasceu com uma missão clara: representar os interesses dos povos indígenas e dos setores historicamente marginalizados. Assim, enfatiza-se a nacionalização dos recursos naturais e uma abordagem econômica mais inclusiva, destinada a combater as crescentes desigualdades e o predomínio do neoliberalismo.

No cerne da ascensão do MAS, encontra-se o sucesso em mobilizar as bases sociais em torno de suas propostas e políticas. Programas de assistência social e o aumento do salário mínimo foram algumas das medidas que contribuíram para construir a crescente base de apoio popular. Essas políticas não apenas promoveram lealdade entre a população, mas também

consolidaram a posição do MAS como uma força política que priorizava o bem-estar social. O partido emergiu como um farol de esperança para aqueles há muito negligenciados pela elite política boliviana, particularmente os povos indígenas (que representam 62% da população do país).

Em pouco tempo, o partido emergiu como uma força política influente e, eventualmente, a principal força política na Bolívia. Essa ascensão pode ser atribuída a uma série de fatores estratégicos e políticas astutas que moldaram sua trajetória. O MAS adotou uma abordagem pragmática e estratégica para alcançar seus objetivos. Isso envolveu a formação de uma ampla e diversificada coalizão de apoio, que incluía camponeses, sindicatos, movimentos sociais e comunidades indígenas. A habilidade do MAS em unir esses grupos sob uma bandeira comum demonstrou a sua capacidade de consolidar e fortalecer sua base de poder.

O partido abraçou, também, uma retórica anti-imperialista e nacionalista, que representou os interesses de uma parte significativa da população boliviana. A promessa de nacionalização de recursos naturais, em especial o gás e o petróleo, desempenhou um papel central na conquista do apoio popular. A liderança carismática de Evo Morales desempenhou um papel fundamental na ascensão do MAS. Sua origem indígena, história como líder sindical e sua capacidade de articular as aspirações populares o tornaram uma figura emblemática para muitos bolivianos. Sua habilidade em personificar a luta contra as elites políticas estabelecidas foi vital para o sucesso do partido.

A polarização política na Bolívia, que se intensificou a partir de 2002, desempenhou um papel significativo na consolidação do partido como a principal força política do país. Nesse período, a disputa entre o MAS e as legendas tradicionais tornou-se uma característica central da política boliviana. Essa polarização está enraizada nas questões sociais e econômicas que moldam as identidades políticas na Bolívia. Em 2005, o MAS assumiu o governo sob a presidência de Evo Morales e iniciou uma transformação política e econômica profunda. Sua liderança trouxe transformações significativas, enfrentando desigualdades e implementando políticas de nacionalização econômica, reforma agrária e assistência social. O legado de Morales e do projeto do MAS continuarão a moldar o cenário político boliviano.

No entanto, vale ressaltar as limitações do projeto do MAS. A falta de diálogo com a oposição e a concentração de poder nas mãos do presidente foram desafios para a estabilidade da política nacional e para a construção de uma democracia mais plural e inclusiva. A participação popular é, em suma, o legado fundamental na construção desse projeto. O legado de Morales e do projeto do MAS continuarão a moldar o cenário político boliviano..

Guiana Francesa: a última colônia das Américas

16 de novembro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva, Caio Vitor Spaulonci,
Gabriel de Mello Rodrigues e Juliana Valente Marques

Na fronteira norte do Brasil, onde a cidade de Oiapoque se encontra com a Guiana Francesa, desenrola-se uma narrativa que transcende séculos de história e molda o presente de uma região marcada por uma dualidade aparentemente improvável. A Guiana Francesa, muitas vezes esquecida nos anais do colonialismo, emerge como a última colônia das Américas, um território que se reinventa entre suas raízes históricas e uma nova era de cooperação internacional, contando com cerca de 30% de brasileiros em sua população.

A PALAVRA "COLÔNIA" NORMALMENTE REMETE A ANOS LONGÍNQUOS, a séculos em que reis ainda governavam e o meio de transporte internacional eram as caravelas ibéricas ou canhoneiras britânicas. Mas no mundo ainda existem colônias, mesmo que não tendo essa denominação. Modernamente, os antigos territórios ultramarinos de países europeus se tornaram parte de suas metrópoles, com exceção de algumas ex-possessões britânicas, como a Austrália. Entretanto, ainda existe um território ultramarino pertencente à França, em um continente que se viu livre do poder colonial europeu no século XIX.

A presença dos franceses na Guiana é datada do começo do século XVI, mas foi apenas com a fundação da cidade de Caiena, em 1643, que a França marcou o território como seu. Assim como seus vizinhos latino-americanos, a Guiana Francesa foi uma colônia com sua economia pautada nas grandes plantações, principalmente de cana de açúcar, e na compra e venda de escravos.

Porém, a colônia assumiu papel político mais prático em 1803, quando a França vendeu o território na Louisiana para os Estados Unidos. A partir daí, o território caribenho foi trans-

formado em colônia penal, cujo funcionamento se estendeu até
1953.
A Guiana Francesa abandonou o status oficial de colônia em 1946, após permanecer fiel ao governo francês frente a dominação nazista. Ao se constituir formalmente em departamento ultramarino da França, a Guiana se tornou o único território europeu em terras sul-americanas, além das ilhas Malvinas. Trata-se do maior território da União Europeia fora da Europa. Foi usada como polo de assentamento de vietnamitas na época em que a maior parte da então Indochina era colônia francesa (1887-1954). Atualmente, a região enfrenta problemas de imigrantes ilegais advindos de seus vizinhos.

Economia: a reprodução da dominação e o interesse estratégico

A economia continua quase nas mesmas bases do período colonial, tendo o extrativismo mineral e animal como principais atividades. Sua moeda é o euro e a língua oficial é o francês, apesar de vários dialetos ameríndios ainda em uso.
O PIB tem crescido gradativamente ano após ano, passando de 3,5 bilhões de euros em 2012 para aproximadamente 4,5 bilhões de euros em 2021. Entretanto, opera com déficit em sua balança comercial, pois importa cerca de duas vezes o que exporta. Isso torna a Guiana Francesa altamente dependente da metrópole, que provê subsídios e repasses. Além disso, a França metropolitana é o principal importador de seus produtos, representando mais de três quartos do total - sendo mais da metade constituída por ouro.
A infraestrutura é precária e o custo de vida é alto. Uma em cada quatro famílias vivem abaixo da linha da pobreza. A região enfrenta uma crise econômica e convive com problemas nas áreas de saúde e educação, falta de investimentos e uma taxa de desemprego que varia entre 20% e 30%, afetando principalmente a população mais jovem. Apesar disso, o IDH e os salários praticados são maiores do que muitos de seus vizinhos sul-americanos. Esse fator aliado à promessa de receber em euro se traduz em atrativo para imigração.
Aproximadamente 90% do território é coberto pela densa floresta tropical amazônica. Dessa área, quase a totalidade corresponde a florestas primárias com pouca ou nenhuma intervenção humana. A oportunidade geográfica é utilizada para as aspirações francesas em temas de sustentabilidade através de áreas de preservação e restrições à intervenção humana. Algumas regulações, porém, geraram controvérsias e demonstram a complexidade e interdisciplinaridade do tema. O Movimento de Descolonização e Emancipação Social da Guiana Francesa (MDES) denuncia que a população local não tem o direito de utilizar os recursos naturais e a terra sem autorização do governo, o que prejudicaria o desenvolvimento e o crescimento do território.
Apesar do solo fértil, a agricultura é praticamente incipiente e produz culturas como milho, arroz, mandioca, banana, cacau, cana-de-açúcar, abacaxi e inhame. Seu objetivo principal é o consumo interno, porém é insuficiente para suprir a demanda. A agropecuária não faz parte do modelo econômico e é quase inexistente, baseando-se fundamentalmente em criações

bovinas e suínas.
A produção está majoritariamente localizada - e limitada - à zona costeira, onde também se concentra a maior parte da população - aproximadamente a metade. A indústria é escassa e as principais atividades giram em torno de serrarias, pesca e extração de ouro e bauxita. Apesar das aspirações em temas de sustentabilidade, a madeira constitui uma indústria em expansão que visa a produção para a exportação. Também em plena expansão, a pesca talvez representa a principal indústria, exportando camarões e produzindo outras espécies como carpas e bagres. O ecoturismo cresce e pode representar uma fonte maior de contribuição no futuro.
A mineração de ouro não é significativa e pouco competitiva no contexto internacional, mas é relevante na economia interna. A exploração dessa fonte de riqueza tem sido palco de debates e controvérsias. Em 2019, Macron defendeu a expansão e o sucesso da mineração na Guiana, a qual deveria ser acompanhada de critérios ambientais e um retorno justo à população, sobretudo através da criação de empregos. Críticos apontam a histórica falta de interesse real em desenvolver a região e a incompatibilidade entre mineração industrial e responsabilidade ambiental. Uma das principais preocupações, para além da derrubada e exploração de milhares de hectares, é a utilização de mercúrio e cianeto que poluem rios e possuem um efeito que se prolonga por toda a biodiversidade.
A mineração ilegal é um grande problema enfrentado pela região e com impactos ambientais e humanos ainda maiores. A atividade tem atraído principalmente brasileiros. A Legião Estrangeira Francesa tem realizado diversas operações nas áreas de difícil acesso da floresta tropical para desmantelar a atividade ilegal, algumas contam com represálias por parte dos garimpeiros. Apesar de consideradas operações bem sucedidas, uma vez finalizadas, os garimpeiros rapidamente retomam normalmente as atividades e o conflito se prolonga. Segundo o Capitão Vianney, em entrevista à BBC em 2019, muitos desses garimpeiros são rapazes brasileiros pobres que veem na atividade uma promessa de dinheiro rápido.
O Centro Espacial de Kourou representa a principal fonte de divisas do território e o principal interesse socioeconômico e geopolítico francês na região. Sozinho, contribui com cerca de 25% do PIB anual da região e emprega quase 2 mil pessoas. Após a perda do controle francês sobre a base de lançamentos na Argélia, o local guianense foi escolhido por sua proximidade da linha do equador e pelo oceano a leste, diminuindo as chances de acidentes sobre habitações humanas. Trata-se de atividade de ponta, extremamente estratégica, concentrada e que contrasta e domina a economia local e a forma como a França continental lida com o território, trazendo notoriedade internacional, divisas e importância geopolítica para a região.
Administrado pela Agência Espacial Europeia (ESA), o Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais (CNES) e a empresa Arianespace, é um dos centros espaciais europeus mais importantes devido a sua localização e densidade populacional, e suas vantagens técnicas de lançamento que garantem a segurança e eficiência nas mais diferentes missões. Destaca-se o

lançamento do foguete Europa 2 (1971), o Ariane 1 (1979), o Soyuz (2011), o Vega (2012), e em 25 de dezembro de 2021, o lançamento do maior telescópio espacial do mundo, James Webb, que custou aproximadamente 10 bilhões de dólares, demorou 30 anos para ser construído e é tido como sucessor do Hubble

A respeito do Centro Espacial são comuns narrativas, sobretudo na mídia e em discursos oficiais, que defendem a importância da atividade para a economia local, principalmente através da geração de empregos ou da introdução de tecnologias de ponta e informática na região. É necessário cautela. Tais narrativas, propositalmente ou não, têm por resultado o reforço de noções coloniais. A maior parte dos trabalhadores e técnicos são oriundos da França continental, enquanto os funcionários locais frequentemente recebem salários inferiores. A maior parte dos insumos são importados. As tecnologias de ponta e informática utilizadas não estão, grosso modo, a serviço direto da população ou sequer difundidas pela região. A Comuna de Kourou que se propaga como símbolo do progresso, vive uma realidade com problemas de saúde, segurança, eletricidade e iluminação pública. Os únicos setores da economia local que cresceram com a construção da base foram o da construção civil e o do comércio.

O território exporta principalmente peixes, madeira, ouro e certas culturas, como banana e café, enquanto importa alimentos (cereais e processados), energia (petróleo refinado), máquinas, cimento e metais. A relação de subdesenvolvimento é evidente. Mas é interessante notar como, excluído o Centro Espacial, a economia interna é um eco das tentativas francesas falhas do período colonial de explorar e habitar a região através da economia escravagista. Ou do programa Plan Vert da década de 1970 que objetivava o desenvolvimento da região através da introdução de colonos e da expansão da agricultura. Mesmo a descoberta do ouro no século XIX teve maior impacto em criar fluxos migratórios na região do que em alterar a estrutura socioeconômica da região.

Relações Brasil-França

As interações entre o Brasil e a Guiana Francesa seguem a dinâmica das relações de nosso país com a metrópole, com algumas especificidades, como é o caso do Amapá. A ponte binacional Brasil-França, por exemplo, foi planejada em 2005 e sua operação teve início 12 anos depois. Trata-se de um marco não apenas de ligação física entre os territórios, mas também uma aproximação política e econômica.

A evolução histórica da fronteira franco-brasileira, foi marcada por disputas territoriais e acordos diplomáticos, que remontam o período colonial. O Tratado de Utrecht (1713) e o Laudo de Berna (1900) estabeleceram o rio Oiapoque como o limite entre os dois países.

A partir da década de 1990, a dinâmica das relações bilaterais começou a mudar, impulsionada por tratados de cooperação institucionalizada. O Acordo-Quadro de Cooperação, assinado em 1996, representa um marco nessa transformação. Ele não apenas estabeleceu diretrizes para a cooperação transfronteiriça, mas também desencadeou uma série de políticas

de desenvolvimento. Essas iniciativas buscam superar a lógica clássica das fronteiras políticas, marcada por discriminação e isolamento, e promover a cooperação em diversas frentes. A importância das escalas geográficas na compreensão das relações internacionais contemporâneas é um fato de destaque. A análise abrange desde o nível local, considerando as especificidades dos municípios de fronteira, até o nível internacional, explorando a influência de organismos internacionais, empresas transnacionais e acordos bilaterais na configuração da fronteira franco-brasileira. A inserção dos países em iniciativas regionais, como a IIRSA e o Mercosul, também é um elemento que contribui para redefinir as dinâmicas territoriais.

Comércio entre Brasil e Guiana Francesa

O comércio entre Brasil e a Guiana Francesa é limitado a alguns poucos milhões de dólares, mas é crescente. O montante evoluiu de US$4 milhões anuais entre 2010 e 2017, para US$8,86 milhões em 2018, US$12 milhões em 2019, US$7,73 milhões em 2020, US$7,06 milhões em 2021, e 7,51 milhões em 2022.

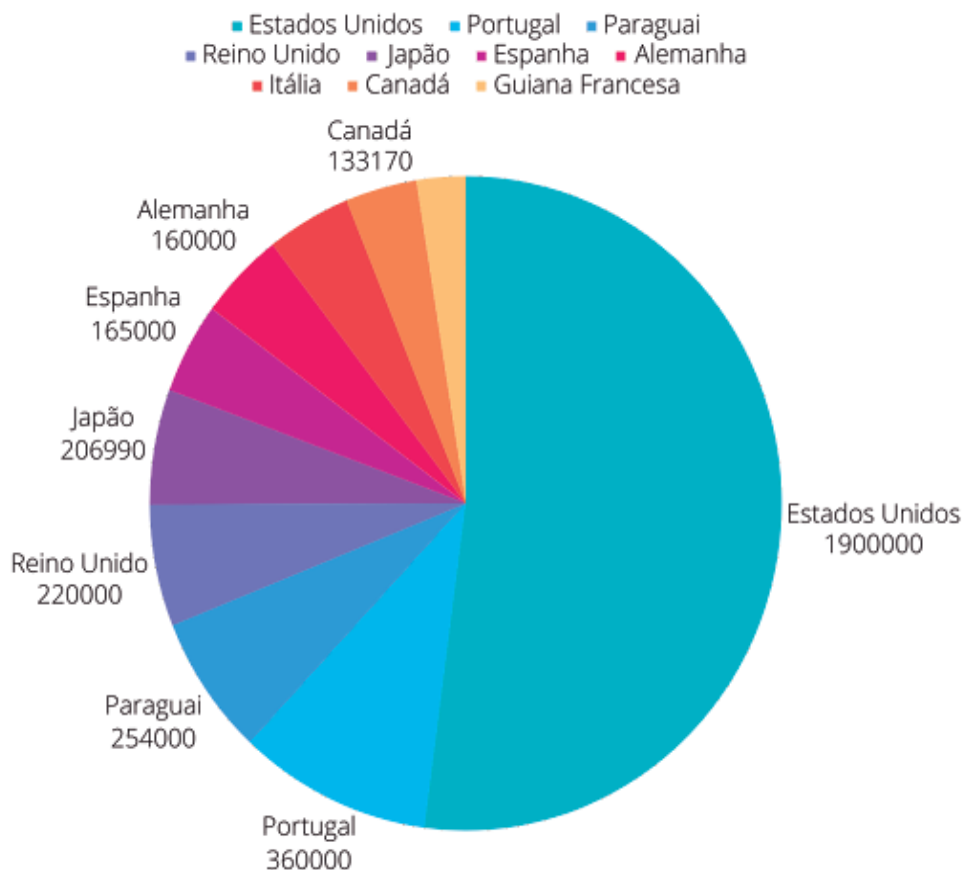
As exportações até o mês de outubro de 2023 totalizaram US$7 milhões, liderados pelo setor de calçados, com 18%, móveis e suas partes, com 15%, instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores, com 13%, além de outros produtos relacionados a indústria de transformação, alimentos, entre outros.

Com o objetivo de ampliar as relações entre as duas regiões, em outubro de 2023, uma delegação de autoridades francesas esteve no país para participar da 52ª Expofeira do Amapá, realizada pelo Sebrae. Além de participar dos eventos e dialogar com os empreendedores nos estandes, a delegação realizou o "Painel Oportunidades de Negócios na Guiana Francesa", evento promovido pelo Sebrae e Secretaria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do governo do Estado do Amapá com o apoio da Fecomércio.

A fronteira franco-brasileira está passando por uma transformação significativa, saindo de uma lógica de isolamento e contenção para uma dinâmica de cooperação em diferentes áreas. No entanto, é necessário reconhecer que ainda existem obstáculos a serem superados.

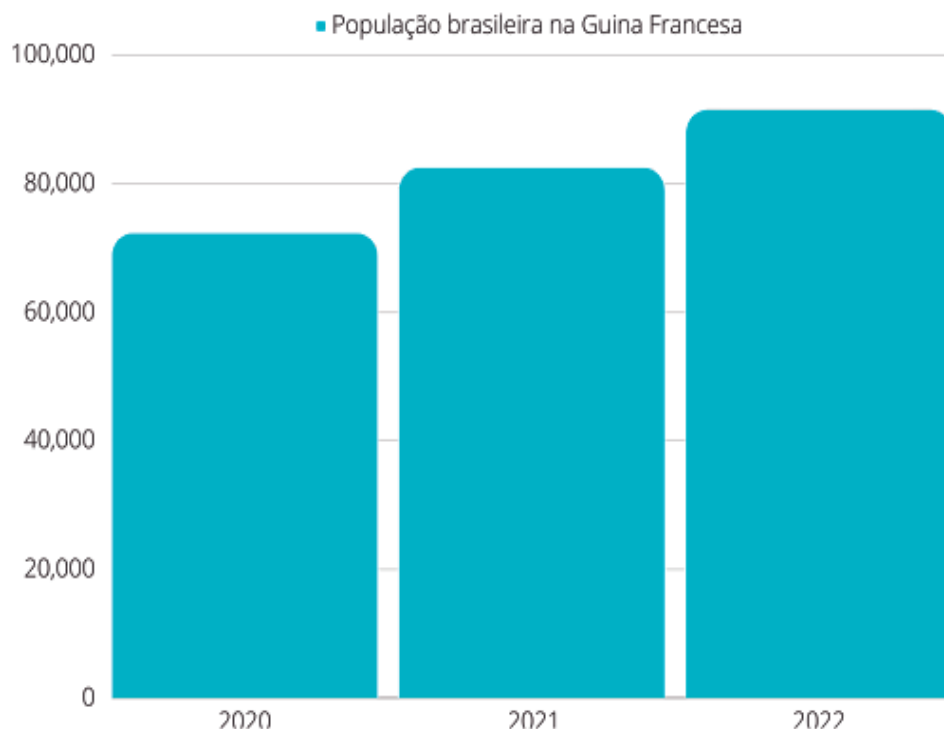
Teia migratória: a crescente comunidade brasileira

A população brasileira na Guiana Francesa atingiu a marca de 91,5 mil em 2022, segundo o Itamaraty, situando-se como a 10ª maior comunidade nacional em solo estrangeiro (ver gráfico 1), superando, pela primeira vez, a presença brasileira na Argentina e na própria França europeia. A população da Guiana Francesa, estimada em cerca de 300 mil habitantes, seria constituída por aproximadamente 30% de migrantes brasileiros.

Gráfico 1 - Maiores comunidades brasileiras por país/território (2022)

Fonte: elaboração própria com dados do Ministério das Relações Exteriores (2022).

Oiapoque, historicamente conhecida como o ponto mais ao norte do Brasil, assume agora um novo significado para um grupo crescente de brasileiros. Não é apenas um marco geográfico, mas simboliza a transição para uma vida além das fronteiras.

Os dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil revelam um aumento constante: 82,5 mil brasileiros em 2021 e 72,3 mil em 2020 (ver gráfico 2). É relevante ressaltar que essas estatísticas abrangem tanto residentes legais quanto imigrantes em situação irregular, sinalizando a complexidade do fenômeno migratório na região, onde a necessidade de visto, mesmo de curta duração, é obrigatório.

Gráfico 2 - População brasileira na Guiana Francesa por ano (2020-2022)

Fonte: elaboração própria com dados do Ministério das Relações Exteriores (2022).

A crescente presença desses imigrantes não apenas reconfigura a dinâmica demográfica da região, mas também destaca a necessidade de uma compreensão abrangente das complexidades inerentes à migração.

O sentimento independentista: a última colônia das Américas

Muito pouco se discute sobre o sentimento independentista na Guiana Francesa e é muito comum que os noticiários sejam permeados por uma noção de que existe homogeneidade sobre o tema na população. Alguns discursos afirmam que a população reconhece que seria melhor manter a ausência de autonomia diante da possibilidade de defesa, nacionalidade, financiamento e suposto acesso aos países centrais que, do contrário, devido a seu pequeno território, população, desenvolvimento e capacidades, não seria possível. A realidade social, todavia, é mais complexa. A Guiana Francesa vive hoje uma situação de "descolonização sem independência". Em seu artigo O Problema Nacional na Guiana Francesa e a Luta Pela Independência (2019), O professor Iuri Cavlak da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas reflete sobre os caminhos que levaram a saída não independentista na região e como o sentimento independentista

se encontra hoje enfraquecido. Pode-se falar em três principais correntes sociais na Guiana Francesa sobre o tema: os departamentistas, os autonomistas e os independentistas.

Sumariamente, este território, enraizado na América do Sul, destaca-se como a única entidade política não independente na região. Com uma extensão territorial de aproximadamente 84 mil quilômetros quadrados, constitui a maior fronteira terrestre da França e integra a União Europeia, imergida na exuberante floresta amazônica. Sua população, hoje, com cerca de 300 mil habitantes, testemunha a Base Espacial de Kourou como principal motor econômico (CAVLAK, 2019).

A Guiana Francesa experimentou um período de agitação na década de 1960 e 1970, marcado pelo desejo de independência. Influenciada pelos movimentos de descolonização, pelo "terceiro mundismo" e pela derrota francesa na Argélia.

A virada para os anos 1960 testemunhou a erosão desse otimismo social, coincidindo com o fim da IV República na França, liderada por Charles de Gaulle. O movimento político guianense experimentou uma multiplicidade de grupos, desde a esquerda até a extrema esquerda, culminando em um aumento significativo da pressão pela independência na década de 1970. A adesão da poderosa União dos Trabalhadores Guianenses (UTG) e do Partido Socialista Guianense (PSG) à causa da independência conferiu maior peso e credibilidade ao movimento. No entanto, a repressão, a falta de adesão generalizada e as complexidades econômicas levaram a mudanças táticas, incorporando reivindicações salariais na luta pelo reconhecimento político.

A década de 1970 foi marcada por conflitos crescentes, destacando-se a UTG como uma força mobilizadora significativa. Greves, prisões de militantes e confrontos entre os defensores da independência e aqueles favoráveis à manutenção do status de departamento evidenciaram uma sociedade profundamente dividida. A intervenção do governo francês, a repressão e as tensões econômicas contribuíram para um cenário tumultuado, culminando em eventos como a prisão de militantes e a pichação de monumentos públicos.

A região testemunhou a ascensão de partidos de esquerda, socialistas e comunistas. Atentados armados foram tentados, mas, sob reformas de 1982 lideradas pelo presidente socialista François Mitterand, a Guiana Francesa optou pela integração crescente com a metrópole, tornando-se uma Coletividade Francesa de Ultramar após um plebiscito em 2010.

Ao explorar os caminhos que moldaram essa escolha não independente, destaca-se o contexto pós-guerra, quando o território transitou de colônia para departamento em 1946, sob a reconstrução do pós-guerra. Esse processo trouxe assimetrias entre as regiões costeiras e interiores, refletindo a preocupação da burguesia crioula. A expectativa de um futuro promissor foi alimentada por melhorias na saúde, educação e infraestrutura, embora tensões sociais tenham surgido, manifestando-se em greves e reivindicações salariais.

Essa narrativa complexa revela a Guiana Francesa como um território em constante interação com suas complexidades históricas, sociais e políticas. O desejo pela independência, ainda que mitigado ao longo das décadas, permanece como um elemento-chave na compre-

ensão da identidade e do percurso político desse enclave na América do Sul.

Referências

CAVLAK, Iuri. O problema nacional na Guiana Francesa e a luta pela independência. Novos Rumos, Marília, v. 56, n. 2, p. 89-98, jul.-dez., 2019.

Para além do mapa

Barbie: de conservadora a progressista

29 de julho de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva

A indústria cultural, incluindo o cinema, desempenha um papel poderoso na disseminação de valores, ideais e estereótipos em escala global. O filme da "Barbie" (2023), produzido pela Mattel, LuckyChap Entertainment, Mattel Films, Heyday Films, NB/GG Pictures, é um exemplo relevante desse fenômeno, com a maciça campanha de marketing nas redes sociais e demais mídias (TV, rádio, jornais etc.).

A GRANDE QUANTIDADE DE GENTE VESTIDA DE ROSA nos cinemas e ruas, e a interação das pessoas com o conteúdo do filme que estreou em 20 de julho de 2023 no Brasil, reforçam uma impressionante interação com as telas. Até o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e sua vice, Francia Márquez, viraram alvos de críticas e memes por opositores e conservadores, depois da divulgação de um vídeo com trechos do filme da boneca Barbie para marcar a independência do país, comemorada em 20 de julho. Todos esses fatores podem expressar a influência dos Estados Unidos na cultura global, incluindo o continente latinoamericano. Neste artigo, analisaremos como a Barbie, boneca surgida no final dos anos 1950 para exaltar um tipo de beleza anglo-saxônica da mulher loura, alta, moderna e sempre na moda, se transfigura para sensibilizar um mercado mundializado, plural e etnicamente variado, modernizando seu discurso para um feminismo cosmopolita.

Mesmo assim, a personagem é utilizada como uma ferramenta sutil para reforçar certos elementos da cultura norte-americana, perpetuar estereótipos na cultura do Sul global e possivelmente impactar as relações políticas entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Pode-se acusar a nova Barbie de tudo, menos de ser conservadora. Evidência disso é o fato de ela ter se tornado alvo de críticas da extrema direita (bolsonarismo) e dos neopentecostais brasileiros ao abordar temas como a inclusão, personificada por uma das

versões de Barbie interpretada por uma atriz transexual e o destaque da feminilidade e do empoderamento feminino na Barbieland (mundo fictício onde as personagens da Mattel dominam), em contraposição ao poder patriarcal da sociedade Ocidental, incomodando o público conservador. Diante disso, o "neoliberalismo progressivo", segundo Nancy Fraser, justifica os avanços de pautas progressistas e o mantimento dos interesses mercadológicos na indústria cultural, isto é, uma aliança entre movimentos sociais e os setores financeiros, inclusive Hollywood, cujo trataremos com mais detalhes a seguir.

A fragilidade da perfeição

O filme "Barbie" (2023) chegou aos cinemas com grande expectativa, mas vai muito além de uma vitrine para vender bonecas. Sob a direção de Greta Gerwig, a comédia/aventura de 1h 54m traz Margot Robbie no papel da estereotipada Barbie, e ao explorar o mundo mágico de Barbieland, o filme aborda temas sensíveis e questiona os estereótipos impostos pela própria cultura Barbie.

A história acompanha a vida cotidiana das diversas Barbies de Barbieland, que vivem em harmonia, focadas em festas e escolha de roupas. No entanto, a protagonista começa a refletir sobre sua existência e percebe que sua vida perfeita talvez não seja tão real quanto parece. Ela decide explorar o mundo como ele é e se depara com questões de violência e padrões de beleza inalcançáveis, que estão longe da perfeição plástica do universo Barbie.

A representatividade das personagens é um dos pontos fortes do filme. Ao explorar a diversidade de profissões e características das Barbies de Barbieland, a obra se mostra inclusiva e representa diferentes trajetórias de vida (com Barbies ocupando os cargos/funções de presidente, diplomata, médica, física e vencedora do Prêmio Nobel, advogada, juíza da Suprema Corte e etc.) Isso vai ao encontro de um importante diálogo com a diversidade sexual e as minorias, mostrando que todos merecem ser vistos e respeitados.

O filme também aborda questões de bullying e violência, principalmente quando a Barbie principal chega ao mundo real e se depara com situações hostis e zombarias por sua aparência e estilo de vida. Essas experiências revelam as dificuldades enfrentadas por muitas pessoas, especialmente adolescentes, que precisam lidar com padrões opressores impostos pela sociedade. A pegada anti-bullying do filme é uma importante mensagem de que a empatia, o respeito e a aceitação são fundamentais para criar um ambiente mais inclusivo e tolerante.

Além disso, ao expor a hipocrisia da diversidade e inclusão nas bonecas, o filme critica o consumismo exacerbado e o padrão irreal de beleza. Ele questiona a ideia de que basta incluir algumas representações diferentes (Barbie grávida, plus size, negra e asiática e etc.) para resolver problemas sociais, mostrando que a mudança deve ser mais profunda e verdadeira.

A abordagem da equipe executiva da empresa Mattel, composta apenas por homens, também é uma crítica à superficialidade das representações e ao patriarcado, que surge no filme como antagonismo ao mundo perfeito de Barbieland. Isso ressalta a importância de ter mais diversidade nos processos de criação, garantindo que diferentes perspectivas sejam conside-

radas para criar personagens mais complexos e realistas.

A protagonista do filme, ao confrontar o mundo real, se depara com questões de violência e padrões de beleza inalcançáveis, enfrentando situações hostis e zombarias por sua aparência e estilo de vida. A boneca é inclusive chamada de fascista por uma das coadjuvantes, essa reflexão sobre os padrões opressores e a necessidade de empatia e respeito ressoa com a crítica ao fascismo estético presente na obra cinematográfica. O fascismo é frequentemente associado à intolerância, ao autoritarismo e à exclusão de quem não se enquadra nos padrões estabelecidos. Segundo Eugênio Bucci, professor da ECA-USP: "é incrível como até mesmo essa crítica extrema tenha encontrado lugar – e de honra – dentro da narrativa. A bonequinha de luxo, muito embora ordinária, é mesmo fascista. Mas não quer mais ser. Ela quer crescer. Ela quer um happy end no show que nunca termina."

Portanto, "Barbie" se destaca como uma obra que vai além da propaganda de bonecas e apresenta temas importantes para a sociedade atual. Ele dialoga com a diversidade sexual, as minorias e os excluídos, enquanto reforça uma forte mensagem anti-bullying, tornando-se uma produção relevante e significativa em sua abordagem social. Transcendendo os clichês se torna uma crítica inteligente sobre os padrões de beleza, representatividade e cultura consumista da Barbie, tornando-se uma obra relevante e impactante.

Presença na cultura latino-americana

A boneca Barbie, criada pela empresa Mattel nos Estados Unidos em 1959, se tornou um ícone global da cultura ocidental. Sua disseminação na América Latina ocorreu de maneira expressiva, e a Barbie logo se tornou uma referência de beleza, moda e estilo de vida aspiracionais para muitas meninas da região. O alcance massivo da Barbie, impulsionado por campanhas de marketing agressivas, tornou-a um símbolo da cultura de consumo e do padrão de beleza ocidental, exercendo uma influência marcante sobre a autoestima e a percepção corporal das jovens latino-americanas. Porém, o novo filme tenta desmascarar toda essa construção de perfeição e de padrões de beleza inalcançáveis para a maioria da população.

Estereótipos culturais nos filmes da Barbie

Ao longo dos anos, a boneca Barbie explorou diferentes culturas e países, incluindo algumas versões inspiradas na América Latina (ver imagem 1) como a Barbie brasileira, vestindo fantasia representando o Carnaval, a Barbie argentina com trajes de tango, a Barbie mexicana com trajes típicos coloridos ou vestindo os tradicionais "traje de charro" e a versão da boneca venezuelana, com trajes típicos de dança do país, conhecida como "El Joropo".

Imagem 1 – Bonecas da coleção Dolls of the World, representando a cultura latino-america-

na (Brasil, Argentina, México e Venezuela, respectivamente)

Fonte: Reprodução/divulgação Mattel

Entretanto, é necessário analisar criticamente como essas representações podem perpetuar estereótipos e simplificações culturais. Por vezes, os filmes da Barbie, anteriores à estreia de 2023, especialmente as animações, retratam os países latino-americanos de forma genérica (e de forma indireta), enfatizando elementos superficiais como danças folclóricas, praias exuberantes e a fauna exótica (como os filmes: Barbie em A Princesa da Ilha [2007] e Barbie e as Três Mosqueteiras [2009]). Essas representações podem negligenciar a diversidade cultural, histórica e social dos países latino-americanos, contribuindo para uma visão reducionista da região.

Influência na política externa da América Latina

A indústria cinematográfica é uma ferramenta poderosa de soft power, e os filmes da Barbie podem ter efeitos sutis nas relações dos Estados Unidos na América Latina. A representação de um comportamento que se poderia chamar de liberal-progressista – em alusão ao neoliberalismo progressista, cunhado por Nancy Fraser – nos filmes pode contribuir para uma percepção positiva do Ocidente como terra da tolerância e da democracia, associando os EUA a ideais de modernidade, progresso e aspirações de consumo.

No entanto, é importante reconhecer que a influência estadunidense na cultura latino-americana não é unidirecional. A América Latina também tem uma rica diversidade cultural que influencia a cultura global. Além disso, a presença da Barbie nos países latino-americanos também pode ser vista como uma expressão da cultura de consumo globalizada e do poder

das empresas multinacionais. Mas é preciso aqui diferenciar culturas nacionais de indústria cultural, na acepção de Adorno e Horkheimer.

Os conceitos de soft power (poder brando) e hard power (poder bruto) cunhados por Joseph Nye Jr. no livro "Bound to Lead: the Changing Nature of American Power" [1990], podem explicar o fenômeno do filme "Barbie" (2023) globalmente, e especialmente na América Latina. Inicialmente é necessário considerar a definição de poder para Nye (2002, p.30) como: "a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los". Diante disso, o poder bruto é relacionado a formas tradicionais de execução de poder, como forças militares e econômicas, enquanto o poder brando atua de maneira mais indireta, seduzindo e atraindo por meio de valores, ideologias, cultura e estilo de vida. O soft power busca conquistar mentes e corações para influenciar positivamente a percepção de um país no cenário internacional.

No contexto da cultura latino-americana e da influência estadunidense, a indústria cinematográfica, incluindo o filme da Barbie, é destacada como uma ferramenta essencial do poder brando dos Estados Unidos. Através dos estúdios de Hollywood, roteiristas e produtores, promovem e difundem valores e modelos norte-americanos (evidenciando os avanços e retrocessos na cultura e sociedade local), o que pode influenciar a cultura e a percepção dos espectadores em todo o mundo, incluindo a América Latina. Podemos observar esse alcance no fim de semana de estreia do filme "Barbie" (2023) na região (ver tabela 1), com uma arrecadação substancial de mais de 53 milhões de dólares (cerca de 250 milhões de reais).

Tabela 1 - Arrecadação na América Latina no fim de semana de estreia (20 a 23/07 de 2023)

Mercado	**Data de lançamento**	**Abertura**	**Saldo Bruto**
Argentina	20 de julho de 2023	US$ 4.600.000	US$ 4.600.000
Brasil	20 de julho de 2023	US$ 17.600.000	US$ 17.600.000
Colômbia	20 de julho de 2023	US$ 4.442.404	US$ 4.442.404
México	21 de julho de 2023	US$ 22.691.954	US$ 22.956.841
Peru	20 de julho de 2023	US$ 3.700.000	US$ 3.700.000
Total	-	**US$ 53.034.358**	**US$ 53.299.245**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Box Office Mojo.

O poder brando dos Estados Unidos, através da disseminação de sua cultura por meio do cinema, programas de televisão e músicas, desempenha um papel significativo na homogeneização cultural global, pois a disseminação rápida e abrangente de informações através da internet e a facilidade de acesso alavancam seu potencial. As produções de Hollywood, em

particular, têm uma presença marcante na América Latina, e a influência desses filmes pode reforçar estereótipos e padrões comportamentais estadunidenses na região (ou desconstruí-los).

No entanto, é importante considerar que, assim como o poder brando dos Estados Unidos influencia a cultura latino-americana, a América Latina também tem sua própria riqueza cultural que pode exercer influência global. A troca de valores e ideias é uma via de mão dupla, e a diversidade cultural latino-americana também contribui para moldar a percepção internacional sobre a região.

Assim, no filme “Barbie”, podemos notar que a sociedade de Barbieland espelha algumas características da cultura americana, refletindo uma visão estereotipada e idealizada desse país. As festas, o estilo de vida extravagante e as profissões glamorosas representadas pelas diversas Barbies são exemplos de como a cultura norte-americana é retratada e romantizada na obra. Essa representação pode, inadvertidamente, reforçar estereótipos e padrões comportamentais estadunidenses na mente da audiência. No entanto, o novo filme traz um olhar mais progressista e inclusivo, desafiando essa tendência de homogeneização cultural e reforço de estereótipos. Ao apresentar uma grande variedade de Barbies, com diferentes etnias, cores de pele, origens culturais e padrões corporais, o filme busca representar a diversidade da sociedade contemporânea de forma mais autêntica e inclusiva.

A indústria cultural e a sociedade unidimensional

A indústria cultural, conceito desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra “Dialética do Esclarecimento” [1944] e a sociedade unidimensional, teoria elaborada por Herbert Marcuse em “O Homem Unidimensional” [1964], podem ser relacionadas ao conceito de soft power e aos filmes de Hollywood e sua influência na cultura latino-americana.

Entretenimento e Soft Power

A indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer, é um sistema de produção de cultura e entretenimento que busca padronizar e homogeneizar a experiência humana, reduzindo-a a mercadorias de consumo. Esse processo leva à criação de uma cultura de massa que não apenas reflete, mas também molda a mentalidade das pessoas, criando uma falsa sensação de liberdade e escolha, mas, na realidade, limitando sua capacidade de pensar e agir criticamente. Essa padronização cultural contribui para a disseminação do soft power, pois promove valores, ideias e estilos de vida que podem atrair e influenciar as pessoas em todo o mundo, tornando-as receptivas à cultura do país produtor.

O soft power, como discutido anteriormente, refere-se à capacidade de influenciar e atrair outros países por meio de meios culturais, ideológicos e econômicos, em vez de coação militar ou econômica. A indústria cultural é uma das principais formas de soft power exercido pelos Estados Unidos, pois suas produções, como o filme da “Barbie” (2023), lançado recentemente, as música, os programas de TV e outros conteúdos de entretenimento, podem

alcançar públicos globais, incluindo a América Latina, e disseminar valores e ideais que promovem uma imagem positiva dos Estados Unidos e de sua cultura.

A sociedade unidimensional

A sociedade unidimensional, conforme aponta Herbert Marcuse, refere-se a uma sociedade em que o pensamento e a cultura são controlados e manipulados pelas forças dominantes, como a indústria cultural, o governo e as corporações. Nessa sociedade, as pessoas são alienadas, tornam-se consumidores passivos e não questionam o status quo. A indústria cultural, com suas produções padronizadas, contribui para essa unidimensionalidade, limitando a diversidade de ideias e perspectivas e reforçando os valores e crenças dominantes. Segundo Marcuse, "enquanto o capitalismo e a tecnologia se desenvolviam, a sociedade industrial avançada exigia crescente adaptação ao aparato econômico e social e submissão à dominação e a administração cada vez maiores. Por isso, uma 'mecânica de conformismo' espalhou-se por toda a sociedade. [...] o indivíduo perdeu as feições iniciais de racionalidade crítica (isto é, autonomia, discordância, o poder de negação), produzindo, assim, uma 'sociedade unidimensional' e um 'homem unidimensional'" (KELLNER, 2015, p. 15-16).

No contexto da influência estadunidense na cultura latino-americana, a sociedade unidimensional pode ser observada na medida em que a disseminação de uma cultura de consumo globalizada, com base em valores e ideais americanos, pode reduzir a diversidade cultural e a expressão local nos países da América Latina, ou seja, a perda da racionalidade crítica local. Contudo, no filme contemporâneo "Barbie" observa-se uma mudança significativa nesse cenário. Através de uma enorme variedade de Barbies, de diferentes etnias, cores e padrões corporais, o filme abraça a diversidade e busca representar de forma mais inclusiva a sociedade atual. A inclusão de uma atriz transexual, Hari Nef, interpretando a Barbie médica, é um exemplo claro de como o filme procura representar e dar visibilidade ao público LGBTQIA+, abrindo espaço para uma discussão sobre representatividade e inclusão no cinema e na sociedade.

Essa abordagem representa um avanço positivo, uma vez que desafia os estereótipos tradicionais e ultrapassa a visão unidimensional que a Barbie muitas vezes representou no passado. Ao incluir personagens diversos e apresentar histórias que refletem a realidade de diferentes grupos sociais, o novo filme "Barbie" se destaca como uma obra mais sensível e atualizada, capaz de dialogar com uma sociedade cada vez mais consciente da importância da diversidade e da representatividade.

À vista disso, as teorias da indústria cultural e da sociedade unidimensional de Adorno, Horkheimer e Marcuse podem ser relacionadas ao conceito de soft power e à influência do filme da Barbie (com uma nova pegada inclusiva e representativa) e da cultura estadunidense na América Latina. A indústria cultural desempenha um papel significativo na disseminação do soft power dos Estados Unidos, promovendo valores e estilos de vida americanos em escala global. No entanto, essa influência pode contribuir para uma sociedade unidimensio-

nal, limitando a diversidade cultural e a expressão local na América Latina. É fundamental estar ciente desses mecanismos de influência para promover uma compreensão mais crítica e reflexiva da cultura e da política internacional. A própria indústria cultural enxerga a necessidade de mudanças e avanços nas pautas de direitos das minorias e diálogo com o grande público, diverso e multifacetado, e é justamente isso que a nova obra cinematográfica da Barbie entrega.

Lá e de volta outra vez

A indústria cultural mainstream pode parecer inclusiva e progressista, mas ainda assim seguir uma lógica cultural dominante e comercial. Podemos observar isso no filme "Barbie", alguns consideram a obra um "acerto de contas" e uma "retratação" em relação ao papel negativo que a boneca desempenhou na educação lúdica das meninas durante décadas.

De fato, a indústria do entretenimento tem um histórico de abordar questões sociais importantes, incorporando temas relevantes em suas produções. No entanto, muitas vezes, essas produções ainda seguem uma estrutura narrativa que enfatiza o individualismo e o consumo, enquanto abordam superficialmente questões sociais mais complexas, esse é justamente o "pulo do gato", atrair o grande público e sublimar toda a cadeia comercial envolvida nas obras.

Quanto à Barbie, é inquestionável a questão dos negócios e dos milhões de dólares envolvidos em torno da marca, as ações da Mattel subiram 18% no acumulado entre 2022-23. Em junho de 2023, o avanço foi superior a 15% na Nasdaq, enquanto a Hasbro, concorrente da empresa, teve avanço de apenas 4,75% dos seus ativos no mesmo período. Essa é uma questão central a ser abordada ao discutir a indústria cultural e suas produções aparentemente progressistas. Por um lado, temos um filme que busca trazer representatividade e inclusão, desafiando estereótipos e promovendo valores mais progressistas. Por outro lado, a Barbie continua sendo um produto comercial, parte de uma grande estratégia de marketing e vendas, que visa gerar lucros para as empresas envolvidas, seja em bilheteria, como evidenciamos anteriormente, e/ou licenciamento (de roupas, sapatos e até alimentos como a rede de fast food, Burguer King, com o combo da Barbie).

Essa tensão entre os ideais progressistas e os interesses comerciais é uma questão complexa a ser considerada ao analisar a influência da indústria cultural. O filme da Barbie pode ser uma tentativa genuína de evoluir e se adaptar aos tempos atuais, refletindo preocupações e valores sociais mais abrangentes. No entanto, também pode haver a preocupação de que, ao abordar questões importantes, ele possa ser uma forma de capitalizar sobre tendências de consumo e a busca por uma imagem mais positiva para a marca.

O importante é reconhecer que a indústria cultural, incluindo o cinema, é uma combinação complexa de elementos artísticos, comerciais e sociais. Ao analisar produções como o filme da Barbie, é necessário avaliar criticamente tanto o conteúdo apresentado quanto o contexto em que está inserido, levando em consideração as motivações comerciais e os objetivos ar-

tísticos e sociais. Isso permite uma visão mais abrangente e crítica da influência cultural e de como as produções cinematográficas podem impactar a percepção das pessoas.

No entanto, mesmo com essas mudanças, é relevante questionar até que ponto a indústria cultural está genuinamente interessada em promover a diversidade e a inclusão ou se está apenas respondendo às pressões do mercado e às mudanças nas percepções sociais, podemos encontrar a "pegadinha" justamente aí. Isso não significa que o filme não possa ser apreciado por suas mensagens positivas e sua tentativa de avançar em direção à diversidade, mas é essencial ser crítico em relação à interseção entre a mensagem do filme e os interesses comerciais da indústria cultural.

Em suma, o diálogo interno sobre os limites e contradições da indústria cultural é fundamental para uma análise completa. A indústria cultural não é homogênea, e suas produções podem conter elementos progressistas e comerciais ao mesmo tempo. O desafio é analisar essas nuances e compreender como a cultura e o comércio estão intrinsecamente conectados nesse cenário de entretenimento globalizado.

O "neoliberalismo progressivo" e seu impacto na cultura

Podemos perceber uma conexão entre a hegemonia da indústria cultural e o sistema econômico predominante. O "neoliberalismo progressivo", segundo Nancy Fraser (2018), é descrito como uma aliança entre as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQIA+) e os setores financeiros e simbólicos de destaque da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). É substancial destacar os conceitos de distribuição e reconhecimento para a filósofa estadunidense: "O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, às suas divisões de classe. O reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve atribuir respeito e estima, as marcas morais do deleito de associação e do pertencimento. Focado na estrutura de status da sociedade, este aspecto refere-se às suas hierarquias de status" (FRASER, 2018, p. 45). De certa maneira, a cultura e o capital econômico ficam em polos distintos.

A partir disso, essa conexão é significativa porque destaca como a indústria do entretenimento, incluindo Hollywood, está envolvida nessa aliança. O bloco progressista-neoliberal combina aspectos econômicos expropriativos e plutocráticos com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento. O componente distributivo é neoliberal, visando liberalizar e globalizar a economia, o que levou à financeirização e desindustrialização, impactando negativamente a classe trabalhadora e a classe média enquanto beneficiava os mais ricos.

Por outro lado, o bloco progressista-neoliberal adota uma política de reconhecimento superficialmente igualitária e emancipatória, buscando atrair os movimentos sociais progressistas para a causa. O ethos de diversidade, empoderamento, pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo foi adotado, mas interpretado de maneira compatível com a economia neoli-

beral, o que contribuiu para a legitimação dessas políticas. É justamente essa apropriação que a indústria cultural estadunidense faz, capta as principais questões do momento e transforma em algo palpável ao grande público, o filme "Barbie" é um dos muitos casos dessa expressão. Por fim, essa análise pode ser aplicada ao filme da Barbie, onde podemos identificar uma tentativa de abordar questões sociais importantes, como representatividade e diversidade, mas ainda inserido em um contexto comercial que visa promover a marca e a lucratividade. Assim como o "neoliberalismo progressivo" buscou reembalar suas políticas econômicas com uma retórica progressista para alcançar hegemonia, o filme da Barbie pode ter adotado um discurso mais inclusivo para atrair um público mais amplo, ao mesmo tempo que continua sendo parte da indústria cultural mainstream, sujeita a interesses comerciais e lucrativos.

Referências bibliográficas:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol. 17 – Nº 40 – Set./Dez. de 2018.

KELLNER, Douglas. Introdução à 2ª edição. In: MARCUSE, H. O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARCUSE, H. O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

NYE Jr., J. S. O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo : Ed. da UNESP, 2002.

NYE Jr., J. S. Bound to Lead: the Changing Nature of American Power. Basic Books (AZ); Revised ed; 1990.

Vini Jr. e o racismo no futebol

14 de junho de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Gabriel N. Silva,
Ivan Cersosimo Valverde, Luiza Martins,
Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

O preconceito contra o jogador brasileiro Vini Jr. elevou a denúncia do racismo à agenda internacional. Os ataques ao craque do Real Madrid precisam ser compreendidos numa quadra histórica em que a extrema direita volta a ganhar expressão em vários países.

VINÍCIUS JR., NEGRO, CARIOCA, 22 ANOS, de origem muito pobre e atleta profissional tem protagonizado manchetes da mídia ao redor do mundo em mais um caso de racismo. É algo recorrente em sua carreira. O mais recente ataque se deu em uma partida da La Liga, contra o time do Valencia: torcedores gritaram repetidas vezes "mono" (macaco, em espanhol) ao longo do jogo. Torcedores de times adversários chegaram a pendurar num viaduto um boneco negro vestido com a camiseta de Vinícius com uma corda no pescoço.

Na partida em que foi atacado (21 de maio de 2023), o jogador/vítima terminou expulso. Seu técnico terminou por defendê-lo e foi indiciado pelo Ministério Público Espanhol por chamar a torcida do Valencia de racista. O clube será o primeiro a pagar uma multa, que já foi reduzida.

O que aconteceu com Vinícius é só uma amostra do que ocorre cotidianamente em empresas, shoppings e redes de varejo em boa parte do mundo. Vinícius incomoda não apenas por ser negro, mas bem sucedido. Em três anos, o jogador sofreu dez casos de racismo notificados.

Até o caso do Valencia, nenhum dos clubes envolvidos recebeu algum tipo de punição. No Brasil, houve tamanha repercussão que foi criada a Lei Municipal Vini Jr., no Rio de Janeiro, que prevê que uma partida com casos de racismo seja imediatamente encerrada. Racismo é

crime no Brasil e crime na Espanha. Isso nos faz olhar para a incidência desse fenômeno no futebol como um todo.

Futebol e política

O futebol, como fenômeno de massas, por seu alcance e pela sua aceitação, tem papel de destaque na cena global e na política internacional. Um exemplo de sua utilização como ferramenta política ocorria durante a ditadura de Francisco Franco, na Espanha (1938-1975). Uma de suas características era combater as autonomias regionais, como na Catalunha e no País Basco. As línguas locais foram proibidas. No caso catalão, foi criado o FC Barcelona para servir de rival ao Real Madrid, time que tinha o próprio Franco como apoiador. Quando as duas equipes se enfrentavam, os estádios tornaram-se válvula de escape para opositores expressarem a contrariedade com o regime vigente.

O esporte também desempenha um papel significativo nas relações internacionais, sendo um elemento importante na projeção da imagem de cada país no cenário mundial. A seleção brasileira de futebol, por exemplo, é reconhecida como uma das mais vitoriosas e icônicas do esporte, o que lhe confere um status de destaque nas competições internacionais. O dramaturgo Nelson Rodrigues (1912-1980) chegou a cunhar a expressão “Pátria de chuteiras” para designar o time. O sucesso do futebol brasileiro foi utilizado várias vezes como ferramenta política, fortalecendo laços entre o Brasil e outros países, por meio da paixão compartilhada pelo esporte.

Um exemplo do uso do futebol como manipulação política se deu na Copa do Mundo de 1970. A visão internacional que a ditadura militar brasileira queria promover era a de uma potência democrática, carnavalesca e esportiva, para encobrir o pior e mais agressivo período da ditadura militar.

O futebol também tem sido utilizado como um instrumento de política cultural. Através dos jogadores brasileiros que atuam em clubes estrangeiros, o Brasil teria a hipotética oportunidade de promover sua cultura, língua e identidade nacional. O talento de Ronaldinho Gaúcho, Pelé e agora Vinicius Junior, atrai a atenção global e gera interesse pelo país, abrindo portas para intercâmbios sociais e econômicos.

No caso específico de Vini Jr, a diplomacia brasileira desempenhou um papel relevante em sua trajetória internacional. O jovem talento revelado pelo Flamengo chamou a atenção do Real Madrid, um dos clubes mais prestigiados e ricos do mundo. Através de negociações comerciais e diplomáticas entre autoridades brasileiras e espanholas, questões relacionadas à transferência do jogador foram discutidas e acertadas.

No caso do racismo, outra força entrou em campo, a diplomacia presidencial. O presidente Lula fez questão de abrir sua entrevista coletiva ao fim da reunião do G-7 em Hiroshima, em 19 de maio. Em seguida, o Itamaraty convocou a embaixadora espanhola no Brasil para apresentar a contrariedade do Brasil com a questão. O ministério desempenhou um papel relevante ao defender os interesses e a dignidade de um cidadão brasileiro no contexto internacional e ao trabalhar para a construção de um ambiente esportivo mais inclusivo e igua-

litário.

Racismo estrutural

Em uma palestra de dezembro de 2022, o ministro de Direitos Humanos e da Cidadania Silvio Almeida – ele mesmo filho de um jogador de futebol – argumentou que o ato de racismo no futebol precisa ser visto de forma ampla. Trata-se, segundo ele, da estrutura que coloca o elemento 'raça' como pressuposto na sociedade. Atos racistas de torcedores possibilitados por uma "organização do futebol que estabeleceu uma divisão social e racial do trabalho, em que os brancos organizam o jogo e os negros jogam".

Assim, o racismo, segundo o ministro (2019, p. 15), "é sempre estrutural". Outras classificações, como o individual e institucional, são manifestações desse racismo que "se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade".

Os ataques que o jogador Vini Jr. sofreu foram manifestações individuais e institucionais de racismo, e que são expressões de uma estrutura social na qual o racismo é o seu modo normal de funcionamento não verbalmente admitido. Considerando que muitos jogadores negros latino-americanos acabam jogando na Europa, é necessário levar em conta os efeitos da colonização europeia para a humanidade.

A colonização precisou criar a categoria raça para desumanizar os não-europeus, colocando o chamado Velho Mundo como salvaguarda da civilização, acima de povos considerados "selvagens" e passíveis de processos de invasão e escravização. Foi aí que a dicotomia branco X negro surgiu e que, mesmo séculos depois, se manifesta em mas não se limitando em nenhum momento a partidas de futebol.

Os efeitos coloniais do racismo como forma de controle social buscam naturalizar a segregação racial, étnica e cultural dos "diferentes".

Diante de um sistema desigual de distribuição de poder tenta-se estabelecer um domínio sobre quais seriam as camadas da população a serem hostilizadas como forma de se aplicarem válvulas de escape para frustrações e obstáculos impostos por esse mesmo sistema. Assim, um negro ou uma negra bem sucedida torna-se algo perturbador para os que geralmente oprime e persegue tais pessoas.

Assim, Vini Jr., que ascendeu socialmente, ainda está sujeito a ser atacado pela cor da sua pele, e o futebol acabou se tornando o ambiente propício a eventos em que a agressividade assim como a frustração superam os limites da convivência social.

Preconceitos recentes

O caso do ex-jogador do Flamengo está longe de ser o único. Em abril de 2004, o lateral brasileiro Daniel Alves, em uma cobrança de pênalti durante uma partida entre Barcelona e Village, viu uma banana ser arremessada ao campo. Nesse episódio o jogador contornou a situação comendo a mesma e tendo apoio midiático de muitos artistas que naquele momento postaram em suas redes sociais o mesmo gesto em apoio ao jogador. Em 2005 Ronaldo Fe-

nômeno arremessou uma garrafa de água na torcedores do Málaga após ter sofrido insultos racistas.

É preciso recordar também o episódio em 2014 do goleiro Aranha que, em uma partida entre Santos e Grêmio, sofreu ofensas racistas que vinham da arquibancada gremista, na forma de gritos de "macaco". Nesse caso o árbitro decidiu não interromper a partida.

Neymar, craque do PSG, já foi vítima de preconceitos em inúmeras partidas. Em setembro de 2020, contra o Olympe de Marselha, o zagueiro espanhol Álvaro González chamou o brasileiro de "macaco". Este reagiu com um tapa na cabeça de González, e acabou expulso de campo. O agressor seguiu no jogo.

Também, Richarlyson em um amistoso da Seleção Brasileira contra a Tunísia antes da Copa do Mundo do Qatar, após comemorar seu gol, se deparou com um banana jogada por um torcedor local.

O ponto central de todos os casos aqui expostos é a forma como o futebol é algo influente e em certa medida indissociável do cenário cultural e social da população, e este por sua vez serve de reflexo para o estado da mesma. Tratando agora de sociedades com um elemento racista básico para à sua hierarquia social geral, temos que apontar o quão assimétrica esta relação é mesmo dentro dos grupos que praticam o racismo, pois um cidadão branco não é necessariamente privilegiado do ponto de vista econômico e/ou político apenas por assim o ser; não sendo incomum encontrar pessoas de variadas etnias em situações de pobreza similares dentro de uma estrutura de poder que não às contemplaria de forma espontânea.

Um cidadão que preenche todos os requisitos estéticos para ser parte de uma elite dentro desta estrutura assimétrica, mas que não encontra meios para realizar uma ascensão real, carrega uma frustração forte por não conseguir participar de um cenário privilegiado; por sua vez, quando um cidadão que geralmente é radicalizado por sua etnia realiza uma grande ascensão econômica e atinge um nível de popularidade e prestígio que outros não conseguem e se nega à abdicar de suas origens se torna um alvo para todo o rancor e hostilidade que os preconceituosos pretendam dar vazão.

Um ato racista germinado e explicitado por uma torcida organizada não assim o é sem uma base ampla de ferramentas políticas e culturais que vão torná-lo algo possível. E esta sociedade por sua vez faz do ato racista uma forma de direcionar à frustração não para uma mudança real, mas para uma agressão injustificável contra quem não faz parte do sistema que perpetua tais atos; falando aqui de jogadores de futebol, mas casos de racismo que ultrapassam o mundo do esporte radicalizando pessoas comuns nunca foram raros à populações historicamente marginalizadas de ex-colônias.

Por fim, sempre vale ressaltar que o racismo não é uma manifestação isolada. No caso espanhol, tem muito a ver com o avanço político da extrema direita, que dobrou sua votação nas eleições municipais, realizadas em maio. O mesmo vale para o Brasil e para outros países. O racismo nunca é um fenômeno isolado, e só persiste exatamente por ter um alcance amplo assim como uma base de apoio sólida para pessoas que aprenderam a manipular o discurso

deste tipo. Como apontado, o racismo nos moldes atuais é resultado dos processos de colonização aos quais sofremos, que segmentaram a sociedade e criaram divisões profundas que não podem ser ignoradas. Por trás de um ato racista de uma torcida esportiva (independente do esporte neste nível de análise) existem profundas implicações sobre como os agressores se relacionam de maneira nociva com quem está no campo.

Referências:

Almeida, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

Desigualdade de gênero e futebol feminino na América Latina

09 de agosto de 2023

Por Dante Tomyo Fasolin Koboyama,Gabrielly Provenzzano da Silva, Melissa Souza Jorge e Rafaela Castilho Miranda

A história do futebol feminino é repleta de disputas na América Latina, onde a paixão pelo futebol é característica de muitos países. Entender os avanços e retrocessos das mulheres nessa modalidade significa compreender as desigualdades de gênero que permeiam o esporte.

O BRASIL FOI ELIMINADO LOGO NA ETAPA INICIAL DA COPA DO MUNDO FEMININA, na Austrália, mas vale a pena esquadrinhar a trajetória de afirmação das mulheres numa modalidade até poucas décadas tido como eminentemente masculina.
As seleções que representaram a América Latina no certame foram Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Panamá. Quase todas foram eliminadas, sendo que a seleção colombiana é a equipe latino-americana com melhor desempenho na disputa. O campeonato começou em julho e, de lá para cá, emplacou uma série de debates sobre as disparidades de salários, investimentos, patrocínios e cobertura midiática entre as categorias masculina e feminina do futebol. Entender os desafios das mulheres nessa modalidade significa compreender as desigualdades de gênero que permeiam o esporte como um todo.

O futebol feminino no mundo

A história do futebol feminino é repleta de lutas, retrocessos e grandes conquistas. As mulheres enfrentaram com resistência o preconceito desde o final do século XIX. Foram inicialmente banidas dos esportes, inclusive do futebol, pelo que era chamado de "sua condição natural". Com o tempo, a adesão feminina abriu caminho para o início do reconhecimento e

popularidade da modalidade.
A British Ladies Football Club é apontada como a primeira equipe feminina de futebol, fundada na Inglaterra em 1894. O clube foi fundado por Nettie Honeyball, uma ativista dos direitos das mulheres comprometida a mostrar que elas poderiam ocupar espaços importantes na sociedade. Sua primeira partida oficial aconteceu no ano seguinte, contando um público de cerca de 10 mil pessoas que foram vaiar as jogadoras em campo, e grande parte do público foi embora antes do término da partida. Além disso, a imprensa lançou suas críticas, em que Manchester Guardian escreveu "não acho que as partidas de futebol feminino vão atrair multidões".
O clube pioneiro surgiu com o propósito de promover o esporte entre as mulheres, desafiando as normas sociais da época. Ele não apenas proporcionou oportunidades esportivas, mas também se tornou um espaço de resistência e conscientização sobre as questões de gênero. Ao se formar e competir, as mulheres associadas ao clube enfrentaram preconceitos e barreiras, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero.
No século XX, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) levou os homens às trincheiras e reduziu a força de trabalho na Europa. Nesse contexto, as mulheres passaram a trabalhar nas fábricas e formar suas próprias equipes de futebol, algo comum para os trabalhadores homens da época.
Com o fim da guerra, em 1921, os campeonatos de futebol masculinos retornaram e as equipes compostas por mulheres não foram bem vistas. Em 5 de dezembro daquele ano, a Federação Inglesa de Futebol baniu a prática do futebol feminino nos estádios do país.
Em 1966, a Copa do Mundo foi realizada na Inglaterra e o interesse pelo futebol cresceu. A Federação Inglesa voltou atrás na decisão de 1921 e oficializou o apoio ao futebol feminino no país em 1969. Em 1971, a União das Associações Europeias de Futebol, a UEFA, propagou aos seus respectivos parceiros a gestão e promoção do futebol feminino, que se consolidou na Europa nos anos seguintes.
Somente em 1988 a FIFA organizou seu Torneio Experimental de Futebol Feminino na China, a primeira competição internacional no gênero. Na ocasião, as jogadoras não receberam sequer suporte da entidade, e utilizaram sobras de uniformes masculinos. Já em 1991 aconteceu a primeira Copa do Mundo Feminina, que contribuiu para o início da popularização da categoria e a quebra de tabus.
A partir de 1996, o futebol feminino fez sua estreia nas Olimpíadas, quando o esporte foi incluído nos Jogos de Atlanta, realizados nos Estados Unidos. A seleção brasileira alcançou a quarta colocação na competição, enquanto o país sede conquistou a medalha de ouro.
Em 2009 a novidade chega ao nosso continente, através da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino. O Santos FC, na época com Marta e Cristiane, sagrou-se campeão. No mesmo momento, Marta era eleita pela quarta vez a melhor jogadora do mundo.
Cristiane, nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, tornou-se a maior artilheira na história dos Jogos, e virou recordista na artilharia olímpica entre homens e mulheres.

Léa Campos foi a primeira mulher árbitra de futebol profissional do mundo reconhecida pela FIFA. A mineira de Abaeté é graduada em Educação Física e Jornalismo, e atualmente mora nos Estados Unidos, fez parte do quadro da FIFA entre os anos de 1971 e 1974.
A brasileira Edina Alves Batista foi a primeira mulher a ser árbitra de um jogo masculino profissional da FIFA. A profissional atuou na partida entre Al Duhail e Ulsan Hyundai FC, pelo Mundial de Clubes da FIFA 2020. A também brasileira, a auxiliar Neuza Back compôs, ao lado da argentina Mariana de Almeida, o trio 100% feminino foi um marco no esporte.
Os esforços significativos foram feitos para promover a igualdade de gênero no esporte, e muitas federações de futebol começaram a investir mais recursos em programas de desenvolvimento e infraestrutura para o futebol feminino, ainda tendo um longo percurso a percorrer.

Mudanças em campo
O futebol é um elemento de pertencimento em âmbitos nacionais e regionais. Apesar disso, o futebol feminino ainda sofre com estigmas e misoginia, como o entendimento do esporte como algo masculino e a dificuldade em reconhecer o interesse e participação de mulheres.
De acordo com Gabriela Ardila, citada no artigo América Latina llega al Mundial Femenino 2023 entre pendientes y promesas de Manuela Cano para France 24, o futebol é representativo da ideia de nação nos países latino-americanos e que entendem esse conceito através de um ideal masculino e de valores que não são permitidos às mulheres.
A história do futebol feminino na América Latina passa por situações de proibições e constrangimentos, segundo Claudia Yaneth Martínez Mina em seu artigo Historias y encrucijadas del fútbol femenino en América Latina na revista Nueva Sociedad. No caso da Argentina e do Chile na metade do século XX, era comum comentários que colocassem o interesse da mulher pelo futebol voltado à atenção masculina. Em ambos os países o preconceito e a pressão da mídia e da sociedade foram suficientes para censurar o futebol feminino e moldar um papel estereotipado da mulher latino-americana.
No Brasil, a prática foi proibida por quase 40 anos, sob o artigo 54 do Decreto de Lei 3199, que afirmava que "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza". A lei foi implementada em 1941, durante o governo Vargas, e foi detalhada em relação ao futebol (em todas as modalidades do esporte, pólo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball) em 1965, durante a ditadura militar. Em 1979 a lei foi revogada e apenas em 1983 o futebol feminino foi regulamentado.
O artigo Futebol feminino: os pretextos usados para proibir a prática no Brasil, de Julia Braun, explica que a justificativa da lei era que deveria, supostamente, proteger a saúde da mulher e da maternidade. No entanto, é citado o argumento de Brenda Elsey, autora do livro Futbolera: A History of Women and Sports in Latin America, de que na época já era comprovado que se tratava de uma justificativa falsa e que o propósito da lei era controlar as mulheres em seu tempo livre, seus corpos e suas expressões. As mulheres brasileiras resistiram a

esse período e várias buscaram meios de seguir com a prática do futebol e de outros esportes, como se vestir de homem e jogar à noite em lugares privados.
As mudanças começaram a ocorrer no cenário global na segunda metade da década de 1980, de acordo com Mina (2023). Entre essas conquistas, pode-se destacar a participação da equipe brasileira na Copa Mundial Feminina de Futebol em 1991, a criação da Copa América Feminina organizada pela Conmebol e o desenvolvimento das seleções femininas nos países latino-americanos. As conquistas mais recentes envolvem a exigência da Conmebol, em 2016, em que os clubes de futebol masculino tenham uma rama feminina para participar da Libertadores e da Copa Sulamericana. A autora ressalta que "nos países nos quais os coletivos feministas tem sido mais fortes se tem produzido, consequentemente, não apenas maiores conquistas, mas também aberturas de espaços nos quais as mulheres têm desafiado a lógica da masculinização do futebol" e cada país realizou diferentes políticas sociais, assim obtendo resultados diferentes no incentivo da participação e permanência feminina no esporte.
Os desafios enfrentados pelas mulheres latino-americanas no futebol (assim como também em outros esportes) compreende não somente a profissionalização das jogadoras como a assistência, patrocinadores, igualdade salarial e mesmos direitos que a categoria masculina dos esportes. A questão se demonstra ainda mais profunda, pois é uma reivindicação de espaços que foram estruturados por ideais masculinos como padrão e a inserção de mulheres abrange a ressignificação de elementos presentes na cultura latino-americana.

O avanço das mulheres

O futebol feminino já é jogado no Brasil há mais de 100 anos. Mas foi só no ano de 1983 que surgiram os primeiros times profissionais no Brasil: o Radar, no Rio de Janeiro, e o Saad, de São Paulo. Na década de 1990, times grandes começaram a aparecer no cenário feminino, como o Corinthians, o São Paulo e o Santos. O primeiro Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) aconteceu no ano de 2013.
Nos últimos anos, o futebol feminino experimentou um avanço importante no reconhecimento e valorização no Brasil. Anteriormente negligenciado e relegado a um papel secundário em comparação com o futebol masculino, o cenário vem aos poucos ganhando relevância e espaço no meio esportivo. A ascensão de talentosas jogadoras, como Marta, Formiga e outras, conquistando títulos importantes e alcançando marcos históricos em competições internacionais, tem sido fundamental para aumentar a visibilidade da modalidade.
A primeira seleção feminina foi convocada pela CBF no ano de 1988. Durante quase 40 anos, contados a partir de 1941, as mulheres foram impedidas de jogar futebol no Brasil, sob o argumento de que o esporte era incompatível com as condições de sua natureza.
A abertura só aconteceu em 1979, em um contexto de aumento das liberdades individuais, nos últimos anos do regime militar. A regulamentação da atividade profissional veio em 1983, pautada pela luta das jogadoras, mas somente em 1988, há 30 anos, é que a Seleção

Feminina de Futebol teve a sua primeira convocação oficializada. Uma curiosidade é que a seleção foi composta apenas por jogadoras do supracitado time Radar. O clube cedeu 16 atletas e elas conseguiram vencer a competição que foram disputar, a Women's Cup of Spain, realizada na Espanha. Aliás, esse foi o primeiro título internacional conquistado pela nossa Seleção.

Depois disso, a Seleção Brasileira ganhou outras medalhas em Pan Americano (o futebol feminino foi incluído como modalidade apenas em 1999 e o Brasil passou a competir somente em 2003), Olimpíadas e Copas do Mundo. A Copa de 2019, realizada na França, foi um marco para a modalidade. Isso porque foi a primeira vez em que houve uma transmissão na maior televisão aberta no Brasil e foi a mais comprada e assistida do mundo. Os brasileiros realmente vibraram e torceram pelo time.

Além das conquistas individuais das atletas, o investimento e o apoio de clubes e patrocinadores também têm sido cruciais para o crescimento do futebol feminino no país. A criação de competições mais estruturadas e a transmissão de jogos em canais de televisão têm permitido que mais pessoas acompanhem e se apaixonem pelo esporte. A resposta positiva do público tem encorajado o governo e as entidades esportivas a promoverem políticas mais inclusivas e igualitárias, fomentando a participação de mulheres e meninas no futebol em todas as categorias.

Historicamente, o futebol feminino no Brasil sofre pela forma como tem sido tratado pela mídia, carecendo de apoio, organização e inserção midiática, apesar de já ter conquistado grandes avanços como listado acima. Existe grande disparidade na cobertura entre o futebol feminino e masculino. Enquanto as competições masculinas recebem ampla exibição durante todo o ano, as partidas e os campeonatos femininos são muitas vezes relegados a horários menos privilegiados e menos visibilidade.

Ainda há poucas mulheres ocupando cargos de destaque na cobertura do futebol feminino, o que pode influenciar a forma como as histórias são contadas e perpetuar estereótipos. A inclusão de mais vozes femininas na mídia esportiva é fundamental para garantir uma cobertura mais justa, competitiva e empática.

Os meios de comunicação também desempenham um papel na construção de ídolos e modelos para as jovens jogadoras. Quando os atletas são celebrados e admirados publicamente, isso pode inspirar a próxima geração a sonhar alto e perseguir seus objetivos no futebol. É importante que jornalistas, emissoras e plataformas de mídia continuem a investir na cobertura do esporte, destacando suas conquistas e desafios. Desta forma, é essencial que haja uma mudança significativa no enfoque midiático, com mais investimentos, igualdade de oportunidades e representatividade feminina, a fim de romper com as barreiras e preconceitos que ainda cercam o futebol feminino no país.

A luta por respeitos justos, condições de treinamento adequadas e mais investimento em infraestrutura são pautas urgentes. Entretanto, é inegável que a crescente popularidade e os engajamentos da sociedade estão pavimentando o caminho para um futuro promissor para

o futebol feminino no país.

Igualdade e inclusão

No mundo dos esportes, a resistência que as mulheres enfrentam não é exclusividade do futebol. Ao Jornal da USP, Katia Rubio, professora da Escola de Educação Física e Esportes daquela Universidade e membro da Academia Olímpica Brasileira, explica que o esporte, enquanto campo privilegiado de competição e demonstração de força, se constituiu desde os seus primórdios em atividade essencialmente masculina. Em Atenas, o berço dos Jogos Olímpicos na Antiguidade, as mulheres foram privadas não só de participar, mas também de assistir aos jogos – um dos reflexos de não serem consideradas cidadãs de plenos direitos. Rubio enfatiza justamente que, ao longo da história, a resistência à presença feminina no esporte é, entre outras coisas, produto de legislações excludentes. Ela lembra, por exemplo, que em 1896, na primeira edição das Olimpíadas Modernas, as mulheres foram novamente proibidas de participar do evento.

O que fica evidente é que o acesso e a progressão na carreira esportiva por parte das mulheres esbarra em questões estruturais da sociedade, como o machismo, que permeiam as organizações esportivas. Quem afirma isso é Renato Francisco Rodrigues Marques, professor de Sociologia Esportiva da Escola de Educação Física e Esporte em Ribeirão Preto (EEFERP) da USP, para Ana Beatriz Fogaça, do Jornal da USP. Para Larissa Rafaella Galatti, professora do curso de Ciências do Esporte na Unicamp, há cerca de 20% de participação feminina e 80% masculina nas disciplinas. Em sua avaliação sobre o curso em que atua, é possível identificar que homens costumam ter experiências positivas em ambientes mais favoráveis e mulheres enfrentam um ambiente que nem sempre é acolhedor. A menor presença de mulheres em cursos de Esporte, por sua vez, gera possibilidades reduzidas de atuação em cargos de gestão, como treinadoras e árbitras.

Nas competições, outras disparidades entre modalidades masculinas e femininas envolvem salários, investimentos e patrocínios e cobertura midiática. Segundo a pesquisa Women in Sport Report 2021, realizada pelo YouGov Sport, 6 a cada 10 pessoas (62%) no mundo vêem alguma forma de desigualdade no esporte.

Para falar em remuneração: Rafaella Zanellato, atleta olímpica e técnica do time de rugby feminino da Faculdade Cásper Líbero, contou à revista Factual 900 que, por anos, o piso de diferença entre mulheres e homens com salários altos era superior a R$10 mil, em valores de 2021. Também em entrevista à Factual 900, a medalhista olímpica Mayra Aguiar, do Judô, diz que viveu na pele a realidade dos baixos investimentos governamentais e patrocínios nas categorias femininas no início de sua trajetória, por volta de 2007. Vale ressaltar que a Copa do Mundo Feminina chegou à televisão aberta somente em 2023, enquanto a masculina é um evento ostensivamente coberto pela mídia desde seu início, nos anos 1930.

Diante das desigualdades, em 2019 foi criada a campanha Go Equal em prol da igualdade de gênero no esporte. A embaixadora do movimento é a jogadora Marta e, segundo ela, "as

mulheres jogam futebol da mesma forma que os homens", portanto, "não há motivo para não receberem o devido reconhecimento". A busca por equidade ecoa em outras modalidades esportivas.

A inclusão das mulheres no esporte é, ainda, um compromisso vinculado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. O esporte é visto como uma plataforma fundamental para a promoção da igualdade de gênero, o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda.

Segundo o relatório Igualdade e inclusão da mulher no esporte: mapeamento das organizações esportivas nacionais e internacionais, da ONU Mulheres, em parceria com Comitê Olímpico Brasileiro, "incentivar a financiar projetos de apoio à atuação e ao desenvolvimento de meninas e mulheres no esporte é uma recomendação alinhada com o debate global sobre governança e políticas públicas porque o esporte é capaz de oferecer um espaço seguro para a criação de modelos de referência inspiradores, impulsionar igualdade de gênero e fomentar o empoderamento feminino na sociedade em geral". Dentre outras coisas, o que fica da Copa do Mundo Feminina de 2023 é a torcida para que o esporte seja cada vez mais um espaço político a ser disputado pelas mulheres.

A recente hegemonia brasileira na Copa Libertadores da América

16 de novembro de 2023

Por Gustavo Mendes de Almeida

A crise que se abate sobre as principais economias da América do Sul, aprofundada pela pandemia e pela Guerra na Ucrânia, se expressa também nos estádios de futebol. Com o título do Fluminense, conquistado em cima do Boca Juniors (ARG) no dia 4 de novembro, o futebol brasileiro chegou a sua quinta conquista consecutiva da Copa Libertadores da América, evidenciando o enfraquecimento do futebol uruguaio, que não chega sequer a uma final desde 2011, e que tem a migração precoce de jovens talentos para a Europa como fator que contribui para tal. Do outro lado do rio da Prata, times argentinos enfrentam dificuldades semelhantes, sobretudo por conta da fragilização financeira dos clubes, o que os insere em uma realidade completamente diferente de quando eram dominantes no continente, entre os anos 1960 e 1990.

A COPA LIBERTADORES DA AMÉRICA é o principal torneio de clubes de futebol da América do Sul. Por muito tempo, os times argentinos foram os verdadeiros donos da competição, seguidos pelos clubes uruguaios. Entretanto, especialmente a partir da década de 1990, as equipes do Brasil passaram a dar maior importância ao campeonato e, aliado a dificuldade dos clubes uruguaios em manter elencos fortes por muito tempo e ao aprofundamento da crise econômica na Argentina, os brasileiros conquistaram um espaço cada vez maior no torneio, dinâmica que encontra seu ponto mais alto com o desfecho da final de 2023.

Em um Maracanã lotado, após lamentáveis confrontações entre os torcedores dos dois clu-

bes, o Fluminense venceu o Boca Juniors e conquistou a Copa Libertadores da América, título inédito para um dos clubes mais tradicionais do Brasil. A vitória do Flu faz com que o Brasil atinja uma marca histórica na competição: é a primeira vez que clubes de um mesmo país vencem a Libertadores por cinco temporadas seguidas: Flamengo (2019 e 2022), Palmeiras (2020 e 2021) e o Fluminense (2023).

Historicamente, os grandes adversários dos clubes brasileiros foram os argentinos, que ainda possuem vantagem sobre o Brasil na quantidade de títulos conquistados, sendo 25 taças para os hermanos contra 23 para os brasileiros, desde o início da competição em 1960. A terceira força do continente é o Uruguai, que possui 8 taças, sendo cinco para o Penãrol e três para o Nacional. Os demais países possuem menor tradição no futebol sul-americano. Paraguai e Colômbia possuem três títulos cada, em uma hegemonia do Olímpia em solo paraguaio - sendo responsável por todas as três conquistas do país -, enquanto na Colômbia o Atlético Nacional de Medellín ganhou duas Libertadores e o Once Caldas se sagrou campeão uma única vez. O Colo-Colo (CHI) e a LDU de Quito (EQU) são os responsáveis pelo único título que Chile e Equador possuem. Bolívia, Peru e Venezuela não possuem clubes que conquistaram a Libertadores, similarmente ao México, que entre 2000 e 2016 teve seus clubes disputando a competição.

Nos últimos anos tem se evidenciado uma superioridade dos clubes brasileiros em relação aos demais clubes da América do Sul. Para termos uma dimensão, de 2010 até 2023, os clubes brasileiros não foram campeões em apenas quatro oportunidades (2014, 2015, 2016 e 2018). Neste período, os países com menor tradição na competição não conseguiram alterar essa lógica e, além disso, clubes uruguaios e argentinos, que dominavam o continente até meados dos anos 1990, estagnaram em relação ao futebol brasileiro.

Uruguai, um celeiro de craques que padece perante a saída precoce de suas jóias

O Uruguai é um caso interessantíssimo no mundo do futebol. Como pode um país com uma área inferior ao estado do Ceará, com menos de 3,5 milhões de habitantes, revelar tantos craques? Uma geração de ouro, encabeçada por Diego Forlán, Edinson Cavani e Luisito Suárez está chegando ao fim, mas jovens talentos uruguaios já estão surgindo para substituí-los na seleção Celeste. A questão é que esses talentos pouco tempo ficam em solo uruguaio, uma situação também enfrentada por Brasil e Argentina, mas que afeta com maior intensidade um país em que a população é substancialmente menor. Exemplos dessa dinâmica são os jogadores Darwin Núñez (Liverpool-ING), Ronald Araújo (Barcelona-ESP) e Federico Valverde (Real Madrid-ESP), que atuam em grandes clubes da Europa e se constituem nos três uruguaios com maior valor de mercado, segundo o site especializado Transfermarkt. Estes jogadores saíram ainda muito cedo do Uruguai e por cifras baixas se comparado a seu potencial, o que impediu com que seus clubes de origem pudessem se reforçar e repor suas saídas. O Peñarol tem se notabilizado por revelar grandes jogadores da atual geração, entre eles

estão o centroavante Darwin Núñez e o meio-campista Federico Valverde. Núñez deixou o clube no ano de 2019, após apenas 22 jogos com a camisa carbonera, com destino ao Almería (ESP), por cerca de € 15 milhões - desde 2022 o atleta de 24 anos veste a camisa 9 do Liverpool (ING), quando foi adquirido por cerca de € 80 milhões, uma quantia cinco vezes maior do que o Penãrol recebeu apenas três anos antes por sua venda. Federico Valverde, por sua vez, representa um caso ainda mais extremo, uma vez que foi vendido ao Real Madrid (ESP) no ano de 2016 após apenas 13 partidas pelo Peñarol, por uma quantia de € 5 milhões - hoje é avaliado em € 100 milhões, ou seja, um valor vinte vezes maior.
O zagueiro Ronald Araújo possui uma carreira distinta em relação a Valverde e Núñez. Diferentemente destes, Araújo teve uma transferência interna antes de ir para a Europa, sendo vendido pelo Rentistas ao Boston River em 2017, em uma transferência avaliada em € 395 mil. Um ano depois, o Barcelona (ESP) adquiriu o jovem zagueiro por € 4,7 milhões. Hoje, o jogador de 24 anos está avaliado em € 70 milhões, quatorze vezes mais.
As precoces transferências de jogadores sul-americanos para a Europa, que corroem nosso futebol, afetam sobremaneira os uruguaios. O Peñarol não vence uma Copa Libertadores desde 1987, tendo como melhor resultado desde então um vice-campeonato frente ao Santos, no ano de 2011, sendo essa a única vez que o time chegou à final desde seu último título. Por sua vez, o Nacional venceu sua última Libertadores no ano de 1988, sendo essa a última vez que o clube de Montevidéu chegou à uma final da competição. Para além dos dois clubes, nenhum outro time do Uruguai chegou sequer a uma final de Libertadores em toda a história.

Os impactos da crise econômica nos clubes argentinos

Até meados dos anos 1990 os clubes da Argentina dominavam a Copa Libertadores. De 1960 até 1990, Boca Juniors, River Plate, Estudiantes, Racing, Argentinos Juniors e Independiente foram responsáveis por incríveis quinze taças, em um período no qual os clubes brasileiros venceram apenas cinco vezes. É fato que a crise econômica da Argentina por si só não explica a queda de rendimento dos clubes do país na competição, entretanto, com o aprofundamento deste processo como herança da violenta Ditadura Militar argentina, aliada a uma maior atenção dos clubes brasileiros com a competição após o bi-campeonato do São Paulo em 1992 e 1993, constituem-se como fatores importantes para a análise.
Os problemas econômicos enfrentados pela Argentina há algumas décadas, principalmente em relação à perda de valor de sua moeda, enfraquecem o poder de investimentos dos clubes, que acabam ficando extremamente dependentes de suas jovens promessas, inseridas em um contexto diferente do uruguaio. Por possuir uma população substancialmente maior em comparação a do Uruguai, a probabilidade de revelar jogadores é maior na Argentina, fator turbinado pela tradição e pela importância que o esporte tem no país. A tradição argentina também contribuiu para atrair jogadores de outros países da América do Sul, que encontram principalmente no Boca Juniors e no River Plate grandes vitrines para, posteriormente,

chegarem à Europa - jogadores chilenos, colombianos e uruguaios percorrem este caminho com frequência, numa situação similar ao que acontece no Brasil. São essas condições que permitem com que, mesmo não atingindo o sucesso de outrora, os clubes argentinos ainda tenham grande importância na Copa Libertadores, diferentemente dos clubes uruguaios.

A década de 2000 comporta o último grande momento dos clubes argentinos na Libertadores, período no qual venceram cinco vezes a competição, sendo quatro títulos do Boca Juniors e um do Estudiantes. A superioridade em relação ao Brasil foi demonstrada nesse período, uma vez que em quatro das cinco oportunidades, as vítimas dos argentinos nas finais foram justamente os clubes brasileiros. O Boca Juniors superou o Palmeiras em 2000, o Santos em 2003 e o Grêmio em 2007. No ano de 2009 o Estudiantes derrotou o Cruzeiro. No entanto, a partir de 2010 essa situação se alteraria, com o Brasil vencendo dez vezes a competição desde então, período no qual os argentinos conquistaram três taças - River Plate em 2015 e 2018, e o San Lorenzo em 2014.

Entre 1997 e 2007, Mauricio Macri foi presidente do Boca Juniors, período no qual o clube conquistou quatro Libertadores. O sucesso na gestão do clube o tornou conhecido em todo o país, entretanto, Macri não teve o mesmo sucesso quando esteve, na qualidade de Presidente da República, na Casa Rosada e, o aprofundamento da crise econômica, resultante de seu desastroso mandato (2015-2019), trouxe reflexos também para o futebol.

O relativo sucesso do futebol argentino desde 2015 recai sobretudo no River Plate, que ainda consegue driblar de alguma forma os percalços econômicos através de uma sólida categoria de base, que ano após ano municia o time principal. Os jovens talentos do River, quando integrados ao elenco profissional do clube, tornam-se tanto protagonistas nos títulos, quanto fonte de receita, casos de Julián Álvarez (Manchester City-ING) e Enzo Fernández (Chelsea-ING), que revelados pelo time de Buenos Aires, hoje atuam na Europa e tiveram papel importante para o tricampeonato mundial da Argentina na Copa de 2022. A atuação de olheiros espalhados pela América do Sul, somada à tradição do futebol argentino anteriormente mencionada, permitem com que os milionários reponham as saídas de suas jovens revelações a um baixo custo, possibilitando a manutenção de um elenco forte.

O fator econômico pesa tanto na possibilidade de contratar novos jogadores, como em manter seus principais talentos, o que foi um fator preponderante para o título do Fluminense. O elenco do clube carioca consiste em uma interessante mescla de jogadores experientes com jovens promessas, o que permitiu com que a montagem do time tenha sido extremamente econômica. Jogadores como Marcelo, Fábio, PH Ganso e Germán Cano chegaram de graça ao clube das Laranjeiras, trazendo experiência para o plantel. Por outro lado, nomes como Nino, Martinelli, John Kennedy e, principalmente, o meio-campista André, representam a forte categoria de base do clube, e passaram a ser cobiçados por clubes da Europa, entretanto, o Fluminense se comprometeu a manter seu time até o fim da temporada, privilégio para um time que não se encontra em uma posição financeira desesperadora, e que tem no Brasil um ambiente econômico menos turbulento.

A permanente dificuldade dos países com menos tradição

É possível dividir os países da América do Sul em três categorias quando se fala de futebol: existem aqueles de maior tradição, os de tradição relativa e, por fim, os com pouca tradição. Brasil, Argentina e Uruguai são as únicas seleções do continente que venceram Copas do Mundo, além disso, conquistaram 56 das 64 edições da Copa Libertadores. No segundo escalão estão Colômbia, Chile, Equador e Paraguai, que além de participarem de Copas do Mundo com frequência relativa, conquistaram as 8 edições restantes da Libertadores. Com menos tradição no futebol sul-americano encontram-se Bolívia, Peru e Venezuela, que ainda não tiveram clubes vencedores de Libertadores e participam com pouca frequência de Copas do Mundo - o Peru talvez seja o país mais promissor, uma vez que disputou cinco Copas do Mundo, possui dois vice campeonatos de Libertadores (com o Universitario de Lima em 1972 e o Sporting Cristal em 1997) e um título da Copa Sul-Americana, o segundo principal torneio de clubes da América do Sul e vencido pelo Cienciano de Cusco em 2003.

Dos países de segundo e terceiro escalão, o último título de Libertadores foi conquistado pelo Atlético Nacional de Medellín (COL), no ano de 2016. Em nível de Libertadores, pode-se dizer que o sucesso destes clubes é esporádico, sem uma ocorrência tão frequente. Os últimos títulos de Chile, Paraguai e Equador foram em 1991, 2003 e 2008 respectivamente. Por outro lado, o atual contexto demonstra uma grande importância dos times equatorianos na Copa Sul-Americana, pois ganharam três das últimas quatro edições, sendo dois títulos do Independiente Del Valle, além de uma conquista da LDU de Quito, que derrotou o Fortaleza na edição de 2023.

Independente de conquistas ou não, todos os países são importantes para a riqueza do futebol Sul-Americano. Na temporada de 2023, por exemplo, o Independiente Del Valle (EQU) superou o Flamengo na disputa da Recopa Sul-Americana (que confronta o campeão da Libertadores com o campeão da Copa sul-americana), e o Bolívar (BOL) venceu o Palmeiras por 3x1 na fase de grupos da Copa da Libertadores, numa demonstração de que não existe jogo ganho, nem mesmo quando se enfrenta equipes menos tradicionais.

A hegemonia brasileira é momentânea, pode ou não perdurar. Entretanto, no atual estado das coisas, é difícil prever que o Brasil perca essa posição, principalmente por possuir um cenário econômico mais favorável em comparação aos seus vizinhos. No mais, vale ressaltar que mais importante do que o domínio no continente, é apreciar o charme e as peculiaridades do futebol sul-americano, que se constitui como um um cenário único e incrível no mundo do futebol.

Israel e Palestina: uma guerra sem fim

08 de outubro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva

O conflito entre Israel e Palestina, uma das questões mais complexas e persistentes da geopolítica contemporânea, atravessa décadas de tensões e confrontos. Desde o fim do Mandato Britânico na Palestina e a subsequente criação do Estado de Israel em 1948, essa região tem sido palco de conflitos intermináveis e mudanças significativas.

EM MEIO À MARCA DE 50 ANOS do início da Guerra do Yom Kippur, também conhecida como a Guerra do Ramadan pelos árabes, um conflito que deixou profundas marcas e moldou a dinâmica regional, é crucial refletir sobre os eventos que continuam a influenciar o presente e o futuro de Israel e da Palestina.

No entanto, a tragédia e a violência permanecem arraigadas na região. No dia 7 de outubro de 2023, fomos confrontados com notícias de um novo e surpreendente ataque do Hamas (Movimento de Resistência Islâmica). O grupo lançou uma ofensiva de larga escala contra Israel. Este foi um dos ataques mais graves das últimas décadas, resultando em perdas significativas de vidas em ambos os lados, com cerca de 500 mortos nas primeiras horas do conflito. A rápida e intensa escalada deste confronto serve como um sombrio lembrete da instabilidade e da imprevisibilidade que continuam a cercar a região.

É importante ressaltar que ataques a alvos civis são condenáveis, independentemente do lado envolvido no conflito. O Hamas considera a ofensiva militar como uma ação defensiva contra mais de sete décadas de violência, humilhações, genocídios e ações terroristas de Israel contra a população palestina. É fundamental compreender o contexto mais amplo e complexo que envolve esse conflito, no qual ambas as partes têm sofrido perdas e danos significativos ao longo dos anos.

A propalada excelência da segurança de Israel foi desafiada pelo revide do Hamas, que re-

presenta uma resposta às décadas de barbárie que a população palestina enfrentou. Essa população tem enfrentado uma série de desafios e adversidades ao longo dos anos, incluindo a perda de terras, restrições de movimento, dificuldades econômicas, escassez de recursos básicos e a constante presença militar israelense em suas vidas cotidianas.
As condições de vida dos palestinos em Gaza, por exemplo, são especialmente precárias, com um bloqueio rigoroso que limita o acesso a alimentos, medicamentos e outros recursos essenciais. Isso, somado à falta de infraestrutura adequada e aos danos causados pelos conflitos anteriores, tornou a vida na região extremamente desafiadora.
A reação de Tel-Aviv ao ataque do Hamas é motivo de preocupação, uma vez que as operações militares frequentemente afetam áreas densamente povoadas, colocando civis em risco. Muitos palestinos e israelenses, incluindo crianças e idosos, sofrem as consequências diretas desses conflitos, enfrentando morte, ferimentos e traumas psicológicos duradouros.
O Estado de Israel, por meio do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, respondeu com força, declarando guerra e afirmando que o Hamas enfrentará um “preço sem precedentes” por seus ataques. O conflito atual é caracterizado por uma combinação de infiltração, ataques de foguetes e confrontos em várias frentes. Como resultado, a região está mais uma vez mergulhada na incerteza e no sofrimento humano.
Essa situação, infelizmente, se encaixa em um padrão histórico de conflitos intermitentes, esforços de paz frustrados e ciclos de violência renovados. O Hamas justificou seu ataque com base nos “ataques crescentes” de Israel contra palestinos em várias regiões, incluindo a Cisjordânia e Jerusalém (ver mapa 1).

Neste momento crítico, é essencial que a comunidade internacional atue com urgência para buscar uma solução pacífica e duradoura para esse conflito. Líderes globais expressaram preocupação e apelaram à contenção, mas o caminho para a paz continua cheio de desafios complexos e profundamente enraizados.
Este conflito não afeta apenas Israel e Palestina, suas ramificações se estendem muito além das fronteiras da região e têm implicações globais. O Conselho de Segurança da ONU, presidido pelo Brasil durante o mês de outubro de 2023, se reunirá para discutir a situação, e a pressão por um cessar-fogo e negociações significativas deve ser intensificada.
À medida que os eventos se desenrolam, é fundamental lembrar que por trás dos números e das manchetes estão vidas humanas, famílias e comunidades inteiras em sofrimento. A busca pela paz na Terra Santa é uma tarefa complexa, mas é uma tarefa que deve ser enfrentada com determinação e cooperação internacional.

Mapa 1 – Ocupação do território palestiniano

Fonte: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs.

Um conflito histórico

O conflito entre Israel e Palestina é um dos mais longos e complexos da história contemporânea, e suas raízes se estendem profundamente na história, na religião e na geopolítica da região do Oriente Médio. Para entender plenamente a natureza desse conflito, é fundamental analisar os eventos históricos e os fatores que o moldaram ao longo do tempo.

A base fundamental para o conflito, está na reivindicação do território por diferentes grupos com significados culturais e religiosos distintos. A promessa de Deus a Abraão deu origem à crença de que a terra da Palestina era a herança legítima do povo judeu, uma crença que foi mantida e fortalecida ao longo dos séculos. No entanto, como também mencionado, a região não estava desocupada, e povos árabes e palestinos já viviam lá.

A religião desempenhou um papel central na criação e na manutenção desse conflito. Para

os judeus, a Terra Prometida é parte de sua história sagrada, enquanto para os palestinos, a região também é de grande significado religioso e cultural. Esse choque de significados religiosos tornou a questão ainda mais intrincada, com ambas as partes reivindicando direitos sobre o mesmo território com base em suas crenças espirituais.

A criação do Estado de Israel em 1948 marcou um ponto crucial no conflito. A busca dos judeus por um Estado independente após o Holocausto e a perseguição histórica desencadearam uma série de tensões e hostilidades com os palestinos, que se sentiram prejudicados e deslocados por essa política. A própria formação de Israel foi acompanhada por guerras e deslocamentos maciços de populações, contribuindo para a sensação de injustiça entre os palestinos.

Além disso, o papel de atores externos, como os Estados Unidos, na manutenção do conflito não pode ser subestimado. Os EUA têm sido historicamente um aliado próximo de Israel, fornecendo apoio político, econômico e militar, o que muitas vezes levou a uma percepção de desequilíbrio nas negociações de paz. Essa influência externa e o envolvimento de potências regionais, como o Irã, também complicaram ainda mais o conflito.

A questão dos territórios ocupados, como a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, também é central no conflito. A construção de assentamentos judaicos nesses territórios e a disputa por Jerusalém são pontos de conflito contínuo, tornando ainda mais difícil encontrar uma solução pacífica.

No entanto, é importante reconhecer que, apesar das raízes profundas e das décadas de hostilidades, muitos esforços foram feitos para resolver o conflito. Acordos de paz foram negociados e assinados em várias ocasiões, mas muitas vezes não foram implementados completamente. A busca por uma solução duradoura continua, com muitos atores internacionais e organizações trabalhando para mediar e promover a paz na região.

O movimento sionista e suas implicações

Para entender plenamente esse conflito, é fundamental analisar o papel central desempenhado pelo movimento sionista na criação do Estado de Israel e nas tensões em curso na região. O sionismo é um movimento nacionalista judaico que busca a criação de um Estado independente para os judeus na terra de Canaã, que é considerada a Terra Prometida por Deus. Esse movimento ganhou força no final do século XIX e no início do século XX, principalmente em resposta ao antissemitismo e às perseguições que levaram à diáspora judaica em todo o mundo. Os sionistas acreditavam que a única maneira de garantir a sobrevivência e a identidade judaica era através de um Estado judeu soberano.

Theodor Herzl, muitas vezes chamado de "pai do sionismo", desempenhou um papel fundamental na promoção do movimento sionista. Em seu livro "O Estado Judeu" [1896], Herzl argumentou a favor da criação de um Estado judeu como uma solução para o antissemitismo e como um refúgio seguro para os judeus. Ele organizou o Primeiro Congresso Sionista em 1897, com o objetivo de apresentar ao mundo a visão e os objetivos do movimento. No

entanto, o congresso enfrentou resistência por parte de líderes religiosos judeus, que temiam uma exposição excessiva e que a agenda secular do sionismo pudesse entrar em conflito com suas crenças religiosas.
A conquista mais significativa do movimento sionista foi a criação do Estado de Israel em 1948. Essa conquista foi acompanhada por guerras, deslocamentos de populações e contínuos conflitos com os palestinos. A criação de Israel foi vista como um triunfo pelo movimento. No entanto, para os palestinos, essa foi uma catástrofe, pois resultou em seu deslocamento e perda de terras.
Hoje, Israel e Palestina continuam a ser palco de tensões e conflitos. O sionismo, embora tenha alcançado seu objetivo de criar um Estado judeu, também deixou um legado de hostilidades e disputas territoriais. A ideia de coexistência pacífica entre israelenses e palestinos permanece elusiva, com desafios significativos, como a construção de assentamentos judaicos em territórios palestinos e a disputa por Jerusalém.

O Mandato britânico na Palestina

Para compreender plenamente as origens e a evolução desse conflito, é fundamental voltar os olhos para o período do Mandato Britânico na Palestina, uma fase crítica na história que desempenhou um papel crucial na formação das tensões que persistem até os dias de hoje.
Após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-18), as potências vitoriosas e industrializadas buscaram uma maneira de administrar territórios que não estavam prontos para a independência imediata. Isso levou à criação do Sistema de Mandatos, uma estrutura que classificava os territórios em três categorias, com base em seu grau de preparação política para a independência. A Palestina, juntamente com a Transjordânia, foi colocada sob o Mandato Britânico de Classe A, o que implica que a região estava sendo preparada para a autodeterminação. No entanto, essa preparação não foi uniforme para todas as partes envolvidas.
Entre os anos de 1922 e 1948, a Palestina estava oficialmente sob administração britânica, com o Alto Comissário exercendo a máxima autoridade na região. No entanto, o aspecto fundamental a ser compreendido é como essa administração britânica afetou a demografia e as relações entre as comunidades judaicas e árabes na Palestina. Embora a população árabe fosse numericamente dominante na Palestina, a administração britânica frequentemente favorecia os interesses dos judeus. Isso se traduziu em políticas que permitiram uma imigração significativa de judeus europeus e a aquisição de terras.
A Organização Sionista Mundial (OSM), que buscava o estabelecimento de um Estado judeu, identificou três elementos cruciais para alcançar seu objetivo: território, governo e população. Os britânicos, através de sua administração, tornaram possível a aquisição de terras e a imigração de judeus para a Palestina. Entre 1920 e 1939, cerca de 332.000 judeus migraram para a Palestina. No entanto, apesar desses números impressionantes, a maioria da população ainda era árabe, o que alimentou tensões crescentes entre as duas comunidades.
A imigração judaica em grande escala e a política favorável aos judeus por parte dos britâni-

cos provocaram resistência e conflitos por parte dos árabes palestinos. Eles viam a chegada dos judeus como uma ameaça à sua cultura, identidade e terras, o que intensificou ainda mais o conflito.
Os conflitos internos e externos, aliados à pressão internacional e ao custo crescente da ocupação britânica, finalmente culminaram no fim do Mandato Britânico na Palestina (1948). No entanto, a herança desse período deixou uma marca indelével nas relações entre judeus e árabes na região.

Palestina e Israel: uma terra e um conflito interminável

O conflito entre Israel e Palestina remonta ao período do Mandato Britânico, mas, para uma análise mais profunda, é fundamental considerar os eventos após esse período e a criação do Estado de Israel.
No início de 1947, a Grã-Bretanha, que administrava a Palestina após a Primeira Guerra Mundial, reconheceu a impossibilidade de resolver o crescente conflito entre árabes e judeus na região. Isso levou à decisão britânica de encerrar seu mandato na Palestina, abrindo caminho para a criação de dois Estados: um árabe e um judeu. Essa proposta de partilha da Palestina foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 181, em novembro de 1947. Ela designava cerca de 56% do território para os judeus e 44% para os árabes.
A proposta da ONU recebeu o apoio da Agência Judaica, representando os interesses judaicos, mas foi rejeitada pela Alta Comissão Árabe, que acreditava que uma proposta alternativa mais equilibrada deveria ser buscada. No entanto, um dia antes do término do Mandato Britânico, em 14 de maio de 1948, a Agência Judaica proclamou a independência de Israel. Isso resultou no primeiro conflito entre árabes e judeus, que desde então passaram a ser chamados de "israelenses".
A Liga Árabe, composta por Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque, não aceitou a criação de Israel e, em resposta, invadiu o território palestino recém-criado, dando início à Guerra árabe-israelense de 1948. O conflito terminou com um cessar-fogo que estabeleceu a chamada Linha Verde, dividindo a Palestina entre Israel, Cisjordânia e Gaza (ver mapa 1).
Nos anos seguintes, Israel tornou-se membro das Nações Unidas e, com uma população majoritariamente judaica, enfrentou desafios decorrentes da imigração maciça de sobreviventes do Holocausto e judeus perseguidos em países árabes. Os conflitos persistiram, especialmente com grupos palestinos que buscavam a autodeterminação e resistiam à ocupação israelense.
Em 1967, outra guerra, conhecida como a "Guerra dos Seis Dias", eclodiu quando Egito, Jordânia e Síria enviaram tropas para as fronteiras de Israel. A vitória de Israel nesse conflito levou à ocupação da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, da Península do Sinai e das Colinas de Golã. Essas conquistas ampliaram as fronteiras de Israel e geraram tensões crescentes na região.

A década de 1970 foi marcada por acontecimentos significativos que tiveram um impacto profundo no conflito entre Israel e Palestina. Nesse período, grupos palestinos, notadamente a Organização de Libertação da Palestina (OLP), adotaram a luta armada como meio de buscar a autodeterminação e a independência. Um desses eventos cruciais foi a Guerra do Yom Kippur em 1973, que ocorreu quando os países árabes, liderados por Egito e Síria, lançaram um ataque surpresa contra Israel durante o feriado judaico do Yom Kippur.

A Guerra do Yom Kippur teve consequências profundas, incluindo a percepção de que a questão palestina continuaria sendo um foco de instabilidade na região. Após essa guerra, o conflito israelo-palestino não era apenas um impasse entre Israel e os países vizinhos árabes, mas também envolvia grupos palestinos, que aumentaram sua presença e influência na cena internacional.

No entanto, à medida que a década de 1980 se desenrolava, surgiram oportunidades para o diálogo e a negociação. O Egito, sob a liderança do presidente Anwar Sadat, assinou o Acordo de Camp David em 1978, estabelecendo uma paz histórica com Israel. Esse acordo, embora se concentrasse principalmente nas relações entre Egito e Israel, abriu caminho para um entendimento mais amplo na região.

Nos anos seguintes, conflitos intermitentes, a construção de assentamentos judaicos em territórios palestinos e a deterioração das condições socioeconômicas dos palestinos minaram os esforços de paz. A Primeira Intifada, um levante popular palestino, eclodiu em 1987, marcando uma nova onda de violência.

A década de 1990 trouxe esperanças com os Acordos de Oslo, que visavam estabelecer um Estado Palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. No entanto, a falta de progresso nesses acordos levou a uma Segunda Intifada e ao recrudescimento da violência.

O início do século XXI testemunhou mais conflitos, como os ataques de foguetes do Hamas e a construção da barreira na Cisjordânia por Israel. O conflito tornou-se ainda mais complexo com a ascensão de grupos extremistas islâmicos, como o Hamas, o Hezbollah e o Estado Islâmico, que também reivindicaram a destruição de Israel.

Em 2008, 2012 e 2014, guerras recorrentes na Faixa de Gaza testemunharam bombardeios israelenses e disparos de foguetes pelo Hamas, resultando em um alto número de vítimas. A população civil foi gravemente afetada, e a comunidade internacional clamou por uma solução pacífica.

Em 2018, residentes da Faixa de Gaza lançaram uma série de protestos conhecida como a “Marcha do Retorno”, ocorrida próximo à fronteira com Israel. Tragicamente, esses protestos foram marcados por confrontos mortais, nos quais atiradores israelenses mataram centenas de manifestantes.

A tragédia se repetiu em 2021, quando uma nova guerra entre Israel e o Hamas causou a perda de centenas de vidas na Faixa de Gaza. A situação continuou volátil e as tensões persistiram.

E agora, em 2023, o Hamas rompeu o bloqueio e lançou um ataque surpresa contra Israel

por terra, água e ar. Israel respondeu com bombardeios e declarou guerra. A busca por uma solução duradoura para o conflito entre Israel e Palestina permanece uma das questões mais desafiadoras e urgentes da política internacional, com a região continuando a ser um cenário de violência e instabilidade.

Até quando?

O conflito entre Israel e Palestina, baseado nos eventos históricos e nas dinâmicas geopolíticas da região, revela uma realidade intrincada e marcada por décadas de tensões e confrontos. O Oriente Médio, em especial, a região da Palestina, tornou-se um epicentro de conflito devido a uma série de eventos-chave, que incluem as duas Guerras Mundiais, a criação do Estado de Israel e a descoberta de vastas reservas de petróleo.

É inegável que as grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, Rússia, França e Inglaterra, desempenharam papéis significativos nesse cenário complexo, frequentemente agravando as tensões. A criação do Estado de Israel em 1948, sem consulta à população árabe-palestina, foi um ponto de virada crucial, desencadeando conflitos que persistem até hoje. A região, muitas vezes chamada de "barril de pólvora", continua a ser marcada por disputas territoriais, confrontos armados e hostilidades profundamente enraizadas. A questão de Jerusalém, uma cidade de profundo significado religioso para judeus, cristãos e muçulmanos, exemplifica a complexidade desse conflito.

A presença de grupos radicais islâmicos, como o Hamas, o Hezbollah e o Estado Islâmico, também desempenhou um papel importante na escalada da violência e na perpetuação do conflito, tornando-o ainda mais difícil de resolver.

Apesar de décadas de esforços e negociações internacionais, a paz na região permanece esquiva. Os Acordos de Oslo, assinados em 1993, representaram um passo importante, mas a intransigência de setores radicais de ambos os lados, os assentamentos de colonos judeus em áreas palestinas e a questão do controle das fontes de água continuam a dificultar o avanço em direção a uma solução duradoura.

Nesse contexto, a busca por uma solução justa e duradoura para o conflito israelense-palestino permanece um desafio concreto. O diálogo entre as partes é constantemente interrompido pela violência, tornando a visão de dois Estados coexistindo pacificamente em uma "terra de paz" uma meta elusiva. No entanto, o reconhecimento da Palestina como Estado observador pelas Nações Unidas e pelo Vaticano demonstra um desejo de progresso, apesar dos obstáculos.

À medida que a comunidade internacional continua a buscar maneiras de promover a paz e a estabilidade na área, é imperativo considerar todos os elementos históricos, políticos, culturais e religiosos que moldam essa complexa paisagem de conflito. Somente através de um entendimento profundo desses fatores pode-se vislumbrar uma solução justa e duradoura para esse conflito histórico.

O conceito de "legítima defesa" e suas controversas no conflito Israel-Palestina

30 de outubro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva e Julia Protes Lamberti

Os recentes ataques à Gaza têm gerado uma intensa discussão em todo o mundo sobre o direito de defesa de Israel. A situação na Faixa de Gaza atingiu um ponto crítico, com a pior sequência de bombardeios desde o início dos ataques israelenses em 7 de outubro. O impacto humanitário dessa escalada de violência levou a Assembleia Geral da ONU a aprovar uma resolução de "trégua humanitária imediata" no dia 27 de outubro de 2023.

NO ENTANTO, AS REAÇÕES DE ISRAEL a essa resolução refletem a complexidade das questões envolvidas. O embaixador de Israel na ONU, Gilad Erdan, descreveu o documento como "perigoso" e "ridículo". O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, declarou que os militares "mudaram de fase na guerra" e intensificaram os ataques. A situação é ainda mais alarmante considerando que a comunicação e a internet em Gaza foram cortadas, tornando o acesso a informações e assistência ainda mais desafiador.
A cifra de mortos, que supera os oito mil, é profundamente perturbadora, com mais de 3.500 crianças entre as vítimas. O cenário descrito como uma "avalanche sem precedentes de sofrimento humano" pela ONU ilustra o custo humano da escalada da violência.

Direito de defesa

Os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Itália e a Alemanha lançaram juntos, no dia 9 de outubro, uma declaração que apoia o direito de Israel de "legítima defesa", alegando que o país tem o direito de se defender contra o terrorismo. Mas afinal de contas, em teoria, o que

seria a legítima defesa - e até onde são suas limitações?
Na Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, há o reconhecimento do direito a legítima defesa:
“Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, CAPÍTULO VII, ART. 51)”.

Na própria carta, já se estabelecem alguns requisitos para suscitar esse direito (ver tabela 1); Esses requisitos incluem a presença de um ataque armado, a notificação imediata do Estado afetado ao Conselho de Segurança e a cessação da legítima defesa assim que o Conselho de Segurança tomar medidas (SCHWEBEL, 1994). Para além da carta, as delimitações da legítima defesa nos termos de proporcionalidade e neutralidade se estendem ao chamado direito costumeiro (ou direito consuetudinário). O caso “Estados Unidos vs. Nicarágua, julgado pela Corte Internacional de Justiça, é um exemplo emblemático da interação entre a Carta da ONU e o direito consuetudinário no contexto do uso da força. Esse caso histórico, que ocorreu durante os anos 1980, lançou luz sobre as complexas questões envolvidas na interpretação das obrigações dos Estados em relação à legítima defesa e ao uso da força no direito internacional.

Tabela 1 - Requisitos para o direito de defesa

Princípio de direito de defesa	**Descrição**
Necessidade	A ação de defesa deve ser necessária para se proteger contra uma ameaça.
Proporcionalidade	A resposta deve ser proporcional à ameaça percebida.
Evitar danos a civis	Deve-se tomar cuidado para evitar danos aos civis durante a ação de defesa.
Notificação e Cooperação Internacional	O Estado deve notificar as autoridades internacionais e buscar cooperação em questões de defesa.
Restabelecimento da paz	O objetivo principal da ação de defesa deve ser o restabelecimento da paz.

Fonte: Elaboração própria com base nos direcionamentos da ONU.

O cerne do caso estava relacionado às ações dos Estados Unidos na Nicarágua, incluindo o apoio a grupos insurgentes conhecidos como "Contras" em sua luta contra o governo sandinista. A Nicarágua alegou que as ações dos Estados Unidos violavam o direito internacional, incluindo as disposições da Carta das Nações Unidas que proíbem a intervenção em assuntos internos de outros Estados e promovem o princípio da não intervenção (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 1986).
A Corte Internacional de Justiça emitiu uma decisão histórica. Em seu voto, a Corte analisou detalhadamente as ações dos Estados Unidos à luz da Carta da ONU e do direito consuetudinário relacionado ao uso da força: "Existe uma regra específica em que a legítima defesa autoriza apenas medidas que são proporcionais ao ataque armado e necessárias para respondê-lo, uma regra do direito costumeiro internacional" (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 1986, parágrafo 176)".
A decisão da Corte ajudou a esclarecer como as normas costumeiras que evoluíram ao longo do tempo, independentemente da Carta da ONU, desempenham um papel crítico na interpretação das obrigações dos Estados em relação ao uso da força.
A importância desse caso transcendeu o conflito entre Estados Unidos e Nicarágua. Ele destacou como as normas internacionais relevantes ao uso da força são moldadas e interpretadas. A interdependência entre tratados, como a Carta da ONU, e as práticas consuetudinárias na regulação do uso da força no âmbito do direito internacional foi evidenciada de forma notável neste caso (GREEN, 2009). De acordo com Gray, no texto The Use of Force and The International Legal Order (2010), o cumprimento das exigências de necessidade e proporcionalidade por parte dos Estados oferece vantagens significativas, especialmente quando se trata de reivindicações de legítima defesa no cenário internacional. Nesse contexto, os Estados podem fundamentar sua posição simplesmente avaliando se a ação em questão foi necessária e proporcional. Isso proporciona a vantagem de evitar discussões sobre questões controversas, como a legítima defesa preventiva e a proteção de nacionais no exterior.
No entanto, esses princípios são ocasionalmente distorcidos para justificar ataques armados que não têm o propósito legítimo de defesa, mas, em vez disso, visam a represália, a realização de interesses políticos e econômicos em uma região estrategicamente importante ou, como é frequentemente o caso, para avançar agendas em conflitos prolongados, como o conflito Israel-Palestina. A distinção estabelecida na Carta das Nações Unidas entre represália e legítima defesa muitas vezes se revela desafiadora, e uma notável disparidade entre a teoria e a prática surge. Isso é particularmente evidente no contexto das respostas de países que são alvos de ataques terroristas patrocinados por outros Estados, como as complexas dinâmicas do conflito Israel-Palestina têm ilustrado ao longo dos anos (GARDAM, 2004).

Qual o impacto do conflito?

O impacto do conflito em Gaza vai além das fronteiras da região, estendendo-se para a arena internacional e desencadeando uma série de questões cruciais que permeiam a discussão

sobre o direito de defesa de Israel. As manifestações maciças em apoio à Palestina e contra os ataques israelenses, que se espalharam por diversos países, ilustram a profunda sensibilidade da situação e a preocupação da comunidade global. Essa pressão popular demonstra que os eventos em curso vão além de uma questão local e têm repercussões em escala internacional.
Em relação ao direito de defesa de Israel, é essencial reconhecer que o contexto é complexo e envolve questões políticas, humanitárias e legais. O direito de defesa de um país é um princípio fundamental no direito internacional, reconhecido pela Carta das Nações Unidas. No entanto, a maneira como esse direito é exercido e a proporcionalidade das ações são questões de debate constante.
A comunidade internacional, representada pela ONU, busca encontrar um equilíbrio entre o direito de defesa de Israel e a necessidade de proteger a população civil em Gaza. A resolução de "trégua humanitária imediata" é uma tentativa de abordar essa questão, mas as reações contraditórias destacam a complexidade das relações envolvidas.
Em meio a esse cenário, o professor Reginaldo Nasser, especialista em Relações Internacionais, observa que a pressão popular nos países do Oriente Médio está reconfigurando as relações desses países com Israel. Ainda que os ataques de Israel em Gaza sejam cíclicos, o impacto da atual escalada é evidente, e a intensidade dos eventos está gerando uma reação pública sem precedentes.
Nasser observa que o massacre engendrado na Faixa de Gaza pode ser visto como uma limpeza étnica, envolvendo a eliminação e expulsão de um povo. Essa caracterização levanta questões sobre a assimetria do conflito e se as ações de Israel podem ser consideradas uma forma de guerra colonial.
Além disso, a pressão pública nos países árabes está levando a uma reconfiguração nas alianças com Israel e os Estados Unidos. Isso sugere que os governos árabes estão sendo influenciados pelas manifestações populares em uma extensão não vista em crises anteriores. Embora essa pressão não implique necessariamente em uma intervenção militar, pode influenciar a postura desses países em relação a Israel e ao mercado árabe.
A principal discrepância entre as principais potências no Conselho de Segurança, especialmente entre os Estados Unidos e a Rússia, gira em torno de suas abordagens em relação a Israel e à Palestina. Os Estados Unidos continuam a oferecer apoio inabalável a Israel, enfatizando o direito de Israel à autodefesa, devido a seus interesses estratégicos na região. Em contraste, a Rússia propôs uma resolução que pede um cessar-fogo humanitário imediato e condena a violência contra civis. As posturas contrastantes dessas duas grandes potências destacam a complexidade da situação no Oriente Médio e as dinâmicas de poder em jogo.

Afinal Israel tem o direito de se defender?

O direito de legítima defesa, tal como estabelecido na Carta das Nações Unidas, é um princípio fundamental do direito internacional. Ele concede aos Estados o direito de se defenderem contra ameaças armadas. No entanto, a aplicação desse princípio no conflito Israel-Pa-

lestina levanta sérias preocupações.

Uma defesa proporcional?

A falta de proporcionalidade nas ações de defesa de Israel é um ponto de crítica central que merece uma análise mais profunda. As respostas de Israel às ameaças percebidas muitas vezes excedem em muito o critério de uma reação proporcional, devido ao seu potencial bélico e tecnológico avançado. Um exemplo preocupante disso é a ofensiva israelense na Faixa de Gaza, que resultou em um grande número de vítimas palestinas, incluindo civis.

De acordo com informações do jornal Brasil de Fato, os dados são alarmantes: "pelo menos 3 mil crianças em território palestino perderam suas vidas, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza. No total, 7.028 pessoas foram mortas e 18.400 ficaram feridas em decorrência dos bombardeios. Do lado israelense, estima-se que o total de vítimas fatais seja de 1.400, com mais de 5.400 pessoas feridas". Esses números levantam sérias preocupações sobre o cumprimento dos princípios do direito internacional, que exigem que qualquer uso de força seja estritamente necessário e proporcional à ameaça percebida.

A desproporcionalidade nas ações militares lança dúvidas sobre o respeito de Israel pelas normas e regulamentos internacionais que buscam preservar vidas humanas e minimizar danos a civis em conflitos armados. Esse é um aspecto que alimenta críticas contundentes em relação às operações de defesa de Israel no massacre contra a Palestina e levanta questões sobre a maneira como o direito de defesa está sendo interpretado e aplicado nesse contexto.

Territórios ocupados e o Direito Internacional

Outro aspecto crucial é a questão dos territórios ocupados. Israel controla a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza, territórios reivindicados pelos palestinos para o estabelecimento de um Estado independente. A expansão contínua dos assentamentos israelenses na Cisjordânia tem sido amplamente condenada pela comunidade internacional, incluindo a ONU.

Essa expansão não apenas prejudica as perspectivas de uma solução de dois Estados, mas também gera alegações de que Israel está agindo em violação do direito internacional, algo que faz com frequência. Nesse contexto, o direito de Israel à legítima defesa é questionado, uma vez que o próprio conceito de legítima defesa pressupõe a existência de um Estado soberano e um território reconhecido, direito que é negado ao povo palestino a décadas.

Uso de espionagem contra a Palestina e o Direito Internacional

É interessante levantar também que Israel é criadora e detentora de tecnologias de Spyware, como a ferramenta Pegasus, desenvolvida pela empresa israelense NSO Group, que possui a capacidade de infectar dispositivos iOS e Android e, a partir daí, permite ao usuário o acesso a localização geográfica do dispositivo, a leitura e cópia de mensagens recebidas, o acesso às câmeras e microfones sem o conhecimento da vítima. De acordo com a NSO, a tecnologia

tem como objetivo o combate ao terrorismo e organizações criminosas, mas, conforme denúncias da Anistia Internacional, é utilizada para espionar ativistas e jornalistas. A utilização de spywares na população da Palestina por parte de Israel já é denunciada por ativistas e jornalistas desde 2021, sendo usada para monitorar a população e minar qualquer tentativa de retaliação à ocupação israelense na região ao longo dos anos.

A controvérsia da legalidade do uso de Spyware contra palestinos no Direito Internacional se inicia ao analisar elementos da Carta das Nações Unidas, em especial ao artigo II, que discute deveres e direitos dos países-membros: "Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, ART. II, PAR. 4).

Existem contra-argumentos que alegariam o uso de legítima defesa antecipada, uma vez que Israel estaria utilizando esses mecanismos para analisar e neutralizar possíveis contra-ataques à sua população. Conforme reconhecido no caso Estados Unidos v. Nicarágua: "A legítima defesa quer seja individual ou coletiva só pode ocorrer na sequência de uma agressão armada (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, 1986)". Contudo, é importante pontuar que a Alta Comissária da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Michelle Bachelet, levantou grande preocupação com o uso de Spyware pelo governo de Israel, apontando que "as medidas de vigilância só podem ser justificadas em circunstâncias estritamente definidas, com um objetivo legítimo. Esses alvos devem ser necessários e proporcionais a tal objetivo (BACHELET, 2021)". Assim, é possível reafirmar novamente a instância do princípio de proporcionalidade no caso.

Pressão internacional e desafios para a paz

A pressão internacional tem se intensificado sobre Israel, especialmente por parte de países e organizações que apoiam a causa palestina, devido às décadas de ataques e massacres sanguinários. A ampla condenação das ações de Israel levanta questões sobre o papel das potências globais na busca de uma solução equitativa para o conflito.

Apesar das resoluções da ONU instando as partes a negociar um acordo abrangente, a busca por uma solução justa e duradoura permanece esquiva. O impasse no processo de paz, a violência recorrente e as crescentes tensões na região continuam a desafiar os esforços para uma resolução pacífica.

Repensando o direito de Defesa

O direito de Israel de se defender é motivo de questionamento, e requer uma análise crítica, especialmente à luz das complexas circunstâncias do conflito Israel-Palestina. A afirmação de legítima defesa deve ser cuidadosamente examinada com base na proporção das ações, na adesão às normas do direito internacional e na consideração dos territórios ocupados. É inegável que as ações de Israel na Faixa de Gaza, sob o comando de Benjamin Netanyahu, têm

suscitado preocupações devido à magnitude dos ataques e à destruição resultante, causando um grande genocídio ao povo palestino, o que levanta sérias questões sobre o respeito pela vida humana.

Conforme o conflito persiste, afetando profundamente a vida de palestinos e israelenses, é imperativo manter a busca por soluções justas e sustentáveis como prioridade. Abordar de maneira crítica o direito de defesa de Israel é um passo crucial em direção a uma compreensão mais aprofundada do conflito e ao estabelecimento de esforços contínuos para promover a paz na região, sempre com respeito aos direitos e aspirações de todas as partes envolvidas.

Referências

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua. Merits. Judgement. ICJ Reports, 1986. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/70/9615.pdf>

ARDAM, J. Necessity, Proportionality and the Use of Force by States. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRAY, C. The Use of Force and The International Legal Order. In: EVANS, M.D. (Ed). International Law. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 618-648.

GREEN, J. The International Court of Justice and Self-Defense in International Law. Portland: Hart Publishing, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>

SCHWEBEL, Stephen M.. Justice in International Law: Selected Writings. Cambridge University Press, 1994.

América Latina diante do genocídio em curso contra o povo palestino

02 de novembro de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Gabriel N. Silva,Ivan Cersosimo Valverde, Luiza Rodrigues, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

O acirramento da violência de Israel na Faixa de Gaza após o ataque do Hamas em 7 de outubro, é a continuação de 75 anos de ocupação israelense colonial no território palestino, e diversos líderes latino-americanos tem clamado pela paz e denunciado o genocídio.

DESDE O ATAQUE DO HAMAS CONTRA ISRAEL NO DIA 7 DE OUTUBRO, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, declarou guerra contra a Palestina, iniciando uma série de ataques e bombardeios contra a Faixa de Gaza, onde vivem 2,2 milhões de palestinos, e que é também chamada como "a maior prisão a céu aberto do mundo", considerando que desde 2007, com a chegada do Hamas ao poder via eleições, Israel impõe um bloqueio a região, impedindo que palestinos entrem e saiam, além de controlar o acesso a água, luz e a entrada de mercadorias e ajuda humanitária.
Segundo dados atualizados do Ministério da Saúde da Autoridade Palestina, desde o início dos ataques israelenses até o dia 31 de outubro, foram mortos 8.805 palestinos, destes mais de 3.500 crianças.
Segundo a ONU, até o dia 24 de outubro quase 1,4 milhão de palestinos na Faixa de Gaza foi deslocada desde o início do genocídio em curso por parte de Israel. E segundo o Ministério de Obras Públicas e Habitação da Autoridade Palestina, pelo menos 45% dos lares foram destruídos.
Isso tudo se deu devido ao aumento constante do bombardeio israelense. Segundo um representante de mídia do Hamas, Israel já soltou mais de 12 mil toneladas de bombas em Gaza,

equivalente à bomba nuclear estadunidense em Hiroshima em 1945.
Além disso, na sexta-feira do dia 27 de outubro, Israel cortou a internet e linha telefônica de toda a Faixa de Gaza, em meio a preparação para uma invasão militar terrestre, que intensificou ainda mais a violência contra o povo palestino. Abastecimento de luz, combustível e água também já havia sido cortado.

75 anos de ocupação israelense

Durante o mandato britânico no território da Palestina,foi planejada a criação do Estado de Israel pela ONU, que se concretizou em 1948. O objetivo seria reparar historicamente uma etnia que sobreviveu a 6 milhões de assassinatos durante a II Guerra Mundial. Na região do Oriente Médio, naquela época, os palestinos constituíam cerca de 90% da população. Já os judeus atingiram 10%. Vale lembrar, nesta época os povos conviviam em paz.
Israel nasce com apoio de alguns estados ocidentais, como os Estados Unidos da América e o Reino Unido, que tinham interesses geopolíticos na região, envolvendo o petróleo. O que era para ser uma solução para o povo judeu, deu início a décadas de violência e violação de direitos do povo palestino. , expulso de suas terras. O resultado é um Estado étnico e praticante de um verdadeiro apartheid interno (já denunciado por instituições internacionais protetoras dos direitos humanos). A situação caracteriza-se pela promoção de verdadeira limpeza étnica e estabelecimento de assentamentos ilegais em território palestino. Para maior contextualização da questão, recomenda-se a leitura prévia do artigo do OPEB, intitulado: "Israel e Palestina: uma guerra sem fim".

Posição atual dos líderes latino-americanos

Esta nova onda de violência tem recebido atenção crescente das lideranças latino-americanas que, a exemplo do Brasil, têm feito esforços para mobilizar os debates ao redor das populações civis vitimadas pelas ações militares de ambos os lados.
A atitude mais ousada e corajosa coube ao governo boliviano, liderado por Luís Arce. "A Bolívia decidiu romper relações diplomáticas com o Estado de Israel, em repúdio e condenação à agressiva e desproporcional ofensiva militar israelense, que está sendo levada a cabo na Faixa de Gaza", disse o vice-ministro das Relações Exteriores, Freddy Mamani.
O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, por sua vez, chamou seu embaixador em Israel de volta, sob o seguinte argumento: "Se Israel não parar o massacre do povo palestino, não poderemos estar lá". Petro ainda anunciou nas redes sociais que: "se tivesse vivido na Alemanha em 1933, teria lutado ao lado dos judeus. E se tivesse vivido na Palestina em 1948, teria lutado ao lado dos palestinos. Agora os neonazistas querem a destruição do povo palestino, da liberdade e da cultura". Em meio às críticas do líder colombiano, o governo israelense convocou Margarita Manjarrez, embaixadora da Colômbia no país, para prestar esclarecimentos sobre as críticas do presidente, além de anunciar a suspensão das exportações de "materiais de segurança" ao país latino-americano. Depois disso, Petro afirmou que "se tivermos que

suspender relações exteriores com Israel, suspenderemos; não apoiamos genocídios".
No mesmo dia, o Chile, presidido por Gabriel Boric, também convocou seu embaixador em Tel Aviv para consultas. O Ministério das Relações Exteriores lançou nota denunciando "as violações inaceitáveis do Direito Internacional Humanitário que Israel cometeu na Faixa de Gaza".
Na configuração da ONU, países da região têm tido certa influência, a exemplo do Brasil que, em outubro de 2023, presidiu o Conselho de Segurança da ONU na condição de membro não permanente.
O presidente Lula, que tem um histórico de defesa da paz no cenário internacional, vem também assumido posições quanto a violência israelense contra o povo palestino.
No dia 25 de outubro, durante uma reunião do Conselho da Federação no Palácio do Planalto, o presidente Lula afirmou "o problema é que não é uma guerra, é genocídio que já matou quase 2 mil crianças que não têm nada a ver com esta guerra, são vítimas desta guerra. Não sei como um ser humano é capaz de guerrear sabendo que o resultado é a morte de inocentes". Poucos dias depois, na sexta-feira 27, o presidente em um café da manhã com jornalistas seguiu sendo enfático, classificando a conduta do primeiro-ministro de Israel como uma insanidade, que esquece que na Faixa de Gaza não há somente soldados do Hamas, mas mulheres e crianças.
Apesar desses posicionamentos, acordos de cooperação entre Brasil e Israel assinados no governo de Bolsonaro ainda estão em voga e seguem inquestionáveis.
Além da Bolívia, que acabou de romper relações diplomáticas com Israel, Cuba e Venezuela já haviam rompido antes, em 1973 e 2008, respectivamente. O governo cubano emitiu um comunicado do Ministério das Relações Exteriores (Minrex) exigindo uma "solução abrangente, justa e duradoura para esse conflito, com base na criação de dois Estados". O presidente Miguel Díaz-Canel lamentou as mortes de civis israelenses mas ressaltou que há "uma certa indignação seletiva que procura ignorar a gravidade do genocídio que é perpetrado hoje contra os palestinos, apresentando o lado israelense como vítima e ignorando 75 anos de ataques, ocupação, abusos e exclusão".
Na Venezuela, o presidente Nicolás Maduro, com histórico de apoio à causa palestina, anunciou que após conversa com o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, enviaria mais de 30 toneladas de ajuda humanitária à Faixa de Gaza.
Na Argentina, que tem a maior comunidade judaica da região, o presidente Alberto Fernandez repudiou o ataque do Hamas e afirmou que entre os reféns do grupo, há 21 argentinos, fazendo com que o governo esteja em diálogo com autoridades israelenses para tentar encontrar soluções para a liberação de seus cidadãos.
O presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador expressou a necessidade da solução de dois Estados, e afirmou "Não queremos guerra, somos a favor da paz".
Já países com governos de direita, como Paraguai e Guatemala, tem mantido posições de alinhamento com os EUA, tendo os dois votado junto com o país norte-americano contra

uma resolução apresentada pela Jordânia no dia 27 de outubro à Assembleia Geral da ONU que pedia a liberação de civis e trégua humanitária imediata.

Posição histórica dos principais países latino-americanos quanto a questão palestina

O posicionamento histórico do Brasil sobre a questão palestina oscilou. Durante os governos dos generais Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85) a posição foi de oposição e denúncia na ONU contra violências e ocupações ilegais patrocinadas pelos governos de Israel na região. O tom baixou a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Lula (2003-10), que, a exemplo dos militares, defendiam a constituição de dois Estados, um judeu e outro palestino. Em sua primeira visita internacional, em 23 de janeiro de 2023, à Argentina, o presidente Lula e o presidente Alberto Fernandez assinaram uma Declaração Conjunta Presidencial em que, entre vários assuntos, "manifestaram sua preocupação pela escalada de violência na região da Palestina, renovaram sua apelação para a obtenção de uma solução justa, pacífica e definitiva para o conflito e reafirmaram seu apoio ao direito do povo palestino para a constituição de um Estado livre e independente dentro das fronteiras existentes em 1967, como também o direito do Estado de Israel de viver em paz junto a seus vizinhos, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas".

Representação diplomática

Em 1975, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), organização formada em 1964, cujo papel é centralizar a liderança de vários grupos palestinos que anteriormente operavam como movimentos de resistência clandestinos, foi autorizada a designar representante no país. A partir de 1993, o Brasil autorizou a mudança de status da representação da Palestina para Delegação Especial, que foi equiparada à Embaixada em 1998.

O Brasil, em 2004, abriu seu Escritório de Representação em Ramallah, na Cisjordânia. Em 2010, o país reconheceu o Estado da Palestina, dentro das fronteiras existentes em 1967, ano em que ocorreu a ocupação da faixa de Gaza e da Cisjordânia por Israel. O Brasil apoiou o ingresso da Palestina na UNESCO em 2011 e co-patrocinou a Resolução 67/19 da ONU que elevou o status da Palestina a estado observador não membro, em 2012.

Na Argentina, o apoio a Israel também prevaleceu até os anos 1970, devido à influência da comunidade judaica argentina. A partir dos anos 1970, a Argentina adotou uma postura mais equilibrada. Desde 1996, a Autoridade Nacional Palestina mantém uma Missão Diplomática em Buenos Aires e, em 2008, a Argentina instalou sua Representação Diplomática em Ramallah.

Em dezembro de 2010, a Argentina anunciou, em nota ao presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, o reconhecimento da Palestina como Estado livre e independente, também dentro das fronteiras existentes em 1967, decisão que foi anunciada três dias após o Brasil fazer anúncio idêntico.

O governo de Mauricio Macri adotou uma posição pró-Israel, mas o governo de Alberto Fernández voltou à defender uma postura de defesa à existência dos dois Estados. .
As relações entre México e Palestina se estreitaram em 1975, quando, no dia 5 de agosto, o presidente mexicano, Luis Echeverría Alvarez, e o presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e líder da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, reunidos em Alexandria, Egito, assinaram acordo estabelecendo a abertura de um Gabinete de Informação da OLP no México.
Porém, apesar disso, até os anos 1990, a posição mexicana foi de neutralidade. A partir dessa data, mudou para uma posição mais favorável à Palestina. Em 1995, o Gabinete de Informação da OLP foi elevado à Delegação Especial da Palestina, unilateralmente pelo México. Mas, somente em 2013, foram apresentadas as credenciais do representante palestino ao presidente mexicano.
Em julho de 2021, o Senado mexicano, em documento de seu Conselho de Administração, reconheceu as relações diplomáticas entre México e Palestina, esperando que essas relações sejam feitas por embaixadas recíprocas.
A Palestina manteve sua Delegação Especial até 1º de junho de 2023, ocasião em que a Palestina anunciou a decisão de estabelecer uma embaixada no México a partir desta data. Por sua vez, a presença mexicana em território palestino só ocorreu em 2005, quando o país estabeleceu um Escritório de Representação, em Ramallah, na Cisjordânia, situação que se mantém até os dias atuais. Desde 2023, o México tem sido mais firme em sua defesa da Palestina. Essas mudanças foram marcadas por fatores como a influência das comunidades judaica na Argentina e árabe no México, além da importância crescente da questão palestina na política global. Todos os países têm adotado posições mais equilibradas recentemente.
A Venezuela reconheceu o Estado da Palestina em 27 de abril de 2009, após ter rompido relações com Israel, tendo recebido a primeira visita oficial do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, em novembro do mesmo ano. Em novembro de 2012, na ONU, o país votou a favor do reconhecimento da Palestina como membro observador.
A Embaixada palestina em Caracas foi inaugurada em maio de 2016, com a presença do chanceler palestino, Riyad al-Maliki. Venezuela e Palestina firmaram vários acordos de cooperação em matérias como educação, economia, comércio, energia, agricultura, cultura, turismo, comunicação, esportes, defesa, segurança e saúde.
Desde 2009, a Venezuela tem apoiado firmemente os direitos do povo palestino ante a ocupação e os ataques de Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. E neste ano de 2023, quando Venezuela e Palestina celebram 14 anos de relações diplomáticas fraternas, a Venezuela mudou o status de sua representação diplomática na Palestina para o nível de Embaixada.
A Bolívia, em janeiro de 2009, junto com a Venezuela, rompeu relações diplomáticas com Israel após uma ofensiva militar israelense no final de 2008 que ocasionou em mais de mil mortos. No entanto, em 2019, com o golpe de Estado contra Evo Morales, Jeanine Añez retomou as relações diplomáticas com Israel, mas foi rompido novamente agora com Arce,

como já foi visto.
Antes de deixar o governo colombiano, em 2018, o presidente Juan Manuel Santos reconheceu a Palestina como Estado livre, soberano e independente. Porém, o ministro das Relações Exteriores de extrema-direita de Iván Duque, Carlos Holmes Trujillo, anunciou que iria rever as implicações dessa decisão.
Na ocasião, a Embaixada de Israel na Colômbia emitiu comunicado se demonstrando surpresa e decepcionada com o reconhecimento da Palestina, pedindo que o país a revisse por considerar que tal posicionamento contraria "as estreitas relações, a ampla cooperação em áreas vitais e os interesses de ambos os povos".
Apesar disso, o presidente Iván Duque manteve a decisão de Santos, afirmando a irreversibilidade do reconhecimento da Palestina como Estado livre e soberano pelo país. Em 2012, a Colômbia se absteve de votar na ONU pelo reconhecimento da Palestina como membro observador.
O Chile reúne hoje a maior comunidade palestina fora do Oriente Médio, tendo os primeiros imigrantes chegado no final do século XIX. Em 1990, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) estabeleceu um Escritório de Informação no Chile. Com a formação da Autoridade Nacional Palestina, em 1994, esse Escritório mudou seu status para Representação da Palestina no Chile. Quando o país reconheceu o Estado Palestino, a Representação adquiriu a categoria de Embaixada do Estado Palestino no país.
Por sua vez, em 1998, o Chile foi o primeiro país latino-americano a abrir um Escritório de Representação perante a Autoridade Nacional Palestina, na cidade de Ramallah. A partir dessa data, as relações foram avançando, com o reconhecimento pelo Chile do Estado da Palestina, em janeiro de 2011, bem como com o país co-patrocinando, em 2012, a Resolução 67/19 da ONU que concedeu o status de Estado observador não membro à Palestina.
O Presidente cubano, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, em maio de 2018, recebeu a visita oficial do Presidente Abbas. Na ocasião, os dois expressaram sua vontade de continuar mantendo o relacionamento histórico de solidariedade, cooperação e amizade. O presidente cubano reiterou o apoio permanente de Cuba aos direitos do povo palestino de estabelecerem seu próprio Estado, dentro dos limites anteriores a 1967.

Fidel na ONU

Em 1979, Fidel Castro, líder cubano, que foi grande defensor da causa palestina, afirmou em discurso histórico na ONU que somente com a retirada total de Israel dos territórios ocupados e com o regresso dos palestinos à sua pátria e o estabelecimento de um Estado independente palestino se conseguiria que a paz se restabelecesse na região.
Apesar de afastado do governo cubano a partir de 2006, Fidel Castro assinou o manifesto "Em Defesa da Palestina" oito anos depois, o qual exigia a retirada de Israel da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém, cumprindo as resoluções da ONU.

As propostas humanitárias na ONU

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) foi Instituído no pós-II Guerra Mundial para tomar decisões sobre questões referentes à manutenção da paz e da segurança internacional, contando com 5 membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e um grupo de 10 membros não permanentes rotativos, com mandatos de dois anos. Os membros permanentes possuem poder de veto com relação às proposições a serem votadas, embora todos os membros do conselho votem.

Existem contestações ao sistema de veto do conselho, por privilegiar potências hegemônicas no Pós-guerra, o que fez muitos países que participam da Assembleia Geral da ONU desejarem uma reforma do CSNU.

Até o momento houve propostas de três países apresentadas ao CSNU sobre o conflito, advindas da Rússia, do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA). A proposta russa envolvia um cessar-fogo e a criação de um corredor humanitário, mas sem a menção ao grupo fundamentalista Hamas e sua condenação como "terrorista", o que fez com que os britânicos e os estadunidenses votassem contra, vetando a resolução, sendo que os EUA enfatizaram que o texto "dá proteção ao grupo terrorista que brutaliza civis inocentes ao não condenar o Hamas no texto da resolução".

A proposta estadunidense, apresentada após a derrota da proposta brasileira, envolveu a dita condenação do Hamas e a menção do direito de defesa israelense. Rússia e China vetaram a proposta, Zhang Jun, embaixador da China na ONU, declarou que "A China não nega de forma alguma as preocupações de segurança de Israel, mas nos opomos a que o texto tente estabelecer uma nova narrativa sobre a questão israelo-palestina, ignorando o fato de que o Território Palestino está ocupado há muito tempo". Sobre a calamidade humanitária do conflito, sua proposição envolvia pausas humanitárias temporárias, ou seja, aberturas modestas para envio de insumos básicos.

A rejeição não surpreendeu nem decepcionou os norte-americanos, já que o porta-voz da Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, afirmou no dia 24 de Outubro de 2023 que "não é o momento de se falar em um cessar-fogo na região de Gaza, porque Israel ainda tem 'trabalho a fazer' em relação a lideranças do Hamas e que o fim das hostilidades beneficiaria apenas o grupo palestino".

A proposta brasileira, após adiamento e, mediada pela sua diplomacia, adaptou o texto e pediu a criação de um corredor humanitário que ligue o Sul da Faixa de Gaza a Rafah, no Egito. A proposta inicial mencionava um cessar-fogo, o qual os diplomatas brasileiros abandonaram por relutância de países do CSNU sobre o texto Russo.

A proposição brasileira foi aprovada por maioria de 12 votos, sendo eles: Brasil, China, França (membro permanente), Albânia, Emirados Árabes, Equador, Gabão, Gana, Japão, Malta, Moçambique e Suíça, teve duas abstenções (Rússia e Reino Unido, membros permanentes), mas foi vetada pelo voto contrário dos EUA. Diante disso, na sexta-feira, 27 de outubro, a Assembleia Geral aprovou uma resolução (que tem caráter recomendatório) apresentada

pela Jordânia sobre a "Guerra de Israel" , determinando que sejam estabelecidos corredores humanitários, liberação de civis sequestrados dos dois lados, a revogação da ordem de evacuação de Gaza por Israel e a condenação dos "atos terroristas", sem menção ao dito "direito de defesa" de Israel. A resolução recebeu 120 votos favoráveis, 12 votos contrários, liderados por Israel e Estados Unidos, e 45 abstenções.
Os porta-vozes do governo israelense declararam que a resolução deixa Israel de "mãos atadas" e a ONU informa que a ajuda humanitária que entrou pelo Egito não atenderá a nem 4% dos palestinos, que são 2,2 milhões em um trecho de deserto de 40 km na Faixa de Gaza. Infelizmente, os esforços e posicionamentos de líderes latino-americanos para o encaminhamento da paz não bastam para criar uma mudança real, profunda e definitiva ao redor das questões da Palestina. Dentro do âmbito da ONU não existem países latinos em cadeiras permanentes do seu Conselho de Segurança, e tendo os Estados Unidos o poder de veto, qualquer proposta de paz é recusada, permanecendo a violência israelense na região. Mesmo presidindo o Conselho, o Brasil teve que ajustar suas propostas de intervenção para se adaptar ao posicionamento polarizado que existe entre os seus membros permanentes.
Os pesquisadores Bruno Huberman e Sabrina Fernandes, em um texto intitulado "Israel não vai cumprir acordos nem descolonizar a si mesmo - o mundo precisa agir", argumentam que a solução de dois Estados, tão defendida por diversas organizações e líderes de esquerda, acaba normalizando o Estado colonial de Israel, e que "na prática, um mapa de dois estados não existe mais, devido às crescentes colônias israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém". A solução, segundo eles, passa por explorar caminhos de descolonização que envolvam os palestinos e os israelenses, em uma refundação do país rumo a uma reconciliação pacífica entre os povos do território. São 75 anos de violação e violência contra o povo palestino e há um genocídio em curso perpetrado por Israel e apoiado pelos EUA, que tem se intensificado. Como afirmou o presidente cubano Díaz-Canel, "a história não perdoará os indiferentes".

Por que o Brasil segue ambíguo diante do genocídio palestino?

09 de novembro de 2023

Por Gilberto Maringoni

Em dez meses, o governo Lula mudou a face do Brasil. Saímos de um governo fascistizado e obscurantista, responsável por centenas de milhares de mortos na pandemia e por nos tornarmos párias no sistema internacional, e voltamos a tempos menos infames. No entanto, a administração federal mostra seus limites ao não entrar em nenhuma bola dividida na seara política e econômica e ao ceder a todas as pressões da direita e da extrema-direita.

NÃO SE EXPLICAM COMPORTAMENTOS HESITANTES e defensivos apenas pela ampla frente política que sustenta o governo. Há diretrizes emanadas do próprio gabinete presidencial que agora evidenciam sérias inconsistências naquilo que já foi a mais alardeada jóia dos governos petistas, a política externa. Comecemos falando de alguns contrastes.
No início da quarta semanade ataques de Israel à população palestina da faixa de Gaza, três países sulamericanos resolveram tomar medidas corajosas contra a brutalidade sionista.
A atitude mais ousada coube ao governo boliviano, liderado por Luís Arce. "A Bolívia decidiu romper relações diplomáticas com o Estado de Israel em repúdio e condenação à agressiva e desproporcional ofensiva militar israelense, que está sendo levada a cabo na Faixa de Gaza", disse o vice-ministro das Relações Exteriores, Freddy Mamani, na terça (31).
O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, por sua vez, chamou seu embaixador em Tel-Aviv de volta a Bogotá, sob o seguinte argumento: "Se Israel não parar o massacre do povo palestino, não poderemos estar lá". O gesto de chamar o embaixador denota séria crise diplomática.

É o passo anterior ao fechamento da embaixada e rompimento de relações entre dois países. No mesmo dia, o Chile, presidido por Gabriel Boric, repetiu o gesto. O Ministério das Relações Exteriores lançou nota denunciando "as violações inaceitáveis do Direito Internacional Humanitário que Israel cometeu na Faixa de Gaza". Lá vive a mais numerosa comunidade palestina fora do Oriente Médio. No dia seguinte, a Jordânia, maior aliada de Israel no Oriente Médio fez a mesma coisa.

Se contarmos com a elevação do tom das críticas de autoridades da Turquia, da África do Sul, da China e da Rússia entre outros, e a crescente onda de manifestações populares mundo afora, uma constatação pode ser feita: Israel começa a perder a batalha na opinião pública global e se isola juntamente com os Estados Unidos. É possível que, no campo militar, comece a enfrentar problemas na invasão terrestre em Gaza. A limpeza étnica em curso tem pontos de contato com a busca do chamado espaço vital que as forças armadas nazistas fizeram, na tentativa de roubo de territórios ao Leste, a partir de 1941.

Qual o comportamento do Brasil e de sua "diplomacia ativa e altiva", num enfrentamento que começa a mostrar ramificações globais? Apesar da histórica vitória sobre a extrema-direita há um ano, o desempenho do governo Lula nessa área começa a decepcionar. Repete-se na política externa a conduta ambígua, recuada e pusilânime diante de situações complexas. Aparentemente não temos mais a diplomacia que "não fala grosso com a Bolívia e nem fino com os Estados Unidos", como disse Chico Buarque em 2010. Agora quem fala grosso com os fortes é justamente a Bolívia, enquanto o Brasil volta a falar fino com o outro lado.

O ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira proferiu um discurso na segunda (30), na última reunião do Conselho de Segurança da ONU presidido pelo Brasil. Alegando sentir "um profundo sentimento de urgência e consternação", o chanceler contou que o conflito entre Israel e Palestina foi "tragicamente reacendido pelas ações terroristas do Hamas". E segue: "A situação atual em Gaza é profundamente terrível e indefensável por qualquer padrão humano e à luz do direito humanitário internacional. Uma catástrofe humanitária alarmante desenrola-se diante dos nossos olhos, com milhares de civis, incluindo um número esmagador e intolerável de crianças, a serem punidos por crimes que não cometeram. Em 3 semanas, assistimos a este conflito ceifar a vida a mais de 8 mil civis, dos quais mais de 3 mil são crianças".

Fortes palavras, fraco conteúdo. O chanceler é um ás em construir frases tonitruantes sem sujeito. Se perguntarmos, com base em sua algaravia, quem ceifou oito mil vidas, a resposta já está dada: "o conflito". Claro! Lógico, quem mais? O culpado de tudo é o maldito conflito. Há mais: "Desde 7 de Outubro, reunimo-nos diversas vezes e apreciamos quatro projetos de resolução. No entanto, continuamos num impasse devido a divergências internas".

Quem gerou o impasse? "As divergências internas", óbvio. Malditas divergências, só servem para atrapalhar! Vieira é aquele diplomata caricato, gestos contidos, olhar indecifrável, que não demonstra emoções e que lê discursos com a empolgação de quem narra uma bula de remédio. Faz drama mas não aponta caminhos: "Os olhos do mundo estão fixos em nós e

não se afastarão da nossa angustiante incapacidade de agir". A intervenção de Vieira pode ser lida aqui.

Já o presidente Lula decidiu fazer analogias entre a matança em Gaza e a vida doméstica, no último dia de outubro, aproveitando a cerimônia de sanção de lei que garante pensão a órfãos de vítimas de feminicídio.

"Resolver o problema em torno de uma mesa de negociação, em torno de uma conversa, é muito mais barato, é muito mais fácil, é muito mais econômico. Um casal dentro de casa, quando tiver algum problema de desavença, sente numa mesa, converse, discuta. Não é possível a gente chegar as vias de fato por uma divergência, por ciúmes".

A fala de Lula é – com todo o respeito – um escárnio. Há uma mesa de negociação que se chama Assembleia Geral da ONU, em que os dois lados se fazem presentes. Na semana passada, o embaixador de Israel na ONU, Gilad Erdan, além de não querer negociação alguma, ainda pediu a renúncia do secretário-geral da Organização, o moderado português António Guterres. O motivo? Guterres afirmara dias antes que a ação do Hamas não acontecera "no vácuo". Em torno da mesa, o sionista decidiu virar a própria.

Lula sabe dessa situação e lança palavras ao vento. Mais grave é o presidente comparar uma tragédia de 75 anos - motivada pelo roubo de terras, expulsão de palestinos, matança indiscriminada e apoio de Washington – a uma briga de casal. É tentativa de fazer graça com catástrofe alheia.

Mas Lula não para por aí. Adiante, ele revela:

"Estamos vendo pela primeira vez uma guerra em que a maioria dos mortos são crianças e ninguém tem responsabilidade. A gente não consegue fazer uma carta da ONU convencendo as pessoas que estão guerreando e parem. Pelo amor de Deus, parem!".

"PELO AMOR DE DEUS PAREM?" Como assim? Lula é um cidadão sem poder ou prerrogativa alguma, sem alternativas a não ser suplicar ao Altíssimo para que intervenha neste vale de lágrimas? Ou é mandatário de um dos maiores países do mundo, com plenas condições de tomar decisões incisivas na cena global? Depois do apelo a Deus vem mais uma oração sem sujeito: "A maioria dos mortos são crianças". Morreram por ato divino? Pela insondável mão do Destino? Ou alguém as matou? Quem? "A guerra", assim como "o conflito" e as "divergências", mencionadas pelo ministro das Relações Exteriores.

Lula e Mauro Vieira falam a mesma língua, a da tergiversação. Com suas palavras parecem confessar ter sido um mau negócio o Brasil assumir a presidência do CSUN justamente no meio dessa confusão. O país teve um gesto positivo ao tentar construir uma resolução consensual, vetada pelos EUA, mas em momento algum apontou responsabilidades pela matança. E foi eficiente em trazer de volta brasileiros que estavam nas regiões de conflito. Mas em nenhum momento fez a Israel acusação semelhante à desfechada contra o Hamas. Sequer convocar o embaixador de Israel no Brasil para externar protesto foi feito. Temos uma política externa que mais se aproxima de uma dinâmica de relações públicas e retórica vazia, mas incapaz de ter lado. O Brasil voltou, mas o mundo ficou mais complicado. E parece que não

nos preparamos para isso.
Nem sempre a diplomacia brasileira exibiu a atual ambiguidade em relação a Israel. O país se colocou claramente contra o principal aliado dos EUA no Oriente Médio nos tempos tenebrosos da ditadura militar. Ou seja, até naqueles anos duríssimos tivemos uma diplomacia mais objetiva.
Vamos mencionar alguns exemplos dessa conduta externa, descritos no artigo "O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?", de Tullo Vigevani e Guilherme Casarões, publicado em 2014.
O primeiro episódio é de 1974, no Governo Geisel e se materializa no discurso do chanceler Azeredo da Silveira na abertura da 29ª. Assembleia Geral da ONU. Ao se referir à Guerra dos Seis Dias, de 1967, que resultara na ocupação do Sinai, Gaza, Cisjordânia e as Colinas de Golã, Silveira a classifica como "guerra de conquista" por parte de Israel. Com a palavra o ministro:
"A objeção à guerra de conquista é uma constante na História do Brasil, é um preceito inscrito em nossa Lei fundamental. Consideramos absoluto o direito à integridade territorial e a obrigação de respeito à soberania. Em consequência, acreditamos que a desocupação dos territórios ocupados é, insofismavelmente, parte integrante da solução do conflito".
Casarões e Vigevani seguem adiante:
"A SINALIZAÇÃO MAIS FORTE DA POSIÇÃO interpretada como pró-árabe brasileira viria, contudo, no ano seguinte, em novembro de 1975. O Brasil foi uma das três nações sul-americanas (junto com Cuba e México) a votar favoravelmente à decisão de declarar que o sionismo representava uma forma de racismo e discriminação racial, através da Resolução 3379 da AGNU. Ao condenar Israel naquilo que era por esse Estado considerada a essência de seu movimento nacional, o governo brasileiro unia-se a vários outros países em desenvolvimento naquela que para alguns foi a decisão mais controversa tomada no âmbito das Nações Unidas". O Brasil desafiou abertamente Washington e os países da Europa Ocidental
A resolução seria revogada em 1991 por pressão de Israel e de seus aliados, como pré-condição para as tratativas de paz que culminaram com os acordos de OSLO, em 1994 (e que Israel jamais cumpriu).
O terceiro exemplo está no discurso do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro na abertura da 36ª. Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1981, já no último e caótico governo da ditadura, o de João Figueiredo:
"Meu Governo adere com firmeza a esse propósito para a obtenção das condições que considera indispensáveis para a paz: a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; o exercício do direito de o povo palestino retornar à Palestina e o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, à independência e à soberania; a participação da Organização da Libertação da Palestina nas negociações de paz; e o reconhecimento do direito de todos os Estados da região de existirem em paz dentro de fronteiras reconhecidas".
Em 27 de setembro de 1982, o próprio general João Figueiredo vai abrir a Assembleia-Geral.

Seu discurso é direto ao se referir ao massacre dos campos de refugiados de Sabra e Chatila cometidas por milícias maronitas dez dias antes, em território ocupado por Israel. O número de assassinatos pode ter chegado a 3,5 mil:

"VEJO, COM ENORME APREENSÃO, a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas".

O espantoso dessas intervenções é que elas se deram – vamos repetir – quando o Brasil vivia os anos de chumbo de uma ditadura militar. O país tinha importância muito menor na cena global e boa parte da sociedade se batia contra o autoritarismo e a ausência de democracia. Além do Brasil de quase meio século atrás, países menores como Bolívia, Colômbia e Chile, deixam de ambiguidades e hesitações para apontar o responsável pelos crimes contra a Humanidade cometidos em Gaza.

O que falta para o governo Lula deixar de lado uma inexplicável neutralidade que em nada ajuda na resolução do cataclismo sionista? Essa equidistância favorece a quem? Pensemos numa oração com sujeito para responder.

Por que chamar genocídio de genocídio?

24 de novembro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva

No atual cenário do conflito entre Israel e Palestina, a distinção entre guerra, conflito e genocídio torna-se crucial para uma compreensão mais aprofundada das complexidades envolvidas. A guerra, por definição, implica um confronto armado entre nações ou grupos, caracterizado pelo uso da força militar para alcançar objetivos específicos. No entanto, é imperativo reconhecer que a nova escalada de violência perpetrada por Israel contra Gaza apresenta uma disparidade gritante no potencial bélico entre os dois lados, com os palestinos enfrentando desafios significativos para se defenderem diante da força militar de um Estado soberano.

AO ABORDAR ESSA QUESTÃO, É FUNDAMENTAL considerar a assimetria de poder entre Israel, como Estado, e Gaza, que é uma faixa de terra desprovida de características essenciais de um Estado, como um exército, moeda e plena soberania. Neste contexto, aspectos cruciais da vida cotidiana em Gaza, como o fornecimento de energia, a circulação de pessoas e a entrada e saída de mercadorias, são controlados por Israel, acentuando ainda mais a desigualdade no cenário de terror.

Enquanto o termo "conflito" abrange uma variedade de situações de tensão, incluindo disputas territoriais, políticas e culturais que vão desde desentendimentos cotidianos até confrontos armados em larga escala, a atual crise destaca não apenas uma disputa complexa, mas uma disparidade de poder e recursos que influenciam diretamente as dinâmicas do conflito. Portanto, analisar a situação sem levar em consideração essa assimetria de poder pode resultar em uma compreensão limitada das raízes e implicações do conflito israelense-palestino.

Cujas tensões abrangem não apenas questões territoriais, mas também profundas divisões políticas, religiosas e culturais que moldaram a dinâmica da região por décadas.
O termo “genocídio” adiciona uma dimensão ainda mais sombria à discussão, mas é o termo mais preciso. Genocídio é caracterizado como uma ação deliberada com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo étnico, racial, religioso ou nacional. Essa definição implica não apenas a perda de vidas humanas, mas também a erradicação intencional da identidade cultural e étnica de uma comunidade. No contexto do conflito israelense-palestino, a aplicação do conceito de genocídio é controversa e sensível, dada a complexidade das relações entre as partes envolvidas, mas é o termo que revela as ações de Israel como Estado colonizador.
Os recentes eventos, marcados por uma nova ofensiva do Hamas e a resposta desproporcional de Israel, inclusive violando as normas do direito internacional e a própria Carta da ONU de 1945 em relação às ações de defesa (prática recorrente), destacam a necessidade de uma análise cuidadosa dos termos utilizados. A rápida escalada do conflito serve como um lembrete sombrio da instabilidade persistente na região e da imprevisibilidade que envolve essas situações.
O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica), grupo que lançou a recente ofensiva, considera suas ações defensivas diante de mais de sete décadas de violência, humilhações, genocídios e ações terroristas de Israel contra a população palestina. Pode-se discordar de seus métodos, mas o Hamas é um partido político eleito e que governa Gaza. Diante disso, os palestinos têm o direito de se defender do colonialismo sionista.
Por outro lado, a resposta de Israel, ou seja, a declaração de guerra, é justificada como uma medida para proteger sua segurança nacional diante de ataques, algo controverso, como uma nação armada até os dentes pelos Estados Unidos, com alta tecnologia e um dos maiores exército do mundo, se levarmos em conta a quantidade de militares em relação a população, pode equiparar suas forças com um território que não é nem autorizado a formar seu próprio Estado ou tenha uma estrutura mínima de defesa? É, não tem como, o termo definitivo é genocídio.

Política externa “ativa e altiva”?

Os discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao conflito entre Israel e a Palestina evidenciam uma mudança notável em sua abordagem ao longo do período de mais de 40 dias de conflito. As críticas diretas a Israel e o uso do termo “genocídio” para descrever os ataques israelenses contra Gaza marcam uma postura mais incisiva por parte do líder brasileiro. Na reunião do BRICS, na última terça, Lula também denunciou assassinatos cometidos por Israel na Cisjordânia, que, em tese, não seria zona de conflito.
Lula, ao receber cidadãos brasileiros e palestinos repatriados de Gaza, no dia 14 de novembro, afirmou que, assim como o Hamas foi acusado de praticar atos terroristas, o Estado de Israel também estaria cometendo atos de terrorismo. Ele ressaltou a tragédia das vidas per-

didas, especialmente das crianças, destacando que não estão matando apenas soldados, mas também crianças inocentes. A crítica mais contundente do presidente foi classificar os ataques israelenses como "genocídio", alegando que a violência já havia vitimado mais de 4 mil crianças. Essa declaração representa um endurecimento significativo do discurso, refletindo uma nova avaliação do presidente sobre a gravidade da situação em Gaza.

À vista disso, há necessidade de agir, não adianta apenas condenar ou se compadecer com a situação, há medidas diplomáticas a serem efetuadas a exemplo das ações lideradas por Colômbia, Chile e Bolívia, que trouxeram seus embaixadores de volta aos países de origem. Por outro lado, há claras questões internas que impedem o Brasil de se posicionar na linha de frente da política internacional, como a falta de políticas sérias de defesa, tecnologia e industrialização. Ou mesmo, a hesitação de se indispor com Washington, a figura por "trás" do conflito.

No Brasil, a situação ficou ainda mais grave com o envolvimento do embaixador isralense com a persona de Jair Bolsonaro em uma reunião no Congresso Nacional, demonstrando um total desrespeito às normas básicas da diplomacia. O encontro viola a Convenção de Viena, que estabelece as diretrizes para as relações institucionais entre países. Conforme essa convenção, embaixadores estrangeiros são orientados a não interferir em assuntos internos, sendo que questões oficiais devem ser abordadas em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião. A expulsão do embaixador israelense seria o mínimo aceitável em defesa da soberania nacional. A ausência de reação à altura por parte do Brasil levanta dúvidas sobre a continuidade da chamada política externa ativa e altiva.

A posição do governo brasileiro, foi explicitada pelo Ministério das Relações Exteriores, que se manifestou sobre a classificação do Hamas como organização terrorista. O comunicado enfatizou a adesão do Brasil às determinações do Conselho de Segurança da ONU, que não reconhece o Hamas como tal.

É importante destacar que o governo brasileiro buscou uma abordagem diplomática, envolvendo-se em esforços para mediar uma solução para o conflito. O presidente realizou conversas com líderes de diversos países/territórios, incluindo Israel, Autoridade Palestina, Egito, Irã, Turquia, França, Rússia e Emirados Árabes, na tentativa de facilitar a resolução do impasse.

Ao analisar as declarações de Lula, fica evidente que ele adotou uma postura crítica em relação a Israel, enfatizando as vítimas palestinas e condenando a resposta israelense, colhendo ataques da grande mídia e de representantes sionistas aqui dentro. A designação de "genocídio" para os ataques israelenses representa uma narrativa específica, buscando destacar a gravidade das ações de Israel na Faixa de Gaza.

A influência chinesa no comércio com a América Latina e o embate leste-oeste

22 de abril de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva

O comércio entre a América Latina e a China cresceu exponencialmente nas últimas décadas. A guerra na Ucrânia vêm acirrando os ânimos e a posição de Lula frente ao conflito leste-oeste ganha destaque, a visita do presidente é uma retomada das relações sino-brasileiras em via da política externa.

A CHINA TEM SE CONSOLIDADO como um dos principais parceiros comerciais da América Latina nas últimas décadas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A influência chinesa no comércio com a região tem sido cada vez mais evidente, ao se tornar o principal destino das exportações de muitos países latino-americanos e a fonte de grande parte das importações. Essa relação comercial estreita entre a China e a América Latina se intensificou a partir dos anos 2000, quando o país se tornou uma das principais economias do mundo e começou a buscar novos mercados para seus produtos e investimentos.

A região latino-americana, por sua vez, viu na China uma oportunidade para diversificar suas relações comerciais e atrair investimentos estrangeiros durante o período conhecido como "boom de commodities". No ano de 2022, o comércio entre a China e a América Latina registrou aumento de 11% em relação ao ano anterior, chegando a 437 bilhões de euros. Embora seja o segundo maior parceiro da região, o país asiatico já é líder no comércio com o Brasil, Chile e Peru.

Uma das principais razões para a crescente influência chinesa é o comércio de commodities. A China é um grande importador de matérias-primas como petróleo, minério de ferro e soja,

que são produzidas em grande escala na região. Isso tem impulsionado as exportações para a China e gerado uma forte dependência econômica em relação ao gigante asiático.

Além disso, a China também tem investido significativamente no continente, principalmente em setores como infraestrutura, energia e mineração. Esses investimentos têm sido fundamentais para o desenvolvimento de muitos países latino-americanos, que enfrentam dificuldades financeiras e precisam de recursos externos para impulsionar seu crescimento econômico, pois foram severamente afetados pela crise de 2008 e pelas as atuais tensões locais e globais.

A crescente influência chinesa também tem gerado tensões entre os Estados Unidos e a China, o conflito leste-oeste vem se acirrando ainda mais com a guerra na Ucrânia. Os dois países têm protagonizado uma série de embates comerciais e diplomáticos, com os Estados Unidos buscando frear o avanço da China no cenário global, em via de manter a hegemonia. O avanço chines no comércio da região é evidenciado pela mudança de paradigma evidente com o avanço do país asiatico em detrimento dos Estados Unidos, em apenas duas décadas.

Um dos principais pontos de tensão entre os Estados Unidos e a China na América Latina é o projeto chinês da Nova Rota da Seda ou "Belt and Road". Esse projeto prevê a construção de uma rede de infraestrutura que ligaria a China a vários países da Ásia, Europa e África, passando pela América Latina.

Os Estados Unidos veem esse projeto como uma ameaça à sua hegemonia na região e têm pressionado os países latino-americanos a não aderirem à iniciativa. Além disso, os Estados Unidos também têm adotado uma postura mais assertiva em relação aos investimentos chineses na região. Em 2019, por exemplo, o governo estadunidense lançou a iniciativa "América Cresce", que tem como objetivo incentivar os investimentos privados em infraestrutura na América Latina e concorrer com os investimentos chineses na região.

O ex-chanceler e atual assessor especial da presidência, Celso Amorim, afirmou em entrevista ao jornal Global Times que o governo brasileiro está "interessado em estudar" sua adesão à iniciativa de investimentos internacionais na infraestrutura chinesa, o "Belt and Road" (Cinturão e Rota), ou Nova Rota da Seda. Amorim, ainda disse que "a China é de longe o nosso parceiro comercial mais importante", e continuou: "o Brasil está se tornando um dos lugares onde a China mais investe". O ex-chanceler fez parte da comitiva que visitou a China, com Lula, no início do mês de abril de 2023. Durante a entrevista, a multipolaridade global foi ressaltada, assim como a proposição de uma descentralização da hegemonia global, uma tentativa de neutralizar o embate entre as duas maiores potências globais, ou seja, os Estados Unidos e a China.

No entanto, a crescente influência chinesa na América Latina também tem gerado preocupações. Alguns críticos afirmam que a China está adotando uma postura neocolonialista em relação à região, explorando seus recursos naturais e utilizando sua força econômica para impor condições desfavoráveis aos países latino-americanos.

Essa tensão entre os Estados Unidos e a China tem gerado um forte embate político na Amé-

rica Latina, com os países da região tendo que lidar com as pressões e interesses de ambos, ainda mais acirrados pela guerra na Ucrânia. Por um lado, a China tem oferecido uma alternativa aos países da região em termos de desenvolvimento econômico e social, o que tem atraído muitos governos latino-americanos. Por outro lado, os Estados Unidos têm buscado manter sua influência na região, pressionando os países a não se alinharem com a China. Segundo análise do IPEA[1], os principais desafios da China, hodiernamente são:

1. resolver desequilíbrios internos, como excesso de capacidade produtiva, declínio do crescimento econômico e subdesenvolvimento das províncias do oeste; 2. reformar a economia global, com base nas normas e instituições propostas no pós-guerra pelos Estados Unidos; 3. elevar o uso do renminbi (RMB) nas transações internacionais; 4. enfrentar desafios de ordem geopolítica por meio do estreitamento de laços com outras nações; 5. fortalecer a segurança econômica mediante, por exemplo, o aprimoramento das rotas de fornecimento de recursos estratégicos.

A América Latina é uma das portas para o enfrentamento de alguns desses desafios, além dos BRICS, podemos observar isso na recente e suntuosa visita de Lula à China, que será tratada adiante.

Acordos e tratados

O comércio exterior constituiu uma das principais bases da relação entre a China e a América Latina. A relação com o Brasil, Chile e Peru, seus principais parceiros na região, se estreitou durante a primeira década dos anos 2000. Com a entrada do gigante asiatico na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o país em conjunto com os Estados Unidos foi o motor do dinamismo econômico global.
Alguns tratados de livre-comércio (TCLs) foram assinados neste período de crescimento exacerbado: com o Chile em 2006, com o Peru em 2009, e também com a Costa Rica em 2015. No fim da primeira década do século, o gigante asiatico já se constituía um dos principais parceiros comerciais da região em conjunto com os Estados Unidos e a União Europeia. Segundo Ray, Albright e Wang (2021), cinco commodities corresponderam a cerca de 70% das exportações latino-americanas para a China de 2015 a 2019: soja e outras oleaginosas (Brasil 87% e Argentina 12%), petróleo cru (Brasil 51%, Venezuela 31% e Colômbia 13%), minério de cobre e concentrados (Chile 47% e Peru 41%), minério de ferro e concentrados Brasil (88%), e o cobre refinado (Chile 82% e Peru 10%).
Assim, o Brasil, Chile e Peru são responsáveis por uma quantia significativa das importações chinesas. Além da "Venezuela e, em menor medida, a Colômbia também contribuem com as necessidades chinesas de fornecimento ordenado de petróleo; enquanto a Argentina, ao lado

1 IPEA. Iniciativa cinturão e rota na América Latina: perspectiva geoeconômica. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11587/1/TD_2819_Web.pdf>

do Brasil, se apresentou como relevante fornecedor de soja"
O Brasil se constituiu um grande exportador, tendo enviado a China, segundo o IPEA[2]:
"US$ 67,8 bilhões em bens em 2020, com um superavit de US$ 31,1 bilhões. Nesse ano, o país asiático absorveu 32,4% das exportações brasileiras, por sua vez concentradas em três produtos (soja (31%); minério de ferro e seus concentrados (27%); óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (17%). Com isso, a China permanece a principal origem das importações brasileiras (22,1%)".
Dessa forma, é evidente a dependência econômica de ambos os países, embora de maneira diferente. Apesar dos desafios, a relação comercial entre Brasil e China continua sendo fundamental para a economia e a relação bilateral e deve permanecer como uma prioridade nas políticas externas de ambos os governos, assim como de toda região latino-americana.

A visita de Lula e o embate leste-oeste

No dia 12 de abril de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarcou com sua comitiva em Xangai, uma das principais cidades da República Popular da China. O objetivo da viagem além de retomar os laços com antigos parceiros, desgastados durante o governo Bolsonaro, era retomar a diplomacia presidencial e avançar na nova política externa que ainda está sendo "desenhada" com o Itamaraty sob o comando de Mauro Vieira, a posição internacional do Brasil tem sido ambígua, com diferentes posições partindo de Lula, Vieira e do ex-chanceler Celso Amorim. A aproximação com a China, como maior parceira comercial do Brasil, é um dos fatores essenciais para o sucesso do novo governo.
Porém, o cenário internacional se apresenta com incertezas, com a guerra na Ucrânia e as tensões cada vez mais acirradas entre Washington e Pequim. No momento, as relações entre a China e a Rússia estão alinhadas devido à posição de Xi Jinping em relação ao conflito russo-ucraniano, logo após a visita do presidente chinês a Putin. Diante disso, "ambos compartilham da visão de que os Estados Unidos e seus aliados estão tentando transformar um conflito local, entre Rússia e Ucrânia, em um conflito global, pressionando diversos países a aderir às sanções e contribuir com o fornecimento de armamentos e sistemas de defesa para Kiev".
A viagem de Lula, diante disso, toma outras proporções, a proximidade e a posição do presidente entram em xeque com suas declarações sobre os dois principais parceiros comerciais do Brasil, a China e os Estados Unidos. Lula se negou a enviar armamentos à Ucrânia, se distanciando da posição de Washington, e durante sua visita ao gigante asiatico, integrante dos BRICS, propôs a adoção de outras moedas nas relações bilaterais entre os países, um enfrentamento à hegemonia do dólar. Amorim, diante disso, declarou que "se pudermos trabalhar com uma variedade de moedas e usar nossas próprias moedas em grande escala, isso é a melhor coisa", além de achar "muito importante estarmos livres do domínio de uma

---

2 IPEA. Iniciativa cinturão e rota na América Latina: perspectiva geoeconômica. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11587/1/TD_2819_Web.pdf>

moeda única porque, às vezes, ela é usada de forma política". Essa é uma posição interessante e uma "cutucada" a Washington.

A histórica posição pragmática do Brasil vem mudando de tom, em relação à guerra na Ucrânia com as polêmicas colocações de Lula, e o movimento em busca da multipolaridade e do alinhamento não automático vem ganhando destaque. Lula declarou que "ninguém vai proibir que o Brasil aprimore a sua relação com a China, posição que Washington tomou com antagonismo.

O presidente brasileiro, também enxerga os Estados Unidos como obstáculo para o fim da guerra, enquanto vê a China e a Rússia, como mediadores do conflito. Por fim, a visita de Lula à China foi uma grande oportunidade para utilizar o "palco" mundial, e reafirmar a posição do Brasil em busca da paz, embora de maneira ambígua por vezes responsabilizando a Ucrânia e os países ocidentais pelo conflito. Porém, Lula vem mudando o tom, declarando no dia 18 de abril de 2023, que condena a invasão do território ucraniano, devido a pressão das potências ocidentais. A visita de Lula à China foi um sucesso, o Brasil saiu com 15 acordos comerciais assinados e a promessa de maior cooperação com o gigante asiatico, seja nos BRICS ou na proposição e desafio à hegemonia estadunidense com uma posição multipolar.

Enfim, as relações entre a América Latina, em especial o Brasil, com a China são extensas. A balança comercial brasileira necessita dessa conexão estratégica e a posição dos BRICS vem ganhando destaque. Os chineses vêem na região uma possibilidade de expansão de seus interesses e o embate com os Estados Unidos é crescente, pois o status quo está em disputa.

Apesar das preocupações, a influência chinesa no comércio com a América Latina parece estar cada vez mais consolidada. Para muitos países da região, a China é um parceiro estratégico importante, capaz de fornecer recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento econômico. Porém, é importante que essa relação seja pautada por princípios de cooperação, transparência e respeito mútuo, de forma a garantir que os benefícios sejam compartilhados de maneira justa e equilibrada.

Por fim, a visita de Lula à China pode ser vista como um movimento importante no embate pela hegemonia global entre as duas maiores potências mundiais, e pode gerar tensões entre o Brasil e os Estados Unidos. No entanto, também pode fortalecer as relações comerciais entre o Brasil e a China, e fortalecer a posição dos países dos BRICS na arena internacional. A guerra na Ucrânia será determinante para os próximos passos, ao se tornar um conflito global, sendo que os "vencedores" sairão ainda mais fortes, nessa importante disputa Leste-Oeste.

Referências

RAY, R.; ALBRIGHT, Z. C; WANG, K. China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin – 2021 Edition. Boston: GDP Center, 2021.

Afinal, qual o status legal da maconha na América Latina?

19 de outubro de 2023

Por Acauã Alexandre José dos Santos, Dante Tomyo Fasolin Koboyama, Gabriel N. Silva, Luiza Rodrigues, Mônica Almeida Peña e Tatiane Anju Watanabe

Recentes controvérsias ocorridas no STF e no poder Legislativo brasileiro buscam atualizar o olhar institucional para diferentes aspectos ligados à Cannabis, seja como entorpecente, remédio e/ou matéria prima. O Supremo está a apenas um voto de formar maioria em favor da descriminalização do porte de pequenas quantidades de maconha. O Brasil não é o primeiro país da região a realizar tal feito. A ação está paralisada devido ao pedido de vista de um dos ministros, o placar está 5 a 1. Paralelamente, tramita no Senado o PL 399/2015 que visa a regulamentação medicinal e industrial da planta, além de existirem diversas leis estaduais de distribuição de manipulados da droga no SUS. Na América Latina, o Uruguai foi o primeiro país a aprovar, em 2013, legislação para uso medicinal e não medicinal da Cannabis. Países como Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru permitem alguma forma de Cannabis medicinal.

A CONTROVÉRSIA SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL ganhou relevância, em agosto de 2023, a partir de uma ação em tramitação no Supremo Tribunal Federal e controvérsias com o Senado sobre a instância adequada para decidir a questão. No

Brasil, o porte de qualquer quantidade de Cannabis é considerada crime e não há diferença substancial entre porte e comércio. O debate brasileiro apresenta dissonâncias em relação a alguns países do continente.

Na América Latina coexistem vários componentes específicos para cada país nas questões que giram em torno da legalização/proibição prolongada da Cannabis. Essas questões, sem dúvida, permeiam a capacidade de avaliação de políticas de "abertura" para um assunto que é visto como um tabu na história recente.

Entre os países da América do Sul, Brasil, Uruguai, Colômbia, Chile, Argentina, Paraguai e Peru já flexibilizaram em alguma medida o uso da Cannabis. Dentre as modalidades adotadas na região, a descriminalização do porte permite que o usuário compre, guarde e transporte uma quantidade pequena da droga e a legalização implica na existência de uma legislação que contemple toda a possibilidade de uso dentro de um conjunto de regras de regulamentação, considerando-se onde se compra e como é feito o uso da droga, que passa a ser encarada como uma questão de saúde pública.

Na proibição, não se considera o estado de saúde do usuário, que acaba por consumir uma droga despadronizada (que pode conter qualquer substância adicional, por não ser fiscalizada), e não se instrui a dose ou formas de uso menos danosas. A exceção se dá pelas políticas de redução de danos, que representam o fim do incentivo puro e simples da abstinência ao usuário pelo Estado e a instrução de maneiras menos danosas para o consumo de substâncias, sejam elas lícitas ou não. No Brasil, o governo de Dilma Rousseff implementou políticas desse tipo, que foram descontinuadas na gestão Bolsonaro.

O Uruguai se tornou o primeiro país do mundo a legalizar a maconha em sua plenitude, ou seja, medicinal, industrial e recreativa (para uso adulto), em 2013, através da Lei 19.172/13 que regulamentou o cultivo de 6 plantas nas residências autorizadas e em clubes de sócios. Além disso, quatro anos depois, o governo disponibilizou 2 cepas da planta nas farmácias uruguaias, "registrando compradores e controlando de perto a produção e a venda para fins recreativos e medicinais". Cepas são linhagens genéticas de características distintas, que fazem parte da mesma espécie de planta.

Todavia, o tráfico não foi completamente destruído no Uruguai, e muito do mercado ainda ocorre de modo irregular, através do cultivo não autorizado, e pelo próprio prensado paraguaio, que é presente no consumo social e relacionado a usuários de baixa renda, e também é a principal forma disponibilizada no mercado ilegal da planta no Brasil. Nesse contexto, cultivadores não autorizados oferecem cepas com um teor de THC mais elevado, o que levou as farmácias a acrescentarem uma nova cepa com THC um pouco mais elevado em 2023.

De acordo com o Secretário Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Heriberto Calzada, o país zerou as mortes decorridas do tráfico da maconha, fato que reflete uma ação que afastou a planta do comércio relacionado ao tráfico clássico, em que se oferece todo tipo de drogas mais pesadas, além de expor o usuário ao contato com criminosos armados que controlam a distribuição das substâncias. O Secretário Nacional comunicou o dado referido em um

debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no Senado uruguaio, em 2 de junho de 2014.
A economia uruguaia soma, desde sua legalização, US$ 20 milhões com o comércio de Cannabis. A legalização também permitiu a exportação para uso medicinal e tem como principais destinos Estados Unidos, Suíça, Alemanha, Portugal, Israel, Argentina e Brasil. Em 2020, as exportações dobraram em relação ao ano anterior, chegando a 7,3 milhões de dólares. Em 2021, a receita foi de 8,1 milhões de dólares e, no primeiro semestre de 2022, de 4,4 milhões de dólares. Apesar de ter sido pioneiro, o Uruguai ainda exporta menos do que outros concorrentes na América Latina, como Chile, que em 2020 faturou 59 milhões de dólares, Peru (US$ 40 milhões) e Colômbia (US$ 37 milhões).
A Colômbia descriminalizou o uso e o porte de todas as drogas em 1994, permitindo a sua população a possuir até 20 plantas para consumo pessoal. No entanto, tentativas de legalizar a planta não têm sido bem sucedidas, como visto com a votação no Senado, em 20 de junho, da reforma constitucional que buscava legalizar o comércio da maconha e que, apesar do apoio do presidente Gustavo Petro, não foi aprovada, por margem de 1 voto.
Em 2009, a suprema corte da Argentina descriminalizou a erva para consumo próprio, desde que em ambientes privados e, em 2022, regulamentou a Cannabis medicinal através da Lei 27.669/22.
O Chile também permite o uso da substância de maneira privada e o cultivo caseiro não é criminalizado, todavia, sua Constituição é do período da ditadura de Pinochet e, com a negativa no plebiscito sobre a aprovação da nova Constituição elaborada durante o governo de Gabriel Boric, não há previsão para uma nova regulamentação sobre a planta.
O Paraguai, por sua vez, é o terceiro maior país industrial do mundo na produção de cânhamo (planta com baixo nível de THC), sendo o maior produtor e exportador da região latino-americana da planta, seja em sua faceta legal ou ilegal, todavia seu uso adulto segue proibido.
Mais ao norte, o México derrubou as leis que criminalizam o uso pessoal da maconha, não limitando-se ao consumo caseiro, em 2021, se tornando o segundo país latino-americano a atingir esse feito.
Entre os países caribenhos, destaca-se a Jamaica, que legalizou a utilização da planta para fins religiosos. Lá, o porte de até 56g não é mais considerado crime e o cultivo e venda da Cannabis medicinal são liberados. Também vale citar a Costa Rica, que liberou o uso medicinal e industrial da planta e a descriminalizou para uso pessoal.
Apesar dos avanços em relação ao uso da planta nesses países latino-americanos e caribenhos citados, ainda há diversos países que criminalizam o uso pessoal e medicinal da Cannabis, como é o caso da Bolívia, Cuba, Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Venezuela. Outros, como o Brasil, permitem apenas o uso medicinal, com certa burocracia.
Observa-se então que não existe um consenso na região sobre como os países devem lidar

com a situação das drogas, ficando a cargo dos mesmos legislar sobre o assunto. No entanto, deve-se lembrar que essa legislação não ocorre com a ausência de influência externa, uma vez que as leis e políticas proibicionistas no que tange as drogas foram guiadas e embasadas por convenções internacionais, desde as primeiras convenções do ópio até a formação da ONU e do UNODC, sendo que o desenvolvimento desse cenário internacional levou cientistas políticos, como Robert Cox, a questionarem se há uma influência hegemônica americana que interfere no atual Sistema ONU e no legado da Liga das Nações e das Convenções Internacionais através do Século XX.

Ao longo de décadas, as ações contra a Cannabis movidas pelo proibicionismo foram reforçadas após a declaração americana de 1971 proferida pelo Presidente Richard Nixon de "Guerra às Drogas", declarando-as como "inimigo público número um". Esse fato determinou políticas públicas e leis presentes em diversas nações, contudo movimentos políticos mais recentes reforçaram novas abordagens para enfrentar o problema e buscar alternativas para a forma como a substância pode desempenhar papéis positivos dentro dos países.

Pensando nisso, importantes empresas do ramo no Uruguai trouxeram para o Brasil uma edição da Expo Cannabis em 2023, maior evento sobre a planta na América Latina. É uma importante sinalização da vontade de troca entre esses mercados da maconha, de forma a se integrarem e buscarem resoluções úteis e ajuda mútua.

O STF está legislando?

O tema central do debate em torno da descriminalização da maconha no STF é a possível reinterpretação da legislação já em vigor sobre uso e tráfico de drogas, a Lei 11.343/2006, estabelecendo que a posse de tais produtos é crime, embora não haja punição por aprisionamento para usuários, teoricamente. A lei prevê penas educativas e/ou serviço comunitário, além de assinar o referente ao artigo 28 (que prevê o enquadramento como usuário), caso seja de fato enquadrado. A questão é que a lei deixa a cargo do juiz estabelecer o acusado como usuário ou como traficante, e a interpretação é relacionada ao local que habita, onde foi encontrado e, de maneira mais velada, aqueles enquadrados como traficante são, historicamente e majoritariamente, jovens negros.

Além disso, o referido artigo violaria o princípio constitucional da intimidade, garantido no artigo 5º, inciso X da Constituição de 1988, que estabelece que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

A pedido da Defensoria Pública de São Paulo, foi dada entrada em um processo a partir de um caso específico, quando um usuário preso em 2009 com 3 gramas de maconha atestou que, em seu caso, a droga se destinava a uso pessoal, assim, o processo nas demais instâncias judiciais antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal. O julgamento de longa duração, que tramita no STF desde 20 de agosto de 2015, sofre no que tange à opinião pública, geralmente movida pelo preconceito acerca do debate sobre drogas no Brasil.

Seis dos 11 ministros votaram, até a sessão do dia 24 de Agosto de 2023,, sendo eles: Gilmar Mendes (relator do caso), Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Rosa Weber. Os que ainda não votaram são: André Mendonça, Nunes Marques, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.
Na sessão de votação mais recente, no mês de agosto, o ministro Zanin se manifestou a favor, em seu voto, de que houvesse a adição do critério objetivo de 25g, menor que o critério objetivo máximo sugerido anteriormente pelos ministros (100g), para aplicação da legislação como está atualmente, ou seja, para considerar o indivíduo como usuário e aplicar as medidas punitivas, mantendo a criminalização. A ex-presidente do Tribunal, ministra Rosa Weber adiantou seu voto, posicionando-se a favor da inconstitucionalidade do artigo, e o ministro André Mendonça fez pedido de vista na sessão, portanto o julgamento foi adiado em 90 dias, sendo assim, deve ser retomado em novembro de 2023, conforme a regulamentação dos pedidos de vista.
O placar é, até então, de 5 a 1 para o porte de maconha (exclusivamente) não ser mais considerado crime. A proposta dos ministros abrange de 25 a 100g da planta para uso pessoal, além de 6 plantas fêmeas (é referenciado o gênero da planta pois apenas as plantas fêmeas possuem flores que contém os tricomas onde se aglutina o THC, que é a principal substância psicoativa da planta, enquanto as plantas macho produzem "sacos" de esporos e servem para polinizar a planta fêmea). É necessário mais um voto a favor para formar maioria em prol da inconstitucionalidade do trecho.
Uma das polêmicas é a acusação de que o STF estaria usurpando as prerrogativas do Legislativo. O presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se pronunciou enfaticamente para defender que a decisão de descriminalizar ou não a posse de drogas deve caber ao Legislativo federal, exclusivamente.
Como mencionado anteriormente, o STF não estaria legislando, uma vez que a discussão gira em torno da constitucionalidade da lei aprovada em 2006 pelo Legislativo, que é responsável pela diferenciação entre usuário e traficante no país, a pedido de outro órgão (Defensoria Pública de São Paulo), sendo assim, a adequação aos regulamentos de tramitação dos processos foi seguida e, portanto, não houve escolha arbitrária do Foro. Já a discussão sobre o Projeto de Emenda à Constituição que Pacheco media, se tornou uma proposta para considerar a posse/porte de entorpecentes para quaisquer fins como crime, que deverá ser apresentada por líderes partidários em breve, e nos resta acompanhar os próximos capítulos.

Histórico da maconha no Brasil

A história da proibição da maconha no Brasil remonta ao final do século XIX. Até então, seu consumo já era relativamente comum.
Desde o período colonial, a Cannabis era utilizada tanto na indústria de cordame, quanto como medicamento, por exemplo sendo distribuído como "cigarros índios" nas farmácias brasileiras, uma herança da farmacopeia europeia. A partir do século XIX, foi utilizada tam-

bém para uso psicoativo, muito ligado às camadas subalternas da população, como afrodescendentes e nordestinos.

Pesquisadores da criminalização da maconha no Brasil, como Henrique Carneiro, professor de História da USP, argumentam que a sua proibição se deu e perdura até hoje por ser uma "substância alteradora da consciência identificada com a cultura negra". É por isso então que nomes dos derivados da Cannabis tem origem africana, como é o caso da "Liamba", proveniente da língua Quimbundo, de Angola, e "Maconha" que é um anagrama de "Cânhamo", utilizada pelos escravizados para que terceiros não identificassem do que falavam, também similar à palavra "Ma'kaña", do Quimbundo.

No dia 4 de outubro de 1830, num pioneirismo brasileiro quanto a proibição do uso da maconha, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a "Lei do Pito do Pango", que criminalizou o cultivo e o consumo da planta. Enquanto o vendedor era punido somente com uma multa, o usuário (negro e pobre) era punido com prisão.

Em 1890, um ano após a proclamação da República, o artigo 159 do Código Penal proibiu o comércio de "substâncias venenosas", e mesmo sem mencionar a maconha, a Inspetoria de Entorpecentes, Tóxicos e Mistificações (que era um departamento da polícia, também responsável por "combater" a umbanda, o curandeirismo e o espiritismo) começou uma perseguição aos usuários da planta.

No século XX, a primeira "lei de drogas" federal do país foi assinada em 1921 pelo presidente Epitácio Pessoa, proibindo "a venda de cocaína, ópio, morfina e seus derivados".

Além disso, o Brasil protagonizou a primeira indicação da Cannabis como substância mencionada entre as resoluções da II Conferência Internacional do Ópio, em 1924, em Genebra, quando o Dr. Pernambuco, delegado brasileiro, afirmou para as delegações de 45 outros países: "a maconha é mais perigosa que o ópio". Mesmo com o passar do tempo, a legislação brasileira continuou a reprimir o cultivo e o consumo da maconha, deixando uma escala local e indo para uma adesão a tratados internacionais.

Percebe-se como exemplo disso a edição do Decreto-Lei n°20.930 do Governo Vargas que alinhava o Brasil junto às disposições da Liga das Nações, informação que está na íntegra da lei, mesmo sendo póstuma à saída do Brasil da Liga, em que "fiscaliza o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regula a sua entrada no país de acordo com a solicitação do Comité Central Permanente do Ópio da Liga das Nações, e estabelece penas".

Na ditadura militar, entre 1964 a 1985, o encarceramento relacionado a drogas aumentou em 312%. Em meio a isso, em 1976, o Brasil, em alinhamento com a política de drogas do governo Nixon nos EUA, entrou efetivamente na guerra às drogas com a Lei 6.368, que instituiu medidas de repressão aos vendedores e consumidores de substâncias consideradas ilícitas. Segundo o historiador Athos Vieira, que coordena o projeto "Drogas Quanto Custa Proibir", do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, "a política de repressão norte-americana foi exportada para toda a América Latina. No Brasil, o governo militar aproveitou desse momento para alterar a lei colocando o consumi-

dor como criminoso. Antes só os fornecedores de drogas eram colocados como infratores. Isso certamente foi uma influência dos EUA aqui".
Com a nova Constituição brasileira de 1988, o tráfico de drogas foi classificado como "crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia", juntamente a tortura e terrorismo. Mais postumamente, a Polícia Militar cria o PROERD, política pública que importa o DARE dos estadunidenses que já teve resultados questionados por especialistas, levando a polícia a ir às escolas conscientizar jovens. O programa brasileiro, que também possui resultados questionáveis, está no país desde a década de 90 e, a partir de 2019, o programa passou a ser instituído como lei no Estado de São Paulo.
Dessa forma, a Cannabis, que fora um dia um importante remédio nas farmacopéias oficiais do Brasil, passou a ser utilizado cada vez mais na clandestinidade, aprofundando a sua estigmatização como "planta perigosa que levaria ao crime a à loucura, característica das camadas mais subalternas, especialmente no recorte racial".
A medicina, por sua vez, teve relevante contribuição nessa narrativa com discursos racistas, como o do médico brasileiro João Rodrigues Dória, no início do século XX, que afirmou que "o uso da Cannabis seria uma característica 'maligna' dos negros, que transmitiam seu 'vício' aos brasileiros". Esse e outros discursos ajudaram na legitimação da ideia de inferioridade dos negros frente aos brancos, que, por sua vez, deu assisência no controle a esse povo, considerado "perigoso", já que não ganharam nenhuma reparação pelos séculos de escravização. A discussão em torno da maconha no Brasil, portanto, precisa passar por uma análise que vá à raiz do problema, que é racial.

A "Cannabis medicinal" e industrial e o PL 399

O termo "Cannabis medicinal", ou o uso medicinal da maconha, se refere aos medicamentos que têm por base duas substâncias extraídas da Cannabis sativa, o canabidiol (CBD) e o tetrahidrocanabinol (THC), além de outros canabinoides menos relevantes. A Anvisa permitiu, desde 2015, a importação de produtos que têm princípios ativos extraídos da planta, chegando até a autorizar por breve período e, depois, proibindo novamente a importação da Cannabis in natura. E, a partir de 2019, passou a permitir a venda nas farmácias de produtos elaborados com substâncias extraídas da Cannabis, o Mevatyl (um dos remédios em questão), que chega a custar até 2 mil reais em farmácias pelo país.
A Anvisa permite produtos elaborados até o limite máximo de concentração de 0,2% de THC, uma vez que essa substância é a principal responsável pelos efeitos psicoativos e esses efeitos só ocorrem em quantidades superiores a essa. Somente são autorizados produtos com teor de concentração de THC acima de 0,2% para pacientes em estados irreversíveis e terminais para cuidados paliativos. Segundo a Anvisa, até 28 de novembro de 2022, tinham sido aprovados 23 produtos de Cannabis, 14 à base do canabidiol e 9 à base de extratos da Cannabis sativa.
Todas essas aprovações foram feitas tendo por base a Resolução da Diretoria Colegiada

(RDC) nº 327, de 9 de dezembro de 2019 que dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, de produtos de Cannabis para fins medicinais e estabelece os requisitos para comercialização, prescrição, dispensação, monitoramento e fiscalização desses produtos. A Anvisa disponibiliza a consulta aos produtos de Cannabis aprovados no seu portal.
Estudos realizados com a Cannabis apresentam resultados no tratamento de várias doenças, como epilepsia, autismo, Alzheimer, Parkinson, dores crônicas e câncer, entre outras situações, segundo publicado na Agência Câmara de Notícias.
Mas o potencial da Cannabis é enorme, não se restringindo apenas ao uso medicinal. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis, "A Cannabis é matéria para mais de 5 mil produtos em 21 setores da economia". A fibra do cânhamo, variante da Cannabis sativa, pode ser utilizada nas indústrias têxtil, alimentícia, de combustível e da construção civil, em mais de 50 mil formas diferentes. Essa associação reúne empresas e técnicos que trabalham pelo desenvolvimento industrial, empresarial, de educação, pesquisa clínica e desenvolvimento de soluções em torno da Cannabis medicinal e do cânhamo industrial.
No Brasil, tramita, desde 2015, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 399, para incluir no artigo 2º, da "Lei de Drogas", o parágrafo 2º, cujo teor seria o seguinte: "Os medicamentos que contenham extratos, substratos, ou partes da planta denominada Cannabis sativa, ou substâncias canabinóides, poderão ser comercializados no território nacional, desde que exista comprovação de sua eficácia terapêutica, devidamente atestada mediante laudo médico para todos os casos de indicação de seu uso". O PL já passou por várias comissões, foram apresentados substitutivos e emendas e se encontra aguardando deliberação de recurso, apresentado pelo deputado Pastor Eurico, na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desde 17 de novembro de 2021, para, em seguida, ser encaminhado ao Senado Federal para apreciação.
Dentre os substitutivos apresentados e aprovados em 2021, um inclui a legalização do cultivo no Brasil da Cannabis sativa exclusivamente para fins medicinais, veterinários, científicos e industriais, desde que feito por pessoas jurídicas (empresas, associações de pacientes ou organizações não governamentais). De acordo com notícia veiculada pela Agência Câmara de Notícias, no dia 19 de setembro desse ano, foi pedido por parlamentares e convidados, em audiência realizada na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, que o Plenário da Casa vote o recurso ao substitutivo que se encontra parado desde 2021.
O debate foi proposto pela deputada Taliria Petrone (PSOL), que disse que "seis milhões de brasileiros poderão ser beneficiados no tratamento de diversos tipos de doenças em virtude do enorme potencial medicinal da Cannabis sativa". Presente na reunião, o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT-SP), aproveitou a ocasião para dar seu testemunho. Após receber o diagnóstico de Doença de Parkinson no final do ano passado, Suplicy iniciou tratamento com Cannabis medicinal, que é usado junto com o medicamento habitual para a doença.

Como o medicamento prescrito não é industrializado no Brasil, o deputado precisa importá-lo para realizar seu tratamento.
É importante lembrar que a democratização da Cannabis terapêutica em território nacional deveria perpassar, necessariamente, pelo auto cultivo e pelo envolvimento mais intenso das associações do que proposto pela PL 399/2015, segundo especialistas. Hoje, as associações são responsáveis pelo fornecimento mais barato dos remédios.
No entanto, ativistas insistem que o PL 399 é comparável à Lei que criminalizava o usuário do pito do pango, de modo que o grande capital pode cultivar, tratar e vender e o jovem negro e pobre continua sendo criminalizado.
Além disso, a proibição da planta atrapalha os pacientes medicinais, como a Dona Cleuza, que tratava legalmente (possuía Habeas Corpus para plantio) seu filho Samuel, e teve sua residência invadida pela polícia que foi respaldada com um mandato judicial, as plantas confiscadas e seu marido foi preso "preventivamente".

Guerra às drogas e encarceramento em massa

A Lei de Drogas (11.343/06), já mencionada, buscava romper com a pena de encarceramento aos usuários de drogas, diferenciando-os dos fornecedores, esses sim com punições que levariam à prisão. No entanto, ao não serem estabelecidos critérios objetivos quanto à quantidade de droga que classificaria uma pessoa usuária ou traficante, foi aberto margem para uma série de abusos de autoridade por parte dos agentes da lei.
Dessa forma, uma lei que parecia ter um caráter progressista, na realidade, fez com que houvesse um aumento do número de pessoas presas por tráfico, que tem cor e classe social. Segundo Rodrigo Murad do Prado, defensor público de Minas Gerais, "são raros os casos de pessoas de classe média ou ricas condenadas por tráfico. E por que isso acontece? Primeiro porque elas têm mais acesso a bons advogados. Depois, porque o policial não entra em um apartamento de classe média sem mandado judicial, mas muitos fazem isso na periferia".
O Brasil é o terceiro país com a maior população carcerária no mundo, somente atrás da China e dos Estados Unidos, em termos absolutos. Dados do final do ano passado relatam que há mais de 832 mil encarcerados no Brasil, e desse total 68,2% são negros, explicitando então que o encarceramento tem cor.
Além disso, um terço da população carcerária se encontra nas prisões por conta da Lei de Drogas, e esse tipo de encarceramento atinge as mulheres de forma desproporcional. Segundo dados da Secretaria de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), 54% das mulheres encarceradas se dão por motivos relacionados a drogas, enquanto a taxa cai para 27,65% em relação aos homens encarcerados.
De acordo com a jornalista Anita Krepp, a aplicação da Lei de Drogas do governo Lula ocasionou em um aumento de 70% da população carcerária, superlotando os presídios brasileiros, já que a sua capacidade máxima é de 596.162 vagas. Além do mais, cerca de 30% dos presos ainda não foram julgados.

A guerra às drogas no Brasil gera, então, diversas consequências sociais para a sua população. Enquanto há diversos problemas sociais que o país enfrenta, os custos aos cofres públicos da manutenção dessa guerra é de 15 bilhões de reais. Em uma guerra que não diminui o tráfico, e aumenta a violência nas ruas, com o alvo sendo corpos negros e periféricos.

É por isso que especialistas têm apontado que o caminho para o fim da guerra às drogas é a sua descriminalização, como o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, que defendeu que "o uso de drogas deve ser tratado como um problema de saúde pública e não como uma questão criminal".

Avaliações técnico-científicas interpretam, portanto, que estes argumentos são suficientes para se descriminalizar a Cannabis e seus derivados. Porém, a discussão no campo da política, muitas vezes, desqualifica as avaliações científicas, pois lida com a dimensão cultural que o tema alcança entre vários setores da população.

Para boa parte da população brasileira, os assuntos que cercam a maconha se resumem à propagação como ela poder levar ao vício (há discordância entre especialistas) e como utilizá-la financia o tráfico, mas se a substância vêm através do cultivo de uma planta que poderia ser feito em casa, não faz sentido falar que o usuário (necessariamente) financia o tráfico, afinal, se quem proíbe é o Estado, impedindo o usuário de realizar cultivo próprio, quem financia o tráfico, por consequência, é o proibicionismo.

Através da narrativa proibicionista exposta, presente nas ideias conservadoras sobre a questão da maconha, seja medicinal, industrial ou para uso recreativo, podemos avaliar, segundo especialistas, que o pânico sobre a planta é moral e não científico.

Afinal, possuímos drogas legalizadas muito mais danosas que a maconha, como o tabaco ou o próprio álcool, substâncias que representam, geralmente, o primeiro contato com as drogas, algumas pesquisas revelam que 80% dos jovens "visualizam cigarros quando vão à padaria, 70% quando vão ao supermercado, 37% na banca de jornal, 58% em bares, 38% em lojas de conveniência", está muito mais normalizado e presente na cultura e vida cotidiana brasileira e, pelo menos 71% dos jovens podem sentir vontade de fumar ao ver os cigarros expostos em vitrines ou prateleiras.

Contudo, o debate que está acontecendo sobre a legalização da maconha pelos poderes é bem mais complexo, levando em conta os desencadeamentos sociais da Lei de Drogas de 2006. A descriminalização do uso pode reduzir o estigma e, nesse sentido mais amplo que envolve o mercado medicinal e industrial, levar à uma potencial regulamentação e, a partir disso, à exportação da planta para o uso medicinal e industrial, como a de cânhamo para produção de cordas, plástico, tecido, tijolos, carros e, inclusive, combustível. Esse novo cenário também pode abrir novas oportunidades para deixar as economias da região mais verdes, já que esses materiais, em sua maioria, causam impacto ambiental reduzido e as plantas são fixadoras de carbono.

Nobel e América Latina: um exame das lacunas de representatividade

19 de outubro de 2023

Por Bruno Fabricio Alcebino da Silva e Gabriel de Mello Rodrigues

O Prêmio Nobel é, inegavelmente, uma das honrarias mais prestigiosas e reconhecidas globalmente, abrangendo áreas que vão desde as ciências físicas até a literatura e a paz. Entretanto, quando examinamos a representação na América Latina, uma disparidade vem à tona. Entre 1901 e 2023, 965 pessoas foram laureadas. Dessas, apenas 17 são latinoamericanos. A região, com sua riqueza cultural e potencial diversificado, é sub-representada nas premiações.

DE ACORDO COM O SITE OFICIAL DO PRÊMIO NOBEL, 965 indivíduos e 27 organizações foram premiadas entre 1901 e 2023, com alguns recebendo o prêmio mais de uma vez. Os prêmios podem ser contabilizados para mais de um país por vencedor, considerando as trajetórias e as nacionalidades dos indivíduos. Os Estados Unidos é o país com o maior número de premiações, acumulando sozinho 400 prêmios, quase metade do total das distinções até hoje outorgadas. Seguido pelo Reino Unido com 137, Alemanha com 111 e França com 71. Apesar dos EUA terem sozinhos a maior fatia por país, quando agrupados por continente é a Europa que acumula o maior número de premiados. Seguida pela América do Norte. Juntos, os dois continentes representam quase a totalidade das premiações. A América Latina é notavelmente sub-representada no cenário dos vencedores do Prêmio Nobel, com apenas 17 laureados até o momento. É importante observar que, mesmo entre esses laureados, alguns possuíam dupla nacionalidade, e a maioria deles havia realizado parte significativa de seus estudos e pesquisas em universidades europeias e estadunidenses. Esses fatos destacam um fenômeno marcante que reforça a hegemonia de países centrais na premiação do Nobel. Isso

significa 1.7% dos prêmios. A disparidade não é apenas geográfica. Até 2023, mulheres foram laureadas 65 vezes, representando 6.5% dos prêmios. Apenas 17 dos distinguidos eram pretos e 4 eram mulheres pretas, representando, respectivamente, 1.7% e 0.4% dos prêmios. Marie Curie foi a única mulher laureada duas vezes e a omissão da Dra. Rosalind Franklin é até considerada emblemática.

Alguns analistas e ex-membros dos comitês do Nobel argumentam direta ou indiretamente que essa disparidade significaria apenas um resultado das tendências do passado a serem superadas conforme o mundo caminha para uma maior inclusão, e não uma tendência do prêmio ou dos comitês, supostamente imparciais e meritocráticos por excelência. Embora exista alguma verdade nesse raciocínio, é importante apontar que na realidade ambas as coisas caminham juntas. O Prêmio Nobel e seus comitês representam apenas mais um espaço no qual essas tendências precisam ser combatidas na sociedade. O eurocentrismo, o racismo e o sexismo se reproduzem em suas premiações, em seu processo deliberativo e na própria composição de seus comitês.

Não conceder a Mahatma Gandhi um Nobel da Paz é considerado por muitos uma das maiores omissões do prêmio, inclusive pelo ex-diretor do Instituto Nobel, Geir Lundestad. Segundo ele, apesar de pré-selecionado cinco vezes, as visões eurocêntricas do Comitê não permitiram apreciar seu esforço pela libertação da colônia.

Em 1973, o Nobel da Paz foi concedido a Henry Kissinger e Le Duc Tho "por terem negociado conjuntamente um cessar-fogo no Vietnã em 1973", levando à renúncia de dois dos cinco membros do Comitê e uma reação de choque ao redor do mundo.

Segundo Olav Njolstad, atual diretor do Instituto Nobel, as deliberações recentemente desclassificadas do comitê sugerem que a expectativa com o prêmio era a de incentivar uma paz duradoura. Era evidente, no entanto, que o frágil acordo se tratava de uma mera trégua para que os EUA retirassem suas tropas do Vietnã, com o crescimento do sentimento anti-guerra interno. Kissinger foi particularmente criticado por ter ordenado o bombardeamento massivo de Hanói durante as negociações como forma de aumentar a pressão sobre o acordo, por sua conduta durante o conflito que levou a expansão da guerra pela região e por seu apoio ao golpe de Augusto Pinochet no Chile contra o presidente democraticamente eleito, Salvador Allende. Le Duc Tho recusou o prêmio e Kissinger não atendeu a cerimônia por medo dos protestos. Em 1975, com a queda de Saigon, Kissinger tentou devolver seu prêmio, porém o Instituto não aceita devoluções ou derruba/apaga laureados.

Em 2012, o Nobel da Paz foi concedido para a União Europeia (UE) "por ter contribuído por mais de seis décadas para o avanço da paz e da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa". Na época, porém, a UE lidava com a severa crise da dívida na Grécia. Mais importante do que isso, vários países da UE são grandes fabricantes de armas. As quais encontram seu caminho, por uma via ou pela outra, para vários conflitos ao redor do mundo. Vários desses países também são conhecidos por suas práticas, acordos, imposições e intervenções problemáticas em países da África e do Oriente Médio.

Em 2009, o presidente Obama recebeu o Nobel da Paz "pelos seus esforços extraordinários para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos". As críticas acusavam a nomeação de ser politicamente motivada e prematura, Obama tinha apenas nove meses de governo do seu primeiro mandato. Dúvidas sobre a decisão também foram levantadas com o envolvimento de sua administração no bombardeamento ou nas guerras do Iraque, Afeganistão, Paquistão, Líbia, Iêmen, Síria e Somália. Apesar de aceitar o Nobel, o próprio Obama disse que se sentiu surpreso com a decisão e que não se considerava digno do prêmio. Alguns críticos, como Brian Becker, então coordenador nacional da coalizão A.N.S.W.E.R (Act Now to Stop War and End Racism), argumentavam que o Nobel representava uma rejeição simbólica do governo anterior de George W. Bush. Ex-secretário do Comitê Norueguês do Nobel e ex-diretor do Instituto Nobel, Geir Lundestad, escreveu em sua coleção de memórias Secretary of Peace em 2015 que o Comitê acreditou que a premiação ajudaria a fortalecer o governo de Obama que enfrentava as tensões resultantes da crise de 2008, o que acabou sendo um erro.

A valorização e o investimento no talento da América Latina são essenciais para alcançar o real potencial do continente e ocupar este espaço de prestígio e visibilidade internacional. Porém, a baixa representatividade no Nobel não se explica por uma ausência de talento ou de contribuições significativas para a humanidade na região. Qualquer esforço para derrubar as barreiras sistêmicas na região deve vir também acompanhado da derrubada das barreiras sistêmicas nas nomeações e deliberações. Uma maior democratização, transparência, inclusividade e credibilidade são vitais.

A sub-representação de latino-americanos em prêmios de prestígio, como o Nobel, expressa complexidades históricas e desafios contemporâneos. A região é dotada de talento e potencial, mas as disparidades sociais e econômicas, juntamente com as limitações no acesso a recursos e oportunidades, muitas vezes tornam difícil para os latino-americanos competirem em pé de igualdade com outras partes do mundo.

Portanto, a análise crítica da relação entre o poder e a representação na concessão de prêmios internacionais, como o Nobel, deve considerar não apenas as realizações individuais, mas também o contexto geopolítico e as barreiras sociais e econômicas que muitas vezes atuam como obstáculos à visibilidade e reconhecimento das conquistas latino-americanas. A busca por uma representação mais justa e igualitária é essencial para promover a diversidade de vozes e talentos em escala global.

Mulheres são minoria

O Nobel reconhece realizações notáveis em campos que abrangem o conhecimento humano. Em 2023, o Prêmio de Física foi concedido a três pesquisadores que desenvolveram métodos experimentais para investigar a dinâmica dos elétrons. Pierre Agostini, da Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, Ferenc Krausz, do Instituto Max Planck para Ótica Quântica e da Universidade Ludwig-Maximilians de Munique, na Alemanha, e Anne L'Huillier, da Univer-

sidade de Lund, na Suécia, receberam essa honraria. Esses experimentos têm o potencial de criar pulsos de luz extremamente curtos, que podem ser usados para estudar os processos rápidos nos quais os elétrons movem ou modificam sua energia.
A inclusão de Anne L'Huillier nesse seleto grupo salta à vista, uma vez que ela é apenas a quinta mulher a receber o Nobel de Física em 122 anos. Neste ano, o Prêmio Nobel de Medicina foi entregue à pesquisadora húngara Katalin Kariko e seu colega americano Drew Weissman, que desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento de vacinas de RNA mensageiro (mRNA), fundamentais para combater a pandemia de COVID-19. Suas contribuições revolucionárias tiveram um impacto global imediato e demonstram como a pesquisa científica pode ter um impacto direto na vida das pessoas.
No entanto, a América Latina não é devidamente representada nessas distinções. A região tem uma história rica e complexa, com lutas por independência, superação de obstáculos econômicos e sociais, e avanços notáveis em diversas áreas, da ciência à literatura.
A sub-representação de latino-americanos em prêmios de prestígio, como o Nobel, é uma questão que transcende a ciência e a cultura. Ela levanta a necessidade de abordar as disparidades no reconhecimento internacional e promover uma representação mais justa das contribuições da América Latina para o mundo.

A disparidade nas premiações

No campo científico, onde avanços significativos são realizados em universidades e laboratórios latino-americanos, os laureados do continente são numericamente pequenos em relação à sua contribuição (ver tabela 1). Embora alguns nomes notáveis tenham conquistado o Prêmio Nobel, como Luis F. Leloir e Bernardo Alberto Houssay, ambos médicos e fisiologistas argentinos, a América Latina está longe de receber o reconhecimento que merece em disciplinas científicas.
As disparidades na premiação são particularmente sentidas nas categorias de Física e Economia (ver tabela 1). Na categoria de Economia, embora o Prêmio Nobel de Economia tenha sido instituído relativamente recente, em 1969, também não há nenhum laureado, destacando a falta de reconhecimento para as contribuições econômicas da região, que contou com grandes economistas como Celso Furtado e Raúl Prebisch, dentre outros especialistas.

A poderosa expressão literária e a defesa pela paz

Entretanto, é nas categorias de Literatura e Paz que a América Latina conquistou reconhecimento. Autores como Gabriel García Márquez, Pablo Neruda, Octavio Paz e Mario Vargas Llosa elevaram a literatura latino-americana a novos patamares e levaram suas vozes a públicos globais.
A literatura da América Latina é conhecida por sua profundidade, originalidade e compromisso com a exploração das complexidades da condição humana e da história regional. O realismo mágico, um gênero literário em que elementos mágicos e fantásticos são entrelaça-

dos com a realidade cotidiana, é um exemplo notável de uma contribuição única da literatura latino-americana para o mundo. O reconhecimento de autores latino-americanos com o Prêmio Nobel de Literatura destaca a influência significativa da região no cenário literário mundial.

Na categoria da Paz, figuras como Rigoberta Menchú, Adolfo Pérez Esquivel, Óscar Arias Sánchez e Juan Manuel Santos contribuíram significativamente para a busca de soluções pacíficas em tempos conturbados.

A utilização do poder nas premiações

Gabriel García Márquez, em seu discurso "A solidão da América Latina", oferece uma perspectiva crítica sobre o uso do Nobel como instrumento de poder por parte das grandes potências mundiais. Ele argumenta que tais prêmios são frequentemente associados a nações do Hemisfério Norte, reforçando a ideia de superioridade e liderança no cenário global, contribuindo para a perpetuação de disparidades na representação das regiões e subestima o potencial de latino-americanos nas áreas científicas e econômicas.

Em seu livro "The Nobel Prize: A History of Genius, Controversy, and Prestige", o professor Peter D. Stachura, explora a história do Prêmio e os desafios relacionados à equidade e representação geográfica. Ele destaca que a distribuição dos prêmios nem sempre expressaa verdadeira extensão das realizações científicas e culturais em todo o mundo, mas focam nos países centrais.

É importante examinar as premiações de forma crítica, considerando não apenas as realizações individuais, mas também os fatores geopolíticos e o uso do poder que podem influenciar sua distribuição.

Diante do prestígio e visibilidade do prêmio, o Nobel efetivamente atua na definição de padrões mundiais de liderança. Os quais afirmam, um mundo marcado pelas relações centro-periferia e por fenômenos como a colonização, a neocolonização, o racismo e o sexismo.

Os comitês do Nobel já foram acusados de subjetividade ou meritocracia duvidosa em seus critérios de escolha. Enquanto outras críticas acusam diretamente os comitês de falta de transparência e motivação política.

A instituição responsável pelo Prêmio Nobel da Paz é o Comitê Nobel Norueguês, composto por cinco membros escolhidos pelo parlamento norueguês. A Fundação Nobel proíbe a divulgação de informações sobre as nomeações e o processo de deliberação pelo prazo de 50 anos após a escolha de um laureado. Para que uma nomeação ao Nobel da Paz seja considerada válida é necessário que seja submetida por chefes de Estado, membros de assembleias ou governos nacionais, membros de certas organizações internacionais, professores e reitores (ou equivalente) universitários, membros, ex-membros ou conselheiros do Comitê Norueguês do Nobel ou indivíduos e organizações previamente laureados.

Os críticos consideram o Nobel de Literatura como o mais controverso dos prêmios. Embora algumas controvérsias relevantes e simbólicas para os argumentos levantados possam

ser retirados do Nobel da Paz. Uma delas diz respeito à própria criação do prêmio por um fabricante sueco de armamentos e inventor da dinamite que acumulou sua riqueza baseado na exploração da guerra e de conflitos.

A campanha de Lula para o Nobel

Em 2018, Adolfo Pérez Esquivel, ativista argentino de direitos humanos e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1980, encabeçou uma campanha pela nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a mesma categoria. Segundo Esquivel, as ações de Lula enquanto presidente em seus dois primeiros mandatos representam um caso incomparável no mundo. O argentino invoca o conceito de paz positiva, no qual ela é entendida através de noções como as de justiça social e violência estrutural, para além da mera ausência da violência direta, para justificar a necessidade de reconhecer as ações sem precedentes no combate, através de políticas públicas, a fome e a pobreza em um dos países mais desiguais do mundo. Em 2019, a União Geral Tunisiana do Trabalho (UGTT), uma das organizações vencedoras do prêmio em 2015, confirmou apoio à candidatura. Segundo Esquivel, também foi o ano em que ele enviou sua nomeação ao comitê.

Em seu manifesto enviado ao comitê julgador, Esquivel destaca uma série de dados para pautar seus argumentos, como a redução de quase 50% do desemprego, segundo o IBGE, a melhora no coeficiente de Gini brasileiro entre 2003 e 2014, segundo o IPEA, e a melhora no IDH brasileiro devido a programas de educação e saúde pública desenvolvidos pelo PNUD que aumentaram a renda média anual, a expectativa de vida e as taxas de escolaridade.

Lula não foi laureado. Apesar disso, ainda se fala em sua nomeação ao prêmio. Sua atividade internacional no terceiro mandato persegue e promove a paz e questões ambientais. Mas o cenário internacional complexo dificulta o pragmatismo e a equidistância. O não apoio irrestrito à Ucrânia e a OTAN são facilmente tachados como posições antidemocráticas ou belicistas e dificultam certas costuras diplomáticas.

A busca por uma nova realidade

García Márquez, encerra seu discurso em 1982 com uma mensagem de esperança, destacando que a América Latina é uma região repleta de possibilidades. Ele desafia a visão tradicional que marginaliza a região, defendendo a criação de uma nova realidade em que a igualdade, a justiça social e uma vida digna sejam o foco. O escritor latino acreditava que a América Latina tem o potencial de criar uma nova utopia, onde todos possam desfrutar da vida com dignidade.

As palavras do colombiano traduzem um desejo compartilhado por muitos na América Latina de superar as desigualdades e desafios persistentes. Vários acadêmicos e ativistas na região argumentam que o reconhecimento equitativo nas premiações internacionais, bem como o investimento em educação e pesquisa, são cruciais para desbloquear o potencial latente da América Latina.

Desafiar a disparidade nas premiações

A disparidade nas premiações reflete a desigualdade global de poder e reconhecimento que tem suas raízes na história de exploração, dominação e marginalização das nações latino-americanas. Gabriel García Márquez, com suas palavras inspiradoras, nos lembra que a América Latina não deve ser definida pela sua solidão, mas sim pelo seu potencial de criar uma nova realidade onde a igualdade, a justiça e a vida digna sejam prioridades.

É uma chamada para desafiar a desigualdade nas premiações e criar um mundo mais inclusivo e justo, onde todos possam contribuir igualmente para a construção de um futuro melhor. É um apelo para que o mundo reconheça e celebre as contribuições únicas da América Latina em todas as áreas do conhecimento e da cultura.

Tabela 1 - Laureados latino-americanos do Prêmio Nobel

Categoria	**Ano**	**Laureado**	**País**
Química	1970	Luis F. Leloir	Argentina
	1995	Mario J. Molina	México
Literatura	1945	Gabriela Mistral	Chile
	1967	Miguel Ángel Astúrias	Guatemala
	1971	Pablo Neruda	Chile
	1982	Gabriel Garcia Marquez	Colômbia
	1990	Octavio Paz	México
	2010	Mario Vargas Llosa	Peru/ Espanha
Paz	1936	Carlos Saavedra Lamas	Argentina
	1980	Adolfo Pérez Esquivel	Argentina
	1982	Alfonso García Robles	México
	1987	Óscar Arias Sánchez	Costa Rica
	1992	Rigoberta Menchú	Guatemala
	2016	Juan Manuel Santos	Colômbia
Fisiologia ou Medicina	1947	Bernardo Alberto Houssay	Argentina
	1980	Baruj Benacerraf	Venezuela/ EUA
	1984	César Milstein	Argentina/ Reino Unido

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Nobel Price.

A análise da tabela anterior nos revela um panorama dos laureados latino-americanos, distribuídos por diferentes categorias. Embora tenhamos testemunhado conquistas notáveis por parte desses personagens, é imperativo reconhecer que a representação latino-americana nesse cenário é, em grande medida, desigual e limitada em comparação com outras regiões do mundo. Vamos explorar alguns pontos-chave à luz dos dados apresentados.
A América Latina demonstra um desempenho notável na categoria de Literatura e da Paz, com um total de seis e quatro laureados respectivamente.
No entanto, quando voltamos nosso olhar para as categorias científicas, como Química e Fisiologia ou Medicina, a representação continental é limitada. Embora tenhamos notáveis exemplos, como Luis F. Leloir e Bernardo Alberto Houssay, a contribuição da região para o cenário científico global é sub-reconhecida. Essa disparidade sugere a presença de barreiras sistemáticas que impedem o reconhecimento do potencial científico latino-americano.
Embora alguns latino-americanos tenham alcançado destaque no cenário global e recebido o Prêmio Nobel, a região enfrenta desafios substanciais na busca por igualdade de oportunidades e reconhecimento. Corrigir essa disparidade requer um compromisso contínuo com a promoção da inclusão, a superação de barreiras e a celebração das conquistas dos latino-americanos em todas as esferas, a fim de garantir que o potencial dessa região seja devidamente reconhecido e valorizado em todo o mundo.

Referências

Banco Mundial (2020). América Latina e Caribe: Dados do Desenvolvimento Mundial. Banco Mundial.
Colistete, R. P. (2017). Latin American Economic Historiography and the Role of Economic History in Latin America. In R. P. Colistete, G. C. Furtado, & E. Fonseca (Eds.), Economic History in Latin America (pp. 3-25). Palgrave Macmillan.
Conaghan, C. M., & Malloy, J. M. (1994). Unsettling Statecraft: Democracy and Neoliberalism in the Central Andes. University of Pittsburgh Press.
García Márquez, G. (1982). A solidão da América Latina. Discurso Nobel. Disponível em [Nobel Prize - Gabriel García Márquez](https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/).
Stachura, P. D. (2015). The Nobel Prize: A History of Genius, Controversy, and Prestige. Rowman & Littlefield.

Visões de futuro

A contra-reforma e a persistência da extrema direita

30 de maio de 2023

Por Ana Beatriz Aquino, Audrey Andrade Gomes,
Felipe Teixeira da Silva, Gustavo Mendes de Almeida,
Henrique Mario de Souza e Laura do Espírito Santo Silva

As disputas eleitorais de 2023 na América Latina apresentaram vitórias de setores progressistas em alguns países, levantando debates sobre uma possível nova "onda rosa". Entretanto, neste mesmo período, apesar de uma série de derrotas nos pleitos, a extrema-direita passou a ganhar espaço, seguindo uma tendência que já se materializou na Europa e nos EUA, e que pode se traduzir em êxitos mais robustos também no continente.

O CENÁRIO DE CRISE SOCIOECONÔMICA E DESESPERANÇA POPULAR tem se mostrado ambiente propício para a propagação de movimentos da extrema direita, com discursos salvacionistas, preconceituosos e falsos. Neste quadro, são colocadas em prática políticas de exclusão de setores vulneráveis da população (pessoas negras, mulheres, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+, entre outros) para consolidar apoio de outras camadas sociais. A exaltação nacionalista e a criação imaginária de um inimigo comum – o comunismo, o gramscismo ou o globalismo – se colocam como instrumentos complementares que amarram num corpo ainda maior os fiéis apoiadores de ideias extremistas. Assim, a ultradireita passa a se articular de maneira mais ousada, não mais escondida em pequenas células, mas capturando parcelas dos aparelhos de Estado. Um importante ponto de virada se dá a partir da eleição de Donald Trump nos EUA, em 2016.

Uma das principais pautas levantadas por Trump foi a questão migratória. Diante de um número crescente de estrangeiros irregulares adentrando os EUA por sua fronteira sul, o republicano levantou questões econômicas e de segurança para reafirmar um nacionalismo xenófobo e prometer fazer uma América grande novamente. A frase do slogan traz agora um objeto direto: "Make America great again for us" de claro viés excludente.
O comando da potência hegemônica nas mãos de Trump, acompanhado de um nacionalismo exacerbado e da plena prevalência do capital financeiro, faz com que tais concepções, adormecidos na política institucional, despertassem e se espalhassem para outras regiões do planeta, ganhando especial abrigo na Europa.
Em 2017, a eleição parlamentar alemã daria indícios de um movimento que logo adentraria o resto do continente: com uma agenda anti-imigratória e contornos neonazistas, o partido de extrema direita Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha) ganhou 12% dos assentos no Bundestag [parlamento], ficando atrás apenas da Democracia Cristã e do Partido Social-Democrata, os mais tradicionais do país. Desde então, movimentos similares ocorreram em outros países, como o gradual crescimento de Marine Le Pen na França entre os pleitos de 2012, 2017 e 2022, o fortalecimento de partidos como o VOX na Espanha – que praticamente dobrou sua votação no pleito municipal de 28 de maio – e o Chega! em Portugal, além da ascensão de figuras como Giorgia Meloni e Matteo Salvini na Itália – atual primeira-ministra e vice-primeiro-ministro, respectivamente. Na porção oriental do continente, a Hungria de Viktor Orbán e o governo de Andrzej Duda na Polônia são outras demonstrações da força da ultradireita no atual contexto.
As vozes extremistas europeias e americanas ecoaram e chegaram à América do Sul, materializada pela proximidade entre Donald Trump e os partidos da ultradireita europeia com a família Bolsonaro. Neste contexto, podemos colocar o ex-presidente brasileiro como um catalisador do radicalismo conservador na região ao longo de seu mandato, servindo de inspiração para figuras que combatem tanto a esquerda quanto a direita tradicional, como Javier Milei (Argentina), Rodolfo Hernández (Colômbia), Paraguayo Cubas (Paraguai), Keiko Fujimori (Peru) e José Antonio Kast (Chile). É bem possível que a crise econômica e social, potencializada por três anos de pandemia e pelos impactos da guerra na Ucrânia, tenha aberto terreno fértil para a propagação dos ideais da extrema direita na região.

O fascismo neoliberal

A ofensiva da extrema direita no continente lançou mão de discursos patrióticos, apelos religiosos e uso extensivo das redes sociais. A internet se tornou o campo de batalha de campanhas que primam pela difusão de notícias falsas, evidenciando o declínio do tradicional marketing político. Além disso, o levante reacionário observado entre 2015-2022 ainda não foi superado em alguns Estados. Profundas mudanças institucionais alteraram ou privatizaram parcelas importantes do aparelho de Estado, reduzindo o raio de ação dos poderes eleitos em favor de interesses privados. Em meio a tais tendências, os presidentes que se

declaram progressistas têm se afastado cada vez mais de suas promessas de campanha e das necessidades do seu eleitorado. Em alguns casos, a legitimidade de governos reformistas perdem força e a cena política é tomada por exigências da oposição. É o caso do Chile e possivelmente do Brasil. Na Bolívia, a gestão de Arce se distancia das propostas que o elegeram. Apesar de ser um antigo aliado de Evo Morales – um dos representantes da dita "Onda Rosa" latino-americana que se iniciou no final da década de 1990 -, representa, hoje, um motivo para a cisão do MAS (Movimento ao Socialismo), partido do qual os dois fazem parte.

A ascensão extremista no Brasil

É possível que as manifestações de junho de 2013 no Brasil tenham criado o "caldo de cultura" para a emergência de uma extrema direita com força de massas. Protestos que se iniciaram contra o aumento nos preços de transporte coletivo logo passaram a exigir melhores serviços públicos. Diante da hesitação política que acometeu administrações do PT na capital de São Paulo e no plano federal, setores extremistas até então com pouca expressão passaram a disputar as ruas.

Em seu livro Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual, a antropóloga brasileira Rosana Pinheiro-Machado (2019) afirma que essas manifestações "foram as maiores marchas da história do país. Com variações locais, as multidões reivindicavam melhores bens públicos e se colocavam contra os abusos corporativos e a violência de Estado praticada em função da Copa do Mundo que aconteceria em 2014. Os protestos, em última instância, eram por mais democracia e contra o neoliberalismo".

Contudo, existiu um processo de instrumentalização das mobilizações sociais pela extrema direita em ascensão no país, que contou com "um arsenal de recursos financeiros e tecnológicos muitas vezes inescrupulosos, como a máquina de fake news da Cambridge Analytica, empresa de Steve Bannon" (PINHEIRO-MACHADO, 2019), e que fazem com que a revolta popular se torne uma ferramenta importante nessa disputa.

Três eventos marcaram a conjuntura brasileira nos anos seguintes. A operação Lava Jato, verdadeiro tribunal de inquisição contra o Partido dos Trabalhadores, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Lula, favorito para o pleito de 2018, marcaram o domínio de uma nova modalidade de fascismo no país.

Em 2018, a vitória da extrema direita no Brasil se concretiza com a eleição de Jair Bolsonaro (na época, membro do PSL), em uma campanha marcada pelo discurso de ódio e pela polarização política. Como consequência desse processo, o país vivenciou quatro anos de constantes retrocessos, além de ter promovido um isolamento diplomático, fazendo com que o país fosse visto como "pária internacional". Mesmo com a derrota eleitoral em 2022, após uma acirrada disputa com Lula (PT), que venceu as eleições com 50,83% dos votos contra 49,17% de Bolsonaro, a ultradireita permanece como força política importante no país. O atual partido de Bolsonaro, o Partido Liberal (PL) possui o maior número de cadeiras na Câmara e no Senado, abrigando 4 dos 5 deputados federais mais votados nas eleições de 2022.

O Bolsonaro portenho: respostas simples para problemas complexos

O ano de 2023 marca o último do mandato de Alberto Fernández, e novas eleições ocorrerão em outubro, em um cenário completamente nebuloso. O atual presidente já anunciou que não concorrerá à reeleição, e figuras como a atual vice-presidente, Cristina Kirchner, e o ex-presidente Maurício Macri, também já destacaram que estarão fora da corrida pela Casa Rosada. Em meio a uma situação caótica, causada pelo aprofundamento da crise econômica que assola o país, são grandes as incertezas.

Neste momento, Daniel Scioli, embaixador da Argentina no Brasil e vice-presidente de Néstor Kirchner (2003-2007); Sérgio Massa, o super-ministro da economia; e Eduardo "Wado" De Pedro, atual ministro do interior, são os principais nomes levantados pela coalizão governista.

Já a oposição, apadrinhada por Macri, tem em Horacio Larreta, prefeito de Buenos Aires a partir de 2015, e Patricia Bullrich, ex-ministra da segurança, são as figuras que devem disputar a indicação final pela coligação Juntos por El Cambio. Entretanto, para além desse enfrentamento entre kirchneristas e macristas, um personagem peculiar vem ganhando destaque: Javier Milei, deputado federal pela coalizão La Libertad Avanza. Milei tem se colocado como um candidato anti establishment, tecendo críticas tanto à situação quanto à oposição. Com propostas radicais, como a extinção do Banco Central e a dolarização da economia argentina, se coloca como um anarcocapitalista. Sua boa colocação em levantamentos como o feito pelo Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG) no início de maio, demonstram que a ultradireita pode avançar. Uma enorme parcela insatisfeita da população pode trazer surpresas em poucos meses. Em geral, uma das características da extrema direita é propor respostas simples para problemas complexos, o que poderia agravar ainda mais a situação argentina.

Javier Milei, 52 anos, foi o terceiro deputado federal mais votado na eleição de 2021. Ferrenho crítico do economista inglês John Maynard Keynes, é admirador de Jair Bolsonaro e Donald Trump, além de ser próximo ao Vox, partido espanhol de extrema direita. Milei apresenta posicionamentos um tanto quanto controversos, que vai desde proposta de venda de órgãos humanos, até a contrariedade ao direito ao aborto, mesmo em casos de estupro, e a criação de uma livre comercialização de bebês. Javier Milei defende também a liberalização do porte de armas, a eliminação das obras públicas e o fim da obrigatoriedade do ensino primário e secundário. O candidato vem ganhando força principalmente entre o eleitorado com menos de 30 anos.

Hiperinflação, uma exponencial dívida com o FMI e a confusão promovida pela forte presença do dólar em conjunto com o peso argentino, dão os contornos de uma crise sem saída no curto prazo. A renegociação da dívida, a redução da inflação, o crescimento econômico e o reajuste salarial eram os principais focos de Fernández em matéria econômica. No entanto, um contexto difícil, amalgamando a herança maldita deixada por Macri, a pandemia de co-

vid-19, a guerra na Ucrânia e uma seca histórica em 2023 fizeram com que o atual presidente tivesse dificuldades para realizar seus projetos.
Situações de desesperança e desencanto criam terreno fértil para propostas messiânicas, e fazem com que um aventureiro como Milei, que há pouco nem seria cogitado, ganhe importância para a disputa presidencial.

Herdeiros de Pinochet e a nova constituinte

No Chile, tudo indica que uma onda progressista ocorrida em 2020-21 se reverteu com uma vitória da extrema direita na eleição constituinte de 5 de maio. Partidários de José Antonio Kast, que perdeu a disputa presidencial para Gabriel Boric, há um ano e meio, conquistaram, juntamente com a direita, 33 assentos em 51 na elaboração da nova Carta. O que os permitiriam aprovar qualquer proposta.
É uma situação grave, do ponto de vista democrático. O governo perde a capacidade de iniciativa e de definição da pauta nacional. Ocorre uma reversão da tendência de giro à esquerda manifestada em três oportunidades entre 2020-21: o plebiscito para a convocação original da convenção constituinte, a eleição dos delegados e a vitória de Gabriel Boric à presidência.
Boric constituiu um governo ambíguo internamente e alinhado a Washington no plano internacional. Eleito no impulso das movimentações populares de 2019-20, não conseguiu corresponder às enormes expectativas sociais por mudanças. Isso se deu em especial por seu apego às políticas de austeridade fiscal
O governo nunca teve o controle pleno do aparato de segurança estatal e demorou quatro meses após a posse para apresentar medidas que melhorassem a vida do povo de forma imediata. A queda de popularidade foi acentuada ao longo de um ano de mandato.
Sua maior derrota se deu no plebiscito para a aprovação do anteprojeto de Constituição, em setembro de 2022. Sem comando claro – apesar dos setores progressistas contarem com 117 lugares em um total de 155 convencionais – os integrantes aprovaram medidas que deram argumentos para uma pesada campanha conservadora, repleta de fake news. Entre elas estava a introdução do direito ao aborto na Carta Magna – algo inexistente em qualquer outro país – e a defesa de um Estado plurinacional. Não se contesta aqui a justeza ou não dos dois pontos, mas a forma como foram apresentados.
A nova Constituição já chega com seu pré-projeto pronto: uma comissão de 24 "especialistas", indicada pela direção do Legislativo, de maioria conservadora, traçou as balizas para os cinco meses de prazo acordados para a apresentação da forma final da lei maior. Além disso, um comitê técnico de admissibilidade composto por 14 pessoas juristas indicados pelo Senado tratarão de aparar arestas nas normas a serem debatidas.
O país que por dezessete anos foi governado por uma ditadura sanguinária de extrema direita (1973-1989), hoje se encontra em um dilema, após os desdobramentos das eleições parlamentares de 2021 e do plebiscito constitucional reprovado em 2022. Em 2021, Gabriel Boric foi eleito presidente, o mais à esquerda desde o retorno da democracia no país. Em

contrapartida, seu principal adversário no pleito, José Antonio Kast, além de ter maiores percentuais no primeiro turno, também foi, historicamente, o candidato de extrema direita mais votado no período democrático pós-ditadura Pinochet.

A base de apoio de Kast é dada pelo Partido Republicano, fundado por ele mesmo em 2019, composto por conservadores e vertentes do cristianismo. O Partido Republicano emerge como força principal, assumindo papel de destaque na esfera pública. Sua ascensão se dá em meio a uma conjuntura desafiadora, devido a crise de imigração, inflação e a crise de segurança que o país enfrenta. Esses fatores têm contribuído para que os republicanos conquistem uma parcela significativa do apoio popular, encontrando naqueles que veem nas promessas de segurança e ordem uma resposta aos desafios prementes.

O governo Boric não passa por um bom momento, com baixa popularidade e um complicado cenário econômico, o atual presidente do Chile ainda não conseguiu responder aos anseios da população. Neste momento, o Chile se vê em um paradoxo, afinal, está nas mãos dos herdeiros de Pinochet a caneta que substituirá seu texto, e que consequentemente, não será capaz de empregar as medidas levantadas pela população nas manifestações de 2019.

Embates acalorados

Gustavo Petro, presidente eleito da Colômbia em junho de 2022 por uma coalizão progressista, mudou subitamente seu ministério no final de abril. Diante de votos contrários no Legislativo a projetos oficiais por parte de agremiações que participam do governo, o mandatário virou a mesa. Pediu a renúncia de todos os ministros e trocou sete titulares. A lista inclui José Antonio Ocampo, ex-professor na Universidade de Colúmbia e uma espécie de fiador do governo junto ao mercado internacional. Entre as reformas, a mais sensível é a do sistema de saúde, que visa eliminar intermediários privados nas redes públicas de pronto-atendimento. Petro coloca seu mandato em risco, numa disputa de poder entre o Estado e grandes interesses privados. Caso saia vitorioso, mostrará interna e externamente que o enfrentamento vale a pena. Sua taxa de aprovação caiu de 40% em fevereiro para 35% na metade de abril, segundo o instituto Invanmer. A maioria parlamentar anterior reduziu-se a cerca de 20% nas duas casas legislativas.

Petro "chutou o balde" diante de obstáculos semelhantes que ameaçam a nova safra reformista de governantes sulamericanos, eleita a partir de 2019. Os constrangimentos são representados por ameaças da direita e da extrema direita, por reformas regressivas e privatizantes e pela queda acentuada da qualidade de vida da população, após três anos de pandemia e de efeitos da guerra na Ucrânia.

A Colômbia, juntamente com a Venezuela, é o único país sulamericano que não atravessou períodos de ditaduras militares nos anos 1960-80. No entanto, a extrema brutalidade de governos pretensamente democráticos deram lugar a uma oposição armada e também violenta, materializada em grupos de guerrilha rural. A partir dos anos 2000, a extrema direita personalizada em Alvaro Uribe chega ao poder decidida a eliminar a guerrilha sem medir a exten-

são da própria violência. O uribismo se tornou sinônimo do radicalismo de direita no país. Uribe foi acusado de violações de direitos humanos e o uribismo manteve-se no poder até 2022. Após uma profunda crise econômica, a centro-esquerda chega ao poder.
Atualmente, a Colômbia é governada pelo primeiro presidente de esquerda do país, Gustavo Petro, um ex-guerrilheiro do M-19. Petro foi eleito no segundo turno, com 50,44% dos votos, em uma disputa acirrada contra o candidato Rodolfo Hernández. Com um discurso conservador e abertamente admirador de Adolf Hitler, Hernandez representa a extrema direita colombiana. Essa eleição foi considerada a mais violenta até então, pois diferentemente dos anos anteriores em que o embate era entre direita liberal e extrema direita, dessa vez não havia nenhum candidato do uribismo com chances reais de vencer, o que indica que a Colômbia se encontra em um cenário político polarizado entre a frágil esquerda e a tradicional extrema direita.

Paraguai

Assim como o país andino, a política do Paraguai também é marcada por um embate hegemônico entre dois partidos. O Partido Colorado, fundado em 1887, é um clássico partido de direita, possuí um caráter nacionalista ao passo que defende o liberalismo economico e o conservadorismo social. Do outro lado da disputa está o Partido Liberal, fundado em 1978 como oposição à ditadura de Stroessner, com um discurso de liberalismo socioeconômico.
O Partido Colorado foi responsável por um dos regimes mais violentos da América Latina, a Ditadura Stroessner, que durou 45 anos. Com exceção do governo de Fernando Lugo (2008-2012), deposto por um golpe parlamentar um ano antes de terminar o mandato, o Colorado está no poder desde 1947.
Em abril de 2023, Santiago Peña do Partido Colorado, derrotou seu adversário liberal, Efraín Alegre, com 42,7% dos votos, perpetuando a hegemonia colorada. No entanto, o que realmente chamou atenção nessa eleição foi o candidato da extrema direita, Paraguayo "Payo" Cubas, que mesmo com diversas declarações xenofóbicas e anti-institucionais alcançou significativos 22% dos votos, indicando uma ascensão da extrema direita no país.

Peru

O Peru vive há mais de uma década um quadro de decomposição institucional sério. Em 2021, o país elegeu Pedro Castillo, professor e sindicalista de esquerda, a presidência da República. Após um ano e meio de crises recorrentes e sem base social definida, Castillo tentou uma manobra desesperada para se manter no poder: valeu-se de um artifício constitucional – destituir o Congresso e convocar novas eleições – no início de dezembro de 2022. Sem força política, foi derrubado.
No mérito o que Castillo fez não é um golpe, mas uma prerrogativa constitucional, numa Carta com regras complicadas para a dinâmica democrática. Vigora lá um parlamentarismo torto, sem primeiro-ministro, no qual o Congresso pode quase tudo, de aprovar ou não mi-

nistros a decretar impeachment por motivos absolutamente subjetivos ("incapacidade moral", por exemplo). De outra parte, o presidente pode, em determinadas condições, dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Tem de ter força para isso, o que Castillo definitivamente não tinha.
Sua vice, Dina Boluarte, se associou à extrema direita e agora governa o país com pesada repressão.

América Central: contextos históricos e políticos

A América Central mergulhou em um turbilhão de acontecimentos no decorrer do século XX. Ditaduras militares estabeleceram-se na região em países como Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Panamá que, assolados por governos autoritários, viram-se envoltos em uma teia de influências externas como os dos EUA durante a Guerra Fria, que se entrelaçaram com seus destinos – com exceção da ditadura panamenha, que possui peculiaridades.
Na Guatemala, por exemplo, uma sombria página da história do país foi escrita durante o período da ditadura militar, que se iniciou com um golpe em 1954 e estendeu-se até 1986, lançando a nação em uma espiral de repressão, instabilidade e violência. Um dos piores momentos desse período ocorreu sob a ditadura de José Efraín Ríos Montt, entre 1982 e 1983, quando o país testemunhou uma das fases mais sangrentas de toda sua trajetória. O regime impiedosamente oprimiu a população indígena e praticou violações sistemáticas dos direitos humanos.
As cicatrizes dessas experiências traumáticas perduram profundamente na sociedade guatemalteca até os dias atuais, influenciando a polarização política que se manifesta hoje e, ironicamente, abrindo espaço para o surgimento de forças de extrema direita, que apelam a uma narrativa de segurança e ordem. O atual presidente é Alejandro Giammattei, conservador eleito em 2019, que já acumula em seu governo denúncias de corrupção, censura ao sindicalismo, aumento de agressões a defensores dos direitos humanos, prisão de opositores, entre outros fatos.
Já na Nicarágua, a ditadura de Anastasio Somoza (1936-1979) deixou um legado de repressão e autoritarismo. A Revolução Sandinista, que derrubou o regime de Somoza, trouxe esperança de mudança e democracia, mas ao longo dos anos, o governo liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, tem sido criticado e vitimado internacionalmente por suas práticas autoritárias e restrições à liberdade de expressão e manifestação.
O governo da Nicarágua é liderado por Daniel Ortega (FSLN), que está no poder desde 2007 e foi reeleito pela última vez em 2021, num processo eleitoral criticado pela comunidade internacional que o classificou como "ilegítimo". É importante ressaltar que o país sofre há anos com sanções internacionais que inviabilizam práticas econômicas importantes no sustento do país, por parte dos EUA, UE e outros países de relevância no cenário econômico mundial.
É justamente a desilusão com o governo sandinista de esquerda que vem abrindo espaço para o ressurgimento de grupos de extrema direita no país, alimentados pela insatisfação popular.

Tal como outros países latino-americanos, Honduras tem em sua formação social e política uma forte influência católica e conservadora, principalmente em relação a assuntos ditos “progressistas” como direitos LGBTQ+ e aborto.
A vitória da atual presidente do país, Xiomara Castro, do partido de esquerda Liberdade e Refundação (Libre), nas eleições de 2021 encerra 12 anos do governo ultraconservador de Juan Hernández e representa a volta da esquerda hondurenha ao poder pela primeira vez desde que Manuel Zelaya (marido de Xiomara) foi deposto em um golpe de Estado apoiado pela direita em 2009, tornando-a a primeira mulher a comandar o país, sob a promessa de restituir a ordem democrática direta.
El Salvador experimentou uma notável reviravolta política nos anos recentes, cujo impacto reverberou nas eleições legislativas de 2018. Elas lançaram luz sobre um panorama em metamorfose, revelando uma inclinação marcante em direção a partidos de orientação conservadora, notadamente representados pela Aliança Republicana Nacionalista (ARENA).
O mapa político foi redesenhado, O balanço de forças sofreu uma mudança, desafiando a ordem estabelecida e abrindo espaço para um protagonismo político, aparentemente antidemocrático. Atualmente, El Salvador é governado por Nayib Bukele, que se apresenta como uma figura controversa, que preocupa em relação às demonstrações de concentração de poder e desrespeito ao pleito democrático – como exemplifica a destituição de juízes da Suprema Corte pelo Parlamento em 2021.
A crescente influência da extrema direita na América Central desperta preocupações sobre a estabilidade democrática e os direitos humanos. Olhando atentamente para a história dessas nações, é inegável que as feridas abertas pelas ditaduras que assolaram a região no século XX permanecem como cicatrizes que moldam o pano de fundo político que permeia os dias atuais. O cenário é denso, as preocupações são palpáveis: a estabilidade democrática e os direitos humanos caminham numa corda bamba, exigindo reflexões profundas e ações incisivas para assegurar um futuro digno para todos os habitantes da região.
A polarização política, a busca por soluções rápidas e a retórica demagógica encontram terreno fértil nessas circunstâncias traumáticas, permitindo que a extrema direita se estabeleça como uma opção política aparentemente atraente perante a desconfiança nas instituições democráticas.

Rota incerta

Ao contrário do panorama do início do século, quando a entrada da China no mercado mundial, com sua alta demanda por commodities gerou quase uma década de prosperidade na periferia (2004-14), a economia internacional tende a se desacelerar, com fortes sinais de estagnação nos EUA e recessão em partes da Europa.
Fragilidades estruturais nos países menores e pressões fiscalistas e antidesenvolvimentistas por parte de hipertrofiados sistemas financeiros colocam a nova onda reformista em questão.
A emergência do neofascismo na região surge como ameaça à democracia, num período em

que uma onda neoliberal muito mais agressiva que a vivida nos anos 1990 afronta não apenas o caráter público do Estado, como o próprio funcionamento da democracia.

Concluindo...

Por Gabrielly Provenzzano, Geovanna Mirian e Rafaela Castilho Miranda

Este livro representa uma saudável pretensão de entender o presente. Após um ano de trabalho muito produtivo, é seguro dizer que detectamos alguns de nossos problemas seculares e, mais do que isso, que chegamos ao fim de 2023 com a visão ainda mais nítida da América Latina que queremos, dentro da pluralidade de visões que compõe a Universidade pública.

ESTA COLETÂNEA É UM ESFORÇO INTERDISCIPLINAR sobre temas da agenda regional, elaborada pelo GT América Latina do Observatório de Política Externa da UFABC. Representa também a resiliência e o compromisso de estudantes e professores da área de Relações Internacionais, sem nunca perder de vista as articulações de nossa diplomacia e uma leitura à brasileira das realidades latino-americanas.

Em 2023, o GT América Latina do OPEB voltou aos trabalhos no fim de março, numa jornada iniciada em 2019. Na época, o Brasil já estava de volta às relações internacionais, o que inclui nosso continente. Estávamos no marco dos cem dias do governo Lula III e o mote da política externa - "o Brasil está de volta", proferido inúmeras vezes pelo presidente - se materializou em viagens aos vizinhos Argentina e Uruguai, retorno à Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac) e acenos positivos aos demais organismos de integração da região, como Mercosul, Unasul e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No geral, após os erráticos quatro anos de Jair Bolsonaro, a diplomacia brasileira parecia exuberante uma vez mais, marcada por um retorno ativo e altivo em busca de protagonismo internacional.

Para o GT, o retorno brasileiro renovou o fôlego dos pesquisadores e pesquisadoras para analisar os desafios de nossa comarca, a América Latina, sob a lupa da pesquisa. Ao fim de um ano de trabalho, o resultado é um sobrevoo por alguns dos grandes desafios que agitam o continente e várias aterrissagens nos países que os protagonizam.

Lideranças progressistas

Na vizinhança, o novo contexto político do Brasil somou-se às eleições de outras lideranças progressistas - Andrés Manuel López Obrador (AMLO), eleito no México em 2018, seguido por Alberto Fernández, na Argentina (2019), Luís Arce, na Bolívia (2020), Pedro Castillo, no Peru (2021), Xiomara Castro, em Honduras (2021), Gabriel Boric, no Chile (2022), e, especialmente, de Gustavo Petro, na Colômbia (2022). Não nos passou despercebido o significado dessas vitórias de esquerda e centro-esquerda, entendidas como o início de um novo momento político na região em reação à ofensiva conservadora dos anos anteriores e à tendência à direita e extrema-direita na Europa. Do ponto de vista privilegiado do futuro, entretanto, mais do que nunca é evidente que avanços e retrocessos de diferentes lados são disputadoseleição após eleição: no fim de 2023, é impossível ignorar as tensões entre a esquerda boliviana, a destituição de Castillo, o fracasso de Boric, os desafios enfrentados por Petro e, principalmente, a vitória do ultraliberal Javier Milei, na Argentina, em novembro. Na América Central, o conservadorismo de Nayib Bukele em El Salvador e as alegadas violações de Direitos Humanos por parte do governo nicaraguense de Daniel Ortega também soam alto.

Laços reatados

No bloco "Desafios continentais" deste livro, as mudanças na constelação de forças foram esmiuçadas do ponto de vista bilateral e regional. De sua parte, a diplomacia brasileira reatou laços, resgatou a agenda da integração e, salvo exceções, pautou o relacionamento com seus vizinhos de forma consistente com a tradição diplomática do Brasil. As exceções foram a postura do país em relação à destituição de Castillo, ainda durante a transição do governo brasileiro em 2022, e à crise política na Nicarágua de Ortega. A visita de Lula ao Paraguai no início do ano seguinte, no contexto da revisão do Tratado de Itaipu, é vista com bons olhos para a relação bilateral entre os dois países, assim como em matéria de projeto de integração bem sucedido. Na mesma linha, o empenho brasileiro em adequar os termos do controvertido acordo entre Mercosul e União Europeia aponta para uma retomada da importância da América do Sul como um todo na agenda brasileira.

Por outro lado, historicamente, os avanços da direita e da centro-direita, colocam projetos de integração regional em xeque - vide o esvaziamento da Unasul e a debilidade do Prosul nos conservadores anos anteriores, por exemplo. Na dinâmica de avanços e retrocessos que marcam a América Latina em 2023, os pesquisadores se depararam com questões de caráter social, político e econômico que acrescentam uma camada a mais de complexidade a desafios continentais já conhecidos. Por atravessarem toda a região, dois deles foram tratados nessa primeira parte do livro: a crise humanitária de migrantes das Américas do Sul e Central rumo ao falso sonho americano e o suposto fantasma do comunismo invocado pelo Foro de São Paulo. De uma forma ou de outra, ambas expressam duas das muitas faces da relação entre a América Latina e os Estados Unidos.

Ao longo do ano, a dinâmica continental entrou em foco a partir da América Central, dado

que esta é, historicamente, um espaço de disputa geopolítica envolvendo principalmente os Estados Unidos. Isso se dá por conta da sua posição geográfica, que levou os países dessa região a não atuarem tanto em aliança ao Sul global. Em um momento que muitos autores veem a a hegemonia estadunidense em crise e um rearranjo na ordem mundial, tornou-se importante olhar com especial zelo para esses países e compreender suas movimentações políticas em relação ao continente e em relação ao mundo. Os blocos de textos "América do Norte e América Central" buscou passar pelo México, Guatemala, El Salvador, Cuba e Nicarágua e traçar paralelos das semelhanças e divergências em relação ao restante da América Latina frente ao sistema internacional. Além disso, buscou-se compreender a relação direta do Brasil com esses países face à mudança de posição na transição Bolsonaro-Lula em 2022.

Transformações políticas

O México sob a liderança de Andrés Manuel López Obrador (AMLO), enfrentou transformações políticas significativas nas últimas décadas. A vitória de Delfina Gómez Álvarez, do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), no Estado do México solidificou o domínio do partido do presidente e sinalizou um declínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI), marcando uma mudança relevante. Desde sua eleição em 2018, AMLO implementou políticas voltadas para combater a corrupção, desigualdade social e violência. Seu governo criou programas sociais, buscando desenvolvimento econômico e independência energética, ao mesmo tempo em que enfrentava desafios como a persistente violência ligada ao narcotráfico e os impactos da pandemia de Covid-19.

As relações diplomáticas entre México e Brasil passaram por altos e baixos, com uma mudança no relacionamento durante os governos de Temer e Bolsonaro, que priorizaram alianças com os Estados Unidos. A eleição de Lula em 2022 reaproximou as nações, fortalecendo as relações bilaterais. Contudo, o México enfrenta desafios significativos nas áreas de segurança pública, com altos índices de feminicídios e crescente militarização na luta contra o crime organizado. A intensificação da presença militar em áreas turísticas como Cancún e Acapulco ilustra a complexidade do desafio de segurança no país.

Além disso, há duas mulheres com chances reais nas eleições presidenciais de 2024. São elas Claudia Sheinbaum, do Morena, e Xóchitl Gálvez, do Partido de Ação Nacional (PAN), de direita. Este momento é histórico: pela primeira vez na história do México homens não lideram as intenções de voto para presidente.Trata-se de mudança significativa em um país marcado pelo machismo e pelas estruturas políticas tradicionais.

As candidatas apresentam perfis distintos: Claudia Sheinbaum, alinhada à López Obrador, enfoca questões ambientais, desenvolvimento sustentável e educação, defendendo os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIAP+. Já Xóchitl Gálvez, representante do PAN, ressalta sua independência política, tendo origens indígenas, apoiando causas liberais e empresariais, mas também defendendo conquistas sociais recentes. O embate entre as duas candidatas é relevante não apenas pela representatividade feminina, mas também

pela disputa entre as visões política e ideológica que cada uma representa. A candidatura de duas mulheres na corrida eleitoral mexicana reflete as mudanças culturais e políticas do país, como o avanço de pautas sociais, como a legalização do aborto e o casamento homoafetivo e sinalizando mudanças profundas no papel das mulheres na esfera governamental, reforçando o caminho em direção a uma maior representatividade e diversidade no cenário político mexicano.

Tensão na Guatemala

Descendo um pouco no mapa, tivemos um cenário eleitoral caótico na Guatemala, com o primeiro turno suspenso e contestado devido a possíveis irregularidades, levando à possibilidade de anulação do resultado pela Corte Constitucional. Sandra Torres, da direitista Unidade Nacional da Esperança (UNE), e Bernardo Arévalo, do progressista Movimento Semente, seguiram para o segundo turno, eliminando o atual presidente Alejandro Giammattei. A legitimidade do processo foi questionada por denúncias de fraude, embora observadores internacionais tenham atestado sua validade. O alto número de votos nulos e brancos expressa o descontentamento popular com as eleições e o sistema político. Além disso, a renovação do Congresso trouxe mudanças, com o partido Vamos de Giammattei se tornando a principal força, enquanto o UNE de Sandra Torres e o Semilla de Arévalo assumiram posições de destaque, forçando diálogos entre os candidatos. A Guatemala enfrenta desafios econômicos, com crescimento seguido de grande desigualdade e pobreza persistente. Apesar do desenvolvimento industrial e dos setores agrícolas em expansão, muitos ainda lutam para acessar serviços básicos. A relação com Washington é complexa, com estratégias conjuntas em questões migratórias e de segurança. O país tem sido historicamente um aliado importante dos EUA na América Central, influenciando também decisões na ONU e em outros fóruns internacionais. A história política do país é marcada por golpes, lutas populares e uma frágil democracia. Movimentos como a Revolução de Outubro em 1944 trouxeram mudanças, mas a intervenção dos EUA em 1954 e décadas de guerra civil impactaram a estabilidade política do país. Dessa forma, a Guatemala enfrenta um momento político turbulento há muito tempo, com desafios históricos, eleições contestadas e uma população que busca mudanças em meio a um cenário de incertezas e instabilidade política.

Extrema-direita popular

Enquanto isso, em El Salvador, o governo de Nayib Bukele também é marcado por uma série de desafios e ameaças aos princípios do Estado de Direito. Durante seu mandato, houve a construção do maior presídio das Américas e um aumento significativo no número de detidos, alcançando mais de 1% da população, a maior proporção do mundo. Apesar disso, a popularidade do presidente segue acima de 90%. A inauguração do Centro de Confinamento de Terrorismo, sem espaços adequados e respeito às normas da ONU para o tratamento de detentos, ilustra o tom autoritário do governo na abordagem às facções criminosas, após um

massacre em 2022 atribuído à Mara Salvatrucha (MS-13). No entanto, a falta de clareza sobre os motivos desse massacre levanta dúvidas sobre acordos não divulgados entre o governo e as facções. Além disso, Bukele desafiou normas constitucionais, destituindo magistrados e tomando ações arbitrárias para nomear juízes alinhados a seus interesses. A redução de municípios, sob o pretexto de combater a corrupção, suscita preocupações sobre a concentração de poder e o possível favorecimento do partido governante.

A história antidemocrática da região, marcada por ditaduras no século XX, amplia as preocupações sobre a estabilidade democrática. Apesar de El Salvador ter vivenciado acordos de paz após a guerra civil, as organizações populares continuam enfrentando desafios. Bukele, ao recusar as comemorações dos Acordos de Paz e adotar estratégias autoritárias sinaliza uma postura preocupante para a democracia e os direitos humanos. As gangues, originadas nos EUA na década de 1980 e presentes no país continuam a representar uma ameaça à segurança pública, alimentadas pela desigualdade social e pelo tráfico de drogas e armas na região. Apesar da redução dos homicídios durante o governo Bukele, relatos de abusos e violações dos direitos humanos surgiram em meio à repressão estatal.

O presidente, conhecido por sua presença ativa nas redes sociais, utiliza uma abordagem irônica para legitimar suas ações discricionárias, o que contribui para sua popularidade. A adoção da criptomoeda como moeda oficial e suas estratégias comunicacionais impulsionam sua imagem como líder da "nova geração". Enquanto suas políticas frente à pandemia renderam resultados ambíguos, com controle relativo da doença, houve violações de direitos humanos durante as medidas de isolamento. O conservadorismo se manifesta em questões como o feminicídio, as restrições ao aborto e a violência contra a comunidade LGBTQIAP+. Apesar das manobras inconstitucionais e retrocessos democráticos, Bukele enfrenta pouca oposição para sua reeleição em 2024, contando com alta aprovação popular, apesar das contradições em seu governo. O cenário aponta para desafios significativos na preservação da democracia e dos direitos humanos em El Salvador.

Lula em Cuba

Em meio às tensões da América Central, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou oficialmente Cuba em setembro de 2023 para participar da Cúpula do Grupo dos 77 e China (G77+), realizada em Havana. O encontro teve como foco os desafios atuais para o desenvolvimento, especialmente o papel da ciência, tecnologia e inovação. A visita também marcou a normalização das relações diplomáticas entre os dois países após o período de distanciamento, ressaltando o compromisso mútuo em áreas como segurança alimentar, energias renováveis e biofarmacêutica. As relações entre Brasil e Cuba passaram por altos e baixos, incluindo momentos de rompimento diplomático durante a ditadura militar no Brasil e mudanças na política externa da Ilhaapós o colapso do bloco soviético. Durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, houve uma intensificação na cooperação bilateral, com acordos comerciais, parcerias em saúde e educação, além do notável programa "Mais Médicos". No entanto, as

relações foram enfraquecidas durante o governo de Bolsonaro, com hostilidades por parte do presidente brasileiro, levando Cuba a retirar os médicos do programa.
A retomada das relações entre Brasil e Cuba sob o terceiro mandato de Lula mostra um interesse mútuo na reconstrução da cooperação e no estreitamento dos laços comerciais. Acordos e entendimentos foram assinados durante a visita, envolvendo setores como energia, indústria, comércio, farmacêutico e biotecnologia, reforçando o compromisso mútuo em fortalecer os laços bilaterais e buscar uma cooperação econômica e tecnológica mais ampla.

A polêmica Nicarágua

Já a Nicarágua, também alvo frequente de polêmicas geopolíticas, se tornou um ponto de tensão entre EUA e China devido ao projeto do Canal bioceânico, uma vez que sua construção representa um desafio ao poder global. A situação do país é complexa, dados os embates entre Ortega e a comunidade internacional devido a alegadas violações de Direitos Humanos. A Nicarágua, historicamente marcada pela interferência dos EUA, encontra-se no centro de uma disputa estratégica entre potências. O projeto do canal bioceânico, proposto pela China, altera a balança geopolítica da região, desafiando o domínio dos EUA sobre as rotas comerciais. A deterioração da democracia no país, sob Ortega, é acompanhada pela comunidade internacional, embora se levante a questão se as críticas aos Direitos Humanos são genuínas ou estratégicas.
A iniciativa chinesa se confronta diretamente o domínio tradicional dos EUA na região. Enquanto Ortega enfrenta acusações de autoritarismo e perseguição, a batalha geopolítica entre as superpotâncias ganha destaque na narrativa, revelando a complexidade das dinâmicas de poder por trás das críticas à situação política na Nicarágua. Apesar das preocupações legítimas com os Direitos Humanos, a abordagem internacional é também vista como uma estratégia imperial para salvaguardar sua influência na região. A disputa entre essas grandes potências se estende para além das questões de direitos, refletindo um jogo complexo de interesses geopolíticos que redefine a dinâmica de poder global, enquanto a Nicarágua permanece no epicentro dessas tensões.
Nesse sentido, constatamos que a América Central enfrenta um momento de mudanças políticas significativas, assim como vemos no decorrer desse livro em toda a América Latina, refletindo desafios comuns, como corrupção, desigualdade social, violência e instabilidade política.

Dilemas ao Sul

O bloco seguinte, "América do Sul", descreve em detalhe os desdobramentos de intrincadosquadros internos na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Guiana Francesa.
A Venezuela, que uma vez mais foi pauta de campanha eleitoral no Brasil em 2022, foi estudada com minúcia. A dependência da exportação de uma única commodity, o petróleo, e as

relações tensas com os Estados Unidos expressam duas das vulnerabilidades que muitas das economias latino-americanas guardam ainda hoje. No limite do pragmatismo, destacamos como ponto de atenção para os anos vindouros a forma com que a política externa brasileira lidará com o próximo processo eleitoral venezuelano, previsto para 2024

Ainda sobre as esquerdas e centro-esquerdas da América do Sul, a ruptura do progressista partido boliviano Movimiento al Socialismo, o MAS, os embate travados entre Gustavo Petro, sua frente ampla de base de governo e a oposição e, por fim, os seguidos reveses do governo Boric reforçam a complexidade da conjuntura regional. Mais do que isso, exemplificam a diversidade de estratégias dentro do que usualmente chama-se de "esquerda latino-americana" e reforçam a necessidade de analisar a política de cada país à luz de sua própria história. Evo Morales é e deve continuar sendo uma personalidade essencial para a compreensão da Bolívia. Petro, pelo ineditismo de sua vitória e a expectativa sobre seu mandato de esquerda, é um caso de interesse para o futuro, especialmente após as derrotas do governo nas eleições regionais de outubro. Esse revés, no entanto, pouco se compara com a derrota da constituinte chilena - mais uma para o pato manco que se tornou o governo Boric. Juntas, a trajetória desses países é também uma variável importante para aferir os avanços e retrocessos entre o progressismo e o conservadorismo na América Latina.

Outros países que constituem variáveis relevantes para se entender a constelação de forças na região foram Paraguai, Equador e Argentina e seus respectivos processos eleitorais. No caso do Paraguai de Santiago Peña, as expectativas para o futuro envolvem a renegociação do Anexo C do já citado Tratado de Itaipu com o Brasil, estratégico para ambos os países. Em relação aos termos do acordo, as cartas devem ser dadas pelo lado brasileiro, mas é de se esperar que os diálogos sejam amistosos para contornar as assimetrias entre Paraguai e Brasil e melhor acomodar as demandas comuns dos dois.

Adiante, sobre o Equador, os pesquisadores do GT cantaram a bola sobre os dilemas de Guillermo Lasso entre o impeachment e a morte cruzada, que resultou em convocação de eleições extraordinárias. Pegou a todos de surpresa, entretanto, o assassinato de Fernando Villavicencio, candidato a presidência, em agosto. A cobertura em tempo real das conturbadas eleições do Equador terminou com a vitória de Daniel Noboa e a triste constatação da escalada da violência nos processos políticos da América Latina.

Em outra disputa violenta, dessa vez do ponto de vista das acusações, os argentinos elegeram como presidente Javier Milei, extremista de direita e negacionista da ditadura argentina, no ano em que o fim do regime militar no país completou 40 anos. Num processo eleitoral digno do realismo fantástico latino-americano, a crise política e econômica colocou, de um lado, o peronista Sergio Massa, ex-Ministro da Economia que acumulou sob sua pasta uma inflação na casa dos três dígitos, e Milei, o ultraliberal aos moldes de Jair Bolsonaro, que alega conversar com seu cachorro morto. O resultado chocou pela primeira vez nas primárias, quando Milei saiu na ponta, e novamente no segundo turno, quando ele foi eleito. Com o resultado das eleições, observaremos os primeiros movimentos do futuro presidente argentino

à luz das análises feitas em 2023, especialmente em relação à dolarização da economia e da possível nova dinâmica bilateral entre o país e o Brasil - o que também deve reverberar nas possibilidades de integração da região.

Visões plurais

No penúltimo bloco, "Para além do mapa", as possibilidades do continente são vistas em sua forma mais ampla. Aqui, os textos proporcionam uma plural visão das complexidades presentes na América Latina, expressando sua diversidade social, cultural e política, para além da econômica. Os tópicos abordados refletem a interconexão de eventos dentro e para além do continente, demonstrando como as questões sociopolíticas podem convergir e impactar regionalmente, e mundialmente, de maneiras multifacetadas. Em outras palavras, a coletânea de artigos produzidos neste bloco apresentam problemáticas contemporâneas globais e recorrentes na América Latina. É possível que a abordagem de pautas progressistas pode facilitar mudanças sociais e culturais na região.

Enquanto a discussão sobre o racismo no futebol, especialmente em relação ao jogador Vini Jr., destaca desafios enfrentados por atletas negros e latino-americanos e inevitavelmente expandido para a população local, é possível ressaltar a persistência da discriminação estrutural, também delimitado no artigo, ainda presente na realidade da região.

Em par está o artigo "Nobel e América Latina: um exame das lacunas de representatividade", que também faz recortes raciais junto aos de gênero e etnia, em diferentes cenários. A escassez de reconhecimento de latino-americanos em renomados prêmios, como o Nobel, reflete intrincadas nuances históricas e desafios contemporâneos. Embora a região seja abundante em talento e potencial, disparidades geopolíticas dificultam a competição equitativa de latino-americanos em relação a outras partes do mundo, demonstrando como esses mecanismos de dificuldades sociais colocam obstáculos, nas vivências e conquistas de dentro para fora do continente.

A partir disso, destaca-se que enfrentar o racismo estrutural, o eurocentrismo e o sexismo na América Latina requer um compromisso contínuo de reformas políticas, sociais e econômicas, bem como uma mudança cultural profunda para promover a diversidade, a equidade e a justiça social. O diálogo aberto, a conscientização e o apoio a iniciativas que buscam abordar essas questões são fundamentais para criar uma sociedade mais igualitária.

A desigualdade de gênero no contexto do futebol feminino aborda questões de empoderamento e a luta árdua dentro do campo por igualdade, refletindo dinâmicas sociais específicas e estruturais. O artigo "Barbie: de conservadora a progressista", apresenta também uma coletânea de tópicos direcionados à luta de gênero e seus estereótipos idealizados, com um caminho de enfrentamento progressista, envolvendo dilemas geopolíticos. Nessa linha, chovem no molhado ao constatar que as desigualdades de gênero na América Latina são problemas persistentes.

Os textos encadeados neste bloco também abordamos conflitos entre Israel e Palestina, e

apresentam várias posturas em relação a uma das questões mais complexas da geopolítica global. Trazendo contextos histórico e político, são analisadas as vivências e problemas dessa esfera. É possível perceber a postura ambígua do Brasil, bem como a relevância da busca de uma solução pacífica e concreta.

Enfatizando a necessidade de uma análise crítica e tratamento dos temas envolvidos, o bloco, ressalta e difunde adversidades sociais e políticas recorrentes na América Latina e evidencia a relevância internacional das reivindicações brasileiras nos diálogos mundiais. Em última análise, este livro aborda desafios prementes, materializando um convite à reflexão e ação para promover mudanças significativas na América Latina. A necessidade de superar barreiras estruturais, preconceitos arraigados e desigualdades persistentes emerge como uma mensagem central neste bloco, instigando os leitores a engajarem-se ativamente na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Somado ao sobrevoo inicial sobre o continente e as aterrissagens em país a país ao longo do ano, a diversidade de temas analisados em "Para além do mapa", muitos deles para além das agendas tradicionais das Relações Internacionais, nos dão notável capacidade para entender o presente e imaginar futuros possíveis para o continente. O artigo que encerra esta coletânea, "A contra-reforma e a persistência da extrema direita", coloca em foco novamente os embates entre forças conservadoras e progressistas, com a percepção crítica para reconhecer que sim, apesar das vitórias progressistas em anos recentes, os êxitos das direitas não tardam em alcançar os governos. Entre um projeto e outro, há diferentes visões e possibilidades de existir no mundo.

Ao GT América Latina, não cabe a arrogância de apontar o futuro. Nos cabe somente, como já dito, a saudável pretensão de entender o presente. Após um ano de trabalho muito produtivo, é seguro dizer que nos aproximamos de alguns de nossos problemas seculares e, mais do que isso, que chegamos ao fim de 2023 com a visão da América Latina que queremos ainda mais nítida do que anteriormente. Apesar disso, este livro, um produto feito a muitas mãos, não pretende ser o ponto final de reflexões. Para encontrar os sentidos de nosso continente em ebulição, esperamos que este material seja um, dentre tantos outros, que fomentam debates através da pesquisa.

AMÉRICA LATINA EM EBULIÇÃO

Reflexões sobre um continente em busca de sentidos

Acauã Alexandre José dos Santos
Aline Herrera Vasco
Ana Beatriz Aquino
Ana Claudia Paes
Audrey Andrade Gomes
Bruno Fabricio Alcebino da Silva
Caio Vitor Spaulonci
Dante Tomyo Fasolin Koboyama
Felipe Firmino Rocha
Felipe Teixeira da Silva
Francisco Zupanovich
Gabriel de Mello Rodrigues
Gabriel N. Silva
Gabrielly Provenzzano
Giovanna Furquim Moreschi
Geovanna Mirian
Gilberto Maringoni
Gustavo Mendes Almeida
Henrique Mario de Souza
Isabella Tardelli Maio
Ismara Izepe de Souza
Ivan Cersosimo Valverde
Juliana Valente Marques
Julia Protes Lamberti
Laura do Espírito Santo Silva
Luiza Martins
Melissa Souza Jorge
Mônica Almeida Peña
Rafaela Castilho Miranda
Tatiane Anju Watanabe

ISBN: 978-6-55966-232-6
9 786559 662326